



esboços

histórias em contextos globais

DEBATE

Neofascismo no Brasil

2022
set./dez.

V. 29
N. 52

ISSN
2175-7976





esboços

histórias em contextos globais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Irineu Manoel de Souza

Vice-Reitora

Joana Célia dos Passos

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora

Miriam Furtado Hartung

Vice-Diretor

Jacques Mick

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Chefe

Flavia Florentino Varella

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação

Fabio Augusto Morales Soares

Catálogo na fonte pela DECTI da Biblioteca da UFSC

Esboços: histórias em contextos globais / Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.-- v. 1, n. 1 (1994). – Florianópolis : PPGH/UFSC, 1994 -

Semestral 1994-2018; Quadrimestral 2019 –

Resumo em inglês e espanhol

A partir de 2008, disponível no portal de periódicos da UFSC em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/>

ISSN 1414-722x

E-ISSN 2175-7976

1. História – Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História.

CDU: 9

Elaborado pelo bibliotecário Jonathas Troglio – CRB 14/1093

Publicação indexada em:

CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades Dialnet

DOAJ - Directory of Open Access Journals Diadorim - Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras

ERIH PLUS - European Reference Index for the Humanities and Social Sciences Genamics JournalSeek

LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

LIVRE - Revistas de Livre Acesso

PKP – Public Knowledge Project Index

Portal de Periódicos – CAPES

Redalyc - Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal

REDIB - Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico Scopus

Sumarios.org - Sumários de Revistas Brasileiras



EDITOR-CHEFE

Jo Klanovicz, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR, Brasil

CONSELHO EXECUTIVO

Alex Degan, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Beatriz Mamigonian, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Fabio Morales, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Flávia Florentino Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Tiago Kramer de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Waldomiro Lourenço da Silva Júnior, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Aldo Marchesi, Universidad de la Republica, Montevideú, Uruguai

Edmé Dominguez, University of Gothenburg, Gotemburgo, Suécia

Thiago Nicodemo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

João Júlio Gomes dos Santos Júnior, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Êça Pereira da Silva, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO, Brasil

Uiran Gebara da Silva, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Eunice Sueli Nodari, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Henrique Espada Lima, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Rafael Chambouleyron, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Adriene Baron Tacla, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Aldrin Moura de Figueiredo, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

Aline Dias da Silveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Ana Livia Bomfim Vieira, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

Andréa Doré, Universidade Federal do Paraná, Paraná, PR, Brasil

Benito Bisso Schmidt, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Cristina Scheibe Wolff, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Élio Cantalício Serpa, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil

Erick Assis de Araújo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Hugo Antonio Fazio Vengoa, Universidad de los Andes, Bogotá, Colômbia

João José Reis, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

José Antonio Piqueras, Universitat Jaume I, Castelló de la Plana, Espanha

Karin Hofmeester, University of Amsterdam, Amsterdã, Holanda

Kostas Vlassopoulos, University of Crete, Creta, Grécia

Leandro Duarte Rust, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil

Mateus de Faria Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil

Norberto Luiz Guarinello, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Paulo Fontes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Rafael de Bivar Marquese, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Sebastian Conrad, Freien Universität Berlin, Berlim, Alemanha

Sergio Serulnikov, Universidad de San Andrés, San Fernando, Argentina

Tamar Hodos, Bristol University, Bristol, Inglaterra

CAPA

Megatrad

PROJETO GRÁFICO

Megatrad

DIAGRAMAÇÃO

Megatrad



REVISÃO DE PORTUGUÊS, ESPANHOL E NORMALIZAÇÃO
Megatrad

REVISÃO DE INGLÊS
Megatrad

APOIO
Programa de Pós-Graduação em História – UFSC

Avaliação dos originais

Visando garantir a qualidade e a idoneidade do processo de avaliação, a *Esboços*: histórias em contextos globais adota a avaliação “duplo-cega” na qual nem o nome do autor, nem o nome do parecerista são revelados. A revista mantém uma comissão permanente de avaliadores em seu Conselho Consultivo e conta também com revisores *ad hoc*, convidados conforme sua especialidade e reconhecimento na área, para emitir parecer sobre as contribuições recebidas.

As opiniões expressas nos textos publicados são de responsabilidade dos/as autores/as.

Esboços

Programa de Pós-Graduação em História
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário – Bairro Trindade
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
CEP 88.040-900
Telefones: + 55 48 3721 4136
Website: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos>
E-mail: esbocos@contato.ufsc.br
ISSNe 2175-7976
Periodicidade: Quadrimestral





NEO-FASCISM IN BRAZIL, FROM THE LOCAL TO THE GLOBAL?

Neofascismo no Brasil: do local ao global?

Odilon Caldeira Neto^a

 <https://orcid.org/0000-0001-5926-528X>

E-mail: odilon.caldeira@ufjf.br

^a Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas,
Departamento de História,
Juiz de Fora, MG, Brasil.

DEBATE

NEOFASCISMO NO BRASIL/NEO-FASCISM IN BRAZIL/NEOFASCISMO EN BRASIL

ABSTRACT

This article discusses the landscape of neo-fascism in Brazil, analyzing its phases of development and dialogs with similar movements and manifestations in the international arena. The central argument of the analysis is that neo-fascism in Brazil is a late and potentially unique phenomenon and therefore has its own particular characteristics in terms of its interaction with the global structures of these manifestations. The article also offers a discussion of the definition of neo-fascism as a category of analysis—as well as its distinction from historical fascism—based on the global nature of these manifestations.

KEYWORDS

Neo-fascism. Transnationalism. Far right.

RESUMO

O artigo discute o quadro do neofascismo no Brasil, analisando as suas fases de desenvolvimento e os diálogos com movimentos e expressões congêneres no campo internacional. O argumento central da análise é que o neofascismo, no Brasil, é um fenômeno tardio e potencialmente peculiar, e por essas razões, isso acarreta particularidades do ponto de vista da interlocução com as estruturas globais dessas expressões. Além disso, o artigo fornece uma discussão sobre a definição do neofascismo como categoria de análise – e a sua distinção com o fascismo histórico - a partir da condição global dessas expressões.

PALAVRAS-CHAVES

Neofascismo. Transnacionalismo. Extrema direita.

The far right is a global phenomenon. This perception seems to be one of the main convergences between public opinion and the academic study of different manifestations of right-wing extremism and radicalism¹ in the twentieth and twenty-first centuries.² Along with having a certain immediatist perception, based on the emergence of new leaders, as well as the electoral advances of the so-called populist parties of the radical right, the analysis of the far right as a global object is grounded in references that are more remote in chronological terms, which is fully addressed by the specialized literature on the topic.

To a certain extent, much of the debate about the transnational facet of the extreme right is ancillary to the development of studies on historical/classical fascism, situated in the interwar period. In analytical terms, the transnational dimension of fascism has achieved a strong consensus in recent decades, in terms of both its approach and its factual dimension, that is to say, the strategies that fascists have used to coordinate themselves internationally.

Through organizations such as *Fasci Italiani all'Estero* or through dialog between fascist leaders and militants, a sense of transnational cooperation was present in classical fascism, such that fascisms were simultaneously national and transnational, albeit largely "Europeanist" (BAUERKÄMPER; ROSSOLINSKI-LEIBE, 2016).

Beyond the transnational consensus (ALCADE, 2020) reached some time ago in studies on fascisms, in recent years, there has been an intensified effort to understand fascism as a global phenomenon (FINCHELSTEIN, 2019), in other words, one beyond European exclusivisms. According to this perspective, rather than understanding the spaces and elements of fascisms through a global analysis (JACOBY, 2006), the specialized literature began to develop an analytical matrix that was critical of Eurocentric temptations (ZACHARIAH, 2014), thereby understanding non-European fascisms as creators of concrete policy proposals rather than merely as reproducers of imported theories.

Although the global dimension of fascism seems to be a burgeoning preoccupation, and perhaps a potential new consensus, this may not be as clearly applicable to the field of studies on neo-fascism, given the particular nature of the object.

Based on this, it is necessary to offer a few brief preliminaries. As classical fascism begins to decline after 1945, fascist intellectuals and political forces move towards what Pierro Ignazi (1992) calls the new extreme right, incorporating new agendas and promoting effective ways to move away from the fascist "condition" and status.

This debate was strongly influenced by the Italian political landscape, where Movimento Sociale Italiano (MSI) constructed the path from neo-fascism to post-fascism. While the MSI initially sought to incorporate the doctrinal apparatus of the National Fascist Party, the transformation into Alleanza Nazionale combined the support of political and economic liberalism with the attachment to individualism and Westernism, characteristic aspects of this post-fascist condition. As such, in Ignazi's view (IGNAZI, 1994), the party would be linked to the camp of the new post-industrial extreme right.³

¹ With regard to this debate, Carter's (2018) contribution is essential to refining these categories. Here, we primarily use the general framework proposed by MUDDE (2019), in particular the distinction between the radical right and the extreme right. In the Brazilian context, the distinction is particularly viable with respect to anti-democratic sentiment as a combination of anti-pluralism and the denial of citizens' fundamental rights. The issue of nativism, however, seems especially problematic for the Brazilian reality and the historical tradition of the extreme right.

² This, of course, does not preclude a sometimes too-heated debate about the extent of the impact and danger of these manifestations. On this subject, see the critique advanced in BALE and BAR-ON (2022).

³ This does not preclude the continued existence of a political culture celebrated and nurtured by a diverse range of neo-fascist tendencies (LENCI, 2012) in Italy, including by new manifestations, with *CasaPound Italia* (CPI), and the pursuit of a "third millennium fascism" (FROIO *et al.*, 2020) as its most well-known facet in recent years.

This is a phenomenon that sharply intensifies throughout the 1970s, with the increased electoral power of parties such as the French Front National and the Austrian Freedom Party, among others. Since the 1980s, the anti-immigration agenda and neoliberal policies have become the unifying elements of radical right-wing parties and their electoral constituency, reigniting questions about the relationship of these groups with historical fascism in public opinion and academic debates (KARAPIN, 1998).

Are these parties neo-fascist? This is not a question that this article intends to answer, in particular because the specialized literature has already made advances in this regard. The objective of this paper is to understand the development of neo-fascism in Brazil, using the interpretative key of transnationalism and a hypothetical global dimension of the phenomenon. To this end, it is necessary to consider two central issues: (a) neo-fascism undergoes its own unique development and is therefore not merely a continuation or remnant of classical fascism and its transnational and/or global networks; and (b) the transnational aspect of neo-fascism has its own rhythms and spheres, the result of conjunctural aspects and the ambitions of neo-fascist groups and leaders, as well as more or less specific thematic affinities.

NEO-FASCISM AND THE CHALLENGE OF TRANSNATIONALISM

Whether in the press, in day-to-day politics, or even in academic repositories, it is easy to observe the diversity of meanings in the use of the term “neo-fascism.” This use often involves drawing a dividing line in the moral and political realm against political manifestations on the right. As a result, it is necessary to understand neo-fascism apart from the categories of political denunciation and dismissal, so common in the political uses of the term.

In academic terms, it is also necessary to move away from reductionist interpretations of neo-fascism, as proposed by authors such as A. James Gregor (2006), who limit neo-fascism to the continuities of the Italian model. We agree with Jeffrey M. Bale (2006), who criticizes readings of neo-fascism that focus excessively on the experience of classical fascism and that, in the relentless pursuit of similarities, often ignore the new facets that characterize neo-fascism. Indeed, beyond being an extension of classical fascism, neo-fascism must be analyzed as a plural phenomenon, one that is in constant tension and not infrequently chaotic.

Based on similar inquiries and looking historically at the phenomenon, Nigel Copsey’s (2020) contribution is crucial, as he characterizes neo-fascism based on three characteristics of the post-war reformulation of fascism: deterritorialization, metapoliticization, and historical revisionism. These three characteristics provide elements of continuity but also depart from the “classical” model of fascism.

Deterritorialization, an aspect also addressed by Andrea Mammone (2001), is clearly visible in the emergence of pan-European nationalism; metapoliticization—inspired by the ideas of *Nouvelle Droite*—is important for thinking about neo-fascism beyond formal political structures; and historical revisionism emerges as a way to deal with the traumatic past of fascisms and promote Holocaust denial literature. This taxonomy is useful, as it also circumvents more subjective definitions, such as those of Walter Laqueur (1996), who interprets neo-fascism, after the failure of continuist groups, primarily as an alternative lifestyle.

In “typological” terms, neo-fascism is understood as a phenomenon with characteristics that go beyond fundamental and organizational elements of historical fascism, such as the party, regime, or state model. This proposition is in line with the typology of Roger Griffin (1991), for whom neo-fascism comprises three key categories. The

first is continuist groups, such as the MSI (in its initial phase) and the German Sozialistische Reichspartei (1949), in addition to small neo-fascist and neo-Nazi groups in the countries of origin of those ideologies.

The second group includes organizations that incorporate the practices of international groups inspired by fascism, such as neo-Nazi entities outside Germany, white supremacist groups, neo-Nazi skinheads (the self-styled White Power, in particular), as well as initiatives with an international ambition, such as *Círculo Español de Amigos da Europa* (CEDADE). In general, one of the primary differences between the first two categories is the degree of “faithfulness” to the organizational model of classical fascism, which is stronger in the first group.

The third group contains a great diversity of organizations, the primary focus of which is a more intellectual dimension of reviving—and diversifying—fascist origins. From Holocaust deniers to national-revolutionary (or national-anarchist) groups, the primary manifestation in this category, which intensifies beginning in the 1960s, is the conservative revolution proposed by the European New Right (ENR), the primary reference of which is the French framework of Alain de Benoist.

In addition to these aspects, there are other elements in the neo-fascist landscape, such as “right-wing Gramscism” undertaken by *Nouvelle Droite* and activities of national Bolshevik groups, led by figures such as Eduard Limonov and, in particular, Aleksandr Dugin. It is due to these aspects that in Jeffrey Bale’s view, the 1960s will be characterized by a “turn to the left” (based on an anti-imperialist and anti-Westernist agenda) for certain neo-fascist organizations, such as *Jeune Europe* and *Nouvelle Resistance*, both led by Jean-François Thiriart.

Furthermore, the phenomenon of hybridization (FORTI, 2021), through aspects such as anti-Americanism, would reveal new frontiers for neo-fascism. This is clear even in the post-Cold War context and the dismantling of the USSR, particularly in the post-Soviet territories and conflicts, which would mark a third phase of development for neo-fascist and related tendencies (VEIGA *et al.*, 2019).

There are thus striking changes from the viewpoint of the relationship between neo-fascism and “classical” fascisms. Neo-fascism cannot be analyzed and mapped solely from the perspective of the revival of classical frameworks by continuist groups but is instead a component in constant transformation, based on the affinities established through a fundamental ideological quorum that have also been developing since the end of the Second World War.

In addition to this phenomenon of “new facets,” there is an organizational dimension to the issue, as proposed by Griffin’s concept of the “groupuscular right” (GRIFFIN, 2003). This groupuscular right is defined not only by its fragmentation but also by an ideological similarity due to this common political nature, which rejects the primacy of the (liberal) democratic model and is strategically oriented towards a non-institutional and metapolitical path, when it is not infrequently anti-institutional, i.e., against political parties.

The fragmented condition is certainly not a consequence of the efforts of neo-fascist groups but rather a result of the political environment, which invalidates—not infrequently even via legal means—any form of politics aimed at the masses by neo-fascist organizations. Indeed, the far-right camp generally tends to favor radical right-wing populism to the detriment of the different sides of neo-fascism. In any event, the fragmented, polycentric, and rhizomatic nature of neo-fascism, without any large groups or leaders, provides the appearance of an ideological substratum, which is claimed and incorporated in different ways by a range of organizations.

For Anna Cento Bull (2012), it is possible to delineate different phases of neo-fascism. The first phase, in the immediate post-Second World War context of Cold War

upheaval, is based around continuist organizations and the transnational interaction of war criminals. The second phase is the post-1968 turmoil, with the strengthening of third-way groups, the influence of authors such as Julius Evola, and the appeal to Gramscian strategies. The third phase, now in progress, is the relationship of neo-fascists with radical right-wing parties.

Regardless of the categories and phases that are delineated by the cited literature, there is no question that this is a debate that largely incorporates only the European and North American specificities of neo-fascism. Is neo-fascism a phenomenon that does not exist in Latin America? If studies of classical fascism rightly consider the transnational and global condition of their field, should studies of neo-fascism do so as well?

It is evident that the Europeanist (and pan-Europeanist) dimension is central in neo-fascist arrangements after 1945. The case of Francis Parker Yockey, his relationship with Oswald Mosley, the idea of “Imperium” in his key work, or even the objective of forming the European National Front is instructive (COOGAN, 2022). Indeed, this neo-fascism was drawing its thinking from a European reality, in the context of the Cold War, but above all framed by a political (and ethnic-differentialist) status based on an imagined European continent. This initial condition was reified in different—but convergent—ways in the subsequent phases of European and North American neo-fascism.

Without succumbing to the temptation to underestimate the existence of strong networks and connections in European neo-fascism (HIERRO, 2021), it is necessary to ask the following: Does neo-fascism exist in Latin America? Does it have a more or less direct relationship with these new facets of international neo-fascism structured over decades? What is the actual relationship of this neo-fascism in the most recent political environment? We will use the case of Brazil for our analysis.

NEO-FASCISM IN BRAZIL: A LATE PHENOMENON?

In effect, it is not possible to consider Brazil to be the sole producer, appropriator, or propagator of neo-fascist organizations and tendencies in Latin America. Some studies even demonstrate that countries such as Argentina (FINCHELSTEIN, 2014; GRINCHPUN, 2021) and Chile (DEUTSCH, 2009) were important centers of production for ideas in the context of post-fascism and neo-fascism, even during military dictatorships, including from metapolitical perspectives.

We take the case of Brazil as a reference, considering the country’s importance in regional geopolitics and, primarily, due to the fact that Brazil was the home of the largest non-European fascist political organization: the Brazilian Integralist Action (Ação Integralista Brasileira - AIB), an entity that established a mass political organization and effectively became part of the camp of fascist transnationalism (TRINDADE, 1974; BERTONHA, 2014; GONÇALVES, 2018).

Nevertheless, institutional fascism disappears prior to the outbreak of the Second World War, due to the troubled relationship with Getúlio Vargas following the Estado Novo coup and the political disputes that ultimately turned Brazilian Integralism into a marginal political activity.

Although it is possible to look at the history of fascism in Brazil beyond these institutions and organizations, it is important to consider their trajectories to understand the dynamics that will impact neo-fascism in the country. In the post-war context, the main integralist organization will be the Popular Representation Party (Partido de Representação Popular - PRP), an entity that acted on issues typical of the post-fascist context, although it did not propose a typically neo-fascist path.

In general terms, the integralism that began in 1945 proposed to revive the values of classical fascism while also incorporating a democratic discourse, through conservative values based on the relationship and influence of Salazarism and Portuguese Christian democracy (GONÇALVES, 2018). As such, although it was undoubtedly an integralist party and referenced the context and tenets of classical fascism (CALIL, 2001), these arrangements advocated for an apparent “de-fascistization,” typical of the post-fascist context but not of neo-fascist continuism.

In the context of the civil-military dictatorship (1964-1985), there was little integralist participation; it was part of some institutions and bodies of the authoritarian regime but without imposing an agenda of its own in those spheres. Thus, although there were extreme right-wing groups with violent activities that sought to radicalize the military authoritarianism, there were no typically neo-fascist groups (in their great diversity) that had any impact during the period.

Consequently, in Brazil, the neo-fascist context begins to develop as a result of two key moments: the death of the integralist leader Plínio Salgado (1975) and the democratic transition (1985). Following Plínio Salgado’s death (CALDEIRA NETO, 2021), the neo-integralist phenomenon emerges, based primarily on the sense of neo-fascist continuism. However much the neo-integralist groups disagreed in strategic terms and modes of organization, the sense of returning to the framework of classical fascism was predominant in this camp.

Another factor that explains the “late” nature of Brazilian neo-fascism is not directly related to the (neo)integralist context, although it will impact those groups. Following the democratic transition, the phenomenon of the “ashamed right” (RODRIGUES, 1987) will impact the coordination of political forces on the right. In an apparently paradoxical manner, this phenomenon coexists with a conservative transition that does not immediately provide any legal or judicial avenues for discussions about the dictatorship nor the relationship between civil society (and the political class) and the dictatorship. Thus—hence the paradox mentioned above—the conservative camp refrains from any significant references to its right-wing political nature but remains active in the democratic political arena despite its links to the recent authoritarian past.

In the realm of political radicalism and extremism, the impact of the combination of the conservative transition and the ashamed right opens a precedent (or a political space) for the coordination of extreme right-wing groups, including neo-fascists. Consequently, in Brazil, it is not during the civil-military dictatorship but rather during the democratic transition that neo-fascism effectively begins to organize itself through diversified strategies—in other words, not only continuist—and seeks ways to coordinate with others in the international arena of neo-fascism.

As such, while this “late neo-fascism” certainly does not strictly correspond to the phases proposed by Anna Cento Bull (2012)—and of course every model has its exceptions—it is after the democratic transition that neo-fascism in Brazil produces new facets and rifts similar to the tripartite model described by Nigel Copsey (2020) as well as possibilities for international interaction. In short, it is in the 1980s that neo-fascism begins to become an effectively quantifiable and somewhat significant phenomenon.

NEO-FASCISM IN BRAZIL: BETWEEN THE LOCAL AND THE GLOBAL

The international coordination and interaction of neo-fascism in Brazil is defined by ideological phases and issues. This is contingent both on technical aspects (such as the use

of the Internet) as well as on the emergence of new tendencies affiliated with the diversity of a neo-fascism that is not exclusively continuist.

It is therefore possible to follow several lines of analysis emerging from this topic. Throughout the 1980s and 2000s, the Brazilian neo-fascist landscape is composed of neo-Nazi, neo-integralist, and Holocaust denial groups. As will be seen below, each group's capacity for internationalization is dictated by its ideological nature, with some being more inclined towards internationalization and others being confined to the local sphere.

Beginning in the 2000s, the neo-fascist landscape is largely dominated by neo-integralist groups, with a decrease in activities by Holocaust denial groups, due mostly to legal issues as well as a retreat of neo-Nazism, which becomes a phenomenon without clearly organized groups. It is a moment in which neo-integralism becomes established as a referent for Brazilian neo-fascism but with a low level of interaction in the global arena.

Throughout the 2010s (and until the present day), neo-fascism in Brazil has undergone an intense process of diversification and radicalization, not least as a consequence of the emergence of a new radical right, partly epitomized by the groups involved in the electoral campaign of Jair Bolsonaro. As a result, the neo-fascist landscape includes the presence of continuist and non-continuist groups, metapolitics, and Holocaust deniers, among others, signifying a more plural and internationalized landscape for Brazilian neo-fascism.

NEO-NAZISM: FROM “CONTINUISM” TO SKINHEADS

The first neo-Nazi organizations that appeared were characterized by continuism and the attempt to create a neo-Nazi party. These initiatives were led by Armando Zanine Jr., a retired military veteran who had been active in fascist-inspired groups and parties on the conservative right during the dictatorship. In 1985, Zanine Jr. attempted to organize the creation of the Brazilian National Socialist Party (Partido Nacional-Socialista Brasileiro - PNSB) and achieved some measure of media prominence with the initiative. In 1990, he conceived the equally neo-Nazi Brazilian Nationalist Revolutionary Party (Partido Nacionalista Revolucionário Brasileiro - PNRB). Both organizations had a strong anti-Semitic component and defended the eugenics of the Brazilian population but presented themselves as “non-racist” groups.

The attempt to create a neo-Nazi party was not an exclusively Brazilian innovation on the continent, as exemplified by the short-lived National Socialist Party of Paraguay (ARDITI, 1989) and Alejandro Biondini's Partido Nuevo Triunfo in Argentina. In any event, analyzing the documents pertaining to the groups led by Armando Zanine, it was not possible to observe any sign of international dialog among them.⁴ Although the leader of the group told the press that it received non-financial support from neo-Nazis in Europe, there is no evidence to support this statement.

Indeed, the low number of documents produced by the neo-Nazi “parties” of Zanine Jr.⁵—which were limited solely to a manifesto, documents from state security agencies, and the (unbridled) media appeals of the neo-Nazi leader—can be seen as hindrances to the analysis. But there are two points that seem to be important when considering the group's low level of internationalization.

The first is the “late” aspect of continuist neo-Nazism, which becomes slightly more prominent in Europe in the immediate post-1945 period but not in the 1980s; as such, the

⁴ Nazista brasileiro faz lista para formar partido. *Jornal do Brasil*, 27 de março de 1988, p. 5.

⁵ "Falange Patriótica". Arquivo Nacional: BR.DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80010429.

Brazilian groups were out of sync. Admittedly, neo-Nazi groups of this type continue to exist even today, but they were not the focus of most of the production of the neo-fascist camp.

The second explanatory hypothesis seems to be more significant, related to the multiethnic dimension of Brazil and of a national identity archetype. The notion of the mestizo dimension of the Brazilian national identity is a global referent. As such, why would more organized neo-Nazi continuist groups (political parties, in particular) support a neo-Nazi group from the tropics that did not have a robust organizational capacity and, more importantly, had a clearly confused discourse regarding racial issues?

In this case, the relationship of neo-Nazi skinheads is diametrically opposed. The first White Power groups that emerged during the 1980s reproduced *ipsis litteris* the basic corpus of the symbology and values of other international neo-Nazi skinhead groups and movements. Obviously, some adaptations were made in the pursuit of a specific white nationalism in certain regions of the country, particularly in the south and southeast, as indicated by the studies of Alexandre de Almeida (2004).

In any event, the neo-Nazi skinhead landscape facilitated at least two new additions to the international field of skinhead neo-Nazism. One of the most emphatic events was the creation of a Brazilian chapter of the group Blood and Honour, which used digital media for dissemination. It appears that the Brazilian cell emerged as a byproduct of the group's transnationalism in Latin America, whose cells in Argentina and Chile were better established (ALCANTARA, 2015) and even recognized by the British leadership.⁶

On the group's website, they introduced the group as the São Paulo/Argentina division and emphasized ethnicity as a component for this association: "All of them are descendants of Europeans and have been involved in the movement for many years." Additionally, they sought to establish an idea of racial purity in contrast to other regions of the country: "Brazil is too large a country (with an extension bigger than the whole European continent [...]) the population in the northern part of Brazil is mainly non-white. Therefore, it would be illogical to open a B&H; division denominated by their country of origin (Brazil)."⁷

Indeed, the relationship between neo-Nazi skinhead groups in Brazil and Argentina was a means devised for these Brazilian groups to break with the multiethnic imperatives of the Brazilian population. The group Division 18, for example, was a neo-Nazi skinhead organization that was simultaneously both Brazilian and Argentine (ALMEIDA, 2013).⁸

It is also evident that neo-Nazi skinhead (and similar) groups use digital media to engage with international groups and transnational dynamics. More recently, the closer relationship of some Brazilian neo-Nazis with Ukrainian groups such as the Azov Battalion⁹ or, more specifically, the Misanthropic Division, has led to attempts to create a Brazilian division of the Misanthropic Division. According to a report by the Public Prosecutor's Office¹⁰ (Ministério Público Federal - MPF), one of the initiatives was initially developed through the social network "VK" by a neo-Nazi skinhead linked to Impacto Hooligan, a Brazilian group.

As such, from the viewpoint of a loosely coordinated neo-Nazism, it is the skinheads who provide some degree of international interaction and a reproduction of global

⁶ "Blood & Honour Southland is an official division of B&H/C18, where the best skinhead elements from Argentina and Chile meet". Blood and Honour Worldwide. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20160325181958/http://www.skrewdriver.net/worldindex.html>. Acesso: 10 jul. 2021.

⁷ Blood & Honour: Divisão São Paulo/Argentina. Disponível em:

<http://web.archive.org/web/20070219044818/http://www.bloodandhonoursp.com>. Acesso: 12 fev. 2021.

⁸ The existence of a virtual network for dialog between Argentines and Brazilians is also noted by Dilton Maynard (2014).

⁹ This is a point that is particularly well explored by the international media. See: LEAHY, Joe. Brazil neo-nazi claim challenges Myth of Nation's Racial Harmony. The Financial Times, Available at: <https://www.ft.com/content/f9ee01ca-ce49-11e6-864f-20dcb35cede2>. Accessed: May 12, 2020.

¹⁰ Ministério Público Federal: Ação Penal – Procedimento Ordinário (283) No 5000562-48.2021.4.03.6181 / 1ª Vara Criminal Federal de São Paulo.

mechanisms, albeit always in terms of poorly coordinated political groups. In comparison to the proposed attempts to create neo-Nazi political parties, it is possible to conclude that skinheads are less impacted by the late aspect of Brazilian neo-fascism.

To a certain extent, this is aided by the relatively minor temporal disparity, as neo-Nazi skinheads are an international phenomenon that began expanding in the second half of the 1970s (VIÑAS, 2022), while Brazilian “White Power” first appears in the early 1980s. Furthermore, the dynamics of the youth culture of skinheads—neo-Nazis or not—give a greater degree of malleability to the phenomenon, which incorporates local issues in concert with the global demands of the phenomenon, as suggested by Ryan Shaffer’s study of the British case (SHAFFER, 2017).

In any event, they are minoritarian groups with little political impact, characterized by intense ephemerality and a rejection of more effective political dialog, although some of them have made occasional nods to political leaders of the radical right, such as Enéas Carneiro and Jair Bolsonaro (beginning in 2011).

HOLOCAUST DENIALISM

To a certain extent, the beginning of the neo-fascist phenomenon in Brazil confers a capacity for international dialog upon the groups that do not seek a Brazilian specificity (such as the neo-integralist groups). The phenomena that are not grounded in national identity (or, simply, those that are deterritorialized) are naturally more inclined towards the possibility of transnational interaction and circulation. This can also be seen in Holocaust denialism.

The primary denialist vehicle in Brazil was the publisher Editora Revisão, founded in 1985 by Siegfried Ellwanger Castan, a Brazilian engineer of German descent. Taking advantage of the discussions on censorship and political freedom that characterized the democratic transition, Editora Revisão functioned as a denialist and anti-Semitic hub, publishing international and Brazilian literature by authors linked to classical fascism but also to more recent manifestations (CALDEIRA NETO, 2012).

From that moment on, Jewish and anti-racist organizations engaged in a legal battle against the denialist publisher. The “Ellwanger case” lasted until 2003, when the Federal Supreme Court (Supremo Tribunal Federal - STF) denied the habeas corpus request (HC 82424), convicting the denier of the crime of racism. Over the years, as a result of those issues, Editora Revisão has received extensive publicity and become a model for different groups on the Brazilian extreme right and for seeking to establish international connections.

The sale of denialist books was carried out via unconventional methods, such as postal reimbursement and fax, using a printed form. Beginning in the 2000s, the Editora Revisão website became an instrument for the dissemination of texts and the books published—or printed—by the publisher. These materials included a list of works by Brazilian denialist authors as well as non-denialist anti-Semitic titles (such as “The International Jew” by Henry Ford and “The Secret Powers Behind Revolution” by León de Poncins) and denialist works by foreigners, such as Robert Faurisson (“Is the Diary of Anne Frank Genuine?”), C. W. Porter (“Not Guilty at Nuremberg”), Richard Harwood (“Did Six Million Really Die?”), and Louis Marschalko (“The World Conquerors”).

Coupled with this foray into the transnationality of denialist authors, Editora Revisão arranged for the translation of books by Siegfried Castan. “Holocausto: Judeu ou Alemão?” [“Holocaust, Jewish or German?”], for example, was translated into English, Spanish, and German. The translation effort and the court battles provided valuable political tools for Editora Revisão and interactions in the international field of Holocaust denialism, such as L'Association des Anciens Amateurs de Récits de Guerres et d'Holocaustes (AAARGH), founded in 1996.

AAARGH was a website that was originally exclusively in French,¹¹ with an anti-Semitic and Holocaust denial orientation. In addition to disseminating denialist texts by different authors, it had archival sections devoted to Robert Faurisson and Paul Rassinier, the most prominent French denialist authors, as well as texts in support of other deniers, such as Roger Garaudy.

On the main site, there was a list of links to other denialist websites, but there was no mention of the Editora Revisão website. The only reference in Portuguese was to the website “Página de Freiheit” [“Freiheit Page”], a Brazilian outlet for neo-Nazi, denialist, and white supremacist material that stated that it had no relationship with Siegfried Castan and Editora Revisão.

Beginning in 2005, AAARGH began publishing a quarterly newsletter of “historical criticism” in Portuguese. Titled “O Revisionismo em Língua Português (sic)” [Revisionism in the Portuguese Language] and with the motto “Não acredite. Pense.” [“Don’t believe. Think.”], the newsletter included both denialist authors and critics of denialism, aiming for a tone of democratic plurality.¹²

Siegfried Castan appeared in some issues (no. 1, no. 3, no. 5) of the newsletter, but the legal case involving Editora Revisão was featured on other occasions, until the final issue of the newsletter (no. 8, 2008). On the main AAARGH website in Portuguese, some denialist content produced by Brazilians was included, notably by Siegfried Castan and retired military veteran Sérgio Oliveira, the second most important figure at the publisher.

In addition to the references to Editora Revisão, the AAARGH website included links to the website “Inacreditável” [“Unbelievable”], one of the main disseminators of denialist material on the Brazilian Internet and a site that is still active today. Among the books from Editora Revisão available for download in PDF, some had identifying marks that indicated the digitization and dissemination process for the books: the website Valhalla88, presented as “the largest national socialist portal in South America on the Internet” was “responsible” for the dissemination of “Acabou o Gás!” [“The Gas is Over!”]. In turn, “Holocausto Judeu ou Alemão?” [“Holocaust, Jewish or German?”] and “O massacre de Katyn” [“The Katyn Massacre”] (by Sérgio Oliveira) carried the mark of Nuevo Ordem, a Spanish neo-fascist (and denialist) portal.

This circulation (or recognition) in Ibero-American environments is clearly visible in other spaces, such as the Libreria Europa website,¹³ with its slogan “Conferindo e divulgando a História” [“Examining and Disseminating History”], from the Spanish denier Pedro Varela; the site had a list of links to denialist websites in other languages on its homepage: The Journal of Historical Review (Institute for Historical Review), the website of Ernst Zündel, and the website of Editora Revisão. Like Castan, Pedro Varela has been involved in legal disputes due to his Holocaust denialism.

This recognition from international deniers was indeed something sought by Siegfried Castan. Inspired by international initiatives, Editora Revisão sought to create institutional denialist bodies, such as the National Center for Historical Research (Centro Nacional de Pesquisas Históricas - CNPH), founded in 1992 and clearly inspired by the North American model of the Institute for Historical Review. Effectively, CNPH was simply a body for the internal gratification of Editora Revisão and its authors, reinforcing the denialist praxis of self-citation and hermetic references among peers. In any event, CNPH sought to confer a

¹¹ L'Association des Anciens Amateurs de Récits de Guerres et d'Holocaustes Disponível em: <http://aaargh.vho.org/fran/fran.html>. Acesso: 01 fev. 2022.

¹² O Revisionismo em Língua Português. Disponível em: <http://aaargh.vho.org/port/revport/revport.html>. Acesso: 15 out. 2021.

¹³ Libreria Europa. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20070331051016/http://personal.redestb.es/lib.europa>. Acesso: 17 nov. 2021.

degree of legitimacy, giving awards to books such as “O livro branco sobre a conspiração mundial” [“The White Book on World Conspiracy”], an anti-Semitic pamphlet by Sérgio Oliveira.

Until the end of the lawsuit, Editora Revisão had become the epicenter and disseminator of international denialist literature in Brazil. Following the closure of the publisher and the death of Siegfried Castan in 2010, this phenomenon effectively receded, although there are a few vehicles that have sought to recapture this legacy, such as websites like “Inacreditável” and “O Sentinela” [“The Sentinel”], but both have a low level of internationalization.

NEO-INTEGRALISM: LOCAL AND INTERNATIONAL UNREST

As stated above, neo-integralism develops earlier (beginning in 1975) and in parallel with other phenomena in Brazilian neo-fascism. At certain moments, the neo-Nazi and denialist movements are specifically associated with neo-integralist groups. These groups were led by the lawyer Anésio de Lara Campos Jr., who was simultaneously an integralist, a Holocaust denier, and close to neo-Nazi continuist groups under Armando Zanine Jr. and sought to rally neo-Nazi skinheads or (bald) non-racist nationalists. These contentious relationships in the diverse neo-fascist camp placed a number of political constraints on neo-integralist groups throughout the 1990s, which can be broken down into three elements.

First is the dispute over the leadership of neo-integralism. In general, the neo-integralist groups have leaders who seek to guide integralism into the twenty-first century in its entirety, rather than just one or another group. This creates a clear conflict among those who claim, in their own way, to be the “next Plínio Salgado.”

The second characteristic—internal tension—is related to the reinterpretations promoted by these groups. All of them are continuists, but they establish a clear process of selecting the integralist legacy and erasing certain nuances. The primary legacy is anti-Semitism (CALDEIRA NETO, 2014), as it raises a complex issue, ranging from legal questions (in relation to Holocaust denialism) to a possible preference for the more radical wing of classic integralism, led by Gustavo Barroso, and more in line with German National Socialism.

The third aspect, originating in the debate over the space of anti-Semitism in neo-integralism, concerns the relationship with other neo-fascist groups, the extreme right, and right-wing nationalism. The more radical and anti-Semitic groups gravitate towards tendencies such as neo-Nazi skinheads and Holocaust deniers. Other neo-integralist groups, more Catholic, are more in line with Brazilian groups that participate in the traditionalist Catholic universe, such as Tradition, Family, Property (Tradição, Família e Propriedade - TFP) or small monarchical entities.

Consequently, the neo-integralist environment during the 1980s and 1990s was characterized by internal disputes and tension. This will be somewhat resolved beginning in the 2000s with the formation of certain groups, some of which still exist today. This process will lead to a slight centrality of neo-integralism in the local neo-fascist field but with a low level of international dialog, also due to the revival of the multiethnic integralist discourse.

International dialog was very sporadic. In 1995, integralism was the subject of an article in the magazine *Vorderste Front: Zeitschrift für politische Theoria & Strategie*, a periodical linked to Junge Nationaldemokraten (National Democratic Youth), the youth section of the German Nationaldemokratische Partei Deutschlands (NPD).¹⁴ According to

¹⁴ Die integralistische Bewegung Brasilien, *Vorderste Front: Zeitschrift für politische Theoria & Strategie*, n. 7, abril, 1995, p.14-28.

Lukas Novotny (2009), the periodical was part of an effort by the German extreme right, associated particularly with neo-Nazism, to encourage the creation of no-go areas, i.e., areas with a low or no presence of immigrants. This strategy was inspired by practices linked to the International Third Position (ITP) and particularly to the Italian Terza Posizione. At the end of the article, which did not mention any neo-integralist group, there was a short note mentioning the ITP.

Three years after this initial contact, the ITP emerges in exclusively neo-integralist environments (CARNEIRO, 2012). The first appearance in print occurs in the periodical *Idade Nova*, in January 1999. The manifesto/declaration of the ITP is featured on the cover of the periodical and occupies two pages of the small magazine, the result of “a responsibility we have to our British colleagues.”¹⁵ The text was provided courtesy of Final Conflict, a magazine of the ITP, through Legionary Press, the entity responsible for translating doctrinal texts by the extreme right into English; these texts are graced with the message “Thank you comrades, God bless the national revolution around the world!!!” Eighteen months later, in June 2000, the same report appears in the newsletter of the Center for Integralist Studies and Debates (Centro de Estudos e Debates Integralistas - CEDI).¹⁶

The Internet was potentially the central element that facilitated this dialog. The CEDI, a group led by the student Marcelo Mendez, was the first neo-integralist group to invest in digital media, with websites as well as print materials. This effort is quite evident, as beginning in 1999, the official website of the ITP included a reference to the website of the CEDI, in the “Central and South American”¹⁷ section of an extensive list of links to related (unaffiliated) ITP groups. During the same period, the ITP’s statement of principles in Portuguese (from Portugal) began to be included on the website.¹⁸

This relationship did not last, as Marcelo Mendez passed away in 2000, in an act of suicide traced back to disputes with other neo-integralist groups and leaders (CALDEIRA NETO, 2014), bringing about the end of the CEDI. Furthermore, the ITP also collapsed in the early 2000s, when it was incorporated into the English First Party (BLAMIRE; JACKSON, 2006).

Following this event, the neo-integralist landscape underwent an attempt at readjustment—both in terms of internal disputes and of its relationship with the digital media. In 2004, when the “I Congresso Integralista para o século XXI” [“I Integralist Conference for the Twenty-First Century”] took place, one of the speakers (Marcelo Silveira) made some nods to the ideas of transnational neo-fascism, relativizing (but not explicitly denying) the Holocaust and making a specific and slightly critical reference to Julius Evola, an author who until then had not been acknowledged by Brazilian neo-fascist circles (CALDEIRA NETO, 2021).

Of the neo-integralist groups operating in the twenty-first century, the Brazilian Integralist Front (Frente Integralista Brasileira - FIB) is the most organized but has little international reach. Only in 2012 did the group attempt to create relationships with certain international groups along the neo-fascist-traditionalist axis, through an International Relations entity.¹⁹ They made contact with Nation (Belgium), the Social Republican Movement (Spain) and Action Française (France) as well as Latin American groups: Organización de Estudiantes Nacionalistas in Venezuela and Movimiento pela Identidad

¹⁵ International Third Position. *Idade Nova*, n. 2, janeiro/1999, p. 5-6.

¹⁶ International Third Position. *Informativo CEDI*, n. 9, junho/2000, p. 1-2.

¹⁷ Links. International Third Position. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20010409224959/http://itp.org/links.html>. Acesso: 12 mai. 2021.

¹⁸ Declaração de Princípios. <https://web.archive.org/web/20010815163357/http://itp.org/full10-port.html>. Acesso: 17 dez. 2021.

¹⁹ VILLACIAN, Alexandre. Belgas e espanhóis felicitam a FIB pelos oitenta anos de luta do movimento integralista. *Ação!*, n. 8, 2012, p. 6.

Nacional and Partido Popular de la Reconstrucción in Argentina. However, none of these initiatives resulted in concrete dialogs.

Nevertheless, over the past decade, the Brazilian neo-fascist landscape has demonstrated a strong inclination towards the global arena, a phenomenon that extends to the far-right camp. This has even included the neo-integralist camp, traditionally indifferent or disinclined to those ambitions.

The Arcy Lopes Estrella Civic-Cultural Association (Associação Cívico-Cultural Arcy Lopes Estrella - ACCALE), officially founded in 2017, is representative of these changes. Combining the integralist ideology with other manifestations of the Brazilian radical right (such as Enéas Carneiro's Party of the Reconstruction of the National Order [Partido de Reedificação da Ordem Nacional - PRONA]), the group adopts a more youthful aesthetic, inspired primarily by CasaPound Italia (CPI). Indeed, the group makes a specific nod to an "Evolian" dimension of neo-fascism, wearing t-shirts with the phrase "Revolta contra o Mundo Moderno" ["Revolt Against the Modern World"] and praising the CPI on its official website.²⁰ In reality, this is a broader phenomenon, characterized by the emergence of groups inspired by the metapolitical matrix of international neo-fascism.

METAPOLITICS: FOURTH POLITICAL THEORY AND IDENTITARIANISM

The growing transnational ambition of Brazilian neo-fascism can be explained by two factors. The first is a result of the far-right political camp, which in one sense converges around a globalization process centered on the political project of Jair Bolsonaro and groups of more radical supporters. As Brazil effectively becomes part of this global agenda, neo-fascist groups will seek connections, not least as a method for survival in a landscape occupied predominantly by Bolsonarist groups.

The second factor, which has a greater impact internally within these groups, concerns the pluralization of the Brazilian neo-fascist camp, a late phenomenon, to a certain extent also influenced by the late aspect of this neo-fascist camp. The tripartite division (neo-Nazis, neo-integralists, and Holocaust deniers) that characterized the field between 1980 and the late 2000s is now being transformed. Consequently, these new manifestations have their own dynamics in terms of international dialogs and ambitions.

In the transition to the 2010s, there begins to be a proliferation of groups that think according to the dynamics of metapoliticization, making specific references to authors such as Alain de Benoist, Guillaume Faye and, in a Eurasian framework, Aleksandr Dugin. These groups emerge as the result of an effort that began during the "Encontros Nacionais Evolianos" ["Evolian National Meetings"], held between 2009 and 2014, bringing together those interested in areas such as traditionalism, perennialism, and dissident (and neo-fascist) philosophers and those with Nouvelle Droite tendencies. However, undoubtedly, the main point of connection was Aleksandr Dugin's fourth political theory.

Although there is a productive debate about the fascist nature (or lack thereof) of the fourth political theory (UMLAND, 2010), the Evolian events—which were attended by Dugin, Alain Soral, and Alberto Buela—gave rise to groups that developed a fascist reading of this political "doctrine." Combining a rejection of Atlanticism and an embrace of Third-Worldism in a palingenetic dimension of ultra-nationalism, this new generation of militants began to translate works by Julius Evola and Aleksandr Dugin through a small publisher (Editora Austral, 2012).

²⁰ Casa Pound distribui 6 toneladas de ajuda alimentar para mais de 500 famílias italianas. ACCALE. 2021. Disponível em: <https://accale.org/blog/2021/04/06/draghi-mata-de-fome-a-italia-casa-pound-distribui-6-toneladas-de-ajuda-alimentar-para-mais-de-500-familias-italianas/>. Acess: 15 sep. 2021.

In 2015, the group New Resistance (Nova Resistencia - NR) is founded, with a national-revolutionary emphasis, inspired not only by the name of the homonymous group founded by Christian Bouchet in 1991 but also by strategies that seek to incorporate the ideas of both the left and the right, in pursuit of a synthesis around the fourth political theory. It is not, however, merely an importation of the French or Russian framework but instead an attempt to adapt it to the Brazilian ethnic and political reality, using topics such as miscegenation, religiosity, and diversified folkloric nuances.

The NR represents a well-articulated manifestation of Brazilian neo-fascism, both in terms of structure (organization of events, presence in street protests, and visibility in a country with a continental scale) and of international dialog. On the occasion of the group's II National Congress in 2021, NR was hailed by a number of leaders of identitarian, third position, and neo-fascist groups: Aleksandr Dugin, Christian Bouchet, Luca Boniardi (Radio Fenice Europa), Enrique D'Aceto (Editora Fides), Maxence Smaniotto (Rébellion), Alejandro Vasquez and Israel Lira (Center for Crisolist Studies and Nationalist Youth of Peru), Carlos Salazar (Patriotic Circle of Chilean and Indo-American Studies), José Alsina Calvés (Nihil Obstat), Mickael (Egalité et Réconciliation), and Manuel Rezende (Identitarian Shield [Escudo Identitário - EI]).

Although there are occasional interactions with other groups in the neo-fascist camp, such as the leaders of neo-integralist groups, NR has established itself thus far as the representative of a "Eurasian" and multipolar matrix of Brazilian neo-fascism. The apparent ambivalences and contradictions of the group's political discourse—on both the left and the right—are not a hindrance; on the contrary, they aid in this consolidation.

In turn, the metapolitical dimension introduces another component that certainly does not develop a Third-Worldist perspective but rather dialogs with groups and tendencies of Brazilian neo-fascism that envision a connection (or direct link) with a European identity archetype. These are very small groups, strongly influenced by the Brazilian multiethnic condition (and the myth of racial democracy in the national extreme right) and that act exclusively online but merit a brief analysis.

The Identitarian Legion (Legião Identitária - LI), a group that existed between 2016 and 2021 (SHIGUNOV, 2021), has defined itself as "an identitarian movement intended to preserve and strengthen the Euro-descendant identity and culture of the southern region of Brazil." It raised a few points that were not typical in the Brazilian extreme right (neo-fascist or not), such as the issue of immigration and warnings against the dangers of "Islamization."

More than international connections, what has had the greatest impact in this case is a transnational circulation and appropriation of neo-fascist and/or French New Right authors, such as Alain de Benoist, Dominique Venner, and Guillaume Faye. The group created an online publishing imprint (Editorial Aquiles) and translated works by Mark Willinger ("Generation Identity: A Declaration of War Against the '68ers") and Alain de Benoist and Charles Champetier ("Manifesto for a European Renaissance") into Brazilian Portuguese. The group's aesthetic even appropriates the French Génération Identitaire.

The other group that is part of the pole of European identitarianism is Aurora de Ferro [Iron Dawn]. Active online, the group is inspired by its North American counterpart Archeofuturist Front and has an ostensibly active relationship with its US headquarters. Inspired by the ideas of Nouvelle Droite and particularly by the archeofuturism devised by Guillaume Faye, the group promotes an attempt to adapt the metapolitical and identitarian frame of reference to the Brazilian situation. Although it is a group exclusively inspired by the European framework of identitarianism and the ENR, Aurora de Ferro seeks to adapt these fundamental values (such as the rejection of pluralism and modernity) to the Brazilian autochthonous dimension and its ethnic particularities, privileging the Portuguese framework of Brazilian colonization and incorporating other references (such as the

Bandeirantes—literally, “flag-carriers,” who were explorers, fortune hunters, slavers, and adventurers in early Colonial Brazil) in the archetype of a new national figure.

The group maintains a partnership with the ACCALE, and it is thus possible to envisage a process of dialog and internal circulation, building bridges between groups usually situated at the continuist/neo-integralist pole and groups that work towards transnationalism using a metapolitical strategy.

Although these groups are still very new, the fact that some of them are inspired by the fourth political theory and by ENR authors indicates that from the viewpoint of transnationalism, there is now a new phase of Brazilian neo-fascism, resulting from a type of maturation of the field that emerged relatively late in comparison to the international phenomenon, particularly in Europe. This new phase is primarily characterized by the use of digital media for interaction and dialog, which has proven to be effective, albeit still groupuscular.

CONSIDERATIONS

Based on this analysis, it is possible to assert that in Brazil, the spaces of neo-fascism are typically both local and global. Indeed, there has been a tendency to pursue international dialogs ever since the neo-fascist camp first appeared in the country. However, these efforts have been largely frustrated by a number of factors. The first of these, as stated above, was the late establishment of the Brazilian neo-fascist camp. This led to a slight discrepancy, if we comparatively observe the phases and dynamics of the development of global neo-fascism.

There are clearly autochthonous factors that impact the composition of this landscape, such as the democratic transition as well as the apparent centrality of a continuist (neo-integralist) model that does not explicitly advocate the need for international interaction *par excellence*. Conversely, there are external dynamics that hinder many of the dialogs that were so productive during the “era of fascisms.”

Beyond the phases of international neo-fascism, the issue of European identity and pan-Europeanism as crucial aspects of European and North American neo-fascism poses significant barriers to the appropriation of these variables in the Brazilian neo-fascist landscape. In any event, the past decade has seen the rise of different neo-fascist groups that appropriate dynamics and strategies from the international arena, combining global aspects with local specificities and ambitions. The emergence of groups that operate not only according to “deterritorialist” and “revisionist” perspectives but effectively “metapolitics” is a strong indication of this new phase.

Finally, it is important to emphasize that these diverse dynamics in the relationship (and tension) between the local and the global do not necessarily signify any degree of fragility in Brazilian neo-fascism in political terms, even when compared to international tendencies. In recent years, the emergence of Bolsonarist groups (such as “Ukrainization” groups and the “300” group) that have appropriated a fascist political imaginary—and certain credentials previously restricted to neo-fascist groups—signals the possibility of a more effective dialog between Brazilian neo-fascist groups and other tendencies of the Brazilian extreme and radical right. In this respect, the local enables a capacity for immediate political gain, making the global perspective secondary.

For this reason, in addition to the international inclusion of Brazilian neo-fascism in the global neo-fascist landscape, it is important to observe how these groups are called upon to participate in moments of political radicalization and in the pursuit of disruptions to the democratic order, a persistent feature in the landscape of Jair Bolsonaro’s presidency but that can potentially be extended to other cases with certain similarities, such as Donald

Trump's mobilization in the US. Accordingly, while some groups manifest a stronger tendency towards global dynamics, others act in pursuit of local political capital. It is thus a phenomenon that is simultaneously local and global, and the two conditions often coexist in tension and in cooperation.

REFERENCES

- ALCADE, Ángel. The Transnational Consensus: Fascism and Nazism in Current Research. *Contemporary European History*, v. 29, n. 2, p. 243-252, 2020.
- ALCANTARA, Samoel. "Skinheads White Power na América do Sul: a internacionalização do discurso nacional-socialista da Blood & Honour". *Revista Espaço Acadêmico*, v. 14, n. 175, p. 18-26, 2015.
- ALMEIDA, Alexandre de. Divisão 18: a identidade de resistência de uma organização Skinhead White Power Argentino – Brasileira. *Revista Contemporâneos*, v. 1, n. 11, p. 1-21, 2013.
- ALMEIDA, Alexandre de. *Skinheads: os "mitos ordenadores" do Poder Branco paulista*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.
- ARDITI, Benjamin. Adiós a Stroessner: Nuevos espacios, viejos problemas. *Nueva Sociedad*, n. 102, p. 24-32, 1989.
- BALE, Jeffrey M. Fascism and neo-fascism: Ideology and "groupuscularity". In: GRIFFIN, R. et al. *Fascism: Past and Present, West and East*. Stuttgart: Ibidem-Verlag, 2006, p. 78-86.
- BALE, Jeffrey. National revolutionary groupuscule and the resurgence of left-wing fascism: the case of France's Nouvelle Résistance. *Patterns of Prejudice*, v. 36, n. 3, p. 24-49, 2002.
- BALE, Jeffrey M.; BAR-ON, Tamir. *Fighting the Last War: Confusion, Partisanship, and Alarmism in the Literature on Radical Right*. London: Lexington, 2022.
- BAUERKÄMPER, Arnd; ROSSOLINSKI-LEIBE, Grzegorz (eds.) *Fascism without Borders: Transnational Connections and Cooperation between Movements and Regimes in Europe, 1918-1945*. New York/London: Berghahn, 2016.
- BERTONHA, João F. *Integralismo: problemas, perspectivas e questões historiográficas*. Maringá: EDUEM, 2014.
- BLAMIRE, Cyprian P.; JACKSON, Paul (eds.) *World Fascism: A Historical Encyclopedia*. Santa Barbara: ABC Clio, 2006.
- BULL, Anna C. Neo-fascism. In: BOSWORTH, R. J. B. *The Oxford Handbook of Fascism*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- CALDEIRA NETO, Odilon. Neointegralismo: do debate historiográfico a uma possível definição. *L'Ordinaire des Amériques*, v. 226, 2021.
- CALDEIRA NETO, Odilon. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. *Antíteses*, v. 2, n. 4, p.1-27, 2012.

CALDEIRA NETO, Odilon. *Sob o Signo do Sigma: Integralismo, Neointegralismo e o Antissemitismo*. Maringá: EDUEM, 2014.

CALIL, Gilberto G. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CARNEIRO, Márcia R. da S. R. Uma velha novidade: o integralismo no século XXI. *Boletim do Tempo Presente*, n. 3, p. 1-26, 2012.

CARTER, Elisabeth. Right-wing extremism/radicalism: reconstructing the concept. *Journal of Political Ideologies*, v. 23, n. 2, p. 157-182, 2018.

CASALS I MESSEGUER, Xavier. *La tentación neofascista en España*. Barcelona: Plaza & Janés, 1998.

COOGAN, Kevin. Lost Imperium: the European Liberation Front (1949-54). *Patterns of Prejudice*, v. 36, n. 3, p. 9-23, 2002.

COPSEY, Nigel. Neo-Fascism: A Footnote to the Fascist Epoch? In: IORDACHI, C.; KALLIS, A. (eds.) *Beyond the Fascist Century*. Londres: Palgrave Macmillan, 2020.

DEUTSCH, Sandra M. Fascism, Neo-fascism, or Post-fascism? Chile, 1945-1988. *Diálogos*, v. 13, n. 1, p. 19-44, 2009.

FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo: Almedina, 2019.

FINCHELSTEIN, Federico. *The Ideological Origins of the Dirty War: Fascism, Populism and Dictatorship in Twentieth Century Argentina*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

FORTI, Steven. *Extrema derecha 2.0: Qué es y cómo combatirla*. Madrid: Siglo XXI, 2021.

FROIO, Caterina et al. *CasaPound Italia: Contemporary Extreme-Right Politics*. London: Routledge, 2020.

GENTILE, Emilio. *Quien és fascista*. Madri: Alianza Editorial, 2019.

GONÇALVES, Leandro P. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

GREGOR, A. James. *The Search for Neofascism: The Use and Abuse of Social Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

GRIFFIN, Roger. From Slime Mould to Rhizome: An Introduction to the Groupuscular Right, *Patterns of Prejudice*, v. 37 n. 1, p. 27-50, 2003.

GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. London: Pinter Press, 1991.

GRINCHPUN, Boris M. Fascismo, diplomacia y academia. La recepción temprana de Julius Evola en Argentina, 1930-1970. *Melancolia*, v. 6, p. 141-164, 2021.

HIERRO, Pablo del. The Neofascist Network and Madrid, 1945-1953: From City of Refuge to Transnational Hub and Centre of Operations. *Contemporary European History*, v. 31, n. 2, p. 171-194, 2021.

- IGNAZI, Piero. *Postfascisti? Dal Movimento sociale italiano ad Alleanza nazionale*. Bolonha: Il Mulino, 1994.
- JACOBY, Tim. Global Fascism: Geography, Timing, Support, and Strategy. *Journal of Global History*, v. 11, p. 451-472, 2006.
- KARAPIN, Roger. Review: Radical-Right and Neo-Fascist Political Parties in Western Europe. *Comparative Politics*, v. 30, n. 2, p. 213-234, 1998.
- LAQUEUR, Walter. *Fascism: Past, Present, Future*. New York: Oxford University Press, 1996.
- LENCI, Lenci. *A destra, oltre la destra: la cultura politica del neofascismo italiano, 1945-1995*. Pisa: Pisa University Press, 2012.
- MAMMONE, Andrea. Revitalizing and de-territorializing fascism in the 1950s: The extreme right in France and Italy, and the pan-national ('European') imaginary. *Patterns of Prejudice*, v. 45, n. 4, p. 29-318, 2001.
- MAYNARD, Dilton. Intolerância ao Sul da América: estudo comparado de grupos fascistas do Brasil e da Argentina na Internet (1996-2007). *Tempo e Argumento*, v. 6, n. 12, p. 54-84, 2014.
- MUDDE, Cas. *The Far Right Today*. Cambridge: Polity Press, 2019.
- NOVOTNÝ, Lukás. Right-wing extremism and No-go-areas in Germany. *Sociologický Časopis/Czech Sociological Review*, v. 45, n. 3, p. 591-609, 2009.
- PAYNE, Stanley. Review Article: Historic Fascism and Neofascism. *European History Quarterly*, v. 23, n. 1, p. 69-75, 1993.
- RODRIGUES, Leôncio M. *Quem é quem na Constituinte: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados*. São Paulo: OESP-Maltese, 1987.
- SHAFFER, Ryan. *Music, Youth and International Links in Post-War British Fascism: The Transformation of Extremism*. London: Palgrave, 2017.
- SHIGUNOV, G. H. "Nossa Guerra contra vocês": Identitarismo e o caso da Legião Identitária. Seminário Internacional História do Tempo Presente, IV. *Anais...* Florianópolis, p. 1-15, 2001.
- TRINDADE, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Rio de Janeiro: Difel, 1974.
- UMLAND, Andreas. Aleksandr Dugin's transformation from a lunatic fringe figure into a mainstream political publicist, 1980-1998: A case study in the rise of late and post-Soviet Russian fascism. *Journal of Eurasian Studies*, v. 1, n. 2, July 2010, p. 144-152, 2010.
- VEIGA, Francisco *et al.* *Patriotas Indignados: Sobre la nueva ultraderecha en la Posguerra Fría – Neofascismo, posfascismo y nazbols*. Madri: Alianza Editorial, 2019.
- VIÑAS, Carles. *Skinheads: historia global de un estilo*. Manresa: Bellaterra, 2022.
- ZACHARIAH, Benjamin. A Voluntary Gleichschaltung? Indian Perspectives Towards a non-Eurocentric Understanding of Fascism. *The Journal of Transcultural Studies*, v. 5, n. 2, p. 63-100, 2014.

AUTHOR'S NOTES

AUTHOR DETAILS

Odilon Caldeira Neto: Ph.D. in History. Associate Professor, Universidade Federal de Juiz de Fora, Institute of Human Sciences, Department of History, Juiz de Fora, MG, Brasil.

CORRESPONDING ADDRESS

Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Gabinete C-IV-38, Rua José Lourenço Kelmer, S/N - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36036-900.

ACKNOWLEDGEMENTS

None.

FUNDING

Not applicable.

IMAGE USE AGREEMENT

Not applicable.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

Not applicable.

AVAILABILITY OF RESEARCH DATA AND MATERIALS

The underlying contents of the article are contained therein.

PREPRINT

This article is not a preprint.

LICENSE OF USE

© Odilon Caldeira Neto. This article is licensed under the Creative Commons License CC-BY. With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

EDITOR

Fabio Morales.

HISTORY

Received on: April 18, 2022

Approved on: July 15, 2022

How to cite: CALDEIRA NETO, Odilon. Neo-Fascism in Brazil: From the Local to the Global? *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 579-598, sep./dec. 2022.





O NEOFASCISMO NO BRASIL, DO LOCAL AO GLOBAL?

Neo-Fascism in Brazil, from the Local to the Global?

Odilon Caldeira Neto^a

 <https://orcid.org/0000-0001-5926-528X>

E-mail: odilon.caldeira@ufjf.br

^a Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas,
Departamento de História,
Juiz de Fora, MG, Brasil.

DEBATE

NEOFASCISMO NO BRASIL/NEO-FASCISM IN BRAZIL/NEOFASCISMO EN BRASIL

RESUMO

O artigo discute o quadro do neofascismo no Brasil, analisando as suas fases de desenvolvimento e os diálogos com movimentos e expressões congêneres no campo internacional. O argumento central da análise é que o neofascismo, no Brasil, é um fenômeno tardio e potencialmente peculiar, e por essas razões, isso acarreta particularidades do ponto de vista da interlocução com as estruturas globais dessas expressões. Além disso, o artigo fornece uma discussão sobre a definição do neofascismo como categoria de análise – e a sua distinção com o fascismo histórico - a partir da condição global dessas expressões.

PALAVRAS-CHAVES

Neofascismo. Transnacionalismo. Extrema direita.

ABSTRACT

This article discusses the landscape of neo-fascism in Brazil, analyzing its phases of development and dialogs with similar movements and manifestations in the international arena. The central argument of the analysis is that neo-fascism in Brazil is a late and potentially unique phenomenon and therefore has its own particular characteristics in terms of its interaction with the global structures of these manifestations. The article also offers a discussion of the definition of neo-fascism as a category of analysis—as well as its distinction from historical fascism—based on the global nature of these manifestations.

KEYWORDS

Neo-fascism. Transnationalism. Far right.

A ultradireita é um fenômeno global. Esta percepção parece ser uma das principais convergências entre a opinião pública e o campo de estudos das expressões do extremismo e do radicalismo de direita¹ entre os séculos XX e XXI.² Além de uma percepção imediatista, fixada a partir da emergência de novas lideranças, assim como do avanço eleitoral dos partidos populistas de direita radical, a análise da ultradireita como objeto global está ancorada em referências mais afastadas em termos cronológicos, algo plenamente abordado pela literatura especializada no tema.

Em certa medida, muito do debate sobre a faceta transnacional da extrema direita é caudatária ao desenvolvimento dos estudos sobre o fascismo histórico/clássico, situado no recorte temporal do entre guerras. Em termos analíticos, a dimensão transnacional do fascismo adquiriu forte consenso nas últimas décadas, seja por uma perspectiva de abordagem, mas também pela sua dimensão factual, isto é, a constatação das estratégias que os fascistas utilizavam para se articular internacionalmente.

Por meio de organizações como a *Fasci Italiani all'Estero* ou mediante o diálogo entre lideranças e militantes fascistas, existiu um sentido de cooperação transnacional no fascismo clássico, de modo que os fascismos foram simultaneamente nacionais e transnacionais, embora “europeístas” em sua grande maioria (BAUERKÄMPER; ROSSOLINSKI-LEIBE, 2016).

Além do consenso transnacional (ALCADE, 2020) construído há tempos nos estudos sobre os fascismos, nos últimos anos se intensificou o esforço para compreender o fascismo como fenômeno global (FINCHELSTEIN, 2019), isto é, para além de exclusivismos europeus. De acordo com esta perspectiva, mais que entender os espaços e elementos dos fascismos a partir de uma característica global de análise (JACOBY, 2006), a literatura especializada passou ao desenvolvimento de uma matriz analítica crítica às tentações eurocêntricas (ZACHARIAH, 2014) e, dessa maneira, compreendendo os fascismos extra-europeus como criadores de propostas políticas concretas, e não mero reprodutores de teorias importadas.

Embora a dimensão global do fascismo aparenta ser uma preocupação em pleno desenvolvimento e, quiçá, um potencial novo consenso, talvez essa medida não se aplique de modo tão nítido no campo de estudos sobre o neofascismo, dada a particularidade do objeto.

A partir disso, é necessário pontuar algumas breves questões preambulares. À medida que o fascismo clássico declina a partir de 1945, os intelectuais e as forças políticas fascistas passam a caminhar de modo efetivo àquilo que Pierro Ignazi (1992) denomina como nova extrema direita, incorporando novas bandeiras e promovendo formas efetivas de afastamento à “condição” e ao estatuto fascista.

Este debate foi fortemente influenciado pelo quadro político italiano, onde o Movimento Sociale Italiano construiu o trânsito do neofascismo ao pós-fascismo. Inicialmente, se o MSI buscava a incorporação do arcabouço doutrinário do Partido Nacional Fascista, a transformação em *Alleanza Nazionale* conjugou a defesa do liberalismo político e econômico, o apego ao individualismo e ao ocidentalismo, aspectos

¹ Em relação a este debate, a contribuição de Carter (2018) é fundamental para a o refinamento dessas categorias. Aqui, utilizamos sobretudo o quadro geral proposto por Mudde (2019), especialmente na distinção entre direita radical e extrema direita. No quadro brasileiro, a distinção adquire viabilidade particularmente em relação ao sentimento antidemocrático como combinação entre o anti pluralismo e a negação dos direitos fundamentais dos cidadãos. A questão do nativismo, contudo, nos parece particularmente problemática para a realidade brasileira e a tradição histórica da extrema direita.

² Isso não exclui, claro, um debate, por vezes demasiadamente acalorado, sobre qual a dimensão do impacto e perigo dessas expressões. Sobre este assunto, conferir a crítica desenvolvida em Bale e Bar-On (2022).

caracterizantes desta condição pós-fascista. Dessa maneira, na leitura de Ignazi (1994), o partido estaria vinculado ao campo da nova extrema direita de caráter pós-industrial.³

Este é um fenômeno que se intensifica de modo nítido ao longo dos anos 1970, com o aumento da capacidade eleitoral de partidos como o Front National francês, o Partido da Liberdade Austríaca, entre outros. A partir dos anos 1980, a pauta anti-imigração e as medidas neoliberais se transformam em elementos unificadores dos partidos de direita radical e de seu contingente eleitoral, e reacendem, na opinião pública e no debate acadêmico, as perguntas sobre as relações desses grupos com o fascismo histórico (KARAPIN, 1998).

Seriam estes partidos neofascistas? Esta não é uma questão que este artigo tem por objetivo responder, inclusive porque a literatura especializada já avançou neste debate. O objetivo deste texto é compreender o desenvolvimento do neofascismo, no Brasil, a partir da chave interpretativa do transnacionalismo e de uma hipotética dimensão global do fenômeno. Para isto, é necessário considerar duas questões centrais: (a) o neofascismo tem um estatuto próprio de desenvolvimento, não sendo um mero apêndice de continuidade ou dos resquícios do fascismo clássico e de suas redes transnacionais e/ou globais; (b) o aspecto transnacional do neofascismo tem ritmos e esferas próprias, fruto de aspectos conjecturais e das ambições de grupos e lideranças neofascistas, assim como de afinidades temáticas mais ou menos pontuais.

O NEOFASCISMO E O DESAFIO DO TRANSNACIONALISMO

Seja em páginas da imprensa, do cotidiano político e até em repositórios acadêmicos, é fácil constatar a diversidade de significados na utilização do termo “neofascismo”. Por várias vezes este uso incorpora o traçar de uma linha divisória no campo moral e político contra expressões políticas à direita. Por essas razões, é necessário compreender o neofascismo, distante das categorias de denúncia e desqualificação política, tão comuns nos usos políticos do termo.

Em termos acadêmicos, se faz necessário, também, o afastamento das interpretações reducionistas do neofascismo, tal qual proposto por autores como A. James Gregor (2006), que reduzem o neofascismo às continuidades do modelo italiano. Concordamos com Jeffrey M. Bale (2006), que critica as leituras sobre o neofascismo com foco excessivo na experiência do fascismo clássico, e que, na busca incessante pelas similaridades, por vezes ignoram as novas facetas caracterizantes do neofascismo. De fato, para além de um anexo do fascismo clássico, o neofascismo precisa ser analisado como um fenômeno plural, em constante tensão, e não raramente caótico.

A partir de indagações afins, e olhando historicamente o fenômeno, a contribuição de Nigel Copsey (2020) é fundamental, pois caracteriza o neofascismo a partir de três características à reformulação do fascismo no pós-guerra: a desterritorialização, a metapolitização e o revisionismo histórico. Essas três características trazem elementos de continuidade, mas também de distensão ao fascismo em seu modelo “clássico”.

A desterritorialização, aspecto trabalhado também por Andrea Mammone (2001) é nítida no surgimento do nacionalismo pan-europeista, a metapolitização – inspirada nos cânones da Nouvelle Droite – é importante para pensar o neofascismo além das estruturas políticas formais, e o revisionismo histórico surge como forma de lidar com o passado traumático dos fascismos e promover a literatura negacionista do holocausto. Essa taxonomia é útil, pois evita também as definições de cortes mais subjetivos, como de Walter

³ Isso não exclui, claro, a permanência de uma cultura política comemorada e engendrada por tendências neofascistas diversificadas (LENCI, 2012) na Itália, inclusive por novas manifestações, tendo a Casa Pound Itália (CPI), e a busca de um “fascismo do terceiro milênio” (FROIO *et al.*, 2020) como a sua faceta mais conhecida nos últimos anos.

Laqueur (1996), que interpreta o neofascismo, após o fracasso de grupos continuístas, sobretudo como um estilo de vida alternativo.

Em termos “tipológicos”, o neofascismo é compreendido como um fenômeno com características que ultrapassam elementos fundamentais e organizativos do fascismo histórico, tais como o partido, o regime, ou modelo de Estado. Esta proposição está afinada com a tipologia de Roger Griffin (1991), para quem o neofascismo comporta três grandes categorias fundamentais. A primeira delas são os grupos continuístas, tais como o MSI (em sua fase inicial) e o Sozialistische Reichspartei (1949) alemão, além de grupelhos neofascistas e neonazistas com referência aos países de origem dessas matrizes ideológicas.

O segundo grupo são organizações que incorporam as práticas de agrupamentos internacionais a partir de uma inspiração fascista, tais como entidades neonazistas fora da Alemanha, grupos supremacistas brancos, skinheads neonazistas (os autodenominados White Power, em especial), assim como iniciativas de ambição internacional, como o Círculo Español de Amigos da Europa (CEDADE), etc. Em geral, uma das principais diferenças entre as duas primeiras categorias é o índice de “fidelidade” ao modelo organizativo do fascismo clássico, característica mais forte no primeiro grupo.

O terceiro grupo traz uma grande diversidade de organizações, cujo principal foco de aglutinação é uma dimensão mais intelectual de resgate – e diversificação – das origens fascistas. De negacionistas do holocausto a grupos nacional-revolucionários (ou nacional-anarquistas), a principal expressão desta categoria, que se intensifica a partir dos anos 1960, é revolução conservadora planteada pela Nova Direita Europeia (NDE), cuja principal referência é a matriz francesa de Alain de Benoist.

A essas questões, adiciona-se outros componentes no cenário neofascista, tais como o gramscismo de direita empreendido pela Nouvelle Droite, assim como a atuação de grupos nacional-bolcheviques, liderados por figuras como Eduard Limonov e, principalmente, Aleksandr Dugin. São a partir dessas questões que, na leitura de Jeffrey Bale (2002), os anos 1960 serão marcados por uma espécie de “virada à esquerda” (a partir da pauta anti-imperialista e anti-ocidentalista) para algumas organizações neofascistas, como a Jeune Europe e da Nouvelle Resistance, ambas lideradas por Jean-François Thiriart.

Além disso, o fenômeno de hibridização (FORTI, 2021), por meio de questões como o antiamericanismo, evidenciaria novas interfaces para o neofascismo. Isso fica nítido inclusive no contexto pós-Guerra Fria e desmantelamento da URSS, em especial nos territórios e conflitos pós-soviéticos, que marcariam uma terceira fase de desenvolvimento das tendências neofascistas e afins (VEIGA *et al.*, 2019).

Assim, há mudanças notáveis do ponto de vista da relação entre o neofascismo e os fascismos “clássicos”. O neofascismo não pode ser analisado e mapeado apenas do ponto de vista do revivalismo das matrizes clássicas pelos grupos continuístas, mas é um componente em constante transformação a partir das afinidades erigidas por meio de um quórum ideológico fundamental, que também se desenvolvem desde o fim da segunda guerra mundial.

Além desse fenômeno de “novas facetas”, existe uma dimensão organizacional da questão, como proposta a partir do conceito de groupuscular right de Griffin (2003). Essa direita grupuscular é definida não somente pelo seu aspecto fragmentado, mas também mediante similaridade ideológica por meio desta natureza política comum, que rejeita a primazia do modelo democrático (liberal) e se orienta, em termos estratégicos, por uma via não-institucional e metapolítica, quando não raramente anti-institucional, isto é, contrária aos partidos políticos.

A condição fragmentada não é certamente um fruto dos esforços dos grupos neofascistas, mas resultado da conjuntura política, que inviabiliza, não raramente até por meios legais, qualquer forma de política voltada às massas pelas organizações neofascistas. De fato, em geral o campo da ultradireita tende a privilegiar o populismo de direita radical em detrimento às várias faces do neofascismo. De todo modo, o caráter fragmentado, policêntrico e rizomático do neofascismo, sem grandes grupos ou lideranças, fornece o aspecto de um substrato ideológico, que é reivindicado e incorporado, de modo distinto por várias organizações.

Para Anna Cento Bull (2012), é possível delinear fases relacionadas ao neofascismo. A primeira fase, no imediato pós-Segunda Guerra Mundial ao contexto da agitação da Guerra Fria, é pautada em torno de organizações continuístas e da interlocução transnacional de criminosos de guerra. A segunda fase é a agitação pós-1968, com o fortalecimento de grupos de terceira-via, a influência de autores como Julius Evola e o apelo às estratégias gramscistas. A terceira fase, atual, é a relação de neofascistas com os partidos de direita radical.

Independente das categorias e fases que são delineadas pela literatura mencionada, fato é que este é um debate que incorpora, em grande medida, apenas as especificidades europeias e norte-americanas do neofascismo. Seria o neofascismo um fenômeno não existente na América Latina? Se os estudos do fascismo clássico, com razão, consideram a condição transnacional e global em seu campo, os estudos sobre o neofascismo também deveriam fazê-lo?

É evidente que a dimensão europeísta (e pan-europeísta) é fundamental nos arranjos neofascistas a partir de 1945. O caso de Francis Parker Yockey, a sua relação com Oswald Mosley, a ideia de “Imperium” em sua principal obra, ou mesmo o propósito de formação do European National Front é taxativo (COOGAN, 2002). De fato, este neofascismo estava a pensar a partir de uma realidade europeia, em contexto da Guerra Fria, mas sobretudo em torno de um estatuto político (e étnico-diferencialista) em torno da imaginação sobre o continente europeu. E essa condição inicial foi reificada de maneiras distintas – mas convergentes – nas fases subsequentes do neofascismo europeu e norte-americano.

Sem cair na tentação de menosprezar a existência de fortes redes e conexões no neofascismo europeu (HIERRO, 2021), é necessário questionar: existe o neofascismo na América Latina? Ele tem uma relação mais ou menos direta com essas novas facetas do neofascismo internacional, estruturado ao longo de décadas? Qual a relação efetiva desse neofascismo, na conjuntura política mais recente? Utilizamos, aqui, o caso brasileiro para análise.

O NEOFASCISMO NO BRASIL: UM FENÔMENO TARDIO?

Efetivamente, não é possível considerar o Brasil como único polo produtor, apropriador ou irradiador de organizações e tendências neofascistas na América Latina. Alguns estudos demonstram, inclusive, que países como a Argentina (FINCHELSTEIN, 2014; GRINCHPUN, 2021) e o Chile (DEUTSCH, 2009) foram importantes focos de produção de premissas no contexto do pós-fascismo e do neofascismo, mesmo durante as ditaduras militares, inclusive em perspectivas metapolíticas.

Mas tomamos o caso brasileiro como referência, por considerar a importância do país na geopolítica regional e, principalmente, pelo fato de o Brasil ter sido palco da maior organização política fascista extra europeia, a Ação Integralista Brasileira (TRINDADE, 1974), entidade que formalizou uma organização política de massa e se integrou, de modo efetivo, ao campo do transnacionalismo fascista (BERTONHA, 2014; GONÇALVES, 2018).

Contudo, o fascismo em moldes institucionais desaparece antes do início da Segunda Guerra Mundial, a partir da conflituosa relação com Getúlio Vargas após o golpe do Estado Novo e as disputas políticas que acabam por tornar o integralismo brasileiro uma atividade política marginal.

Embora seja possível olhar a história do fascismo no Brasil além dessas instituições e organizações, é importante considerar suas trajetórias para compreender as dinâmicas que vão impactar o neofascismo no país. No contexto do pós-guerra, a principal organização de cunho integralista será o Partido de Representação Popular, entidade que se movimentou a partir de questões típicas do contexto pós-fascista, mas não chegou a propor uma via tipicamente neofascista.

Em linhas gerais, o integralismo a partir de 1945 propunha um resgate de valores do fascismo clássico, todavia incorporando um discurso democrático, por meio de valores conservadores a partir da relação e influência do salazarismo e da democracia cristã portuguesa (GONÇALVES, 2018). Assim, embora tenha sido, sem dúvida, um partido integralista e com referências ao contexto e premissas do fascismo clássico (CALIL, 2001) esses arranjos prezavam por uma aparência de “desfascistização”, típica do contexto pós-fascista, mas não do continuísmo neofascista.

No contexto da ditadura civil-militar (1964-1985), a participação integralista é diminuta, inserida em algumas instituições e organismos do regime autoritário, mas sem impor uma agenda própria nessas esferas. Assim, embora tenha existido a organização de grupos de extrema direita, com atividades violentas e que buscavam radicalizar o autoritarismo militar, não existiram grupos tipicamente neofascistas (em sua grande diversidade) de impacto durante o período.

Desta maneira, no Brasil, o contexto neofascista passa a se desenvolver a partir de dois marcos fundamentais: a morte do líder integralista Plínio Salgado (1975) e a transição democrática (1985). Com a morte de Plínio Salgado, surge o fenômeno neointegralista (CALDEIRA NETO, 2021), baseado principalmente no sentido do continuísmo neofascista. Por mais que os grupelhos neointegralistas discordassem em termos estratégicos e de modos de organização, o sentido de retomada da matriz do fascismo clássico era majoritário neste campo.

Outro fator que explica a característica “tardia” do neofascismo brasileiro não tem relação direta com o contexto (neo)integralista, embora vá impactar esses grupos. A partir do processo da transição democrática, o fenômeno da “direita envergonhada” (RODRIGUES, 1987) impactará a articulação de forças políticas à direita. De modo aparentemente paradoxal, esse fenômeno coexiste com uma transição conservadora, que de imediato não fornece qualquer meio jurídico e legal de discussão sobre a experiência ditatorial, assim como a relação da sociedade civil (e da classe política) com a ditadura. Assim – daí o paradoxo mencionado - o campo conservador se abstrai de menção significativa à sua natureza política à direita, mas permanece ativo no campo político democrático apesar dos vínculos com o passado recente autoritário.

No campo do radicalismo e extremismo político, o impacto da combinação entre transição conservadora e direita envergonhada abre um precedente (ou espaço político) para a articulação de grupos de extrema direita, inclusive neofascistas. Portanto, no Brasil, não é durante a ditadura civil-militar, mas sim ao longo da transição democrática que o neofascismo passa a efetivamente se organizar em estratégias diversificadas – ou seja, não apenas continuístas – e buscar formas de articulação na arena internacional do neofascismo.

Assim, se este “neofascismo tardio” certamente não se aplica irrestrito às fases propostas por Anna Cento Bull (2012) – e certamente todo modelo tem suas exceções –, é a partir da transição democrática que o neofascismo no Brasil produz novas facetas e

clivagens similares ao modelo tripartido descrito por Nigel Copsey (2020), assim como suas possibilidades de interlocução internacional. Em suma, é a partir dos anos 1980 que o neofascismo é um fenômeno efetivamente quantificável e ligeiramente relevante.

O NEOFASCISMO NO BRASIL: ENTRE O LOCAL E O GLOBAL

A articulação e interlocução internacional do neofascismo no Brasil está definida a partir de fases e questões ideológicas. Isto é condicionado tanto por questões de ordem técnica (como a utilização da internet), mas também pelo surgimento de novas tendências afiliadas à diversidade do neofascismo não exclusivamente continuísta.

Deste modo, é possível traçar algumas linhas de análise a partir desse tópico. Ao longo dos anos 1980 e 2000, o cenário neofascista brasileiro é composto por grupos neonazistas, neointegralistas e negacionistas do holocausto. Como se verá adiante, a capacidade de internacionalização de cada grupo é ditada por sua natureza ideológica, sendo algumas mais afeitas a processos de internacionalização, outras restritas ao campo local.

A partir dos anos 2000, o cenário neofascista é ocupado majoritariamente pelos grupos neointegralistas, com a diminuição de atividades de grupos negacionistas, especialmente por questões jurídicas, assim como um movimento de recuo do neonazismo, que se torna um fenômeno sem grupos nitidamente organizados. É um momento de fixação do neointegralismo como referência ao neofascismo brasileiro, contudo com baixo índice de interlocução no campo global.

Ao longo da década de 2010 (e até a atualidade) o neofascismo, no Brasil, passa por um intenso processo de diversificação e radicalização, inclusive como reflexo do surgimento de uma nova direita radical, sintetizada em parte nos grupos envolvidos no processo eleitoral de Jair Bolsonaro. Com isso, o cenário neofascista traz a presença de grupos continuístas e não-continuístas, metapolíticos, negacionistas, entre outros, significando um cenário mais plural e internacionalizado ao neofascismo brasileiro.

O NEONAZISMO: DO “CONTINUÍSMO” AOS SKINHEADS

As primeiras organizações neonazistas surgidas foram marcadas pelo continuísmo e a tentativa de criação de um partido neonazista. Estas iniciativas eram lideradas por Armando Zanine Jr., um militar reformado, que durante a ditadura havia circulado por grupelhos de inspiração fascista e partidos da direita conservadora. Em 1985, Zanine Jr. buscou articular a fundação do Partido Nacional-socialista Brasileiro e conquistou uma relativa proeminência midiática com a iniciativa. Em 1990, idealizou o também neonazista Partido Nacionalista Revolucionário Brasileiro. Ambas as organizações tinham um forte componente antissemita e defendiam a eugenia da população brasileira, contudo se apresentavam como grupos “não-racistas”.

A tentativa de criação de um partido neonazista não era uma novidade exclusivamente brasileira no continente, como foi o caso do efêmero Partido Nacional Socialista paraguaio (ARDITI, 1989) e do Partido Nuevo Triunfo de Alejandro Biondini, na Argentina. De toda maneira, não foi possível constatar, na análise dos documentos dos grupos liderados por Armando Zanine, qualquer traço de diálogo internacional entre eles. Ainda que o líder do grupo mencionasse à imprensa⁴ que o grupo teria apoio não-financeiro de neonazistas da Europa, não há indícios que dão sustentação a esta afirmação.

⁴ Nazista brasileiro faz lista para formar partido. *Jornal do Brasil*, 27 mar. 1988, p. 5.

De fato, o baixo índice documental produzido pelos “partidos” neonazistas de Zanine Jr.⁵ - que se reduziam exclusivamente ao manifesto, a documentação dos órgãos estatais de segurança e ao apelo midiático (desmedido) do líder neonazista – podem ser notados como entraves para a análise. Mas há dois pontos que parecem ser importantes para considerar o baixo índice de internacionalização do grupo.

O primeiro deles é o aspecto “tardio” do neonazismo continuísta, que adquire uma ligeira proeminência no continente europeu no imediato pós-1945, mas não nos anos 1980, de modo que os grupos brasileiros estavam dessincronizados. De certo, grupos neonazistas do tipo continuam a existir inclusive na atualidade, mas não eram o foco de produção majoritária do campo neofascista.

Já a segunda hipótese explicativa parece ser a mais relevante, relacionada à dimensão multiétnica do Brasil e de um arquétipo de nacionalidade. A noção da dimensão mestiça da nacionalidade brasileira é uma referência global. Dessa maneira, por qual razão grupos neonazistas continuístas mais organizados (partidos políticos, em especial) apoiariam um grupelho neonazista dos trópicos que não apresentava robusta capacidade organizativa e, principalmente, tinha um discurso nitidamente difuso em relação à questão racial?

Neste caso, a relação dos skinheads neonazistas é diametralmente oposta. Os primeiros agrupamentos White Power surgidos ao longo dos anos 1980 reproduziam *ipsis litteris*, o corpo essencial da simbologia e os valores de outros grupos e tendências naziskins internacionais. Evidentemente, alguns processos de adaptação eram realizados para a busca de uma especificidade do nacionalismo branco em determinadas regiões do país, especialmente nas regiões sul e sudeste, como indicam as pesquisas de Alexandre de Almeida (2004).

De todo modo, o cenário naziskin possibilitou ao menos duas integrações no campo internacional do neonazismo em vertente skinhead. Um dos eventos mais enfáticos foi a criação de uma seção brasileira do grupelho Blood and Honour, que utilizava os meios digitais para divulgação. Ao que tudo indica, a célula brasileira surgiu como um subproduto do transnacionalismo do grupelho na América Latina, cujas células na Argentina e no Chile estavam mais bem desenvolvidas (ALCANTARA, 2015), inclusive com um reconhecimento por parte da matriz britânica.⁶

No site do grupo, eles se apresentavam como a divisão São Paulo/Argentina, e frisavam a condição étnica como componente para esta associação: “All of them are descendents of Europeans and have been involved in the movement for many years”, assim como buscavam assentar uma ideia de pureza racial em contraposição a outras regiões do país: “Brazil is too large a country (with an extension bigger than the whole European continent [...] the population in the northern part of Brazil is mainly non-white. Therefore, it would be illogical to open a B&H; division denominated by their country of origin (Brazil).”⁷

De fato, a relação entre grupos naziskins entre Brasil e Argentina foi um instrumento encontrado para estes grupelhos brasileiros romperem com os imperativos multiétnicos da população brasileira. O grupo Divisão 18, por exemplo, foi uma organização naziskin simultaneamente brasileira e argentina (ALMEIDA, 2013).⁸

É evidente, também, que os grupos naziskin (e similares) se nutrem das facilidades dos meios digitais para a interlocução com grupos internacionais e dinâmicas

⁵ “Falange Patriótica”. Arquivo Nacional: BR.DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80010429.

⁶ “Blood & Honour Southland is an official division of B&H/C18, where the best skinhead elements from Argentina and Chile meet”. Blood and Honour Worldwide. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160325181958/http://www.skrewdriver.net/worldindex.html>. Acesso: 10 jul. 2021.

⁷ Blood & Honour: Divisão São Paulo/Argentina. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20070219044818/http://www.bloodandhonoursp.com>. Acesso: 12 fev. 2021.

⁸ A existência de uma rede virtual de diálogo entre argentinos e brasileiros é notada também por Dilton Maynard (2014).

transnacionais. Mais recentemente, a aproximação de alguns neonazistas brasileiros com grupos ucranianos como o Batalhão Azov⁹ ou, mais especificamente, o Misanthropic Division, rendeu tentativas de criação de uma divisão brasileira do Misanthropic Division. De acordo com denúncia do Ministério Público Federal,¹⁰ uma das iniciativas foi desenvolvida inicialmente por meio da rede social "VK", por iniciativa de um naziskin vinculado ao Impacto Hooligan, um grupelho brasileiro.

Dessa maneira, do ponto de vista do neonazismo ligeiramente articulado, são os skinheads que fornecem algum grau de interlocução internacional e reprodução de mecanismos globais, todavia sempre dispostos em termos de grupelhos poucos articulados politicamente. Em comparação às propostas de tentativas de criação de partidos políticos neonazistas, é possível auferir que os skinheads são menos impactados pelo aspecto tardio do neofascismo brasileiro.

Em certa medida, isto é auxiliado pela disparidade temporal pouco marcante, pois o naziskin é um fenômeno internacional em crescimento na segunda metade da década de 1970 (VIÑAS, 2022) e o “poder branco” brasileiro se inicia logo nos anos 1980. Além disso, a dinâmica de cultura juvenil dos skinheads – neonazistas ou não – trazem uma possibilidade de maior maleabilidade do fenômeno, que incorpora questões locais em compasso com as demandas globais do fenômeno, como sugere o estudo de Ryan Shaffer (2017) sobre o caso britânico.

De toda forma, são grupos minoritários e com pouco impacto político, marcados pela intensa efemeridade e por uma rejeição à interlocução política mais efetiva, embora alguns deles tenham feito acenos eventuais a lideranças políticas da direita radical, como Enéas Carneiro e Jair Bolsonaro (a partir de 2011).

NEGACIONISMO DO HOLOCAUSTO

Em certa medida, o início do fenômeno neofascista no Brasil outorga a capacidade de diálogos internacionais àqueles grupos que não buscam uma especificidade brasileira (tal como os grupos neointegralistas). Os fenômenos não assentados em termos de nacionalidade (ou, simplesmente, desterritorializados) são naturalmente mais propensos à possibilidade de interlocução e circulação transnacional. Esse é um quadro também verificável no negacionismo do holocausto.

O principal veículo negacionista, no Brasil, foi a Editora Revisão, fundada em 1985 por Siegfried Ellwanger Castan, engenheiro brasileiro de ascendência alemã. Aproveitando as discussões sobre censura e liberdade política que marcaram a transição democrática, a Editora Revisão funcionou como uma espécie de hub negacionista e antissemita, veiculando literatura internacional e brasileira, de autores vinculados ao fascismo clássico, mas também às expressões mais recentes (CALDEIRA NETO, 2012).

A partir de então, entidades judaicas e antirracistas passaram à disputa judicial contra o editor negacionista. O “caso Ellwanger” perdurou até 2003, quando o Supremo Tribunal Federal negou o pedido de Habeas Corpus (HC 82424), condenando o negacionista pelo crime de racismo. Ao longo destes anos, por conta dessas questões, a Editora Revisão conquistou ampla publicidade e se tornou referência para grupos diversos da extrema direita brasileira, assim como buscou uma interlocução internacional efetiva.

⁹ Esse é um ponto particularmente bastante explorado pelos meios de imprensa internacional. Ver: LEAHY, Joe. Brazil neo-nazi claim challenges Myth of Nation's Racial Harmony. The Financial Times, Disponível em: <https://www.ft.com/content/f9ee01ca-ce49-11e6-864f-20dcb35cede2>. Acesso: 12 mai. 2020.

¹⁰ Ministério Público Federal: Ação Penal – Procedimento Ordinário (283) No 5000562-48.2021.4.03.6181 / 1ª Vara Criminal Federal de São Paulo.

A venda dos livros negacionistas era realizada por métodos pouco convencionais, como reembolso postal e fax, a partir de um impresso de divulgação. A partir dos anos 2000, o site da Editora passa a ser instrumento de divulgação de textos e os livros editados – ou impressos – pela editora. Esses materiais traziam uma listagem de obras de autores negacionistas brasileiros, títulos antissemitas não negacionistas (como “O judeu internacional” de Henry Ford e “As forças secretas da Revolução”, de León de Poncins), além de obras negacionistas de estrangeiros, como Robert Faurisson (“Quem escreveu o Diário de Anne Frank?”), C. W. Porter (“Eram Inocentes”), Richard Harwood (“Morreram realmente seis milhões?”) e Louis Marschalko (“Os conquistadores do mundo”).

Aliado a essa incursão na transnacionalidade dos autores negacionistas, a Editora providenciou o processo de tradução das obras de autoria de Siegfried Castan. “Holocausto: Judeu ou Alemão?”, por exemplo, foi traduzido nos idiomas inglês, espanhol e alemão. O esforço de tradução e os embates judiciais forneceram instrumentos políticos valiosos para a Editora Revisão e a articulação no campo internacional do negacionismo do holocausto, como a L'Association des Anciens Amateurs de Récits de Guerres et d'Holocaustes (AAARGH) fundada em 1996.

O AAARGH era um site que, originalmente, estava exclusivamente em francês,¹¹ de orientação antissemita e negacionista do holocausto. Além da divulgação de textos negacionistas de diversos autores, tinha seções de arquivos dedicados a Robert Faurisson e Paul Rassinier, autores negacionistas franceses mais proeminentes, além de textos em apoio a outros negacionistas como Roger Garaudy.

No site principal, havia uma lista de links a outros sites negacionistas, mas não havia menção ao site da Editora Revisão. A única referência em língua portuguesa era ao site “Página de Freiheit”, veículo brasileiro que divulgava conteúdo neonazista, negacionista e supremacista branco, mas que negava ter relações com Siegfried Castan e a Revisão.

A partir de 2005, o AAARGH passou a editar um boletim trimestral de “crítica histórica” em português. Intitulado “O Revisionismo em Língua Português (sic)” e com o lema “Não acredite. Pense.”, o boletim era forjado a partir da publicação de autores negacionistas e de críticos¹² ao negacionismo, visando o tom de pluralidade democrática.

Siegfried Castan publicou em algumas edições (n. 1, n. 3, n. 5) do boletim, mas o caso judicial envolvendo a Revisão constou em outras oportunidades, até a última edição do boletim (n. 8, 2008). No site principal do AAARGH em português, eram listados alguns conteúdos negacionistas produzidos por brasileiros, notadamente Siegfried Castan e o militar reformado Sérgio Oliveira, segundo nome da editora.

Além das referências à Revisão, o site da AAARGH trazia links ao portal “Inacreditável”, um dos principais difusores de conteúdo negacionista na internet brasileira, ainda ativo. Entre os livros da Revisão disponibilizados para download em PDF, alguns deles traziam marcas que denotavam o processo de digitalização e divulgação dos livros: o site Valhalla88, apresentado como “o maior portal nacional socialista da América do Sul na Internet” era “responsável” pela divulgação de “Acabou o Gás!”. Já “Holocausto Judeu ou Alemão?” e “O massacre de Katyn” (de Sérgio Oliveira), trazia a marca do Nuevo Orden, portal neofascista (e negacionista) espanhol.

Essa circulação (ou reconhecimento) em ambientes ibero-americanos é nítido em outros espaços, como o site da Libreria Europa,¹³ do negacionista espanhol Pedro Varela,

¹¹ L'Association des Anciens Amateurs de Récits de Guerres et d'Holocaustes Disponível em: <http://aaargh.vho.org/fran/fran.html>. Acesso: 01 fev. 2022.

¹² O Revisionismo em Língua Português. Disponível em: <http://aaargh.vho.org/port/revport/revport.html>. Acesso: 15 out. 2021.

¹³ Libreria Europa. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20070331051016/http://personal.redestb.es/lib.europa>. Acesso: 17 nov. 2021.

que trazia na página inicial do site, uma lista de referências de sites negacionistas em outros idiomas: The Journal of Historical Review (Institute for Historical Review), site de Ernst Zündel, e o site da Editora Revisão, com seu slogan “Conferindo e divulgando a História”. Assim como Castan, Pedro Varela se envolveu em questões judiciais devido ao negacionismo do holocausto.

Esse reconhecimento por negacionistas internacionais era algo efetivamente almejado por Siegfried Castan. Inspirado em iniciativas internacionais, a Editora Revisão buscou criar organismos institucionais negacionistas, como o Centro Nacional de Pesquisas Históricas (CNPH), fundado em 1992 e nitidamente inspirado no modelo norte-americano do Institute for Historical Review. Efetivamente, o Centro era um mero órgão de agraciamento interno da Editora e seus autores, aprofundando a práxis negacionista de autocitação e referência hermética entre os pares. De toda maneira, o CNPH buscava dar grau de autenticidade, premiando livros como “O livro branco sobre a conspiração mundial”, panfleto antissemita de Sérgio Oliveira.

Até o fim do processo judicial, a Editora Revisão se tornou o epicentro e a difusora da literatura negacionista internacional no Brasil. Com o fechamento da editora e a morte de Siegfried Castan em 2010, esse fenômeno recrudescer efetivamente, embora existam alguns veículos que buscam retomar esse legado, a partir de sites como “Inacreditável” e “O Sentinela”, mas ambos com baixa incidência de internacionalização.

NEOINTEGRALISMO: AGITAÇÃO LOCAL E INTERNACIONAL

O neointegralismo, como afirmado, se desenvolve anteriormente (desde 1975) e paralelamente aos demais fenômenos do neofascismo brasileiro. Em alguns momentos, as tendências neonazistas e negacionistas se relacionam pontualmente com grupos neointegralistas. Estes grupos eram liderados pelo advogado Anésio de Lara Campos Jr., que era simultaneamente integralista, negacionista do holocausto, próximo a grupos continuístas neonazistas de Armando Zanine Jr. e buscava mobilizar skinheads neonazistas ou nacionalistas não racistas (os carecas). Essas relações conflituosas no campo neofascista plural impuseram uma série de restrições políticas aos grupos neointegralistas ao longo dos anos 1990, que podem ser sintetizadas em três componentes.

Em primeiro lugar, a disputa pela liderança do neointegralismo. Em geral, os grupelhos neointegralistas trazem figuras de liderança que buscam orientar o integralismo para o século XXI em sua totalidade, e não apenas um ou outro grupelho. Isso engendra uma nítida disputa entre aqueles que postulam, às suas maneiras, o papel de “novo Plínio Salgado”.

A segunda característica de tensão interna diz respeito às releituras que estes grupos promovem. Todos eles são continuístas, mas estabelecem nítidos processos de seleção do legado integralista e apagamento de alguns matizes. O principal deles é o antissemitismo (CALDEIRA NETO, 2014), visto que gera uma questão complexa, que envolve desde questões jurídicas (na relação com o negacionismo do holocausto), assim como uma possível predileção à ala mais radical do integralismo clássico, liderada por Gustavo Barroso, e mais afeita ao nacional-socialismo alemão.

A terceira questão, derivada do debate sobre o espaço do antissemitismo no neointegralismo, diz respeito à relação com outros grupos neofascistas, da extrema direita e do nacionalismo de direita. Os grupos mais radicais e antissemitas se aproximam de tendências como naziskins e negacionistas do holocausto. Outros grupos neointegralistas mais católicos, se aproximam de grupos brasileiros participantes do universo católico de feição tradicionalista, como a TFP (Tradição, Família e Propriedade) ou de pequenos entes de cunho monárquico.

Por essas razões, a conjuntura neointegralista durante os anos 1980 e 1990 foi marcada por disputas e tensões internas. Isso será ligeiramente resolvido a partir dos anos 2000, com a formação de alguns grupelhos, alguns deles existentes até a atualidade. É a partir deste processo em que haverá uma ligeira centralidade do neointegralismo no campo neofascista local, mas com baixa incidência de diálogos internacionais, inclusive por causa do resgate do discurso integralista multiétnico.

Os diálogos internacionais eram bastante pontuais. Em 1995, o integralismo foi objeto de reportagem na revista *Vorderste Front: Zeitschrift für politische Theorie & Strategie*,¹⁴ periódico vinculado à *Junge Nationaldemokraten* (Juventude Nacional Democrática), órgão juvenil do alemão NPD (Nationaldemokratische Partei Deutschlands). De acordo com Lukas Novotny (2009), o periódico fazia parte um esforço da extrema direita alemã, particularmente associada ao neonazismo, no estímulo de no-go areas, isto é, espaço com baixa ou nula presença de imigrantes. Essa estratégia era inspirada em práticas vinculadas à *International Third Position* (ITP) e particularmente à italiana *Terza Posizione*. Ao fim da matéria, que não mencionava qualquer grupelho neointegralista, havia uma pequena nota mencionando a ITP.

Três anos após esse primeiro contato, a ITP surge em ambientes exclusivamente neointegralistas (CARNEIRO, 2012). O primeiro registro impresso ocorre no periódico *Idade Nova*, em janeiro de 1999. O manifesto/declaração da ITP é destaque na capa do periódico e ocupa duas páginas do pequeno jornal, fruto de “uma responsabilidade que assumimos perante companheiros ingleses”.¹⁵ O texto seria cortesia da *Final Conflict*, revista da ITP, mediante *Legionary Press*, entidade responsável pela tradução de textos doutrinários da extrema direita para o inglês, que são agraciados com a mensagem “Thank you comrades, God bless the national revolution around the world!!!”. Após dezoito meses, o mesmo registro aparece o boletim do Centro de Estudos e Debates Integralistas (CEDI), em junho de 2000.¹⁶

A utilização da internet possivelmente foi o elemento central para viabilizar este diálogo. O CEDI, grupo liderado pelo estudante Marcelo Mendez, foi o primeiro grupelho neointegralista a investir nos meios digitais, com sites além do material impresso. Esse esforço é nítido, pois o site oficial do ITP incluiu, a partir de 1999, uma referência ao site do CEDI, na seção “Central and South American” em uma extensa lista de links de grupos próximos (não filiados) ao ITP.¹⁷ No mesmo período, a declaração de princípios do ITP em português (de Portugal) passou a ser exibida no site.¹⁸

Essa relação não foi adiante, pois Marcelo Mendez faleceu em 2000, em um ato de suicídio marcado por disputas com outros grupelhos e lideranças neointegralistas (CALDEIRA NETO, 2014), acabando com o CEDI. Além disso, a ITP também sucumbiu no início dos anos 2000, quando foi incorporada ao *English First Party* (BLAMIRE; JACKSON, 2006).

Após esse evento, o cenário neointegralista passou por uma tentativa de readequação – fosse em termos das disputas internas, mas também da relação com o meio digital. Em 2004, quando ocorreu o “I Congresso Integralista para o século XXI”, um dos oradores (Marcelo Silveira) fez alguns acenos a bandeiras do neofascismo transnacional, a partir da relativização (mas não negação explícita) do holocausto, e uma menção pontual

¹⁴ Die integralistische Bewegung Brasilien, *Vorderste Front: Zeitschrift für politische Theorie & Strategie*, n. 7, abril, 1995, p. 14-28.

¹⁵ *International Third Position*. *Idade Nova*, n. 2, janeiro/1999, p. 5-6.

¹⁶ *International Third Position*. *Informativo CEDI*, n. 9, junho/2000, p. 1-2.

¹⁷ Links. *International Third Position*. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20010409224959/http://itp.org/links.html>. Acesso: 12 mai. 2021.

¹⁸ Declaração de Princípios. <https://web.archive.org/web/20010815163357/http://itp.org/full10-port.html>. Acesso: 17 dez. 2021.

e ligeiramente crítica a Julius Evola, autor que até então não era reivindicado pelos círculos neofascistas brasileiros (CALDEIRA NETO, 2021).

Dos grupos neointegralistas que atuam no século XXI, a Frente Integralista Brasileira é o mais organizado deles, mas com tímida penetração internacional. Apenas em 2012 o grupo ensaiou alguma relação com alguns grupos internacionais¹⁹ a partir do eixo neofascista-tradicionalista, por meio de uma entidade de Relações Internacionais. Realizaram contatos com o Nation (Bélgica), o Movimento Social Republicano (Espanha) e a Action Française (França), assim como grupelhos latino-americanos. Na Venezuela, o Organización de Estudiantes Nacionalistas, e na Argentina, o Movimiento pela Identidad Nacional e o Partido Popular de la Reconstrucción. Mas nenhuma dessas iniciativas rendeu diálogos concretos.

No entanto, na última década o cenário neofascista brasileiro manifesta uma forte inclinação para o campo global, fenômeno que se amplia ao campo da ultradireita. Isso tensiona inclusive o campo neointegralista, tradicionalmente alheio ou pouco inclinado a essas ambições.

A Associação Cívico-Cultural Arcy Lopes Estrella (ACCALE), fundada oficialmente em 2017, é representativa destas mudanças. Conjugando a ideologia integralista a outras expressões da direita radical brasileira (como o Partido de Reedificação da Ordem Nacional, de Enéas Carneiro), o grupo adota uma estética mais juvenil, inspirada principalmente na Casa Pound Italiana (CPI). De fato, o grupo faz um aceno concreto à uma dimensão “evoliana” do neofascismo, utilizando camisetas com a frase “Revolta contra o Mundo Moderno” e traz elogios à CPI em seu site oficial²⁰. Na realidade, este é um fenômeno mais amplo, marcado pelo surgimento de grupelhos inspirados na matriz metapolítica do neofascismo internacional.

A METAPOLÍTICA: QUARTA TEORIA POLÍTICA E O IDENTITARISMO

O aumento de uma ambição transnacional do neofascismo brasileiro pode ser explicado por dois fatores. O primeiro deles é resultado do campo político da ultradireita, que de um lado converge para um processo de globalização em torno do projeto político de Jair Bolsonaro e de grupos de apoiadores mais radicais. À medida que o Brasil se insere efetivamente nessa agenda global, os grupos neofascistas vão buscar interlocuções, inclusive como método de sobrevivência em um cenário majoritariamente ocupado por grupos bolsonaristas.

O segundo fator, mais impactante em âmbito interno a esses grupos, diz respeito a uma dinâmica de pluralização do campo neofascista brasileiro, um fenômeno tardio, em certa medida condicionado pelo aspecto também tardio desse campo neofascista. A divisão tripartite (neonazistas, neointegralistas e negacionistas do holocausto), que caracteriza o campo entre 1980 e fim dos anos 2000, passa a ser modificado. Dessa maneira, estas novas expressões carregam consigo dinâmicas próprias de diálogos e ambições internacionais.

Na passagem para a década de 2010, começam a ser gestados os grupos que pensam a partir de dinâmica de metapolitização, fazendo referências concretas a autores como Alain de Benoist, Guillaume Faye e, em uma matriz eurásiana, Aleksandr Dugin. Estes grupos surgem como fruto de um esforço iniciado ao longo dos “Encontros Nacionais

¹⁹ VILLACIAN, Alexandre. Belgas e espanhóis felicitam a FIB pelos oitenta anos de luta do movimento integralista. *Ação!*, n. 8, 2012, p. 6.

²⁰ Casa Pound distribui 6 toneladas de ajuda alimentar para mais de 500 famílias italianas. ACCALE. 2021. Disponível em: <https://accale.org/blog/2021/04/06/draghi-mata-de-fome-a-italia-casa-pound-distribui-6-toneladas-de-ajuda-alimentar-para-mais-de-500-familias-italianas/>. Acesso: 15 set. 2021.

Evolianos”, realizados entre 2009 e 2014, que congregavam interessados em áreas como o tradicionalismo, perenialismo, filósofos dissidentes (e neofascistas) e de tendências da Nouvelle Droite. Mas, sem dúvida, o principal ponto de articulação era a quarta teoria política de Aleksandr Dugin.

Embora exista um debate profícuo sobre o caráter fascista (ou não) da quarta teoria política (UMLAND, 2010), os eventos evolianos – que tiveram a presença de Dugin, Alain Soral e Alberto Buela – deram vazão a grupos que estabelecem uma leitura fascizante desta “doutrina” política. Conjugando uma rejeição ao atlantismo e o apego ao terceiro-mundismo em uma dimensão palingenésica de ultranacionalismo, esta nova geração de militantes passa a traduzir obras de Julius Evola e Aleksandr Dugin, com uma editora de pequeno porte (Editora Austral, 2012).

Em 2015, é fundado o grupo Nova Resistência, de referência nacional-revolucionário, inspirada não somente no nome do grupo homônimo fundado por Christian Bouchet em 1991, mas também nas estratégias que buscam incorporar bandeiras à esquerda e à direita, na busca de uma síntese em torno da quarta teoria política. Não se trata, contudo, apenas de uma mera importação do estatuto francês ou russo, mas uma busca por adequação à realidade étnica e política brasileira, utilizando temas como miscigenação, religiosidades e matizes folclóricas diversificadas.

A Nova Resistência compõe uma expressão bem articulada do neofascismo brasileiro, seja em termos de estrutura (organização de eventos, presença em protestos nas ruas, capilaridade em um país de dimensão continental), assim como na interlocução internacional. Na ocasião do II Congresso Nacional do grupo em 2021, a NR foi saudada por diversas lideranças de grupelhos identitários, de terceira posição e neofascistas: Aleksandr Dugin, Christian Bouchet, Luca Boniardi (Radio Fenice Europa), Enrique D’Acedo (Editora Fides), Maxence Smaniotto (Revista Rébellion), Alejandro Vasquez e Israel Lira (Centro de Estudos Crisolistas e Juventude Nacionalista do Peru), Carlos Salazar (Círculo Patriótico de Estudos Chilenos e Indo-Americanos), José Alsina Calvés (Revista Nihil Obstat), Mickael (Egalité et Réconciliation), Manuel Rezende (Escudo Identitário).

Embora existam interlocuções pontuais com outros grupos do campo neofascista, tais como líderes de grupelhos neointegralistas, a NR se consolidou, até dado momento, como a referência de um polo “eurasiano” e de matriz multipolar do neofascismo brasileiro. As aparentes ambivalências e contradições do discurso político do grupo – à esquerda e à direita – não atrapalham, pelo contrário, auxiliam nesta fixação.

Por outro lado, a dimensão metapolítica traz um outro componente, que certamente não desenvolve uma perspectiva terceiro-mundista, mas dialoga com grupelhos e tendências do neofascismo brasileiro que vislumbram uma conexão (ou ligação direta) com um arquétipo identitário europeu. Estes são grupos muito diminutos, impactados fortemente pela condição multiétnica brasileira (e o mito da democracia racial na extrema direita nacional) e atuam exclusivamente online, mas que merecem ser analisados rapidamente.

A Legião Identitária, grupo existente entre 2016 e 2021 (SHIGUNOV, 2021), se definia “movimento identitário visando a preservação e fortalecimento da identidade e cultura eurodescendente da Região Sul do Brasil”. Trouxe alguns pontos que não eram costumeiros na extrema direita (neofascista ou não) brasileira, como a questão da imigração e as denúncias contra os perigos da “islamização”.

Mais que uma articulação internacional, o que mais impacta, neste caso, é uma circulação transnacional e apropriação de autores neofascistas e/ou da nova direita francesa, tais como Alain de Benoist, Dominique Venner e Guillaume Faye. O grupo criou um selo editorial online (Editorial Aquiles), e traduziu ao português brasileiro obras de Mark Willinger (“Geração identitária: uma declaração de guerra contra os 68tistas”) e de Alain de

Benoist e Charles Champetier (“Manifesto por uma renascença europeia”). A estética do grupo inclusive se apropria do *Génération Identitaire* francês.

O outro grupo que compõe o polo do identitarismo europeu é o Aurora de Ferro Com atuação online, o grupo é inspirado pelo congênere norte-americano *Archeofuturist Front* e tem uma relação aparentemente ativa com a matriz dos EUA. Inspirados pelas ideias da *Nouvelle Droite*, e principalmente pelo arqueofuturismo delineado por Guillaume Faye, o grupo promove uma tentativa de adaptação da referência metapolítica e identitária à condição brasileira. Embora seja um grupo inspirado exclusivamente na matriz europeia do identitarismo e da Nova Direita Europeia, o Aurora de Ferro busca adequar esses valores fundamentais (como a rejeição ao pluralismo e à modernidade) à dimensão autóctone brasileira e suas particularidades étnicas, privilegiando a matriz portuguesa da colonização brasileira e incorporando outras referências (como os *Bandeirantes*) no arquétipo de um novo homem nacional.

O grupo mantém uma parceria com a ACCALE, de modo que é possível aventar o processo de diálogo e circulação interna, fornecendo interfaces entre grupos costumeiramente assentados no polo continuísta/neointegralista e grupelhos que operam o transnacionalismo a partir da estratégia metapolítica.

Embora sejam grupos ainda muito recentes, a presença de grupelhos inspirados na quarta teoria política e em autores da nova direita europeia, indicam que, do ponto de vista do transnacionalismo, existe uma nova fase do neofascismo brasileiro, proporcionada por uma espécie de amadurecimento do campo formado tardiamente em comparação ao fenômeno internacional, notadamente europeu. Essa nova fase é caracterizada, principalmente, na utilização dos meios digitais para incorporação e diálogo, que tem se mostrado efetivos, embora ainda grupusculares.

CONSIDERAÇÕES

A partir desta análise, é possível afirmar que, no Brasil, os espaços do neofascismo são costumeiramente locais e globais. De fato, existe uma tendência à busca por diálogos internacionais desde o momento inicial da formação do campo neofascista no país. No entanto, esses esforços foram em grande medida frustrados por uma série de fatores. O primeiro deles, como afirmado, foi o fator tardio da formação do campo neofascista brasileiro. Isto levou à composição de um ligeiro descompasso, se observarmos, comparativamente, as fases e dinâmicas de desenvolvimento do neofascismo global.

Há fatores nitidamente autóctones que impactam a composição deste quadro, como a transição democrática, assim como a aparente centralidade de um modelo continuísta (neointegralista) que não advoga explicitamente a necessidade de uma interlocução internacional por excelência. Por outro lado, há dinâmicas externas que inviabilizam grande parte destes diálogos que foram tão profícuos na “era dos fascismos”.

Para além de fases do neofascismo internacional, a questão da identidade europeia e do pan-europeísmo como matizes fundamentais do neofascismo europeu e norte-americano impõe grandes barreiras para a apropriação destas variáveis no cenário neofascista brasileiro. De toda forma, na última década verifica-se a formação de diversos grupelhos neofascistas que se apropriam de dinâmicas e estratégias do campo internacional, conjugando as facetas globais às especificidades e ambições locais. O surgimento de grupelhos que operam não apenas nas perspectivas “desterritorialistas” e “revisionistas”, mas efetivamente “metapolíticas” é um forte indicativo desta nova fase.

Por fim, é importante ressaltar que estas dinâmicas diversificadas na relação (e tensão) entre o local e o global não significam, necessariamente, um grau de fragilidade em termos políticos, do neofascismo brasileiro, inclusive se comparado às tendências

internacionais. Nos últimos anos, o surgimento de grupelhos bolsonaristas (tais como grupos "ucranizadores" e o grupelho "300") que operam o sentido de apropriação de um imaginário político fascista - e de algumas credenciais antes restritas a grupelhos neofascistas - sinalizam uma possibilidade de diálogo mais efetivo dos grupelhos neofascistas brasileiros com outras tendências da extrema direita e direita radical brasileira. Neste sentido, o local proporciona uma capacidade de ganho político imediato, tornando secundária a perspectiva global.

Por essa razão, além da inserção internacional do neofascismo brasileiro no cenário neofascista global, é importante observar a forma como estes grupos são instados a participar em momentos de radicalização política e na busca por rupturas da ordem democrática, traço persistente no cenário da presidência de Jair Bolsonaro, mas que pode ser eventualmente ampliado a outros casos com algumas similaridades, como a mobilização de Donald Trump nos EUA. Assim, enquanto alguns grupos manifestam uma tendência mais forte às dinâmicas globais, outros atuam em busca de capital político local. Sendo assim, é um fenômeno simultaneamente local e global, e não raramente as duas condições convivem em tensão e em cooperação.

REFERÊNCIAS

ALCADE, Ángel. The Transnational Consensus: Fascism and Nazism in Current Research. *Contemporary European History*, v. 29, n. 2, p. 243-252, 2020.

ALCANTARA, Samoel. "Skinheads White Power na América do Sul: a internacionalização do discurso nacional-socialista da Blood & Honour". *Revista Espaço Acadêmico*, v. 14, n. 175, p. 18-26, 2015.

ALMEIDA, Alexandre de. Divisão 18: a identidade de resistência de uma organização Skinhead White Power Argentino – Brasileira. *Revista Contemporâneos*, v. 1, n. 11, p. 1-21, 2013.

ALMEIDA, Alexandre de. *Skinheads: os "mitos ordenadores" do Poder Branco paulista*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

ARDITI, Benjamin. Adiós a Stroessner: Nuevos espacios, viejos problemas. *Nueva Sociedad*, n. 102, p. 24-32, 1989.

BALE, Jeffrey M. Fascism and neo-fascism: Ideology and "groupuscularity". In: GRIFFIN, R. et al. *Fascism: Past and Present, West and East*. Stuttgart: Ibidem-Verlag, 2006, p. 78-86.

BALE, Jeffrey. National revolutionary groupuscule and the resurgence of left-wing fascism: the case of France's Nouvelle Résistance. *Patterns of Prejudice*, v. 36, n. 3, p. 24-49, 2002.

BALE, Jeffrey M.; BAR-ON, Tamir. *Fighting the Last War: Confusion, Partisanship, and Alarmism in the Literature on Radical Right*. London: Lexington, 2022.

BAUERKÄMPER, Arnd; ROSSOLINSKI-LEIBE, Grzegorz (eds.) *Fascism without Borders: Transnational Connections and Cooperation between Movements and Regimes in Europe, 1918-1945*. New York/London: Berghahn, 2016.

BERTONHA, João F. *Integralismo: problemas, perspectivas e questões historiográficas*. Maringá: EDUEM, 2014.

BLAMIRE, Cyprian P.; JACKSON, Paul (eds.) *World Fascism: A Historical Encyclopedia*. Santa Barbara: ABC Clio, 2006.

BULL, Anna C. Neo-fascism. In: BOSWORTH, R. J. B. *The Oxford Handbook of Fascism*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

CALDEIRA NETO, Odilon. Neointegralismo: do debate historiográfico a uma possível definição. *L'Ordinaire des Amériques*, v. 226, 2021.

CALDEIRA NETO, Odilon. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. *Antíteses*, v. 2, n. 4, p.1-27, 2012.

CALDEIRA NETO, Odilon. *Sob o Signo do Sigma: Integralismo, Neointegralismo e o Antissemitismo*. Maringá: EDUEM, 2014.

CALIL, Gilberto G. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CARNEIRO, Márcia R. da S. R. Uma velha novidade: o integralismo no século XXI. *Boletim do Tempo Presente*, n. 3, p. 1-26, 2012.

CARTER, Elisabeth. Right-wing extremism/radicalism: reconstructing the concept. *Journal of Political Ideologies*, v. 23, n. 2, p. 157-182, 2018.

CASALS I MESSEGUER, Xavier. *La tentación neofascista en España*. Barcelona: Plaza & Janés, 1998.

COOGAN, Kevin. Lost Imperium: the European Liberation Front (1949-54). *Patterns of Prejudice*, v. 36, n. 3, p 9-23, 2002.

COPSEY, Nigel. Neo-Fascism: A Footnote to the Fascist Epoch? In: IORDACHI, C.; KALLIS, A. (eds.) *Beyond the Fascist Century*. Londres: Palgrave Macmillan, 2020.

DEUTSCH, Sandra M. Fascism, Neo-fascism, or Post-fascism? Chile, 1945-1988. *Diálogos*, v. 13, n. 1, p. 19-44, 2009.

FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo: Almedina, 2019.

FINCHELSTEIN, Federico. *The Ideological Origins of the Dirty War: Fascism, Populism and Dictatorship in Twentieth Century Argentina*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

FORTI, Steven. *Extrema derecha 2.0: Qué es y cómo combatirla*. Madrid: Siglo XXI, 2021.

FROIO, Caterina et al. *CasaPound Italia: Contemporary Extreme-Right Politics*. London: Routledge, 2020.

GENTILE, Emilio. *Quien és fascista*. Madri: Alianza Editorial, 2019.

GONÇALVES, Leandro P. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

GREGOR, A. James. *The Search for Neofascism: The Use and Abuse of Social Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

GRIFFIN, Roger. From Slime Mould to Rhizome: An Introduction to the Groupuscular Right, *Patterns of Prejudice*, v. 37 n. 1, p. 27-50, 2003.

GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. London: Pinter Press, 1991.

GRINCHPUN, Boris M. Fascismo, diplomacia y academia. La recepción temprana de Julius Evola en Argentina, 1930-1970. *Melancolia*, v. 6, p. 141-164, 2021.

HIERRO, Pablo del. The Neofascist Network and Madrid, 1945-1953: From City of Refuge to Transnational Hub and Centre of Operations. *Contemporary European History*, v. 31, n. 2, p. 171-194, 2021.

IGNAZI, Piero. *Postfascisti? Dal Movimento sociale italiano ad Alleanza nazionale*. Bolonha: Il Mulino, 1994.

JACOBY, Tim. Global Fascism: Geography, Timing, Support, and Strategy. *Journal of Global History*, v. 11, p. 451-472, 2006.

KARAPIN, Roger. Review: Radical-Right and Neo-Fascist Political Parties in Western Europe. *Comparative Politics*, v. 30, n. 2, p. 213-234, 1998.

LAQUEUR, Walter. *Fascism: Past, Present, Future*. New York: Oxford University Press, 1996.

LENCI, Lenci. *A destra, oltre la destra: la cultura politica del neofascismo italiano, 1945-1995*. Pisa: Pisa University Press, 2012.

MAMMONE, Andrea. Revitalizing and de-territorializing fascism in the 1950s: The extreme right in France and Italy, and the pan-national ('European') imaginary. *Patterns of Prejudice*, v. 45, n. 4, p. 29-318, 2001.

MAYNARD, Dilton. Intolerância ao Sul da América: estudo comparado de grupos fascistas do Brasil e da Argentina na Internet (1996-2007). *Tempo e Argumento*, v. 6, n. 12, p. 54-84, 2014.

MUDDE, Cas. *The Far Right Today*. Cambridge: Polity Press, 2019.

NOVOTNÝ, Lukás. Right-wing extremism and No-go-areas in Germany. *Sociologický Časopis/Czech Sociological Review*, v. 45, n. 3, p. 591-609, 2009.

PAYNE, Stanley. Review Article: Historic Fascism and Neofascism. *European History Quarterly*, v. 23, n. 1, p. 69-75, 1993.

RODRIGUES, Leôncio M. *Quem é quem na Constituinte: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados*. São Paulo: OESP-Maltese, 1987.

SHAFFER, Ryan. *Music, Youth and International Links in Post-War British Fascism: The Transformation of Extremism*. London: Palgrave, 2017.

SHIGUNOV, G. H. "Nossa Guerra contra vocês": Identitarismo e o caso da Legião Identitária. Seminário Internacional História do Tempo Presente, IV. *Anais...* Florianópolis, p. 1-15, 2001.

TRINDADE, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Rio de Janeiro: Difel, 1974.

UMLAND, Andreas. Aleksandr Dugin's transformation from a lunatic fringe figure into a mainstream political publicist, 1980-1998: A case study in the rise of late and post-Soviet Russian fascism. *Journal of Eurasian Studies*, v. 1, n. 2, July 2010, p. 144-152, 2010.

VEIGA, Francisco *et al.* *Patriotas Indignados: Sobre la nueva ultraderecha en la Posguerra Fría – Neofascismo, posfascismo y nazbols*. Madri: Alianza Editorial, 2019.

VIÑAS, Carles. *Skinheads: historia global de un estilo*. Manresa: Bellaterra, 2022.

ZACHARIAH, Benjamin. A Voluntary Gleichschaltung? Indian Perspectives Towards a non-Eurocentric Understanding of Fascism. *The Journal of Transcultural Studies*, v. 5, n. 2, p. 63-100, 2014.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Odilon Caldeira Neto: Doutor em História. Professor adjunto, Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Juiz de Fora, MG, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Gabinete C-IV-38, Rua José Lourenço Kelmer, S/Nº - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36036-900.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Odilon Caldeira Neto. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.



PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fabio Morales

HISTÓRICO

Recebido em: 18 de abril de 2022

Aprovado em: 15 de julho de 2022

Como citar: CALDEIRA NETO, Odilon. O neofascismo no Brasil, do local ao global? *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 599-619, set./dez. 2022.





NEOFASCISMO EN ESPAÑA, UNA TENTACIÓN CON VOCACIÓN RENOVADORA INCONCLUSA

Neo-fascism in Spain, A Temptation With An Unfinished Vocation for
Renewal

Carles Viñas Gracia^a

 <https://orcid.org/0000-0002-0489-6612>

E-mail: carlesvinas@ub.edu

^a Universitat de Barcelona, Facultat de Geografia i Història, Departament d'Història i Arqueologia,
Barcelona, España.

DEBATE

NEOFASCISMO NO BRASIL/NEO-FASCISM IN BRAZIL/NEOFASCISMO EN BRASIL

RESUMEN

La extrema derecha española, superada por la muerte del dictador y la Transición, trató de renovarse para adaptarse al nuevo contexto político. Desde finales de los años setenta aparecieron diversas organizaciones que intentaron aglutinar dicho entramado ideológico. Su fracaso electoral propició la aparición del neofascismo, persistente en la idea de homologar la realidad española a su entorno. Así, se sucedieron desde la concreción de los primeros grupos nacional-revolucionarios, hasta el impacto que supuso la irrupción de los cabezas rapadas neonazis o la emergencia de colectivos identitarios. Más allá de describir su evolución, planteamos —como respuesta al artículo “O neofascismo no Brasil, do local ao global” de Odilon Caldeira— las similitudes y desemejanzas existentes en relación al desarrollo de las extremas derechas de España y Brasil y también si ambas corroboran el carácter transnacional del neofascismo.

PALABRAS CLAVES

Neofascismo. Extrema derecha. Transnacionalismo. Dictadura.

ABSTRACT

The Spanish Extreme-Right, overcome by the death of the dictator and the Transition, tried to renew itself in order to adapt to the new political context. From the late 1970s onwards, various organisations appeared that tried to bring together this ideological framework. Its electoral failure led to the emergence of Neo-fascism, which persisted in the idea of homologating Spanish reality with its surroundings. Thus, from the emergence of the first national-revolutionary groups, to the impact of the irruption of neo-Nazi skinheads or the emergence of identitarian groups. Beyond describing its evolution, we consider - in response to the article "O neofascismo no Brasil, do local ao global" by Odilon Caldeira - the similarities and dissimilarities that exist in relation to the development of the Extreme-Right in Spain and Brazil, and also whether both corroborate the transnational character of Neo-fascism.

KEYWORDS

Neo-Fascism. Extreme-Right. Transnationalism. Dictatorship.



En los últimos años la derecha radical populista ha irrumpido, aunque de forma asimétrica, en el panorama político europeo con cierta relevancia. Sus ros electorales han revitalizado el interés de las ciencias sociales por el extremismo y el populismo. Algo similar ha sucedido, pese al decalaje cronológico, en el continente americano, como evidenciaron las victorias de Trump (2017) o Bolsonaro (2019) en Estados Unidos y Brasil respectivamente. Ante un fenómeno global, con matices y contextos determinantes en sus plasmaciones y evolución, diversos investigadores han abordado el mismo desde perspectivas dispares. Algunas de ellas han vinculado la derecha radical populista actual con los fascismos de entreguerras del siglo pasado. Sin embargo, a nuestro entender, pese a ser sus claros antecedentes históricos cabe recelar de dicha relación puesto que se trata de fenómenos que presentan, contrariamente a lo que puede parecer, importantes disimilitudes. Como apuntan Fernández García y Rodríguez Jiménez, si el fascismo clásico es un producto histórico fruto de circunstancias específicas sería erróneo y reduccionista convertir a la extrema derecha de la posguerra en una simple imitación de los movimientos fascistas de los años veinte (FERNÁNDEZ GARCÍA; RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, 1996). Una línea de análisis compartida por Laval y Dardot cuando explicitan que las formas posibles del fascismo en el siglo XXI no pueden ser la reproducción mecánica de los modelos de la Europa de entreguerras (MELLÓN, 2002). En este sentido, Griffin (2020) entiende el neofascismo como el resultado de la conversión del mutado y diversificado “fascismo clásico”, el cual en algunos casos ha comportado la aparición de variantes que apenas se reconocen como descendientes de sus predecesores de entreguerras.

El presente artículo aborda, precisamente, la gestación y desarrollo del neofascismo en España, comparando el mismo con realidades de carácter transnacional como Brasil. Nuestro objetivo es establecer una caracterización que permita acotar el fenómeno y situar al mismo en una periodización que proporcione un marco de análisis adecuado para la comprensión de articulaciones sucesoras, como las extraeuropeas apuntadas por Caldeira en su artículo o las expuestas por Lima Grecco y Pereira Gonçalves en su libro *Fascismos iberoamericanos*.

Si como apunta Ucelay-da Cal, definir el fascismo ha sido uno de los mayores desafíos politológicos e historiográficos del siglo XX y el mismo sigue irresuelto, obviamente tampoco se ha llegado a un consenso respecto al neofascismo (MELLÓN, 2002). A pesar de que, a menudo, se utilizan de forma indistinta ambos, junto a otros términos como posfascismo (TRAVERSO, 2017), derecha radical, nacional-populismo, nueva derecha o neonazismo, es evidente que todos ellos corresponden a movimientos políticos u adscripciones ideológicas distintas. En referencia al neofascismo, configuran el mismo, resiguiendo la definición propuesta por Casals (1998), aquellas formaciones políticas aparecidas en el ámbito de la ultraderecha a partir de la segunda mitad de los años sesenta que experimentaron cambios substanciales de discurso e iconografía. Respecto a su caracterización, Fernández García y Rodríguez Jiménez (1996) apuntan como el neofascismo, principalmente, ha prestado atención a tres factores: las crisis económicas de larga duración, la capacidad de agitación a partir de un discurso xenófobo y la explotación de la desafección hacia la clase política a partir de la proliferación de casos de corrupción. Dichos autores explicitan otras cuestiones centrales del neofascismo, como la identidad nacional, el anticomunismo o, desde la década de los ochenta, el rechazo a la inmigración. Mientras otros investigadores recelan de su uso argumentando como reduce artificialmente a la homogeneidad un arco de sujetos diversificado (MELLÓN, 2002).

A nivel cronológico, los orígenes del neofascismo los encontramos en Italia, puesto que fue allí donde este se empezó a reorganizar durante la Segunda Guerra Mundial.¹ Así, el Movimento Social Italiano (MSI), el partido que se reclamó heredero del régimen mussoliniano (IGNAZI, 1994), se erigió en el principal referente del neofascismo en Europa, una hegemonía que mantuvo hasta la emergencia en la década de los ochenta del Front National (FN) francés. En este sentido, compartimos el análisis de Caldeira cuando sitúa al MSI como un tránsito del neofascismo al posfascismo tras promover la formación de Alleanza Nazionale en los años noventa. Su aparición, como apunta Ignazi, supuso la reformulación en clave posindustrial de la extrema derecha tradicional.

No obstante, como hemos mencionado, desde la década de los ochenta la extrema derecha europea ya había iniciado su proceso de renovación gracias al éxito electoral de Jean Marie Le Pen tras incluir en su programa un mensaje anti inmigración. Un elemento que, desde entonces, se convertirá en el principal eje discursivo de la naciente derecha radical populista, como evidenció la asunción de políticas restrictivas por parte de la mayoría de formaciones de dicho espectro ideológico, incluso la de aquellos países —como España— que en aquellos momentos contaban con índices de recepción de inmigrantes reducidos. Por tanto, más que de modelos de continuidad en clave nacional que conecten al denominado fascismo clásico con el neofascismo, lo que encontramos son influencias de índole transnacional adoptadas y adaptadas a contextos locales diversos por formaciones dispares. En este sentido, de nuevo, coincidimos con Caldeira cuando apunta la dimensión plural del neofascismo. También compartimos su análisis cuando explicita como el neofascismo, pese a sus vínculos con el fascismo clásico, tiene una evolución y un ritmo propios que se ven enfatizados por una coyuntura marcada por la transnacionalidad que otorga la era global. Ello, por ejemplo, es visible en Brasil y también, como formularemos a continuación, en España. Por tanto, no podemos hablar de un neofascismo monolítico ni homogéneo, sino de diversos neofascismos que discurren en paralelo con características diversas originadas por cronologías y realidades sociopolíticas heterogéneas. En este sentido, sería un error caer en reduccionismos o generalizaciones. Si bien es preciso establecer las similitudes que pueden presentar las distintas plasmaciones del neofascismo, es más necesario exponer sus diferencias al tratarse de un fenómeno poliédrico y en transformación constante.

Copsey (2020) caracterizó en su momento tres categorías que definen las tentativas de renovación del fascismo de post guerra: desterritorialización, metapolitización y revisionismo histórico. A continuación, vamos a exponer dichos elementos en relación al caso español. Sin embargo, antes de ello sería preciso apuntar las cuatro etapas de periodización de estos intentos de reformulación. Más allá de la voluntad continuista inicial del MSI y del llamado modelo italiano, sin duda hemos de remontarnos a la década de los sesenta para encontrar las influencias más relevantes que marcarían el devenir de la evolución de dicho espectro ideológico: la concreción de la Nouvelle Droite (ND) y el impacto del Mayo francés y la creación del Círculo Español de Amigos de Europa (CEDADE), la primera organización neonazi española. Posteriormente, la violencia política acontecida durante la Transición y la irrupción de los cabezas rapadas ofrecieron coyunturas destacadas en el desarrollo del neofascismo español. La última etapa significativa de dicha periodización ocurrió en el siglo XXI, coincidiendo con la institucionalización de la derecha radical populista que acabó con la marginalidad de la *groupuscular right*, resiguiendo a Griffin (2003), en España.

¹ En septiembre de 1943, tras la destitución de Mussolini y su reemplazo por el mariscal Badoglio, se creó el Partito Fascista Repubblicano en el contexto de la Repubblica Sociale Italiana (RSI). Tres años más tarde, en diciembre de 1946, se fundaría el Movimento Sociale Italiano (MSI), liderado por Giorgio Almirante y considerado por diversos autores como la primera organización de corte neofascista.

EL NEOFASCISMO EN ESPAÑA. UN INTENTO DE RENOVACIÓN PERMANENTE E INCONCLUSO

La derrota del Eje en la Segunda Guerra Mundial y el inicio de la Guerra Fría incidieron en la evolución ideológica del franquismo, que acabó relacionándose con Estados Unidos al compartir un ferviente anticomunismo, mientras el desarrollismo económico se imponía de la mano de tecnócratas vinculados al Opus Dei. Así, las manifestaciones de nazi-fascismo precedente fueron relegadas. El franquismo, pese a ser un régimen totalitario, anhelaba —evidentemente sin éxito a pesar del contexto favorable de la Guerra Fría— homologarse a la realidad política de su entorno.

En los años setenta, con la salud del dictador deteriorada, algunos sectores del régimen empezaron a proyectar la continuidad del mismo sin Franco. Una posición defendida por el núcleo más inmovilista, el denominado bunker (formado por procuradores, miembros del Ejército y funcionarios, con personajes destacados como Girón de Velasco o Fernández Cuesta), que no se planteaba ninguna reforma sino mantenerse fiel al espíritu del 18 de Julio (Cruzada nacional). En paralelo, otro sector se afanaba por un entendimiento con la oposición que evitara la ruptura y, por tanto, eludiera el descabalgamiento de las élites franquistas del poder.

El bunker se organizó para obstaculizar las iniciativas de apertura del régimen. En este marco cabe situar, por ejemplo, la emergencia de grupos en el ámbito universitario que actuaron como fuerzas de choque, como las Defensas Universitarias o los Guerrilleros de Cristo Rey, un grupo terrorista ultraderechista muy activo en los años setenta. A ellos se sumarían bandas de incontrolados integradas por jóvenes neofascistas que ansiaban vivir el activismo político con la “máxima intensidad”, hecho que incluía el empleo de la violencia con fines políticos (FERNÁNDEZ GARCÍA; RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, 1996). El protagonismo que adquirieron evidenció la falta de vertebración política y la incapacidad de enfrentarse a los procesos de oposición emergentes al régimen de dicho entramado ideológico. No obstante, para algunos autores, los intentos de emular la estrategia de la tensión italiana como factor de desestabilización política, lejos de lograr su objetivo, ejercieron un efecto antitético (CASALS, 2016).

Así, coincidiendo con el inicio de la Transición, la extrema derecha española fluctuó entre una efímera representación institucional, mediante el escaño logrado en las elecciones de 1979 por el líder de Fuerza Nueva (FN), Blas Piñar, y su marginalidad política producto de una fragmentación endémica que le relegaría al extra parlamentarismo. Inicialmente, Fuerza Nueva dio nombre a una editorial que publicaba una revista homónima desde enero de 1967. No fue hasta nueve años después cuando se transformó en partido con el deseo de aglutinar a los nostálgicos de la dictadura. De base confesional, la formación mantuvo un catolicismo extremo junto a un discurso de exaltación patriótica y beligerante en defensa de la Cruzada (Guerra Civil) contra lo que denominó la Anti-España (comunistas, separatistas...) Tan solo tres años después de conseguir el escaño FN sufrió una debacle electoral que comportó su disolución en 1982. La falta de un programa político, la incapacidad para consolidar su estructura, la inexistencia de estrategia y la ineficacia a la hora de transmitir un mensaje anclado en el guerracivilismo convergió con el reflejo público de un neofascismo agresivo otorgado por las bandas militarizadas integradas por sus militantes más jóvenes. Una apariencia que contradecía la imagen de partido de orden que FN pretendía trasladar a la sociedad.

Además del desastre electoral de FN, el verdadero punto de inflexión entre el neofranquismo y las nuevas generaciones ultraderechistas fue el frustrado golpe de estado del 23 de febrero de 1981. Dicho episodio conllevó la marginalidad política de la extrema derecha. El ocaso de la formación dejó sin referentes a una extrema derecha electoralmente

superada por partidos como Alianza Popular (AP) que asumió parte de su programa y electorado (voto útil), convirtiéndose en el principal referente de la derecha española antisocialista.

En poco más de un quinquenio desde la muerte del dictador, la extrema derecha había pasado de una posición destacada a restar desarbolada. La huida de militantes, tras el fracaso electoral y las prácticas violentas de los incontrolados, comportaron una dualidad de discursos contradictorios: el del sector tradicional propugnado por los militantes más veteranos (nostálgicos de la dictadura de vocación patria) y el asociado a los más jóvenes con pretensiones renovadoras (neofascistas de adscripción europeísta).

DE FUERZA JOVEN AL FRENTE DE LA JUVENTUD. UNA TENTATIVA NEOFASCISTA LASTRADA

Fuerza Joven (FJ), la sección juvenil de FN, fue uno de los principales activos de una formación caracterizada por la segmentación generacional, con afiliados veteranos y miembros muy jóvenes, pero con una falta de cuadros y militantes de mediada edad.

En septiembre de 1977 se produjo una escisión, cuando un grupo de jóvenes encabezados por Ernesto Milà y Ramón Graells abandonó FJ para crear el Frente Nacional de la Juventud (FNJ), logrando cierto eco gracias a un prolífico activismo callejero. La indefinición estratégica, el subyugamiento a la dirección madrileña y las presiones del sector ultracatólico de FJ fueron los detonantes del cisma.

El FNJ se erigió en la organización extraparlamentaria más relevante del neofascismo español del periodo. Trató de romper con la extrema derecha nostálgica identificándose con lo que se conoció como la “tercera vía” (ni comunismo, ni capitalismo), pese a que en su interior también alojó a un núcleo falangista clásico. Así se concretó la existencia de la corriente nacional-revolucionaria en España. Entre sus referentes internacionales destacaron grupos como los italianos Avanguardia Nazionale (AN) o los Groupes Nationalistes Révolutionnaires (GNR) franceses. Además, el FNJ rivalizó con otro grupo gestado en Madrid en 1978 llamado Frente de la Juventud (FdJ), integrado por jóvenes procedentes de las secciones más agresivas de FJ.

Sin embargo, la trayectoria del FNJ fue breve puesto que en 1979 se disolvió por su incapacidad logística, una interpretación inexacta del contexto político, la presión policial y su fraccionamiento interno. Mientras el sector falangista promovía el entendimiento con FN y la participación del FNJ en una coalición electoral, los nacional-revolucionarios pretendían erigirse en el referente de un neofascismo combativo alejado de la política parlamentaria.

Entre el legado del FNJ destacó la renovación iconográfica y propagandística que aportó al abrigo de su vocación modernizadora. A raíz del declive del FNJ una parte de su militancia acabó integrándose en el citado FdJ. Una formación que se convirtió en un grupo bisagra entre los nostálgicos del franquismo y las nuevas organizaciones que aparecieron a finales de los años ochenta con una voluntad rupturista e, incluso, antisistema.

La trayectoria del FdJ se caracterizó por los diversos episodios violentos que protagonizó, como los atracos para conseguir fondos para la organización, reproduciendo de esta forma el *modus operandi* de los grupos autónomos armados o de extrema izquierda de la época. Todo ello atrajo la atención de las fuerzas de seguridad que efectuaron diversas razias que precipitaron su desmantelamiento en junio de 1980. Pese a ello, el FdJ proseguiría con su actividad, aunque de manera más errática, hasta 1982.

LOS INCONTROLADOS, LA VIOLENCIA NEOFASCISTA

Como hemos expuesto, si algún elemento caracterizó la trayectoria de las organizaciones neofascistas españolas fue el uso recurrente de la violencia. Durante la década de los setenta proliferaron los episodios de escuadrismo protagonizados por jóvenes ultraderechistas. Las manifestaciones violentas, las agresiones a adversarios políticos, los atentados con artefactos explosivos o las razias a locales o sedes de partidos de izquierdas (BABY, 2018; SANCHO LLUNA, 2020).

Las primeras acciones se remontaron a inicios del periodo con las citadas Defensas Universitarias (1963-68) y los Guerrilleros de Cristo Rey (1968-1983) como protagonistas. Ellos fueron los primeros incontrolados, grupúsculos que operaron de forma autónoma. Estos últimos, integrados mayoritariamente por ex combatientes, falangistas, carlistas veteranos y fuerzanovistas —aunque también acogieron a miembros de los cuerpos de seguridad— fueron uno de los grupos más beligerantes. Su liderazgo se atribuyó al falangista y ex veterano de la División Azul, Mariano Sánchez Covisa, y se convirtieron en una marca utilizada a demanda por grupos que operaban por su cuenta y contaban con la tolerancia y protección de los medios policiales, el Ejército o el Servicio Central de Documentación (SECED), los servicios de inteligencia del momento.

Otros grupos ultraderechistas que emplearon la violencia fueron el Partido Español Nacional-Socialista (PENS) (1968-1974) y los efímeros Grupo de Acción Sindicalista (GAS) (1975-1976) y Juventud Española en Pie (JEP) (1976-1977). Unas bandas que se dedicaron a asaltar librerías y salas de cine, amenazar a colectivos vecinales y centros parroquiales y sociales, atacar sedes de periódicos, agredir a periodistas, apalea a catalanistas o enviar artefactos explosivos, como el que estalló en 1977 en la sede de la revista satírica *El Papis* provocando un muerto. Un crimen que supuso un punto de inflexión en el activismo violento del neofascismo. El ocaso de los incontrolados se vio marcado por la evolución del contexto político y la mayor presión policial a la que se vieron sometidos.

BASES AUTÓNOMAS. LA ALTERNATIVA NACIONAL-REVOLUCIONARIA PIONERA

Entre las diversas experiencias organizativas que proliferaron en los años ochenta y noventa tratando de superar el ostracismo de la extrema derecha española destacó, por su carácter innovador, Bases Autónomas (BBAA). Su irrupción en 1983 comportó la concreción de un activismo insólito en el seno de la extrema derecha, como corrobora Casals cuando la define como “una de las manifestaciones renovadoras más notables del neofascismo español «alternativo»” (CASALS, 1995). BBAA se caracterizó por agrupar a un conjunto de militantes de extracción diversa —estudiantes universitarios agrupados en la denominada Coordinadora de Estudiantes Nacional Revolucionarios (CENR), cabezas rapadas e hinchas de fútbol (vinculados a grupos radicales como Ultras Sur o el Frente Atlético)—, hecho que le otorgó una singularidad propia. Otro aspecto diferenciador fue su vocación renovadora, evidente en el uso de una iconografía transgresora (difundida a través de pintadas, pegatinas o la edición de revistas o boletines como *¡A por ellos!* o *La peste negra*) y de referentes inéditos hasta entonces en las denominadas fuerzas nacionales.

Mediante un discurso radical y un activismo callejero impetuoso —evidente en la exhortación a la acción directa que proclamaban— BBAA trató de desbordar el tradicionalismo nostálgico del franquismo imperante hasta entonces en la extrema derecha española. Por todo ello, BBAA “rompen con los métodos de los fascistas clásicos: la ausencia de líderes claros y de organizaciones de masas los acercan al modelo organizativo libertario en forma de red tan peculiar de los nuevos movimientos sociales”

(GODÀS i PÉREZ, 2007). No en vano se definió como una organización nacional-revolucionaria y reivindicó a referentes ideológicamente dispares, como el *Che* Guevara, Mussolini, Durruti, José Antonio Primo de Rivera, Bakunin o Ramiro Ledesma Ramos, hecho que causó cierto confusiónismo. Por ello algunos investigadores han definido, aunque con ciertas reservas, a BBAA como una organización “anarco-nazi” o “anarco-fascista” (GALLEGO, 2006) en la que primaban las prácticas activistas a la teorización.

Su persistente beligerancia, junto al contexto sociopolítico del momento, aceleraron el declive de BBAA, que fue reapareciendo a lo largo de la década de los noventa, aunque sin la consistencia exhibida en su etapa primigenia. Pese a su disolución, su simbología (rata negra, cruz céltica, runas) y estética (*look skin*, publicaciones y tipografías innovadoras), sus nuevas formas de activismo, la difusión de un discurso rupturista y provocador en los ambientes de la ultraderecha española (con referencias antiautoritarias, antisistema, contra la Iglesia o de menosprecio a los círculos castrenses) y su exhortación al uso de la violencia junto al hecho de aglutinar a una militancia de extracción social diversa alejada del estereotipo del ultraderechista de familia acomodada, convirtió a BBAA en una organización referencial.

LOS CABEZAS RAPADAS NEONAZIS COMO ELEMENTO RENOVADOR Y HOMOLOGADOR

En paralelo, a inicios de la década de los ochenta se había producido la eclosión en España del estilo *skinhead*. Su irrupción coincidió con la emergencia de las nuevas identidades asociadas a la juventud española gestadas durante la Transición. Durante su etapa inicial (1980-84), los *skinheads* primaron la diversión y se mantuvieron alejados de cualquier posicionamiento ideológico. No sería hasta el bienio 1984-85 cuando irrumpieron los primeros grupúsculos de cabezas rapadas que asumieron postulados neofascistas y tomaron como referentes a sus análogos británicos (VIÑAS, 2004).

Los epicentros del sector rapado neonazi fueron Barcelona, Madrid y Valencia, el llamado *triángulo negro* del neofascismo español, una presencia geográfica que respondía a las especificidades de la extrema derecha autóctona (CASALS, 1995). Mientras Barcelona se significó por acoger las publicaciones más transgresoras y los ultraderechistas más beligerantes (una característica que reprodujeron los cabezas rapadas neonazis con sus *fanzines* y agresiones) y por una inquietud ideológica de vocación homologadora en relación al neofascismo europeo; Madrid, en cambio, se erigió en el centro organizativo de la extrema derecha, que acogía las movilizaciones de masas y la “alta política”. Además, la capital de España contaba con un pósito de cariz más tradicional, hecho evidente en la simbología y el discurso inicial de los cabezas rapadas madrileños, más próximos a la nostalgia franquista (SÁNCHEZ SOLER, 1993). Por su parte, Valencia fue donde la extrema derecha se mostró más visceral mediante un activismo callejero intenso (SANCHO LLUNA, 2020). Una particularidad reincidente en los grupos de cabezas rapadas neonazis que operaron con beligerancia en la ciudad a finales de los años ochenta e inicios de los noventa agrupados en colectivos como Acción Radical (AR) y, posteriormente, el Frente Anti Sistema (FAS) o la Hermandad Armagedón (HA) (CANTARERO, 2010).

En un contexto de descalabro de la extrema derecha tradicional, los cabezas rapadas neonazis, lejos de ser un apéndice de la misma, ocuparon el vacío generado tras el declive de FN convirtiéndose en su principal elemento renovador. Pronto se convirtieron en un fenómeno homologable al resto de su entorno que contribuyó a liquidar la nostalgia precedente. Tras la disolución de CEDADE (1966-1993) los cabezas rapadas se convirtieron en el único y más visible referente del neonazismo español. Junto a las cruces

gamadas exhibieron emblemas como la cruz céltica, icono del neofascismo europeo, o runas nórdicas. También fueron novedosas sus publicaciones, *fanzines* de estética cómic, así como sus vías de expansión, tanto deportivas como musicales (estadios de fútbol y conciertos de rock anticomunista). Su auge no se produjo hasta el periodo 1989-1995. Dos factores lo desencadenaron, por un lado la profusión de reportajes publicados sobre las agresiones que cometieron, que magnificaron y favorecieron la extensión de su indumentaria entre la juventud y, por otro, la eclosión de las hinchadas radicales de fútbol que conllevó el predominio de los cabezas rapadas como una moda transgresora en unas gradas que ejercieron de espacio de sociabilidad, proselitismo y difusión de su estética.

Su irrupción aportó una dialéctica visceral que abordaba temas como el racismo o la inmigración, hasta entonces aún inéditos en los círculos ultraderechistas españoles. Un ideario que se alejaba del catolicismo propugnado por la extrema derecha tradicional. Un supremacismo racial que originó que las fuerzas ultraderechistas rechazaran asociarse con ellos. Paradójicamente, dicho discurso emergió en un periodo en el que el número de inmigrantes en España no era significativo y el impacto de la inmigración era mínimo (AJA, 2012). Fue la manifestación visible de lo que se denominó un racismo sin inmigración. Por tanto, no obedeció a una reacción ante la presencia numerosa de inmigrantes, sino simplemente a la reproducción mimética del modelo británico. Así fue como los *skinheads*, en su conjunto, se convirtieron en iconos sociales del nuevo racismo y retomaron el testigo de los mencionados grupos neofascistas y bandas de incontrolados que protagonizaron episodios de escuadrismo callejero en los años setenta.

A medida que el sector rapado neonazi evolucionó, se acentuó su distanciamiento respecto a los partidos de extrema derecha en paralelo al surgimiento de las primeras publicaciones y organizaciones propias. Progresivamente, los cabezas rapadas optaron por no afiliarse a ninguna formación ultraderechista para mantener un activismo autónomo, aunque a menudo este se caracterizara por su desorganización y espontaneidad. Un ejemplo lo tenemos en la concreción de organizaciones como Blood & Honour España (BHE) y Hammer Skins España (HSE), que desde los años noventa trataron de aglutinar a los cabezas rapadas neonazis españoles (VIÑAS, 2004) aunque, en realidad, mostraron su incapacidad para articular estructuras que lograran mantener una trayectoria estable y prolongada o superar un estado organizativo embrionario. Una realidad bicéfala que, además, evidenció las disputas existentes entre unas facciones que reproducían la fractura presente en la escena neonazi internacional (MARCHI, 1997).

La emergencia de los cabezas rapadas neonazis reflejó las transformaciones que experimentó la extrema derecha española tras la muerte de Franco. Su irrupción como un fenómeno eminentemente urbano puso de manifiesto como las nuevas generaciones se alejaron del pósito tradicionalista de raíz católica para asumir unos referentes centro y norte europeos (Alemania y Gran Bretaña) y un discurso racial próximo al neonazismo que divergía de los postulados históricos de la extrema derecha española y que —además— los vinculaba a los citados imaginarios anglosajón y germánico en lugar del universo *Midi* europeo (Francia e Italia) (CASALS, 1998). Así, los cabezas rapadas neonazis constituyeron una tentativa de homologación en clave europea y se erigieron en un elemento renovador (transgresor y rupturista) que ocupó un espacio político huérfano de referentes. Su carácter innovador fue perceptible tanto en la iconografía utilizada (más cercana al neonazismo que a la simbología franquista), como en su penetración y expansión en ámbitos desconocidos (fútbol y música) o en el racismo biológico difundido mediante proclamas o canciones de rock neonazi. Su eclosión comportó la renovación y modernización de una extrema derecha desbordada ante la visceralidad y la violencia callejera de las bandas de cabezas rapadas.

Pese a que las organizaciones creadas por rapados neonazis fracasaron al no conseguir progresar ni mantener una trayectoria dilatada, debido a su inconstancia e indisciplina y a las intervenciones policiales sobre ellas, sí que lograron favorecer la renovación estética e iconográfica del ámbito ultraderechista y situar el control de la inmigración en la agenda política.

Paradójicamente, la irrupción de los cabezas rapadas neonazis no se produjo hasta que el sistema parlamentario español estuvo consolidado tras fracasar el golpe de Estado en 1981. Por tanto, su emergencia constituyó una metáfora que evocaba el retorno del autoritarismo en plena democracia. Pese a exhibir una imagen transgresora, en realidad, articularon un fenómeno de anhelo de orden y uniformidad. Una radicalidad estética, discursiva, musical o activista con una vocación errática de disciplina, pulcritud y marcialidad.

NEGACIONISMO EN ESPAÑA

Inicialmente el denominado “revisionismo histórico”, que niega el exterminio cometido por el régimen nacionalsocialista, trata de exculpar a Alemania de su responsabilidad en la Segunda Guerra Mundial y rechaza la historiografía académica (CASALS, 1995), se circunscribió en España casi en exclusiva a los incipientes círculos de nostálgicos del nacionalsocialismo, como CEDADE. La entidad neonazi fue pionera en la difusión de las tesis negacionistas, con campañas con lemas como “No se deje engañar. El Holocausto es mentira ¡Infórmate!” o “¿Se cree usted todo lo que le dice la TV sin razonar? ¡Holocausto mentira!”. En los años ochenta aparecieron las primeras publicaciones de dicha índole, como *Revisión* y *Revi-Info*, vinculadas a entes como el Centro de Estudios Históricos Revisionistas Español (CEHRE) dirigido por el historiador militar Carlos Caballero o el Centro de Estudios Revisionistas Orientaciones (CERO) dirigido por Juan José Negreira Parets, quién se presentaba como investigador especializado en historia militar.

Con anterioridad, en la década de los setenta, la propia CEDADE se había encargado de traducir y editar el libro *La mentira de Auschwitz* y publicado artículos de Joaquín Bochaca, que se presentaba como un historiador revisionista y fue autor de obras como *El mito de los seis millones* o *Los crímenes de los buenos*. Todo ello acabó configurando una bibliografía revisionista embrionaria que se gestó en paralelo a la creación del Institute for Historical Review (IHR), uno de los principales focos divulgadores del negacionismo a nivel internacional.

Pero fue en los años ochenta cuando el revisionismo trató de articularse como una escuela historiográfica alternativa a través, por ejemplo, de publicaciones como *The Journal of Historical Review* (JHR), que contó en su consejo asesor con el español Enrique Aynat (ex militante del PENS y CEDADE) o los *Annales d’Histoire Révisionniste* (AHR). El objetivo era presentarse como científicos que reclamaban libertad de expresión (CASALS, 1995). Así procesos judiciales, como el que protagonizó el editor alemán Ernst Zündel o el posterior en el que se implicó David Irving, otorgaron cierta proyección mediática al negacionismo. En España, cabe mencionar la demanda interpuesta en 1985 por Violeta Friedmann, superviviente del campo de exterminio de Auschwitz-Birkenau, contra León Degrelle —líder del partido rexista belga y miembro de las SS amparado por la dictadura franquista— por unas declaraciones antisemitas en un medio de comunicación. Tras un largo periplo judicial, finalmente el Tribunal Constitucional amparó a Friedmann al constatar como las manifestaciones de Degrelle poseían una connotación racista y antisemita que únicamente podían ser interpretadas como una incitación antijudía y constituían un atentado al honor de todas aquellas personas que fueron recluidas en los campos de exterminio nazis.

A pesar de la atención concitada a nivel internacional por dichos procesos, el negacionismo español no consiguió desbordar la marginalidad, ni tampoco desvincularse del estigma nazi. Sin embargo, ello contrastó con la amplia difusión de textos negacionistas en otros países impulsada por CEDADE a través de sus distintas marcas editoriales (Bausp, Huguin, Nothung) o por otras distribuidoras como García Hispán (CASALS, 1995) o Ediciones Ojeda.

La disolución oficial de CEDADE y los diversos procesos judiciales que afectaron a su último presidente y propietario de la Librería Europa (principal centro difusor de literatura nacionalsocialista precintado en 2016 por carecer de licencia de actividad), Pedro Varela, encausado y condenado por apología del genocidio, difusión de ideas genocidas y atentado contra los derechos fundamentales y las libertades públicas, relegaron aún más al ostracismo al negacionismo. Ello pese a que en el año 2007 el Tribunal Constitucional sentenció que castigar la difusión de ideas o doctrinas que nieguen el genocidio suponía una vulneración del derecho a la libertad de expresión.

Sin su principal referente, el negacionismo no pudo desbordar los círculos neonazis y quedó relegado a actividades de proselitismo, como conferencias en centros o entidades neofascistas (a cargo, entre otros, del propio Varela), iniciativas individuales o tentativas de divulgación y difusión, como la Librería Kalki (cuyo propietario fue juzgado en el año 2009 por difundir ideas genocidas) o sellos editoriales, como Ediciones Nueva República (ENR), propiedad de Juan Antonio Llopart, antiguo líder del Movimiento Social Republicano (MSR), formación nacional-revolucionaria sucesora de la pionera Alternativa Europea (AE). Tan solo la aparición de las nuevas tecnologías facilitó la exposición de sus tesis a nivel global, pero pese a lograr una mayor divulgación ello tampoco supuso la obtención de una pátina científica para el negacionismo.

METAPOLÍTICA, IDENTITARISMO Y LA DISPUTA DE LA HEGEMONÍA CULTURAL

La figura de Alexandr Duguin, integrante y principal teórico del Partido Nacional Bolchevique (PNB) ruso en los años noventa, se ha erigido en una de las voces más prominentes de la extrema derecha global y en el gran referente de la corriente nacional-revolucionaria. En España tuvo sus primeros contactos con CEDADE y en 1992 se tradujo su primera obra al castellano, *Rusia, el misterio de Eurasia*. Tras ello, la siguiente formación que divulgó su ideario alrededor del eurasianismo (LARUELLE, 2015) y la denominada Cuarta Teoría Política (CTP) —que plantea la superación del liberalismo, el socialismo y el fascismo— fue Alternativa Europea. Con todo, su incidencia fue escasa y la penetración de su discurso se vio reducida a los exiguos círculos de militantes nacional-revolucionarios existentes y, posteriormente, a colectivos identitarios también poco numerosos.

Sin embargo, la trascendencia lograda por Duguin en dicho ámbito sí que fue relevante a nivel divulgativo. Sus obras fueron publicadas por editoriales españolas, como la citada Ediciones Nueva República (ENR) y su sucesora Ediciones Fides que publicaron volúmenes como *La cuarta teoría política*, *La Noomajía y la lucha triádica entre Apolo, Dioniso y Cibeles*; *Eurasia y el eurasianismo: Entre Oriente y Occidente*; *Geopolítica del Espíritu: Introducción a la Noomajía*; *Geopolítica existencial*, *El auge de la cuarta teoría política* o *La última guerra de la isla mundial. La geopolítica de la Rusia contemporánea* entre otros. También apareció entrevistado en revistas como *La Emboscadura* (proyecto auspiciado por el propio Llopart) o citado en otras publicaciones del mismo ámbito como *Nihil Obstat*. Asimismo, inspiró a autores locales, como Josep Alsina —relacionado según Caldeira con Nova Resistência— que en su obra *El hispanismo como cuarta teoría política* trata de adaptar las tesis de Duguin a la realidad española. Más allá de esta tarea

propagandística, que cabe relativizar puesto que como hemos apuntado no consiguió desbordar los círculos más ideologizados, el proceso de metapolitización de dicho ámbito se vio lastrado por la evolución del contexto político español, el cual impidió su extensión. Pese a ello, el pensamiento de Duguin se convirtió, junto a la renovación conceptual encarnada décadas antes por la Nouvelle Droite y los escritos de autores como Julius Evola, en el principal referente, tanto del movimiento nacional-revolucionario como de aquellos grupos que se consideraron sus sucesores, como HSM o diversos grupúsculos identitarios.

Este último movimiento se originó en Francia bajo la influencia de las tesis de la ND (SANROMÁN, 2008), con el objetivo de erigir una derecha alternativa global de tintes antisistémicos e islamófobos y opuesta al multiculturalismo. En realidad, se trató de una nueva tentativa de actualizar praxis (que bascula entre la teorización y la acción directa) y discurso (focalizado en la defensa de los valores de una presunta civilización europea y un explícito alegato nativista) para librar una batalla cultural que socave los consensos y derechos sociales ampliamente asentados en la Europa occidental.

Sus principales referentes fueron el Bloc Identitaire-Mouvement Social Européen francés (cuyo antecedente fueron las Jeunesses Identitaires) y su rama juvenil Génération Identitaire, que en el año 2012 hizo pública su “Declaración de Guerra” (ZÚQUETE, 2018). Ambos se erigieron como formaciones modelo para implementar organizaciones identitarias de evolución diversa por toda Europa (Suecia, Italia, Austria o Alemania). En paralelo, otros colectivos ensayaron prácticas inéditas o la concreción de alternativas políticas, como Casa Pound Italia (CPI), una red de activos centros sociales cuyos integrantes se autodenominan “fascistas del tercer milenio” (GRETEL CAMELLI, 2015), o el denominado movimiento nacionalista autónomo germano.

En España, las nuevas dinámicas del neofascismo europeo favorecieron la aparición de fenómenos inéditos, como las llamadas ocupaciones negras o no conformes, el abandono de una estética agresiva y la adopción de una indumentaria casual o, incluso, *Black-bloc*, la incorporación de una iconografía infrecuente, el uso de formas de propaganda *street art* (grafitis, *wheatpasting*), la asunción de referentes sonoros alejados del rock anticomunista precedente (NS Black Metal o derivados de la música electrónica como el *hard bass*) o, incluso, la explicitación de un discurso anticapitalista (VIÑAS, 2021). El objetivo era ofrecer una imagen moderna alejada de la uniformidad previa y de la nostalgia nacionalsocialista y del fascismo de entreguerras, considerados un lastre para ampliar la base social del movimiento.

Entre las iniciativas que trataron de explorar dicha vía encontramos al Casal Tramuntana barcelonés, una asociación gestada a finales del año 2011 (inicialmente bajo el nombre de Centro Militia) impulsada, entre otros, por miembros de Plataforma per Catalunya (PxC), una formación anti inmigración que logró un relativo éxito en el ámbito municipalista catalán en la primera década del siglo XXI (RIUS SANT, 2022). El Casal Tramuntana se autodefinió como una entidad patriótica que pretendía emular la experiencia de Casa Pound. Entre sus actividades destacaron las campañas de agitación y activismo propagandístico de índole identitaria junto a una estrategia de beneficencia que primaba a los autóctonos (FROIO *et al.*, 2020) que emulaba prácticas de Amanecer Dorado en Grecia. En aquel mismo periodo se gestaron proyectos similares de voluntad renovadora que contaron con la participación o el apoyo de formaciones como Alianza Nacional (AN), Movimiento Social Republicano (MSR) o La Falange (FE), como el Proyecto Impulso (Castellón), el Hogar Social Patriota M^a Luisa Navarro (Valencia), Hogar Social Zaragoza (Zaragoza) y el Hogar Social Ramiro Ledesma Ramos (Madrid), llamado así en recuerdo del cofundador en 1931 de las Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalistas (JONS) (GALLEGO, 2005) que poco después pasó a denominarse Hogar Social Madrid (HSM). Dichas experiencias trataron de reproducir las prácticas de CPI o imitaron tácticas y

discursos provenientes de los movimientos sociales (como la Plataforma de Afectados por la Hipoteca, Rodea el Congreso o el propio 15-M) e, incluso, de formaciones políticas como Podemos (ÁLVAREZ BENAVIDES; JIMÉNEZ AGUILAR, 2020). No en vano se definieron como socialistas, anticapitalistas, antiglobalización y anti establishment.

La proliferación de este tipo de iniciativas corroboró la irrupción del modelo Casa Pound en España, aunque con matices, puesto que en el caso español la ocupación ilegal de inmuebles fue una opción limitada y, mayoritariamente, de trayectoria sucinta. En Brasil, como apunta Caldeira en su artículo, CPI también se convirtió en un referente de grupos como la Associação Cívico-Cultural Arcy Lopes Estrella (ACCALE) que conjuga la ideología integralista con nuevas expresiones de la derecha radical autóctona junto a una dimensión evolucionista del neofascismo, compartiendo, por ejemplo, eslóganes como “Revolta contra o Mundo Moderno” utilizados también por HSM en España.

CONSIDERACIONES

Tras reseguir la presencia y evolución del neofascismo en España podemos constatar cómo este no se caracterizó por una vocación internacional o transnacional. Las organizaciones neofascistas españolas no desarrollaron una voluntad de ejercer de referente de movimientos homólogos. Ello se debe, en parte, a que se trataba de un fenómeno en vías de consolidación y, por tanto, su principal objetivo era afianzarse como una alternativa política sólida capaz de librarse de la fragmentación precedente.

Además, en contraposición al caso brasileño, el neofascismo español es un movimiento con claras discontinuidades y en constante transformación. No obstante, también presenta similitudes relevantes en relación a Brasil, como su aparición tardía, por efecto en ambos países de sus respectivas dictaduras militares (en su conjunto abarcan un periodo comprendido entre 1939 y 1985) que hicieron innecesaria la articulación de un movimiento político de corte neofascista dado que los militares ocupaban el poder. Además, paradójicamente, en España la jerarquía castrense recelaba de la existencia de asociaciones políticas, aunque estas fueran leales a los postulados del régimen. En este sentido, el Ejército y su afán de autoridad (la permanente vocación de partido militar) se erigieron en un elemento que impidió la irrupción y vertebración de la extrema derecha y el neofascismo. Asimismo, la perdurabilidad del régimen obstaculizó la penetración de corrientes renovadoras o modernizantes, más allá de círculos reducidos o de organizaciones como CEDADE.

La cuestión de la identidad europea y del paneuropeísmo no estuvo presente en los primeros años de desarrollo del movimiento, puesto que su principal meta fue vertebrar una alternativa política tras la rápida debacle del régimen y de las formaciones que se reclamaron herederas del mismo. Así, en el neofascismo español primó, inicialmente, la presencia de un pósito nacionalista que impregnó el discurso de los grupos y formaciones neofascistas en un periodo marcado, además, por la amenaza terrorista de connotaciones separatistas, como testimoniaba el prolífico activismo de ETA. Por consiguiente, la preservación de la unidad territorial de España se convirtió en el eje programático esencial del primer neofascismo. Hecho que evidencia tanto el aislamiento del mismo en relación a movimientos homólogos europeos, como la contradicción que suponía tratar de reorganizar un espacio político de cariz modernizante e innovador sin desligarse de los valores fundacionales del franquismo (indivisibilidad territorial, hispanidad, catolicismo...) En este sentido, nos parece interesante apreciar como mientras en el caso brasileño el pósito paneuropeísta fue un lastre en el desarrollo del neofascismo local, en el caso español fue la raíz católica que impregnaba tradicionalmente a la extrema derecha autóctona la que obstaculizó la adopción, por ejemplo, del discurso anti inmigración exitoso en el resto de

Europa desde la década de los ochenta y, por tanto, impidió una homologación más rauda en relación al neofascismo existente en los países de su entorno. Mientras que años más tarde el neofascismo español acabó adoptando un discurso identitario paneuropeísta, producto de la incidencia de las tesis nacional-revolucionarias, en Brasil el mismo continuó siendo un inconveniente para su implementación.

Respecto a la similitud de cronologías de ambas realidades, es preciso apuntar también la existencia de un desajuste en el caso de Brasil en referencia al caso español, puesto que cuando se concretó el neofascismo en el país sudamericano España se hallaba aún inmersa en pleno proceso de Transición democrática. Por tanto, la definición de las dos concreciones difirió temporalmente. En cambio si que hayamos paralelismos, pese a algunas disimilitudes, en el protagonismo de los cabezas rapadas en España y los carecas en Brasil. Más allá de lo que supusieron sus respectivas irrupciones en el ámbito de las extremas derechas locales, su carácter transgresor y su aportación en relación a la innovación estética e iconográfica fue relevante para desbordar los marcos de referencia precedentes.

Como acabamos de constatar el carácter transnacional del neofascismo del siglo XXI se evidencia, por ejemplo, en como Casa Pound, un fenómeno local circunscrito a Italia se ha erigido en modelo de grupos homólogos tanto en España (Europa) como en Brasil (América del Sur), convirtiéndose, por tanto, en un referente de implantación global. Algo manifiesto también si tenemos presente como organizaciones de ambos países han adoptado el discurso evoliano. Por tanto, tras la descripción apuntada podemos concluir como dicha idiosincrasia se manifestó en las últimas décadas, superando así el aislacionismo pretérito. Una de las razones que explican la enfatización de la transnacionalidad del neofascismo a escala internacional es el desarrollo y uso de la tecnología y las redes sociales por parte de sus integrantes. Su empleo, más allá de permitir una amplia difusión inédita en el entorno pre Internet, ha favorecido el intercambio de experiencias, la interrelación y las conexiones supranacionales. Ello ha posibilitado que realidades locales, como Casa Pound, se hayan convertido en modelos globales. Así en un mundo globalizado, la extrema derecha más contemporánea no es más que un simple reflejo de las sociedades del siglo XXI, más interconectadas que nunca en un espacio glocal (transnacional).

REFERENCIAS

AJA, Eliseo. *Inmigración y democracia*. Madrid: Alianza editorial, 2012.

ÁLVAREZ BENAVIDES, Antonio; JIMÉNEZ AGUILAR, Francisco. Estrategias de comunicación de la nueva extrema derecha española. De Hogar Social Madrid a Vox, del alter-activismo a la doctrina de shock. *Estudios de la Paz y el Conflicto. Revista Latinoamericana*, 2, p. 71-72, 2020.

BABY, Sophie. *El mito de la transición pacífica. Violencia y política en España (1975-1982)*. Madrid: Akal, 2018.

CANTARERO, Joan. *La huella de la bota. De los nazis del franquismo a la nueva ultraderecha*. Madrid: Temas de Hoy, 2010.

CASALS, Xavier. *La Transición española. El voto ignorado de las armas*. Barcelona: Pasado & Presente, 2016.

CASALS, Xavier. *La tentación neofascista en España. La evolución de la extrema derecha española durante la transición, así como sus espejos y referentes europeos*. Barcelona: Plaza & Janés, 1998.

CASALS, Xavier. Boixos i Brigadistes: una lectura ideològica, *L'Avenç*, 211, p. 52-55, 1997.

CASALS, Xavier. *Neonazis en España. De las audiciones wagnerianas a los skinheads*. Barcelona: Grijalbo, 1995.

COPSEY, Nigel. Neo-Fascism: A Footnote to the Fascist Epoch? In: IORDACHI, C., KALLIS, A. (orgs.) *Beyond the Fascist Century*. Londres: Plagrove Macmillan, 2020.

De LIMA GRECCO, Gabriela; GONÇALVES, Leandro P. (orgs). *Fascismos iberoamericanos*. Madrid: Alianza, 2022.

FEIJOO SÁNCHEZ, Bernardo J. Los delitos de genocidio en el Derecho penal español, *ICADE Revista de las Facultades de Derecho y Ciencias Económicas y Empresariales*, 42, p. 97-134, 1997.

FERNÁNDEZ GARCÍA, Antonio; RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, José L. *Fascismo y Neofascismo*. Madrid: Arco Libros, 1996.

FERNÁNDEZ GARCÍA, Antonio; RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, José L. *Fascismo, Neofascismo y Extrema Derecha*. Madrid: Arco Libros, 2001.

FROIO, Caterina *et al.* *Casa Pound Italia. Contemporary Extreme-Right Politics*. Londres: Routledge, 2020.

GALLEGO, Ferran. *Una patria imaginaria. La extrema derecha española (1973-2005)*. Madrid: Síntesis, 2006.

GALLEGO, Ferran. *Ramiro Ledesma Ramos y el fascismo español*. Madrid: Síntesis, 2005.

GODÀS i PÉREZ, Xavier. *Política del disenso. Sociología de los movimientos sociales*. Barcelona: Icaria, 2007.

GRETEL CAMMELLI, Maddalena. *Fascisti del terzo millennio. Per un'antropologia di CasaPound*. Verona: Ombre corte, 2015.

GRIFFIN, Roger. *Fascismo. Una inmersión rápida*. Barcelona: Tibidabo ediciones, 2020.

GRIFFIN, Roger. From slime mould to rhizome: an introduction to the groupuscular right, *Patters of Prejudice*, v. 37, 1, p. 27-50, 2003.

GUAMÁN, Adoración *et al.* *Neofascismo. La bestia neoliberal*. Madrid: Siglo XXI, 2019.

IGNAZI, Piero. *L'estrema destra in Europa*. Bologna: Il Mulino, 1994.

LARUELLE, Marlene (org.). *Eurasianism and the European Far Right: Reshaping the European-Russia Relationship*. Lanham: Lexington books, 2015.

- MARCHI, Valerio. *Nazi-Rock: Pop music e destra radicale*. Roma: Castelvecchi, 1997.
- MAYOR FERRÁNDIZ, Teresa M. Los negacionistas del Holocausto, *Revista digital de Historia y Ciencias Sociales*, 293, p. 55-70, 2012.
- MELLÓN, Joan A. (org.) *Orden, jerarquía y comunidad. Fascismos, dictaduras y postfascismos en la Europa Contemporánea*. Madrid: Tecnos, 2002.
- RIUS SANT, Xavier. *Els ultres son aquí. De Plataforma per Catalunya a Vox*. Barcelona: Proa, 2022.
- RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, José L. *Reaccionarios y golpistas. La extrema derecha en España: del tardofranquismo a la consolidación de la democracia*. Madrid: CSIC, 1994.
- ROSATI, Elia. *CasaPound Italia. Fascisti del Terzo Millenio*. Milán: Mimesis, 2018.
- SÁNCHEZ SOLER, Mariano. *Los hijos del 20-N. Historia violenta del fascismo español*. Barcelona: Temas de Hoy, 1993.
- SÁNCHEZ SOLER, Mariano. *Descenso a los fascismos*. Barcelona: Ediciones B, 1998.
- SANCHO LLUNA, Juan L. *Anticatalanismo y Transición política. Los orígenes del conflicto valenciano (1976-1982)*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2020.
- SANROMÁN, Diego L. *La Nueva derecha. Cuarenta años de agitación metapolítica*. Madrid: CIS, 2008.
- SUSO, Roger. *La claveguera marró. L'NSU i el terror neonazi a Alemanya*. Manresa: Tigre de paper, 2016.
- TRAVERSO, Enzo. *Els nous rostres del feixisme*. Valencia: Balandra, 2017.
- TRIAS SAGNIER, Jorge. *Violeta Friedman contra León Degrelle. Un proceso singular contra el negacionismo del Holocausto*. Madrid: Hebraica ediciones, 2021.
- VIÑAS, Carles. Les ocupacions d'extrema dreta com a temptativa d'apropiació cultural. Una anàlisi comparat transnacional, *Segle XX. Revista catalana d'història*, 14, p. 116-135, 2021.
- VIÑAS, Carles. *El mundo ultra. Los radicales del fútbol español*. Madrid: Temas de Hoy, 2005.
- VIÑAS, Carles. *Skinheads a Catalunya*. Barcelona: Columna, 2004.
- VIÑAS, Carles. *Música i skinheads a Catalunya. El so de la política*, Barcelona: Diputació de Barcelona, 2001.
- ZÚQUETE, José P. *Identitarians. The Movement against the Globalism and Islam in Europe*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2018.

NOTAS DE AUTOR

AUTORÍA

Carles Viñas Gracia. Doctor en Historia contemporánea. Profesor lector Serra Húnter, Universitat de Barcelona, Facultat de Geografia i Història, Departament d'Història i Arqueologia, Barcelona, ESP, España.

DIRECCIÓN PARA LA CORRESPONDENCIA

Carrer Montalegre, 6, 08001, Barcelona, España.

ORIGEN DEL ARTÍCULO

Encargo del profesor Fabio Morales para debate artículo "O Neofascismo no Brasil, do local ao global?" del historiador Odilon Caldeira Neto (UFJF).

CONTRIBUCIÓN DE AUTORÍA

Los trabajos describen la contribución específica de cada colaborador a la producción académica insertando los datos de los autores a modo de ejemplo, excluyendo lo que no proceda. Las iniciales de los nombres se añaden con el apellido, según el ejemplo.

Concepción y preparación del manuscrito: C. Viñas.

FINANCIACIÓN

No aplicable.

CONSENTIMIENTO PARA EL USO DE LA IMAGEN

No aplicable.

APROBACIÓN DEL COMITÉ DE ÉTICA EN INVESTIGACIÓN

No se aplica.

CONFLICTO DE INTERESES

No existe conflicto de intereses.

DISPONIBILIDAD DE DATOS Y MATERIALES

No se aplica.

PREPRINT

El artículo no es un preprint.

LICENCIA DE USO

© Derechos de autor de Carles, Viñas Gracia. Este artículo está bajo la [licencia Creative Commons CC-BY](#). Con esta licencia puedes distribuir, mezclar, ajustar y construir para cualquier propósito, incluso con fines comerciales, siempre que le sea reconocida la autoría de la creación original.

PUBLISHER

Universidad Federal de Santa Catarina. Programa de Posgrado en Historia. Portal de publicaciones periódicas UFSC. Las ideas expresadas en este artículo son responsabilidad de sus autores, y no representan necesariamente la opinión de los editores o de la universidad.

EDITORES

Jo Klanovicz.

Fabio Morales.



HISTÓRICO

Recibido: 8 de noviembre de 2022

Aceptado: 20 de diciembre de 2022

Como citar: VIÑAS Gracia, Carles. Neofascismo en España, una tentación con vocación renovadora inconclusa. *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 620-637, sep./dic. 2022.





TRAS LAS HUELLAS NEOFASCISTAS EN EL GOBIERNO BOLSONARO

On The Neo-fascist Track of Bolsonaro's Government

Gisela Pereyra Doval^a

 <https://orcid.org/0000-0001-7081-8500>

E-mail: gpdoval@gmail.com

^a CONICET, Universidad Nacional de Rosario,
Rosario, Argentina.

Gastón Souroujon^b

 <https://orcid.org/0000-0003-4217-5012>

E-mail: gsouroujon@hotmail.com

^b CONICET, Universidad Nacional de Rosario
Rosario, Argentina.

DEBATE

NEOFASCISMO NO BRASIL/NEO-FASCISM IN BRAZIL/NEOFASCISMO EN BRASIL

RESUMEN

Comentário al artículo de Odilon Caldeira Neto.

PALABRAS CLAVES

Neofascismo. Extrema derecha. Transnacionalismo. Dictadura.

ABSTRACT

Comments of Caldeira Neto's article.

KEYWORDS

Neo-Fascism. Extreme-Right. Transnationalism. Dictatorship.



FRONTERAS CONCEPTUALES

El trabajo de Odilon Caldeira Neto “O neofascismo no Brasil, ¿de local ao global?” en donde procura rastrear el devenir del neofascismo en Brasil en una clave transnacional, no solo es un escrito de gran calidad y rigurosidad, sino fundamentalmente un escrito necesario al intervenir en un debate solapado en nuestra región y transitado por pocos: la existencia de experiencias fascistas y neofascistas en América Latina. La atención puesta en los populismos, en los neoliberalismos, en los regímenes autoritarios, opacó esta línea de reflexión y coartó la posibilidad de pensar las conexiones globales que estos fenómenos presentan. Colocar el foco en Brasil no sólo permite comprender estas experiencias como un resultado tensional en donde se cruzan componentes autóctonos con ejes globales, sino que también habilita a pensar el gobierno de Bolsonaro desde un tamiz más complejo, limitando la naturaleza del mismo al reconocerlo como un fenómeno distinto que el neofascismo, pero también subrayando la porosidad y afinidades que fácilmente permea esos límites. En síntesis, Caldeira Neto (2022) nos permite comprender que en Brasil hay una actividad importante de diferentes grupos neofascistas, los cuales son minoritarios y no forman parte de la administración de Bolsonaro, sin embargo, los guiños entre los distintos miembros de la familia de la Far Right son moneda corriente, lo que puede llevar a escenarios de mayor radicalización de la postura de Bolsonaro.

De los distintos tópicos que este texto nos invita a pensar consideramos que unos de los más relevantes es el de las fronteras conceptuales para atrapar la heterogeneidad de fenómenos que caracterizan al universo de la Far Right, en particular el texto realiza un tránsito por los debates en torno a los conceptos de fascismo y neofascismo que nos parece conveniente profundizar y contextualizar. El propósito de esto no está orientado exclusivamente por intereses académicos, el caos de la realidad política se deja aprehender con más claridad a través de conceptos críticamente construidos, el tratamiento poco cuidadoso de los mismos provoca pronósticos desacertados, prejuicios peligrosos y omisiones ingenuas.

La falta de consenso es la característica que reinó desde la posguerra al momento de precisar las definiciones y distinciones del universo de la Far Right. Derecha radical, neofascismo, extrema derecha, etc. se han utilizado la mayoría de las veces indistintamente para señalar todas aquellas experiencias que se posicionaban más allá de la derecha tradicional conservadora (BALE; BAR-ON, 2022). Fundamentalmente fue el concepto de fascismo el que se vio más afectado al momento de concebirlo como un concepto científico. En primer lugar, por el dolor y la reacción negativa que las experiencias fascistas sembraron en la memoria colectiva que lo convirtieron rápidamente en un insulto utilizado en la lucha política y el periodismo. En segundo lugar, porque gran parte de la tradición marxista durante décadas asoció al fascismo como un producto endémico al capitalismo, por lo cual se perdían las distinciones posibles entre fascismo y otras experiencias de Far Right, incluso la democracia. El fascismo solo era un escalón más del descenso propio del capitalismo (GRIFFIN, 2022). Es en la década de los noventa del siglo pasado, durante la tercera ola de la Far Right, que comenzamos a ser testigos de una preocupación mayor por parte de los académicos para dar cuenta con más precisión del fenómeno. Esta preocupación se profundiza el siglo XXI con la cuarta ola caracterizada por la entrada de los partidos de derecha radical al sistema mainstream (MUDDE, 2019). Fundamentalmente el ascenso al poder de Trump, Bolsonaro o Putin, avivaron el debate sobre el concepto de fascismo y del neofascismo y provocaron la aparición de nuevas categorías como wannabe fascism (FINCHELSTEIN, 2022) o fascism lite (VAN HERPEN, 2013).

De alguna manera la clave de este debate es una réplica de un debate paralelo en torno al concepto de populismo (ver SOUROUJON, 2021), y es una discusión que atraviesa la historia de las ciencias sociales, ¿cuánta extensión puede reflejar un concepto? ¿Es



preferible conceptos con poca extensión y mucha intensidad, que puedan denominar pocos casos de manera profunda, o conceptos genéricos que recuperen pocas dimensiones comunes y permitan atravesar distintos fenómenos? El *paper* de Caldeira Neto (2022) sobrevuela este debate y toma partido de un lado de la barricada. Los defensores del concepto anclado en el fascismo histórico, con múltiples atributos, fundamentan que el fascismo es un concepto que se debe limitar a graficar una experiencia europea (incluso algunos lo limitan a Italia) en un periodo determinado. La cantidad de dimensiones que incluyen en el concepto pone límites al abuso del mismo, así vemos que Gentile le atribuye dieciséis características, Payne trece y Paxton ocho (BALE; BAR-ON, 2022). Esto pone límites a la tentación de nominar cualquier expresión anti marxista, anti liberal o meramente políticamente incorrecta como fascista (GREGOR, 2006). Evidentemente esta estrategia de conceptualización es reacia a la utilización de la categoría neofascismo, la cual la mayoría de las veces solo reconocen para el partido Movimento Sociale Italiano (MSI) puesto que durante su existencia adscribió su herencia en el fascismo histórico al cual enlazaba públicamente (GENTILE, 2019). Algunos de estos autores (TRAVERSO, 2018) proponen utilizar el concepto de posfascismo como un fenómeno que aún no ha cristalizado, para denominar a todas las nuevas experiencias.

Frente a los que defienden un concepto de fascismo histórico se encuentran los que levantan la bandera del fascismo genérico, barricada en la que se encuentra el autor. Son definiciones con pocas dimensiones funcionales para el análisis comparativo, al permitir que el concepto pueda trasladarse a distintas regiones y a diferentes referentes. De esta manera, el concepto no queda circunscripto a Europa y puede atravesar el periodo finalizado en 1945, si bien ya no como partido político o como régimen, si como una expresión de cultura política que puede manifestarse en múltiples formas (GRIFFIN, 2006). El exponente más reconocido de esta postura es Roger Griffin, quien ha emprendido una búsqueda similar a la que Mudde (2017) haría con el concepto de populismo. El fascismo como una ideología delgada y las políticas y prácticas que van relacionada con ésta. El núcleo de esta ideología es un mito palingenésico de renacimiento, de renovación ante la decadencia presente de la comunidad, que pregona un ultranacionalismo incompatible con la democracia liberal pero que no necesariamente se identifica con las fronteras del estado nación y una movilización populista que atraviesa las clases sociales (GRIFFIN, 2017).

Esta definición se acopla a la distinción que autores como Mudde (2019) y Eatwell y Goodwin (2018) entre otros proponen, entre una derecha radical populista o nacional populista y una extrema derecha en cuyo seno estarían las experiencias fascistas. En tanto que la primera acepta el juego democrático, a pesar de ser crítica a la cepa proveniente del liberalismo político de las democracias contemporáneas, y se erige como expresión de defensa del hombre común; la extrema derecha es contraria a la esencia de la democracia, a la idea de soberanía popular y la regla de la mayoría y plantea la necesidad de regeneración del hombre, de creación de un hombre nuevo. El crecimiento de las primeras en el universo de la Far Right convirtió a las últimas en una expresión secundaria. Sin embargo, y aquí disentimos con el trabajo de Caldeira Neto, ambas expresiones, son enemigas del liberalismo político, y de los principios fundantes de éste (individualismo, neutralidad del estado, respeto a las minorías), razón por la cual algunos definen a la derecha radical populista como una expresión de democracia iliberal (PAPPA, 2019). Y si bien pueden combinarse con expresiones neoliberales, como veremos no hay una relación necesaria entre éstas.

La definición genérica del fascismo permea de legitimidad la extensión del uso del concepto de neofascismo más allá de los límites que los defensores del fascismo histórico argumentan. Nuevamente Griffin (2006) despliega una tipología con las distintas manifestaciones en que el neofascismo se expresa: fascismo nostálgico, neonazis,

revisionistas, fascismo mimético. Descripción que muestra que, salvo algunas excepciones, en Hungría, Grecia y Eslovaquia, las experiencias neofascistas no se han cristalizado en partidos políticos de peso, sino que se han desplegado fundamentalmente en un heterogéneo y fragmentado conjunto de grupúsculos volátiles que, a pesar del ruido que generan, por ahora se muestran políticamente impotentes. Sin embargo, esta red diversa ha podido tejer una subcultura neofascista que se relaciona globalmente y han explotado las herramientas que internet habilita, generando un fenómeno internacional. Los desarrollos teóricos que la metapolítica de la Nouvelle Droite desarrolló también posibilitaron esta conversión del neofascismo en un fenómeno cultural. Es relevante que las conclusiones vertidas por Caldeira Neto permiten observar que el devenir del neofascismo brasileño ostenta las mismas características que se aprecia en lo que sería el centro neurálgico fascista. Más aún, permiten reconocer una de las cualidades que habilita pensar en la perdurabilidad de esta subcultura, su capacidad de adaptarse a los distintos contextos, de traducir las problemáticas coyunturales a la luz de una ideología palingenética ultranacionalista.

El mapa conceptual que brevemente hemos expuesto nos permite comprender que el vasto espacio de la Far Right se halla compuesto por un arco iris de ideologías, de lenguajes, que en términos analíticos son factibles de diferenciar y en términos históricos abrevan en tradiciones distintas y comulgan ante panteones diferentes. Neofascismo, libertarismo y derecha radical populista no se implican e incluso pueden negarse mutuamente. Y, sin embargo, en el tablero político la porosidad de estas fronteras, las afinidades electivas entre las tradiciones, las múltiples membresías de sus exponentes, generan un mapa de conexiones y plasman escenarios más complejos. El caso de Trump en Norteamérica es paradigmático, su administración bien podría ser pensada dentro de los parámetros de la derecha radical populista, sin embargo, el apoyo y aceptación por parte de la Alt Right neofascista y del Tea Party libertario, confieren ciertos rasgos destacables a su gobierno. El caso norteamericano también puso en evidencia como los lazos entre la Alt Right y los grupos libertarios son más comunes de lo que sus ideologías a priori contradictorias nos permitirían pensar. La radicalidad del libertarismo obró en muchos casos como un primer paso hacia el neofascismo de la Alt Right (HERMANSSON *et al.*, 2020) e incluso el símbolo que el Tea Party recuperó de la historia norteamericana y lo resignificó como estandarte de su ideología libertaria, la bandera de Gadsden, pronto fue retomado por la Alt Right hasta transformarse en un símbolo de odio racial (WALKER, 2016).

Y aquí reside quizás la amenaza más importante que el neofascismo impone al orden democrático, si bien son grupúsculos pequeños, generalmente relegados, su capacidad de formar alianzas, de infiltrar elementos de su ideología, de adaptarse a los distintos contextos (BALE, 2014) puede cambiar la tonalidad de un gobierno particular y acentuar rasgos xenófobos, violentos, etc. Lo dicho no se contradice con la necesidad de reconocer analíticamente las fronteras conceptuales, justamente son los conceptos los que habilitan a comprender mejor la complejidad de los escenarios.

BOLSONARO Y LOS VÍNCULOS NEOFASCISTAS

En este sentido descripto *ut supra*, podemos sostener que, aunque no puede considerarse fascista o neofascista al actual gobierno brasileño, tanto la posibilidad de su radicalización como el contacto de sus apoyos, habilitan el análisis de los vínculos. Estos vínculos, no necesariamente son por la fascistización de la derecha radical que representa Bolsonaro sino, principalmente, por el acercamiento de los grupos fascistas al espacio político que lidera el presidente y su participación en el proceso que culminó con su elección.



En primer lugar, debe aclararse que los grupúsculos fascistas brasileños (núcleos integralistas) contribuyeron al juicio político a Dilma Rousseff. Como plantean Gonçalves e Caldeira Neto (2020), ya desde el fin del mandato de da Silva, la derecha comenzó su campaña en contra de Rousseff por varias cuestiones, entre las que se destaca su concepción de la democracia y sus derivados. Aquí cabe volver a distinguir conceptualmente entre distintos subgrupos de la ultraderecha, principalmente entre la derecha extrema y la derecha radical. Mientras que la primera “[...] rechaza la esencia de la democracia, es decir, la soberanía popular y el principio de la mayoría [el ejemplo de esto es el fascismo] [...] la «derecha radical» acepta la esencia de la democracia, pero se opone a elementos fundamentales de la democracia liberal, y de manera muy especial, a los derechos de las minorías, al Estado de derecho y a la separación de poderes” (MUDDE, 2019, p. 21).

De aquí se derivan dos cuestiones, la primera es que los ataques a la entonces candidata se concentraron, principalmente, en el ataque de aquellos derechos de las minorías que Rousseff avalaba, especialmente el derecho al aborto y a la unión civil homosexual. La segunda es que, aunque los fascistas rechazan la democracia y sus procedimientos, en primera instancia, juegan con las reglas del sistema electoral para tener cabida en el universo político. En este sentido, y sabiendo de su debilidad intrínseca, han apoyado sistemáticamente a candidatos de la derecha con posibilidades reales de acceder a la presidencia.

En segunda instancia, también es interesante remarcar que, bajo algunos lemas que después tomaría como propios como “[...] patriótico, nacionalista e verdadeiramente democrático [...] em nome de Deus, da patria e da família [...]”, estos grupúsculos fascistas desde varios años antes a ser elegido presidente, han convocado manifestaciones en apoyo a Bolsonaro (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020, p. 182). Con lo cual han contribuido al ascenso de aquellos políticos desconocidos más afines a su ideología con potencial para convertirse en candidatos presidenciales.

En este punto, nos permitimos una pequeña digresión. Si bien es cierto que algunos grupúsculos fascistas han colaborado al ascenso de Bolsonaro, también es cierto, como hemos sostenido en otras oportunidades (PEREYRA DOVAL, 2021; SOUROUJON *et al.*, 2022) que, independientemente de sus peculiaridades, Bolsonaro es consecuencia de la evolución del conservadurismo brasileño. Es decir, todos los elementos resaltados por Bolsonaro –aunque con una lógica discursiva un poco más reaccionaria- han estado presentes históricamente en las expresiones de derecha de Brasil. La experiencia monárquica, el inicio del Estado Novo, los gobiernos militares y el surgimiento de algunos partidos políticos en la década del ochenta fueron imprimiendo algunos rasgos autoritarios que se mantienen en la actualidad brasileña y, de alguna manera, constituyen la identidad de las derechas de Brasil, inclusive la de Bolsonaro (PEREYRA DOVAL, 2021).

De esta manera, aunque es una evolución sostenida, acordamos con Caldeira Neto en “O neofascismo no Brasil, ¿de local ao global?” cuando plantea que es a “Ao longo da década de 2010 (e até a atualidade) o neofascismo, no Brasil, passa por um intenso processo de diversificação e radicalização, inclusive como reflexo do surgimento de uma nova direita radical, sintetizada em parte nos grupos envolvidos no processo eleitoral de Jair Bolsonaro”. ¿Cuáles son estos grupos y cuál es el vínculo entre los mismos y los neofascistas? La respuesta a esta pregunta es la que nos permite sostener que, a pesar de ser minoritarios, los grupúsculos neofascistas tienen una cierta injerencia en la política brasileña.

En este sentido, sobresalen los vínculos políticos e incluso institucionales. El vínculo más notable es la elección de Hamilton Mourão como vicepresidente de la nación. El general Mourão ha hablado de la posibilidad de dar un auto-golpe, a partir del cual la

corporación militar ayudaría a concentrar el poder en las manos del Ejecutivo; esto es lo que sostiene su partido de pertenencia, el Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, el cual al mismo tiempo, tiene vínculos con el neofascista Frente Nacionalista e incluso con agrupamientos skinheads como Caldeira Neto nos muestra en otro de sus textos (2016). Por otra parte, la extrema derecha se ha consolidado a partir de la asunción de Bolsonaro y la convergencia ideológica en torno a valores conservadores que, al mismo tiempo, son compartidos por los grupos neofascistas, sus vínculos transnacionales y los principales grupos de apoyo del presidente, aglutinados en la llamada la triple B (Bala, Biblia y Buey). Los llamados Bala se engloban en aquellos que están a favor del militarismo civil y los que creen que “con los militares se estaba mejor”. El mismo Bolsonaro es un nostálgico de la dictadura. A pesar de que la bancada de la bala en el poder legislativo comenzó a ganar relevancia a principios del milenio, puntualmente el destacado Frente Parlamentario de Seguridad Pública (FPSP), ha consolidado su actuación y legitimado grupos de exterminio en las favelas (principalmente de Rio de Janeiro) a partir de la asunción de Bolsonaro.

Por su parte, el universo Biblia es una masa de electores muy codiciada por los partidos políticos brasileños; representan más del 22% de la población sumando aproximadamente a 43 millones de fieles. El segmento votante de Bolsonaro tiene fe en la supuesta misión divina que el presidente se atribuye a él mismo. Su principal interés es la defensa de las tradiciones y el moralismo cristiano en lo que respecta a la Familia, la Nación y los valores cristianos. El discurso cristiano radical es muy similar al neofascista, en este sentido, son inidentificables en el seno de los partidos políticos evangélicos como los pentecostales, el Frente Parlamentario Evangélico y el Frente Parlamentario en Defensa de la Vida y la Familia, entre otros. Como plantean Hinz, Vinuto y Coutinho, “[...] se entiende que la alianza entre el FPE en la Cámara de Diputados y el Gobierno federal de Bolsonaro –en este caso liderado por Alves– produce un backlash en los derechos de la mujer y la población LGBTIQA+” (2020, p. 204). Aquí se establece otro vínculo fuerte con grupos transnacionales, y la ex ministra de la Mujer, Familia y Derechos Humanos de Brasil, Damara Alves: Alves es la encargada de la “difusión de una política de valorización de la moral cristiana, influyendo en la política exterior brasileña” (2020, p. 204).

Los últimos de la tríada B, corresponden al grupo Buey, que representan los intereses del agrobusiness, lobbistas de los grandes terratenientes. Este grupo no necesariamente simpatiza con Bolsonaro sino con su “cerebro económico”, Paulo Guedes. Criado en la Escuela de Chicago éste cree firmemente en la reducción del rol del Estado, la liberalización de la economía y la flexibilización de todos los derechos laborales adquiridos y de algunos otros también. Su credo es privatizar para reducir la deuda pública.

Es importante mencionar que no necesariamente todos estos grupos tienen “representación” de grupos o figuras fascistas. Por ejemplo, el lobby del agrobusiness tiene una orientación económica neoliberal que tiende a favorecer la privatización de las empresas e industrias nacionales por considerarlas ineficientes a sus intereses económicos. En este sentido, los grupos neofascistas tienden a ser estatistas y proteccionistas con este tipo de empresas. Sin embargo, hay que aclarar que esto no se contradice con el apoyo de algunos acontecimientos en donde se “mezclaron” con grupúsculos neofascistas como el Impeachment JÁ a Rousseff. En esa oportunidad, los objetivos heterogéneos de los distintos grupos económicos y la existencia de una disputa política intra hegemónica entre ellos —una lucha por la influencia de cada segmento empresarial en el proceso de elaboración de políticas públicas— se homogeneizaron bajo el lema de la destitución de Rousseff. Es decir, el comportamiento de los distintos grupos empresariales viró de un fraccionamiento de clase en la formulación de diversos tipos de cuestionamientos a las políticas económicas del gobierno petista hacia una unidad de clase en apoyo a la destitución.

REFERÊNCIAS

- BALE, Jeffrey M. Fascism and neo-fascism: Ideology and “groupuscularity”. In: GRIFFIN, Roger; LOH, Werner; UMLAND, Andreas (orgs.) *Fascism Past and Present, West and East: An International Debate on Concepts and Cases in the Comparative Study of the Extreme Right*. Stuttgart: Ibidem-Verlag, 2014. p. 78-86.
- BALE, Jeffrey M.; BAR-ON, Tamir. *Fighting the last war: confusion, partisanship, and alarmism in the literature on radical right*. London: Lexington Books, 2022.
- EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. *National Populism*. New York: Penguin, 2018.
- FINCHELSTEIN, Federico. Entrevista “Si mi libro se llamaba del fascismo al populismo, lo que estamos viendo ahora es un populismo que está volviendo al fascismo”. In: BOLCATTO, Andrea; SOUROUJON, Gastón (orgs.) *Conversaciones Políticas*. Santa Fe: Robot, 2022. p. 84-92.
- CALDEIRA NETO, Odilon. Frente Nacionalista, neofascismo e “novas direitas” no Brasil. *Faces de Clio*, v. 2, n. 4, p. 20-36, 2016.
- CALDEIRA NETO, Odilon. Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. *Conhecer: debate entre o público e o privado*, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020.
- GENTILE, Emilio. *¿Quién es fascista?* Madrid: Alianza Editorial, 2019.
- GONÇALVES, Leandro P.; CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- GREGOR, James. *The Search for Neofascism: The Use and Abuse of Social Science*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. Londres: Routledge, 2006.
- GRIFFIN, Roger. *Fascismo*. Madrid: Alianza, 2017.
- GRIFFIN, Roger. Ghostbusting Fascism? *Fascism*, v. 11, n. 1, p. 59–86, 2022.
- HERMANSSON, Patrick *et al.* *The international Alt Right*. London: Routledge, 2020.
- HINZ, Kristina, VINUTO, Juliana; COUTINHO, Aline. Por Dios y por las armas: el ascenso neopentecostal y securitario en Brasil (2003-2019). *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*, n. 126, p. 185-213, 2020.
- MUDDE, Cass. Populism: An Ideational Approach. In: ROVIRA KALTWASSER, Cristobal *et al.* *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 44-67.
- MUDDE, Cass. *The far right today*. Cambridge: Polity Press, 2019.
- PAPPA, Takis. *Populism and Liberal Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- PEREYRA DOVAL, Gisela. Bolsonaro in Brazil. To the right of the right. In: PEREYRA DOVAL, Gisela; SOUROUJON, Gastón (orgs.) *Global Resurgence of the Right. Conceptual and Regional Perspectives*. London: Routledge, 2021. p. 214-234.



SOUROUJON, Gastón et al. Right-wing, populism and foreign policy in Macri's Argentina (2015-2019) and Bolsonaro's Brazil (2018–2022). In: BAISOTTI, Pablo; LAGOS-ROJAS, Felipe (orgs.) *Ideology, Post-ideology and Anti-ideology in Latin America. Reflections from the last decade*. Londres: ZedBooks Bloomsbury, 2022. [no prelo].

SOUROUJON, Gastón. Las definiciones mínimas de populismo: Problemas y potencialidades. *Revista Pilquen*, v. 24, n. 2, p. 1-12, 2021.

TRAVERSO, Enzo. *Las nuevas caras de la derecha*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018.

VAN HERPEN, Marcel. *Putinism*. Londres: Palgrave, 2013.

WALKER, Rob. The Shifting Symbolism of the Gadsden Flag. *The New Yorker*, New York, 2 oct. 2016. Disponible en: <https://www.newyorker.com/news/news-desk/the-shifting-symbolism-of-the-gadsden-flag>. Acceso el: 15 jun. 2022.

NOTAS DE AUTOR

AUTORÍA

Gisela Pereyra Doval: Doctora en Relaciones Internacionales. Universidad Nacional de Rosario, Rosario, Argentina.

Gastón Souroujon: Doctor en Ciencia Política. Universidad Nacional de Rosario, Rosario, Argentina.

DIRECCIÓN PARA LA CORRESPONDENCIA

Zeballos 149 9 A, Rosario (2000), Santa Fe, Argentina.

ORIGEN DEL ARTÍCULO

No aplicable.

AGRADECIMIENTOS

No aplicable.

CONSENTIMIENTO PARA EL USO DE LA IMAGEN

No aplicable.

APROBACIÓN DEL COMITÉ DE ÉTICA EN INVESTIGACIÓN

No se aplica.

CONFLICTO DE INTERESES

Sin conflicto de intereses.

DISPONIBILIDAD DE DATOS Y MATERIALES

El contenido que subyace al artículo se encuentra en él.

PREPRINT

El artículo no es un preprint.



LICENCIA DE USO

© Derechos de autor de Gisela Pereyra Douval y Gastón Souroujon. Este artículo está bajo la [licencia Creative Commons CC-BY](#). Con esta licencia puedes distribuir, mezclar, ajustar y construir para cualquier propósito, incluso con fines comerciales, siempre que le sea reconocida la autoría de la creación original.

PUBLISHER

Universidad Federal de Santa Catarina. Programa de Posgrado en Historia. Portal de publicaciones periódicas UFSC. Las ideas expresadas en este artículo son responsabilidad de sus autores, y no representan necesariamente la opinión de los editores o de la universidad.

EDITOR

Fabio Morales.

HISTÓRICO

Recibido: 24 de octubre de 2022

Aceptado: 29 de diciembre de 2022

Como citar: PEREYRA DOVAL, Gisela; SOUROUJON, Gastón. Tras las huellas neofascistas en el gobierno Bolsonaro. *Esboços*, Florianópolis, v. 29. N. 52, p. 638-647, sep./dic. 2022.





NA TRILHA NEOFASCISTA DO GOVERNO BOLSONARO

On The Neo-fascist Track of Bolsonaro's Government

Gisela Pereyra Doval^a

 <https://orcid.org/0000-0001-7081-8500>
E-mail: gpdoval@gmail.com

^a Universidad Nacional de Rosario,
Rosário, Argentina

Gastón Souroujon^b

 <https://orcid.org/0000-0003-4217-5012>
E-mail: gsouroujon@hotmail.com

^b CONICET, Universidad Nacional de Rosario
Rosario, Argentina.

DEBATE

NEOFASCISMO NO BRASIL/NEO-FASCISM IN BRAZIL/NEOFASCISMO EN BRASIL

RESUMO

Comentário ao artigo de Odilon Caldeira Neto.

PALAVRAS-CHAVES

Neofascismo. Extrema derecha. Transnacionalismo. Dictadura.

ABSTRACT

Comments on Odilon Caldeira Neto's article.

KEYWORDS

Neo-Fascism. Extreme-Right. Transnationalism. Dictatorship.



FRONTEIRAS CONCEITUAIS

O trabalho de Odilon Caldeira Neto "O neofascismo no Brasil, de local ao global?", no qual ele tenta traçar o desenvolvimento do neofascismo no Brasil em uma chave transnacional, não é apenas uma escrita de alta qualidade e rigorosa, mas fundamentalmente uma escrita necessária à medida que intervém em um debate que tem sido negligenciado em nossa região e que tem sido tratado por poucos: a existência de experiências fascistas e neofascistas na América Latina. O foco no populismo, no neoliberalismo e nos regimes autoritários obscureceu esta linha de reflexão e limitou a possibilidade de pensar sobre as conexões globais que estes fenômenos apresentam. O foco no Brasil não só nos permite entender estas experiências como um resultado tensional onde componentes autóctones se cruzam com eixos globais, mas também nos permite pensar no governo Bolsonaro através de uma peneira mais complexa, limitando sua natureza ao reconhecê-lo como um fenômeno distinto do neofascismo, mas também sublinhando a porosidade e afinidades que facilmente permeiam estes limites. Em resumo, Caldeira Neto nos permite entender que no Brasil há uma atividade significativa de diferentes grupos neofascistas, que são minoritários e não fazem parte da administração bolsonarista, no entanto, as ligações entre diferentes membros da família da *Far Right* são comuns, o que pode levar a cenários de maior radicalização da postura bolsonarista.

Dos diferentes tópicos que este texto nos convida a pensar, consideramos que um dos mais relevantes é o das fronteiras conceituais, a fim de captar a heterogeneidade dos fenômenos que caracterizam o universo da *Far Right*, em particular o texto faz um trânsito através dos debates em torno dos conceitos de fascismo e neofascismo que acreditamos que devem ser aprofundados e contextualizados. O caos da realidade política pode ser apreendido mais claramente através de conceitos construídos criticamente, e seu tratamento descuidado leva a prognósticos equivocados, preconceitos perigosos e omissões ingênuas.

Desde o período pós-guerra, a falta de consenso tem caracterizado as definições e distinções do universo da *Far Right*. A direita radical, o neofascismo, a extrema direita, etc. têm sido utilizados com mais frequência de forma intercambiável para denotar todas aquelas experiências que se posicionaram além da direita conservadora tradicional (BALE; BAR-ON, 2022). Fundamentalmente, foi o conceito de fascismo que foi mais afetado quando foi concebido como um conceito científico. Primeiro, por causa da dor e da reação negativa que as experiências fascistas semearam na memória coletiva, o que rapidamente a transformou em um insulto usado na luta política e no jornalismo. Em segundo lugar, porque grande parte da tradição marxista durante décadas associou o fascismo como um produto endêmico ao capitalismo, diluindo assim as possíveis distinções entre o fascismo e outras experiências da *Far Right*, incluindo a democracia. O fascismo foi apenas mais um passo na descida do próprio capitalismo (GRIFFIN, 2022). Foi nos anos 1990, durante a terceira onda da *Far Right*, que começamos a testemunhar uma maior preocupação por parte dos acadêmicos para dar um relato mais preciso do fenômeno. Esta preocupação se aprofunda no século XXI com a quarta onda caracterizada pela entrada de partidos de direita radical no *mainstream* (MUDDE, 2019). Fundamentalmente, a ascensão ao poder de Trump, Bolsonaro ou Putin alimentou o debate sobre o conceito de fascismo e neofascismo e levou ao surgimento de novas categorias como o *wannabe fascism* (FINCHELSTEIN, 2022) ou o *Fascism Lite* (VAN HERPEN, 2013).

De certa forma, a chave deste debate é uma réplica de um debate paralelo em torno do conceito de populismo (ver SOUROUJON, 2021), e é uma discussão que percorre a história das ciências sociais: quanta extensão pode um conceito refletir? É preferível ter conceitos com pouca extensão e muita intensidade, que podem citar poucos casos de forma profunda, ou conceitos genéricos que recuperam poucas dimensões comuns e permitem

que fenômenos diferentes sejam atravessados? O *paper* de Caldeira Neto sobrevoa este debate e toma um dos lados da barricada. Os defensores do conceito ancorado no fascismo histórico, com múltiplos atributos, argumentam que o fascismo é um conceito que deve ser limitado a traçar uma experiência europeia (alguns até limitam-na à Itália) em um determinado período. O número de dimensões incluídas no conceito estabelece limites para o abuso do conceito, com Gentile atribuindo 16 características, Payne 13 e Paxton 8 (BALE; BAR-ON, 2022). Isso coloca limites à tentação de nomear qualquer expressão anti-marxista, antiliberal ou meramente politicamente incorreta como fascista (GREGOR, 2006). Evidentemente, esta estratégia de conceptualização está relutante em utilizar a categoria neofascismo, que na maioria das vezes só reconhecem para o partido *Movimento Sociale Italiano* (MSI), pois durante sua existência atribuiu sua herança ao fascismo histórico ao qual se vinculou publicamente (GENTILE, 2019). Alguns destes autores (TRAVERSO, 2018) propõem utilizar o conceito de pós-fascismo como um fenômeno ainda não cristalizado, para citar todas as novas experiências.

Os que defendem um conceito de fascismo histórico são aqueles que levantam a bandeira do fascismo genérico, uma barricada onde o autor se encontra. São definições com poucas dimensões funcionais para análise comparativa, pois permitem que o conceito seja transposto para diferentes regiões e diferentes referências. Desta forma, o conceito não se limita à Europa e pode atravessar o período desde 1945, embora não mais como um partido ou regime político, mas como uma expressão de cultura política que pode se manifestar de múltiplas formas (GRIFFIN, 2006). O expoente mais reconhecido desta posição é Roger Griffin, que empreendeu uma busca semelhante à que Mudde (2017) faria com o conceito de populismo. O fascismo como uma ideologia fina e as políticas e práticas que o acompanham. No centro desta ideologia está um mito palingenésico de renascimento, de renovação diante da atual decadência comunitária, que proclama um ultranacionalismo incompatível com a democracia liberal mas não necessariamente identificado com as fronteiras do Estado-nação e uma mobilização populista que atravessa as classes sociais (GRIFFIN, 2017).

Esta definição está de acordo com a distinção que autores como Mudde (2019) e Eatwell e Goodwin (2018), entre outros, propõem entre uma direita radical populista ou nacional populista e uma extrema direita, que incluiria experiências fascistas. Enquanto a primeira aceita o jogo democrático, apesar de ser crítica à tensão proveniente do liberalismo político das democracias contemporâneas, e se apresenta como uma expressão de defesa do homem comum; a extrema direita é contrária à essência da democracia, à ideia de soberania popular e ao governo da maioria e coloca a necessidade de regeneração do homem, a criação de um novo homem. O crescimento do primeiro no universo da *Far Right* fez do segundo uma expressão secundária. Entretanto, e aqui discordamos do trabalho de Caldeira Neto, ambas as expressões são inimigas do liberalismo político e de seus princípios fundadores (individualismo, neutralidade do Estado, respeito às minorias), razão pela qual alguns definem o populismo de direita radical como expressão da democracia iliberal (Pappa, 2019). E embora possam ser combinadas com expressões neoliberais, como veremos, não há nenhuma relação necessária entre elas.

A definição genérica de fascismo permeia com legitimidade a extensão do uso do conceito de neofascismo para além dos limites que os defensores do fascismo histórico defendem. Mais uma vez, Griffin (2006) emprega uma tipologia das diferentes manifestações nas quais o neofascismo se expressa: fascismo nostálgico, neonazismo, revisionistas, fascismo mimético. Esta descrição mostra que, com algumas exceções, na Hungria, Grécia e Eslováquia, as experiências neofascistas não se cristalizaram em grandes partidos políticos, mas foram implantadas principalmente em um conjunto heterogêneo e fragmentado de grupos voláteis que, apesar do barulho que geram, são, por

enquanto, politicamente impotentes. No entanto, esta diversificada rede foi capaz de tecer uma subcultura neofascista que se relaciona globalmente e tem explorado as ferramentas que a Internet possibilita, gerando um fenômeno internacional. Os desenvolvimentos teóricos que a metapolítica do *Nouvelle Droite* desenvolveu também tornaram possível esta conversão do neofascismo em um fenômeno cultural. É importante notar que as conclusões tiradas por Caldeira Neto nos permitem observar que o desenvolvimento do neofascismo brasileiro apresenta as mesmas características que podem ser vistas no que se tornaria o centro nervoso fascista. Além disso, elas nos permitem reconhecer uma das qualidades que nos permite pensar na durabilidade desta subcultura, sua capacidade de adaptação a contextos diferentes, de traduzir os problemas do momento à luz de uma ideologia palingenésica ultra-nacionalista.

O mapa conceitual que delineamos brevemente nos permite compreender que o vasto espaço da *Far Right* é composto por um arco-íris de ideologias, de idiomas, que em termos analíticos podem ser diferenciados e em termos históricos estão enraizados em diferentes tradições e compartilham diferentes panteões. Neofascismo, libertarianismo e a direita populista radical não implicam e podem até negar um ao outro. E ainda, no tabuleiro de xadrez político, a porosidade destas fronteiras, as afinidades eletivas entre as tradições, os múltiplos membros de seus expoentes, geram um mapa de conexões e dão forma a cenários mais complexos. O caso de Trump na América do Norte é paradigmático, sua administração poderia muito bem ser pensada dentro dos parâmetros da direita populista radical, entretanto, o apoio e a aceitação da *Alt Right* neofascista e do *Tea Party* libertário, conferem certas características notáveis a seu governo. O caso americano também destacou como os vínculos entre os grupos *Alt Right* e libertários são mais comuns do que suas ideologias a priori contraditórias levariam a crer. O radicalismo do libertarianismo agiu em muitos casos como um primeiro passo para o neofascismo da *Alt Right* (HERMANSSON *et al.*, 2020), e até mesmo o símbolo que o *Tea Party* recuperou da história americana e redefiniu como a bandeira de sua ideologia libertária, a bandeira de Gadsden, foi logo assumida pela *Alt Right* e transformada em símbolo do ódio racial (WALKER, 2016).

E aqui reside talvez a ameaça mais importante que o neofascismo impõe à ordem democrática: embora sejam grupos pequenos, geralmente relegados, a sua capacidade de formar alianças, de infiltrar elementos de sua ideologia, de se adaptar a contextos diferentes (BALE, 2014) pode mudar o tom de um determinado governo e acentuar traços xenófobos, violentos, etc. Isso não contradiz a necessidade de reconhecer analiticamente as fronteiras conceituais; são precisamente os conceitos que permitem uma melhor compreensão da complexidade dos cenários.

BOLSONARO E OS VÍNCULOS NEOFASCISTAS

No sentido descrito acima, podemos argumentar que, embora o atual governo brasileiro não possa ser considerado fascista ou neofascista, tanto a possibilidade de sua radicalização quanto o contato de seus apoiadores permitem a análise dos vínculos. Estas ligações não se devem necessariamente ao *fascínio* da direita radical que Bolsonaro representa, mas principalmente à aproximação dos grupos fascistas ao espaço político liderado pelo presidente e sua participação no processo que culminou com sua eleição.

Antes de mais nada, deve ficar claro que os grupos fascistas brasileiros contribuíram para o *impeachment* de Dilma Rousseff. Como argumentam Gonçalves e Caldeira Neto (2020), já no final do mandato de Lula da Silva, a direita iniciou sua campanha contra Dilma em várias questões, incluindo sua concepção de democracia e seus derivados. Aqui vale a pena distinguir novamente conceitualmente entre diferentes subgrupos da *ultradireita*, principalmente entre a extrema direita e a direita radical. Enquanto o primeiro “[...] rejeita a

essência da democracia, ou seja, a soberania popular e o princípio majoritário (o exemplo disso é o fascismo) [...] a "direita radical" aceita a essência da democracia, mas se opõe a elementos fundamentais da democracia liberal, principalmente os direitos das minorias, o Estado de direito e a separação de poderes" (MUDDE, 2019, p. 21).

O primeiro é que os ataques ao então candidato se concentraram principalmente no ataque aos direitos das minorias que Dilma apoiou, especialmente o direito ao aborto e às uniões civis homossexuais. A segunda é que, embora os fascistas rejeitem a democracia e seus procedimentos, na primeira instância, eles jogam com as regras do sistema eleitoral a fim de ter um lugar no universo político. Neste sentido, e conhecendo sua fraqueza intrínseca, eles têm apoiado sistematicamente os candidatos de direita com uma chance real de obter acesso à presidência.

Em segundo lugar, também é interessante notar que, sob alguns *slogans* que ele mais tarde tomaria como seus, como "[...] patriótico, nacionalista e verdadeiramente democrático [...] em nome de Deus, da pátria e da família [...]", esses grupos fascistas, vários anos antes de serem eleitos presidente, convocaram manifestações de apoio a Bolsonaro (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020, p. 182). Ao fazer isso, eles contribuíram para a ascensão daqueles políticos desconhecidos mais próximos de sua ideologia com potencial para se tornarem candidatos presidenciais.

Neste ponto, nos permitimos uma pequena digressão. Se é verdade que alguns grupos fascistas contribuíram para a ascensão do Bolsonaro, também é verdade, como temos argumentado em outros lugares (PEREYRA DOVAL, 2021; SOUROUJON *et al.*, 2022) que, independentemente de suas peculiaridades, o presidente é uma consequência da evolução do conservadorismo brasileiro. Em outras palavras, todos os elementos destacados por Bolsonaro - embora com uma lógica discursiva um pouco mais reacionária - têm estado historicamente presentes nas expressões de direita do Brasil. A experiência monárquica, o início do Estado Novo, os governos militares e o surgimento de alguns partidos políticos nos anos 80 imprimiram alguns traços autoritários que ainda hoje estão presentes no Brasil e, de alguma forma, constituem a identidade dos direitistas brasileiros, incluindo o Bolsonaro (PEREYRA DOVAL, 2021).

Desta forma, embora seja uma evolução sustentada, concordamos com Caldeira Neto em "O neofascismo no Brasil, de local ao global?" quando ele afirma que é "Ao longo da década de 2010 (e até a atualidade) o neofascismo, no Brasil, passa por um intenso processo de diversificação e radicalização, inclusive como reflexo do surgimento de uma nova direita radical, sintetizada em parte nos grupos envolvidos no processo eleitoral de Jair Bolsonaro". O que são esses grupos e qual é a ligação entre eles e os neofascistas? A resposta a esta pergunta é o que nos permite argumentar que, apesar de ser uma minoria, os grupos neofascistas têm um certo grau de influência na política brasileira.

Neste sentido, destacam-se os vínculos políticos e até mesmo institucionais. O elo mais notável é a eleição de Hamilton Mourão como vice-presidente da nação. O general Mourão falou da possibilidade de um golpe de autogoverno, a partir do qual a corporação militar ajudaria a concentrar o poder nas mãos do Executivo; é o que seu partido, o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, que ao mesmo tempo tem vínculos com a Frente Nacionalista neofascista e até com grupos *skinhead*, como nos mostra Caldeira Neto em outro de seus textos (2016). Por outro lado, a extrema direita foi consolidada desde a inauguração de Bolsonaro e a convergência ideológica em torno de valores conservadores que, ao mesmo tempo, são compartilhados por grupos neofascistas, seus vínculos transnacionais e os principais grupos de apoio do presidente, agrupados no chamado triplo B (Bala, Bíblia e Boi). Os chamados Bala são aqueles que são a favor do militarismo civil e aqueles que acreditam que "os militares estavam em melhor situação". O próprio Bolsonaro é um nostálgico da ditadura. Apesar do fato de que o bloco parlamentar da bala no Poder

Legislativo começou a ganhar relevância no início do milênio, especificamente a proeminente Frente Parlamentar de Segurança Pública (FPSP), ela consolidou suas ações e legitimou grupos de extermínio nas favelas (principalmente no Rio de Janeiro) desde a inauguração do Bolsonaro.

Por sua vez, o universo bíblico é uma massa de eleitores altamente cobiçada pelos partidos políticos brasileiros; eles representam mais de 22% da população, totalizando aproximadamente 43 milhões de fiéis. O segmento de votação Bolsonaro tem fé na suposta missão divina que o presidente atribui a si mesmo. Seu principal interesse é a defesa das tradições cristãs e do moralismo em relação à Família, à Nação e aos valores cristãos. O discurso cristão radical é muito semelhante ao neofascista, neste sentido, eles não são identificáveis dentro de partidos políticos evangélicos como a Frente Parlamentária Evangélica e a Frente Parlamentária em Defesa da Vida e da Família, entre outros. Como argumentam Hinz, Vinuto e Coutinho (2020, p. 204), “[...] entende-se que a aliança entre o FPE na Câmara dos Deputados e o governo federal de Bolsonaro - neste caso liderado por Alves - produz um *backlash* nos direitos da mulher e da população LGBTQIA+”. Aqui se estabelece outro elo forte com grupos transnacionais, e a ex-ministra brasileira da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves: Alves é responsável pela “disseminação de uma política de valorização da moral cristã, influenciando a política externa brasileira” (HINZ; VINUTO; COUTINHO, 2020, p. 204).

O último da tríade B corresponde ao grupo Boi, que representa os interesses do agronegócio, lobistas dos grandes proprietários de terras. Este grupo não simpatiza necessariamente com Bolsonaro, mas com seu "mestre econômico", Paulo Guedes. Criado na Escola de Chicago, ele acredita firmemente na redução do papel do Estado, na liberalização da economia e na flexibilização de todos os direitos trabalhistas adquiridos e alguns outros também. Seu credo é privatizar a fim de reduzir a dívida pública.

É importante mencionar que nem todos esses grupos são necessariamente "representados" por grupos ou figuras fascistas. Por exemplo, o lobby do agronegócio tem uma orientação econômica neoliberal que tende a favorecer a privatização de empresas e indústrias nacionais como ineficientes para seus interesses econômicos. Neste sentido, os grupos neofascistas tendem a ser estatistas e protecionistas em relação a tais empresas. Entretanto, deve ser esclarecido que isto não contradiz o apoio de alguns eventos onde eles "se misturam" com grupos neofascistas, tais como o *Impeachment JÁ* de Rousseff. Nessa ocasião, os objetivos heterogêneos dos diferentes grupos econômicos e a existência de uma disputa política intra-hegemônica entre eles - uma luta pela influência de cada segmento empresarial no processo de elaboração de políticas públicas - foram homogeneizados sob o *slogan* do *impeachment* de Rousseff. Ou seja, o comportamento dos diferentes grupos empresariais passou de um fracionamento de classe na formulação de vários tipos de desafios para as políticas econômicas do governo do PT em direção a uma unidade de classe em apoio ao *impeachment*.

REFERÊNCIAS

BALE, Jeffrey M. Fascism and neo-fascism: Ideology and “groupuscularity”. In: GRIFFIN, Roger; LOH, Werner; UMLAND, Andreas (orgs.) *Fascism Past and Present, West and East: An International Debate on Concepts and Cases in the Comparative Study of the Extreme Right*. Stuttgart: Ibidem-Verlag, 2014. p. 78-86.

BALE, Jeffrey M.; BAR-ON, Tamir. *Fighting the last war: confusion, partisanship, and alarmism in the literature on radical right*. London: Lexington Books, 2022.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. *National Populism*. New York: Penguin, 2018.



FINCHELSTEIN, Federico. Entrevista “Si mi libro se llamaba del fascismo al populismo, lo que estamos viendo ahora es un populismo que está volviendo al fascismo”. In: BOLCATTO, Andrea; SOUROUJON, Gastón (orgs.) *Conversaciones Políticas*. Santa Fe: Robot, 2022. p. 84-92.

CALDEIRA NETO, Odilon. Frente Nacionalista, neofascismo e “novas direitas” no Brasil. *Faces de Clío*, v. 2, n. 4, p. 20-36, 2016.

CALDEIRA NETO, Odilon. Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. *Conhecer: debate entre o público e o privado*, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020.

GENTILE, Emilio. *¿Quién es fascista?* Madrid: Alianza Editorial, 2019.

GONÇALVES, Leandro P.; CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GREGOR, James. *The Search for Neofascism: The Use and Abuse of Social Science*. New York: Cambridge University Press, 2006.

GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. Londres: Routledge, 2006.

GRIFFIN, Roger. *Fascismo*. Madrid: Alianza, 2017.

GRIFFIN, Roger. Ghostbusting Fascism? *Fascism*, v. 11, n. 1, p. 59–86, 2022.

HERMANSSON, Patrick *et al.* *The international Alt Right*. London: Routledge, 2020.

HINZ, Kristina, VINUTO, Juliana; COUTINHO, Aline. Por Dios y por las armas: el ascenso neopentecostal y securitario en Brasil (2003-2019). *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*, n. 126, p. 185-213, 2020.

MUDDE, Cass. Populism: An Ideational Approach. In: ROVIRA KALTWASSER, Cristobal *et al.* *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 44-67.

MUDDE, Cass. *The far right today*. Cambridge: Polity Press, 2019.

PAPPA, Takis. *Populism and Liberal Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

PEREYRA DOVAL, Gisela. Bolsonaro in Brazil. To the right of the right. In: PEREYRA DOVAL, Gisela; SOUROUJON, Gastón (orgs.) *Global Resurgence of the Right. Conceptual and Regional Perspectives*. London: Routledge, 2021. p. 214-234.

SOUROUJON, Gastón *et al.* Right-wing, populism and foreign policy in Macri’s Argentina (2015-2019) and Bolsonaro’s Brazil (2018–2022). In: BAISSOTTI, Pablo; LAGOS-ROJAS, Felipe (orgs.) *Ideology, Post-ideology and Anti-ideology in Latin America. Reflections from the last decade*. Londres: ZedBooks Bloomsbury, 2022. [no prelo].

SOUROUJON, Gastón. Las definiciones mínimas de populismo: Problemas y potencialidades. *Revista Pilquen*, v. 24, n. 2, p. 1-12, 2021.

TRAVERSO, Enzo. *Las nuevas caras de la derecha*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018.

VAN HERPEN, Marcel. *Putinism*. London: Palgrave, 2013.

WALKER, Rob. The Shifting Symbolism of the Gadsden Flag. *The New Yorker*, New York, 2 oct. 2016. Disponível em: <https://www.newyorker.com/news/news-desk/the-shifting-symbolism-of-the-gadsden-flag>. Acesso em: 15 jun. 2022.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Gisela Pereyra Doval: Titulação. Filiação institucional. Cidade, país.

Gastón Souroujon: Doctor en Ciencia Política. Universidad Nacional de Rosario, Rosario, Argentina.

DIRECCIÓN PARA LA CORRESPONDENCIA

Zeballos 149 9 A, Rosario (2000), Santa Fe, Argentina.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Gisela Pereyra Doval e Gastón Souroujon. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Jo Klanovicz (Editor-chefe).

Fabio Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 24 de outubro de 2022

Aprovado em: 29 de dezembro de 2022

Como citar: PEREYRA DOVAL, Gisela; SOUROUJON, Gastón. Na trilha neofascista do governo Bolsonaro. *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 648-656, set./dez., 2022.





NEOFASCISMO NO BRASIL: O LOCAL, O GLOBAL E AS CIRCULAÇÕES

Neo-fascism in Brazil: The Local, The Global, and The Circulations

Janaina Cordeiro^a

 <https://orcid.org/0000-0002-0594-5113>

E-mail: janainamcordeiro@gmail.com

^a Universidade Federal Fluminense, professora de História Contemporânea, Niterói, RJ, Brasil.

DEBATE

NEOFASCISMO NO BRASIL/NEO-FASCISM IN BRAZIL/NEOFASCISMO EN BRASIL

RESUMO

O presente artigo constitui um breve comentário a respeito do artigo do historiador Odilon Caldeira Neto, intitulado *O neofascismo no Brasil, do local ao global?* Sob este aspecto, o texto procura inserir a proposta do autor em um debate historiográfico mais amplo a respeito do crescimento dos estudos sobre as direitas e, particularmente, sobre as extremas-direitas, tanto no cenário brasileiro como internacional. Em seguida, discuto o argumento do autor a respeito da passagem de uma história local dos movimentos neofascistas no Brasil para uma perspectiva global, propondo também a hipótese de uma história conectada dos grupos neofascistas desde a segunda metade do século XX.

PALAVRAS-CHAVES

Neofascismo. História global. Brasil.

ABSTRACT

This paper is a brief commentary on the article by historian Odilon Caldeira Neto, entitled *Neofascism in Brazil, from local to global?* In this aspect, the text seeks to insert the author's proposal in a wider historiographical debate about the growth of studies on the right wing, and particularly on the radical right, both in the Brazilian and international scenario. Next, I discuss the author's argument concerning the passage from a local history of neofascist movements in Brazil to a global perspective, also proposing the hypothesis of a connected history of neo-fascist groups since the second half of the twentieth century.

KEYWORDS

Neo-fascism. Global History. Brazil.

Em seu estudo sobre o neofascismo no Brasil, o historiador Odilon Caldeira Neto procura refletir sobre as conexões globais destes grupos, sobretudo a partir do processo de redemocratização. O artigo, sob esse aspecto, traz valiosas contribuições ao campo de estudos das direitas e das direitas radicais no Brasil. Em primeiro lugar, porque propõe uma avaliação pormenorizada do fenômeno do neofascismo – sua historicidade, tipificações e ramificações –, bem como sobre as singularidades do desenvolvimento histórico de tais grupos no Brasil. Em segundo lugar, porém não menos importante, porque busca refletir sobre as conexões globais de tais grupos em sua complexidade, considerando, para tanto, a pluralidade dos grupos e os limites de tais conexões.

Nesse sentido, a análise proposta por Caldeira Neto, bem como parte expressiva da produção acadêmica do autor, insere-se em um contexto mais amplo de crescimento, quantitativo e qualitativo, dos estudos sobre as direitas no Brasil. As direitas – em particular as radicais –, seu pensamento e suas formas de organização e atuação política, de forma geral, atraíram pouco interesse dos historiadores ao longo dos anos. Ao observarmos, por exemplo, algumas das análises mais importantes elaboradas sobre partidos e movimentos sociais de direita no Brasil, pelo menos até a década de 1990, notamos que parte expressiva destes trabalhos foi realizada por cientistas políticos, sociólogos, jornalistas.¹

Não obstante, recentemente, o interesse de historiadores pelo tema, no Brasil, conheceu expressivo crescimento. Em certo sentido, tal interesse acompanha movimentos mais amplos da historiografia internacional que veio, progressivamente, olhando com redobrada atenção para o crescimento de tendências radicais de direita após 2001. Isso porque, este período marcou também, em diversas partes do mundo, o crescimento de partidos e grupos políticos de extrema-direita. Na Europa, por exemplo, tais movimentos, muitos dos quais possuindo já larga história no continente, tiveram expressivo desenvolvimento em eleições nacionais a partir de 2001, mas também, ampliaram de forma significativa sua presença no Parlamento Europeu, sobretudo a partir da segunda década do novo século.

Assim, o aumento do interesse acadêmico pelo tema não deixa de ser, ao menos em certa medida, reflexo do crescimento político e institucional dos grupos de direita radical. Sob este aspecto, os pesquisadores dedicados ao tema vêm se preocupando em compreender não apenas as formas de organização e atuação política e partidária destes grupos ao longo do século XX e das primeiras décadas do século XXI, mas também suas tradições, pensamentos, redes de sociabilidade, ritos e rituais que conformam e dão sentido a um fenômeno político cada vez mais importante em âmbito global. Podemos observar uma tendência acadêmica internacional mais ampla, difícil de se dissociar do gradual crescimento político das direitas radicais em várias partes do mundo, no sentido de afirmar que a díade esquerda/direita não só ainda é importante politicamente, como também é válida academicamente para compreendermos os sujeitos históricos, seus modos de atuação política, cultura e formas de mobilização social (Cf. BIARD, 2019; MOTTA; BOISARD; BOHOSLAVSKY, 2019).

Michel Winock (1995), historiador das direitas francesas no século XX, nos lembra que por muito tempo, a palavra “direita” pertenceu apenas ao vocabulário das pessoas de esquerda, como forma, inclusive, de acusação, não raro em tom pejorativo. Analisando especificamente o contexto francês após a Segunda Guerra Mundial, Winock (1995) avalia

¹ Entre os historiadores, talvez seja o caso de marcar os trabalhos sobre integralismo como exceção, os quais atraíram atenção dos pesquisadores pelo menos desde as décadas de 1960 e 1970 e continuou a ser objeto de interesse nas décadas seguintes (Cf.: TRINDADE, 2016a e 2016b; GERTZ, 1987) Mesmo esses, no entanto, ganharam mais recentemente renovado interesse, tendo em vista a ascensão de novos movimentos e grupos políticos que reivindicam a herança integralista (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020).

que o termo “direita” permaneceu associado aos derrotados do conflito: a “direita era tudo aquilo que se opunha à República, à laicidade, ao antifascismo, à Resistência. Apenas a extrema-direita se dizia direita” (WINOCK, 1995, p. 7).

De um modo mais amplo, a avaliação de Winock (1995) para o caso francês poderia ser estendida, sem grandes dificuldades, à Europa Ocidental de maneira mais ampla. E, mesmo quando pensamos no Brasil após o fim da ditadura militar, é possível falar de um fenômeno similar, embora com motivações e impactos distintos no processo de redemocratização. Caldeira Neto, aliás, nos lembra bem a feliz expressão “direita envergonhada”, empregada por Leôncio Martins Rodrigues, ainda em 1987, para analisar o perfil político-partidário da Constituinte.

O fato é que, seja na Europa do pós-guerra ou no Brasil da redemocratização, o apagamento – mais memorialístico que propriamente político – da direita trouxe consequências importantes para o modo como a sociedade passou a lidar com estes grupos, partidos e movimentos e, particularmente, com a extrema-direita. De um modo geral e especificamente no caso do Brasil, o olhar debochado para a direita radical tendeu a dominar o debate político. O riso e a zombaria apareciam como forma de minimizar a importância de tais grupos, suas ideias e práticas, menosprezando seu enraizamento em tradições nacionais bem estabelecidas. Veja-se, a esse respeito, a própria tese de Caldeira Neto (2016) sobre o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA). No estudo realizado pelo autor, em diversos momentos, fica bem demonstrado o tratamento dado pela imprensa nacional não apenas ao partido, mas também à sua liderança máxima, o médico Enéas Carneiro. Em certo momento, o *Jornal do Brasil*, por exemplo, chegou a caracterizar o candidato como um “bufão patético” (CALDEIRA NETO, 2016, p. 222).

Assim, durante longo tempo, houve uma forte tendência, acadêmica inclusive, a olhar para as direitas radicais como “grupos paranoicos” ou insignificantes politicamente. Tal olhar ajuda a compreender, em parte, o desinteresse dos historiadores pelo tema. O cenário, contudo, alterou-se e esta visão anedótica das direitas radicais e neofascistas vem dando lugar a preocupações por melhor compreender seu pensamento, ideologia e tradições, bem como suas formas de ação, as redes constituídas – em âmbito local e global – e a atuação institucional. O abandono desta perspectiva, portanto, ajuda a compreender melhor o (res)surgimento da extrema-direita no cenário político do século XXI não propriamente como uma novidade surpreendente, mas chamando atenção para a capacidade de reinvenção e adaptação dos muitos grupos do tipo, os quais, com mais ou menos destaque, nunca deixaram de estar presentes no cenário político do século XX, mesmo após a derrota de 1945.

A proposta apresentada por Caldeira Neto no artigo *O neofascismo no Brasil, do local ao global?* insere-se justamente neste esforço de renovação sobre os estudos das direitas no Brasil. Partindo do suposto consenso segundo o qual a “ultradireita é um fenômeno global”, Caldeira Neto analisa em primeiro lugar, a pluralidade destes grupos, seu enraizamento histórico e seus espaços de atuação. Assim, uma vez compreendido como entende os grupos neofascistas no Brasil, o autor passa a analisar os diálogos, as relações, leituras e conexões destes grupos com seus congêneres internacionais.

O ponto de interrogação presente no título do trabalho indica já os limites das conexões globais dos grupos neofascistas brasileiros, conforme compreendido pelo autor. A hipótese defendida por Caldeira Neto e que, em certa medida justifica o ponto de interrogação, centra-se na diversidade dos grupos neofascistas brasileiros, mas sobretudo, no aparecimento tardio de uma direita neofascista no Brasil. Veja-se, por exemplo, o caso da Europa, berço do fascismo histórico. Ali, segundo demonstra Caldeira, a emergência do fenômeno neofascista se configurou (e reconfigurou), ainda que lentamente, após a derrota do fascismo em 1945. Conquanto possuíssem características essencialmente continuístas

nesse momento, os pequenos grupos neofascistas tenderam, ao longo dos anos, a se diversificarem e incorporarem pautas e referências políticas de extrema-direita, mas que iam muito além do saudosismo com relação ao fascismo histórico.

No Brasil, contudo, segundo analisa Caldeira Neto, os marcos de emergência do neofascismo se localizam de modo mais tardio: em 1975, quando da morte do líder integralista Plínio Salgado e em 1985, a partir do processo de redemocratização, após o fim da ditadura militar de 1964. Esse caráter tardio do desenvolvimento de grupos neofascistas, em alguma medida, impactou e limitou, para Caldeira Neto (2022), a importância de determinadas vertentes – a neonazista principalmente – e de suas conexões internacionais.

No caso do neointegralismo, também, um dos movimentos neofascistas de maior capilaridade no Brasil, o autor avalia que as conexões internacionais são “bastante pontuais” (CALDEIRA NETO, 2022). É quando trata da vertente negacionista do neofascismo que as conexões transnacionais aparecem de forma mais acentuada. O que, possivelmente, se deve à própria forma de atuação internacional destes grupos. Frequentemente e de maneira equivocada, chamados de “revisionistas”, os negacionistas reivindicam, ao formular seus argumentos, determinado respaldo acadêmico e científico (ROLLEMBERG; CORDEIRO, 2021, p. 77). Segundo Debora Lipstat (1994, p. 141), a forma de organização dos negacionistas pretendia, justamente, “mover a negação da margem lunática do extremismo racial e antissemita para o domínio da respeitabilidade acadêmica”. Por isso, os negacionistas organizam-se em torno de casas editoriais, “institutos de pesquisa” e revistas internacionais, promovendo, através destes organismos, encontros internacionais e debates sobre suas “hipóteses”. Este é o caso do *Institute for Historical Review* (IHR), um dos mais famosos “institutos de pesquisa” dedicados à negação do Holocausto. Fundado em 1978, na Califórnia, o grupo era também responsável pela publicação do *Journal of Historical Review* (JHR) e, como demonstra Caldeira, inspirou, no Brasil, a fundação do Centro Nacional de Pesquisas Históricas (CNPB), em 1992.

Segundo Caldeira, foi no alvorecer do século XXI, mais precisamente a partir da década de 2010, com a ascensão de outras vertentes da extrema-direita no Brasil, ligadas, por exemplo, à Nouvelle Droite ou à Quarta Teoria Política do ideólogo russo Aleksandr Dugin, que os diálogos transnacionais da extrema-direita brasileira se intensificaram. A própria vertente neofascista, nesse contexto, diversificou-se, passando a buscar diálogos internacionais de forma mais recorrente. Para o autor, as três tendências que teriam marcado o neofascismo brasileiro entre as décadas de 1980 e 2000 – quais sejam, a neonazista, a neointegralista e a negacionista – foram expressivamente transformadas e tensionadas pela emergência de uma extrema-direita cada vez mais plural, as quais, por sua vez, “carregam consigo dinâmicas próprias de diálogos e ambições internacionais” (CALDEIRA NETO, 2022).

Em certo sentido, portanto, o que o historiador nos propõe é um estudo sobre a história das direitas neofascistas no Brasil e de como, com o passar das décadas, elas foram se transformando, agregando novas dinâmicas e referências e abandonando outras pelo caminho. Neste processo, foram, aos poucos, deixando uma posição predominantemente “local” – ou nacional – e tornando-se cada vez mais “globais”.

Nesse ponto, justamente, é que cabe questionar: em vez de compreender a história das direitas neofascistas no Brasil como um caminho percorrido de uma perspectiva “local” para outra “global”, não seria mais proveitoso compreendê-la a partir da dinâmica permanente e das relações estabelecidas entre o micro e o macro? Aqui, noções como as de *histórias conectadas*, fruto dos trabalhos de historiadores especialistas do “sistema imperial”, poderiam servir a interessantes avaliações. Isso porque, ao mesmo tempo em que procuram refletir primeiramente em termos de contatos e de circulações imateriais,

analisando fenômenos de aculturação, transferências e mestiçagens, em uma perspectiva que não é quantitativa, atentam-se aos contextos mais gerais, mesmo quando se dedicam a buscar conexões e interligações.

A abordagem, portanto, é global na medida em que visa a se emancipar dos ditames colocados pelas fronteiras dos Estados Nacionais para apreender as relações, passagens, influências, transferências, parentescos e até mesmo continuidades há muito ignoradas ou minimizadas por uma perspectiva centrada essencialmente nas histórias nacionais. Em certo sentido, é a isto que o historiador indiano Sanjay Subrahmanyam (1997) se refere quando fala em “história conectada”. Nessa proposta, o historiador desempenharia “o papel de electricista no restabelecimento das conexões continentais e intercontinentais que as historiografias nacionais esconderam ao impermeabilizar suas fronteiras” (DOUKI; MINNARD, 2007, p. 13).

Em outras palavras, o que Subrahmanyam (1997) propõe é que, ao pensarmos em conexões supranacionais, não deixemos de considerar os processos e os fluxos de circulação de ideias e contrastes mentais os quais, de maneira geral, não se restringem às fronteiras políticas nacionais. Sob este aspecto, mesmo que tais ideias e “expressões mentais” tenham encontrado formas de manifestação local específica, elas nos permitem observar que estamos lidando não com histórias separadas e comparáveis, mas sim, com histórias conectadas (1997, p. 748).

Este não seria, portanto, um caminho interessante para pensar a história dos movimentos neofascistas no Brasil? Caldeira Neto avalia que, embora tenha existido desde os primeiros momentos do neofascismo brasileiro uma propensão à busca por diálogos internacionais, estes “foram em grande medida frustrados por uma série de fatores”: desde o caráter tardio da formação dos grupos neofascistas no Brasil, passando pelas singularidades do processo de transição democrática, ao caráter continuísta do neointegralismo (principal expressão do neofascismo no Brasil), o qual “não advoga explicitamente a necessidade de uma interlocução internacional por excelência” (2022). O autor também evoca “a questão da identidade europeia e do pan-europeísmo” – matrizes do neofascismo europeu e estadunidense – como barreiras para a “apropriação destas variáveis no cenário neofascista brasileiro” (CALDEIRA NETO, 2022).

Para além da apropriação, contudo, não seria o caso de pensarmos em termos de circulação de ideias? De propor uma *história conectada* dos movimentos neofascistas a partir da segunda metade do século XX, atenta aos processos de circulação de “formas culturais ou de imaginários políticos (ZUNIGA, 2007, p. 61)? O próprio trabalho de Caldeira Neto abre perspectivas interessantes e potencialmente inovadoras nesse sentido, qual seja, o da conexão entre práticas políticas e culturais destes grupos para muito além das fronteiras nacionais. Ao mesmo tempo, ao indicar os limites dessas “conexões”, a proposta apresentada aqui pelo historiador pode oferecer mecanismos importantes para refletirmos sobre a necessidade de considerarmos o horizonte social específico – nacional, inclusive – das circulações que estudamos, “prestando atenção aos modos de apropriação, negociação, adaptação, etc.; aos horizontes de recepção; e aos contextos sociais que tanto permitem como moldam essas circulações” (DOUKI; MINNARD, 2007, p. 15).

REFERÊNCIAS

BIARD, Benjamin. *L'extrême droite en Europe occidentale (2004-2019)*. Bruxelles: CRISP, 2019.

CALDEIRA NETO, Odilon. *"Nosso nome é Enéas!": Partido de Reedificação da Ordem Nacional (1989-2006)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.



DOUKI, Caroline; MINARD, Philippe. Global History, Connected Histories: A Shift of Historiographical Scale?. *Revue d'Histoire Moderne & Contemporaine*, n. 54-4bis, p. 7-21, 2007.

GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GONÇALVES, Leandro P.; CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes. Do Integralismo ao Neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

LIPSTADT, Deborah E. *Denying the Holocaust. The Growing Assault on Truth and Memory*. Plume, 1994

MOTTA, Rodrigo P. S.; BOISARD, Stephan; BOHOSLAVSKY, Ernesto. *Pensar as direitas na América Latina*. São Paulo: Alameda, 2019.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína M. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. *História, Histórias*, v. 9, p. 58-98, 2021.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, p. 735-762, jul. 1997.

TRINDADE, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 1930*. 3.ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016.

TRINDADE, Hélió. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

WINOCK, Michel. Présentation. In: *La droite depuis 1789. Les hommes, les idées, les réseaux*. Paris: Éditions du Seuil, 1995.

ZUNIGA, Jean-Paul. L'histoire impériale à l'heure de l'histoire globale. Une perspective atlantique. *Revue d'Histoire Moderne & Contemporaine*, n. 54-4bis, p. 53-68, 2007.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Janaína Cordeiro: Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Brasil. Professora de História Contemporânea da UFF, Pesquisadora do CNPq e Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Bloco O, Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, São Domingos – Niterói, RJ, Brasil, 24210201.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

As reflexões presentes neste artigo inserem-se, de modo mais amplo, no âmbito das pesquisas desenvolvidas em dois projetos que contam com financiamento do CNPq, através da concessão de uma Bolsa de Produtividade Nível 2 e da FAPERJ, através da concessão de uma Bolsa Jovem Cientista do Nosso Estado.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.



APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Janaína Cordeiro. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Jo Klanovicz (Editor-chefe).

Fabio Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 13 de dezembro de 2022

Aprovado em: 23 de janeiro de 2023

Como citar: CORDEIRO, Janaína. Neofascismo no Brasil: o local, o global e as circulações. Esboços, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 657-664, set./dez. 2022.





APUNTES SOBRE PENSAR EL NEOFASCISMO BRASILEÑO EN CLAVE GLOBAL

Notes on Thinking About Brazilian Neo-Fascism in a Global Key

Camilo López Burian^a

 <https://orcid.org/0000-0003-1185-854X>

E-mail: camilo.lopez@cienciassociales.edu.uy

^a Universidad de la Republica, Montevideo, Uruguay.

**DEBATE
NEOFASCISMO NO BRASIL/NEO-FASCISM IN BRAZIL/NEOFASCISMO EN BRASIL**

RESUMEN

El presente artículo dialoga con las ideas desarrolladas en el artículo El neofascismo en Brasil, ¿de lo local a lo global?, de Odilon Caldeira Neto. De dicho trabajo, se enfatizan tres aspectos interconectados entre sí: los aportes para acercarse al neofascismo brasileño en cuanto objeto de estudio, sus vínculos transnacionales y las reflexiones acerca de la práctica intelectual en torno a la construcción de conceptos y categorías. El texto en sí constituye un gran aporte para repensar las particularidades —desde la historia, las tradiciones y las experiencias— de un fenómeno que, a su vez, es tanto actual como global.

PALABRAS CLAVES

Neofascismo brasileño. Global. Vínculos transnacionales. Tradiciones. Historia.

ABSTRACT

This article dialogues with the ideas developed in the article: El neofascismo en Brasil, de lo local a lo global? by Odilon Caldera Neto. From this work, three interconnected aspects are emphasized: the contributions to approaching Brazilian neo-fascism as an object of study, its transnational links, and the reflections on the intellectual practice around the construction of concepts and categories. The text itself constitutes a contribution to rethinking the particularities -from history, traditions and experiences- of a phenomenon that, at the same time, is both current and global.

KEYWORDS:

Brazilian Neo-fascism. Global. Transnational Links. Traditions. History.



VINO NUEVO EN ODRES VIEJOS

El valor de un texto no solamente se limita a su contribución concreta como producto intelectual; también se define por lo que provoca en sus lectores. *El neofascismo en Brasil, ¿de lo local a lo global?*, de Odilon Caldeira Neto, aporta conocimiento nuevo y original sobre un caso, a las vez que invita a pensar en clave global, a explorar las conexiones transnacionales del fenómeno abordado y a reflexionar teóricamente.

El abordaje del caso y el análisis de sus conexiones muestran las particularidades del neofascismo brasileño, tanto de sus características como en relación con el momento histórico de su concreción —al que puede juzgarse como tardío si se lo compara con otros casos de la misma especie—. Pero más allá de esto, el texto es lo que provoca. Su aporte implica un fermento para repensar ideas. Para quienes se dedican al análisis de las ultraderechas recientemente emergentes, este texto es una llamada de atención de parte de un historiador: se debe explorar la tensión entre esos actores que emergen en el campo de la ultraderecha y su relación con experiencias pasadas, en particular, por su constante apelación a la tradición.

El domingo 28 de agosto, en el debate entre las candidatas y candidatos a la presidencia de la República en Brasil, el actual presidente y también candidato, Jair Bolsonaro, utilizó en su mensaje final el lema de la *Ação Integralista Brasileira: Deus, Pátria, Família*. Al que agrega la palabra “liberdade”. Los caminos del integralismo, la trayectoria del neointegralismo como fenómeno neofascista y sus nexos con el bolsonarismo forman parte de los aportes de la obra de Odilon Caldeira Neto. De ella, debe destacarse su libro *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*, publicado en 2020, en coautoría con el historiador Leandro Pereira Gonçalves. Estos trabajos, al que se suma *El neofascismo en Brasil, ¿de lo local a lo global?*, constituyen piezas claves para entender a las ultraderechas brasileñas. La apelación religiosa, la exaltación de una sociedad armoniosa a partir de la jerarquía y el conservadurismo integran esa narrativa. El antipluralismo, el anticomunismo y el nacionalismo anticósmopolita se combinan con la exaltación de valores autoritarios, espirituales, tradicionales y las virtudes militares. Como otrora el integralismo mostró solidaridad con los fascismos (TRINDADE, 2022), el neofascismo brasileño también buscó tener redes transnacionales. Hoy estos grupos, que habitan un espacio más amplio constituido por el bolsonarismo, lo siguen haciendo, pero en los tiempos de las redes sociales.

El neofascismo en Brasil, ¿de lo local a lo global?, parafraseando a Pierre Vilar (1980, p. 12), ayuda a comprender el pasado para conocer el presente. Pone el desafío de comprender el pasado en su especificidad, pero a la vez facilita un análisis que nutre la mirada del presente, advirtiendo que no es posible interpretarlo linealmente ni desatendiendo sus mutaciones a lo largo del tiempo. Por ejemplo, el de una ultraderecha palingenésica a una actual, que posee miradas retroutópicas o arcádicas¹ (SANAHUJA; LÓPEZ BURIAN 2020a; STEFANONI 2021, p. 53-61). Por ello, este texto intercambia ideas con el trabajo que propone Odilon Caldeira Neto no solamente a partir de lo que el trabajo brinda, sino por las preguntas y reflexiones que dispara en quien lo lee.

De esta forma, se colocan tres elementos en debate, bajo la idea general de análisis planteada en la metáfora del “vino nuevo en odres viejos”, que vincula fenómenos en el tiempo y en el espacio, y busca ver los legados, los cambios, sus especificidades y sus conexiones globales. El primer elemento refiere a los aportes del texto sobre cómo

¹ Esta noción remite a la idea de Arcadia, región de la antigua Grecia que Virgilio describe como una armoniosa y pacífica. A diferencia de la *Utopía* de Tomás Moro, no es fruto de la creación humana, sino el resultado espontáneo y natural de una vida comunitaria que no fue corrompida por los elementos nocivos de la modernidad.

acercarnos al neofascismo brasileño como objeto de estudio. El segundo se concentra en los vínculos transnacionales y, por último, el tercer elemento es una reflexión sobre el complejo ejercicio de construcción de denominaciones, conceptualizaciones y categorías.

EL APORTE SOBRE CÓMO MIRAR AL NEOFASCISMO BRASILEÑO

La selección misma del neofascismo como objeto de estudio es una apuesta a verlo desde su propia historia y, por lo tanto, considerar sus prácticas políticas, sus dinámicas de circulación de ideas y sus conexiones.

Una dimensión de estas conexiones del neofascismo brasileño refiere a las que tiene con otros fenómenos históricos que los anteceden y otros, posteriores. Incluso algunos de los fenómenos históricos que vinieron después, como el bolsonarismo, convergen en un proceso donde varias expresiones neofascistas brasileñas habitan espacios del movimiento que apoya al presidente Jair Bolsonaro. Este es uno de los puntos que el texto ayuda a pensar, por generar un acercamiento a las prácticas políticas, al contenido ideacional y simbólico, y a las conexiones transnacionales del neofascismo brasileño.

Dichas prácticas también implican resignificaciones; de ahí el valor de las preguntas sobre los legados y los usos políticos de la tradición. Ese juego de distanciamientos y reivindicaciones resignificadas de las trayectorias de las derechas es un asunto clave. El énfasis en la tradición y en la adaptación de los legados que se resignifican es un elemento esencial para comprender los usos políticos de estas narrativas, que movilizan a actores de los espacios más radicales y antidemocráticos de la ultraderecha hoy.

Este primer tipo de conexión que el texto de Odilón Caldeira Neto ayuda a pensar remite a las experiencias pasadas, cuyos sustratos permiten ver los nexos entre distintos fenómenos históricos. Estas conexiones son, a la vez, formas de delimitación metodológica y parte del dispositivo analítico de la construcción del objeto. Y se debe subrayar: el texto no asume de forma apriorística la existencia de un neofascismo latinoamericano, ni prefigura sus lazos transnacionales ni su derrotero histórico, ni coloca proposiciones de relacionamientos lineales con la ultraderecha brasileña actual. El texto tiene la virtud de investigarlos.

En términos de diseño de investigación, el trabajo de Caldeira Neto plantea el análisis de un caso como estrategia analítica. Si bien el ejercicio está encuadrado en la disciplina de la Historia, es relevante pensarlo en diálogo con otras ciencias sociales y humanas. El propio autor lo hace cuando interactúa con literatura que aborda el estudio de la ultraderecha desde diferentes tradiciones disciplinares. Este diálogo, como enseña Fernand Braudel (1970, p. 202), no está exento de dificultades cuasi estructurales: “hay un hecho evidente: toda ciencia social es imperialista hasta cuando niega serlo; tiende a presentar sus conclusiones a modo de visión global del hombre.” De ahí la riqueza del ejercicio analítico que hace Caldeira Neto quien, siendo historiador, diversifica sus interlocutores sin quedarse en las fronteras de su disciplina.

Desde ese esfuerzo, los aportes del trabajo exceden su propio campo. Es un estudio de caso cuyos elementos van más allá de la construcción de conocimiento sobre el objeto específico, ya que tiene la potencialidad de aportar herramientas para la reflexión teórica (BRADY; COLLIER, 2004; GEORGE; BENNETT, 2005; GERRING, 2007) y especialmente para elaborar nuevas hipótesis (GARCÉ 2012, p. 6). Como señala Leandro Sánchez (2015, p. 127) al referirse al alcance de su propio trabajo: “[...] la generalización analítica [...] trata de sistematizar teorías, y no de enumerar frecuencias. Lo que se generaliza no son los resultados particulares y específicos de un análisis de caso, sino el modelo teórico que ha conducido a esos resultados, y que se supone conducirá a resultados análogos (y no idénticos) en otros casos.” El trabajo de Caldeira Neto, puede decirse, va en este mismo

sentido: es un modelo investigativo que puede guiar trabajos análogos y ejercicios comparados.

La selección del caso permite debatir con otros modelos que presuponen fases (BULL, 2012) o clivajes (COPSEY, 2020), discutiendo la lógica procesual del fenómeno y las características que lo constituyen. La importancia política de Brasil en la región y que haya sido el lugar donde se desarrolló la más importante organización fascista fuera de Europa, la *Ação Integralista Brasileira*, justifican la relevancia del caso como referencia para pensar el neofascismo como un asunto más allá de las fronteras nacionales.

Esta fortaleza, que se combina con un ejercicio comparativo no sistemático con *shadow cases* (GERRING; COJOCARU, 2016, p. 407), propone un camino ideográfico para comprender un fenómeno y sus especificidades, pero sin de dejar de dialogar con un asunto general. Esto permite mostrar la diversidad, y no exclusividad, de un fenómeno en un país de la región.

Dicho esfuerzo analítico subraya la importancia de entender las especificidades del neofascismo. Alerta sobre cómo pueden operar los propios marcos interpretativos, ya sea para privilegiar solo la identificación de continuidades como el riesgo de sobredimensionar posibles mutaciones o momentos de ruptura. A su vez, pone frente el desafío de pensar históricamente el problema sin caer en esencialismos inmanentes.

Además, el cómo mirar implica qué y a quiénes observar. A partir del caso brasileño, Caldeira Neto muestra cómo el mapa de actores del neofascismo excede a los partidos políticos e incluye a un conjunto de actores que operan sobre el espacio de lo político y sobre su dinámica. Abarca grupos neonazis, neointegralistas y negacionistas del holocausto. Esta forma de mostrar lo rizomático (DELEUZE; GUATTARI, 1972, 1980a, 1980b) del proceso histórico de las derechas visibiliza el riesgo de trazar evoluciones lineales, con una clara subordinación jerárquica que puede invisibilizar resignificaciones y conexiones. De esta manera, la cartografía que arroja el estudio del neofascismo tardío brasileño, especialmente su componente neointegralista, es de carácter abierto, por tanto, no presupone determinaciones sobre su derrotero y trayectorias futuras. Subraya las conexiones y su heterogeneidad, sus transformaciones y su multiplicidad, a partir de una actitud intelectual de *no dar por hecho las cosas*, sino de explorarlas y analizar fuentes y narraciones, historizando a los actores.

LA FACETA TRANSNACIONAL DE LAS ULTRADERECHAS

Como bien señala Caldeira Neto, la dimensión transnacional del fascismo histórico ha adquirido un importante consenso en la academia, tanto en su abordaje como en su concreción como fenómeno histórico, dada la identificación de sus estrategias de articulación internacional. A la vez, su trabajo muestra las diferentes acciones que los grupos neofascistas brasileños realizaron —y realizan—, con diferentes grados de éxito, para vincularse internacionalmente con actores que componen, de manera transnacional, este campo político. Así, presenta hipótesis explicativas para interpretar por qué lograron, o no, sus objetivos de vinculación.

Sobre los tiempos más recientes, merecen ser planteados algunos aspectos, con el fin de establecer un diálogo para reflexionar colectivamente. Las interpretaciones del escenario actual como crisis de globalización, que parten de la propuesta analítica de José Antonio Sanahuja (2017, 2019, 2020), muestran la emergencia de un clivaje marcado por los posicionamientos de diversos actores ante la globalización como estructura histórica, en el sentido gramsciano utilizado por Robert Cox (1981). De esta forma, el surgimiento de una ultraderecha marcadamente antiglobalista, denominada neopatriota (SANAHUJA; LÓPEZ BURIAN 2020a, 2020b y 2021), parte de factores de estructura y agencia que tienen



como escenario esa crisis hegemónica visualizada en los países centrales, con la crisis económica de 2008, y que llegó a nuestra región a partir de fin del ciclo de las materias primas.

Los neopatriotas protagonizan una contestación al orden liberal internacional, sus normas, valores e instituciones. Así, contraponen acciones que, por convergencia o coordinación, constituyen un tipo de “internacionalismo reaccionario” (ORELLANA; MICHELSEN, 2019; SANAHUJA; LÓPEZ BURIAN, 2020a y 2022). Este “internacionalismo reaccionario” busca redefinir las formas de relacionarse en el plano internacional. A su vez, impulsa un orden alternativo a partir de prácticas, acciones y discursos que se sustentan en ideas ultraconservadoras; redefine lo nacional, lo popular y lo internacional desde una mirada de la política que se asemeja a las proposiciones de Carl Schmitt ([1932] 1991) sobre lo político. Esa mirada confrontativa, donde la política se entiende desde la dicotomía del amigo y el enemigo, propone un rechazo al globalismo, sus valores, principios, normas e instituciones, como el elemento disgregador de lo nacional y de la tradición. También lo identifica como fruto del impulso de élites transnacionales y nacionales. Las segundas, vistas como antinacionales, y las primeras, muchas veces, presentadas de forma similar a las que el integralismo mostraba el capitalismo financiero, entremezclado con elementos, incluso, antisemitas y conspiranoicos.

Este “internacionalismo reaccionario” se expresa en redes de conexiones entre varios actores. Va desde la convergencia de acciones y discursos de Estados gobernados por neopatriotas que actúan en conjunto —por convergencia o coordinación, influyendo sobre el orden internacional en espacios institucionales— hasta contactos informales entre militantes de ultraderecha que se congregan en diferentes espacios de Internet. Pasa incluso por agrupaciones de partidos y redes de movimientos políticos que tienen como común denominador sus posiciones de ultraderecha y el fuerte antiglobalismo. Dentro de estos espacios, especialmente los de las redes de movimientos y grupos, circulan actores encuadrables en el neofascismo, que se vinculan internacionalmente, pero también aprenden y adaptan estrategias externas para su acción local. Por ello, quizás, este sea un factor a tener en cuenta a la hora de pensar ese carácter que hace del neofascismo un fenómeno local y global a la vez, como propone Caldeira Neto. A esto se suma una interesante forma de pensar la disputa política, desde la ultraderecha brasileña, en clave del bien contra el mal, tal vez como una forma *espiritualista* de la dicotomía schmittiana del amigo y el enemigo.

EL PROBLEMA DE LAS DENOMINACIONES

Si bien el trabajo de Odilon Caldeira Neto no realiza una aplicación sistemática de la categorización que propone Cas Mudde (2021) sobre la ultraderecha, este marco emerge en varios momentos del texto. Mudde plantea una distinción que puede ser vista como problemática. En su análisis, la ultraderecha está compuesta por dos grupos de actores: la extrema derecha y la derecha radical. La primera posee un carácter revolucionario y la segunda, un carácter reformista. El principal elemento de distinción entre ambas es su posicionamiento ante la democracia. La extrema derecha, donde cabe ubicar al neofascismo, se caracteriza por rechazar la esencia de la democracia (soberanía popular y principio de la mayoría), mientras que la derecha radical aceptaría la esencia de la democracia, aunque se opone a componentes claves de la democracia liberal (por ejemplo, los derechos de las minorías o la separación de poderes).

La definición de Mudde (2021) de derecha radical tiene tres componentes: el autoritarismo, el populismo y el nativismo. Si bien Caldeira Neto subraya que el nativismo es un componente problemático —como lo demuestra en su análisis de la realidad

brasileña—, el uso de esta distinción puede albergar algunos asuntos que merezcan discutirse, no sobre dichos componentes, sino sobre la distinción entre derecha radical y extrema derecha.

Desde esta óptica, la extrema derecha brasileña, que incluye neofascistas, interactúa con la *derecha radical* brasileña, a la que aquí se reconoce como expresión *electoral* del espacio político del bolsonarismo. Lo problemático es el uso de esta distinción. Quizá sea más ajustado no dividir el campo en estas dos categorías y verlo como un único campo de ultraderecha habitado por actores diversos, donde, entre otros, se encuentran los neofascistas.

Cuando se describe y nomina, como acto performativo, se genera realidad y acción (PERROTTA; PORCELLI, 2019, p. 210). Hablar de derecha radical puede llevar a la confusión de que puede tener una cierta simetría especular con la izquierda radical. Esta última se caracteriza por la aceptación, y no el rechazo, de los principios democráticos, ya que propone el desarrollo de instituciones de democracia directa y participativa, especialmente en el ámbito subnacional. Este problema es advertido por Steven Forti (2021), quien también comparte con Beatriz Acha (2021) otra crítica al planteo de Mudde sobre las derechas radicales. Dicha crítica muestra cómo el rechazo a los principios liberales de la democracia es un rechazo frontal a la democracia tal como es concebida, incluso en definiciones minimalistas y procedimentales (FORTI, 2021; ACHA, 2021). Por lo tanto, esta distinción puede cuestionarse porque, al llamar *radical* a esta derecha, se la presenta como una versión adaptada al juego político, sin mostrar los desafíos que esta encarna frente a la democracia. Si bien esa discusión no es central en el texto de Caldeira Neto, emerge en distintos momentos del análisis; por lo tanto, merece ser mencionada. Así, es posible que una denominación abarcativa de ultraderecha logre evitar los problemas que puede aparejar la distinción entre extrema derecha y derecha radical.

Por último, debe señalarse otro aspecto propuesto por Caldeira Neto en su texto, que se relaciona con el asunto discutido en este apartado. El autor muestra algunas modificaciones recientes que está experimentando el campo neofascista brasileño, especialmente la metapolitización y el papel articulador que juega *La cuarta teoría política*, de Aleksandr Dugin. Un ejemplo de esto es el análisis sobre el grupo neofascista *Nova Resistência*, que conjuga, en palabras de Caldeira Neto, algunas aparentes ambivalencias y contradicciones en su discurso político, al colocar elementos que pueden asociarse también con la izquierda. Debe tenerse presente que una observación detenida de los postulados que podrían vincularse con la izquierda, al verse en conexión con otros, permite comprenderlos como parte de una propuesta ultraderechista. Lejos de ser un problema para estos grupos, dicho posicionamiento puede constituir una ventaja estratégica para acumular fuerzas en organizaciones de este tipo. El *rojipardismo*, como advierte Forti (2021, p. 183-2017), es un fenómeno que debe ser atendido, especialmente su dinámica de difusión de ideas. Este fenómeno, más estudiado en Europa, se encuentra presente en esta región y no escapa de las dinámicas y conexiones globales, como propone Caldeira Neto. Cabe recordar la reflexión de Antonio Gramsci (1999, p. 37) sobre los tiempos que vivía: “La crisis consiste precisamente en el hecho de que lo viejo muere y lo nuevo no puede nacer: en este interregno se verifican los fenómenos morbosos más variados.”

A su vez, dispara una reflexión sobre el asunto que discutimos: las denominaciones. Desde la interpretación neogramsciana del momento actual como crisis de la globalización, se puede caracterizar este tiempo como un interregno. Entonces, tal vez lo importante hoy no sea intentar encontrar la mejor definición para el fenómeno de la ultraderecha, sino comprender la complejidad de sus mutaciones en el marco de un proceso histórico abierto.

REFERENCIAS

ACHA UGARTE, Beatriz. *Analizar el auge de la ultraderecha. Surgimiento, ideología y ascenso de los nuevos partidos de ultraderecha*. Barcelona: Gedisa, 2021.

BRADY, Henry; COLLIER, David (orgs.) *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *La historia y las ciencias sociales*. Madrid: Alianza, 1970.

BULL, Anna C. Neo-fascism. In: BOSWORTH, R. J. B. *The Oxford Handbook of Fascism*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

COPSEY, Nigel. Neo-Fascism: A Footnote to the Fascist Epoch? In: IORDACHI, C., KALLIS, A. (eds.) *Beyond the Fascist Century*. London: Palgrave Macmillan, 2020.

COX, Robert. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Capitalisme et schizophrénie 1. L'Anti-Œdipe*. Paris: Minuit, 1972.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Capitalisme et schizophrénie 2. Mille plateaux*. Paris: Minuit, 1980.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Rizoma (Mil mesetas 1980)*. Paris: Minuit, 1980.

FORTI, Steven. *Extrema derecha 2.0. Qué es y cómo combatirla*. Madrid: Siglo XXI, 2021.

GARCÉ, Adolfo. *Ideas y cambio institucional: tupamaros versus comunistas (Uruguay, 1985-2010)*. Tesis (Doctorado en Ciencia Política) - Departamento de Ciencia Política, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Montevideo, 2012.

GEORGE, Alexander; BENNETT, Andrew. *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. Massachusetts: MIT Press, 2005.

GERRING, John. *Case Study Research: Principles and practices*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

GERRING, John; COJOCARU, Lee. Selecting Cases for Intensive Analysis: A Diversity of Goals and Methods. *Sociological Methods & Research*, Nueva York, v. 45, n. 3, 2016.

GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel*. Edición crítica del Instituto Gramsci a cargo de Valentino Gerratana. México: Era, 1999. v. 2.

MUDDE, Cas. *La ultraderecha hoy*. Barcelona: Paidós, 2021.

ORELLANA, Pablo; MICHELSEN, Nicholas. Reactionary Internationalism: the philosophy of the New Right. *Review of International Studies*, Cambridge, v. 45, n. 5, p. 748-767, 2019.

PERROTTA, Daniela; PORCELLI, Emanuel. El regionalismo es lo que la academia hace de él. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, Montevideo, v. 28, n. 1, p. 183-218, 2019.

SANAHUJA, Juan A.; LÓPEZ BURIAN, Camilo. Internacionalismo reaccionario y nuevas derechas neopatriotas latinoamericanas frente al orden internacional liberal. *Conjuntura Austral*, v. 55, n. 11, pp. 22-34, 2020a.

SANAHUJA, Juan A.; LÓPEZ BURIAN, Camilo. Las derechas neopatriotas en América Latina: contestación al orden liberal internacional. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, Barcelona, n. 126, p. 41-64, 2020b.

SANAHUJA, Juan A.; LÓPEZ BURIAN, Camilo. Latin American neo-patriot far-right: Between the crisis of globalisation and regional political processes. In: PEREYRA, G.; SOUROUJON, G. (eds.). *Global Resurgence of the Right*. Londres: Routledge, pp. 98–122, 2021.

SANAHUJA, Juan A.; LÓPEZ BURIAN, Camilo. Hispanidad e iberosfera: antiglobalismo, internacionalismo reaccionario y ultraderecha neopatriota en Iberoamérica. *Documentos de trabajo*, n. 69 (2ª época). Madrid: Fundación Carolina, 2022.

SANAHUJA, José A. Crisis de la globalización, el regionalismo y el orden liberal: el ascenso mundial del nacionalismo y la extrema derecha. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, Montevideo, v. 28, n. 1, p. 59–94, 2019.

SANAHUJA, José A. *Hegemonía, crisis de globalización y Relaciones Internacionales*. Concepciones clásicas y teorización crítica. In: GONZÁLEZ, Paloma (ed.). *El sistema internacional del siglo XXI*. Dinámicas, actores y relaciones internacionales. Valencia: Tirant lo Blanch, 2020. p. 27-59 (en prensa).

SANAHUJA, José A. Posglobalización y ascenso de la extrema derecha: crisis de hegemonía y riesgos sistémicos. In: MESA, Manuela (coord.). *Seguridad internacional y democracia: guerras, militarización y fronteras*. Anuario CEIPAZ. Madrid: CEIPAZ, 2017. p. 35-71.

SÁNCHEZ, Leandro Enrique. El papel del Congreso Nacional de Argentina en la elaboración de la política exterior (1999-2003). Un modelo para su análisis. *Colombia Internacional*, n. 83, p. 103-132, 2015.

SCHMITT, Carl. *El Concepto de lo político*. Madrid: Alianza Editorial, 1991 [1932].

STEFANONI, Pablo. *¿La rebeldía se volvió de derecha? Cómo el antiprogresismo y la anticorrección política están construyendo un nuevo sentido común (y por qué la izquierda debería tomarlos en serio)*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2021.

TRINDADE, Helgio. El fascismo en Brasil en la década de 1930: el universo ideológico de la acción integralista brasileña. In: LIMA GRECO, Gabriela; GONÇALVES, Leandro P. (eds.). *Fascismos iberoamericanos*. Madrid: Alianza, 2022. p. 113-158.

VILAR, Pierre. *Iniciación al vocabulario de análisis histórico*. Barcelona: Crítica, 1980.

NOTAS DE AUTOR

AUTORÍA

Camilo López Burian: Doctor en Ciencia Política. Profesor Adjunto en Régimen de Dedicación Total en el Departamento de Ciencia Política de la Facultad de Ciencias Sociales y en el Grupo Docente de Política y Relaciones Internacionales de la Facultad de Derecho, Universidad de la República. Montevideo, Uruguay.

DIRECCIÓN PARA LA CORRESPONDENCIA

Departamento de Ciencia Política de la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República.
Constituyente 1502 - Piso 6, Escritorio 615. Montevideo CP 11200, Uruguay.



ORIGEN DEL ARTÍCULO

No aplicable.

CONTRIBUCIÓN DE AUTORÍA

Concepción y preparación del manuscrito: Camilo López Burian.

FINANCIACIÓN

No aplicable.

CONSENTIMIENTO PARA EL USO DE LA IMAGEN

No aplicable

APROBACIÓN DEL COMITÉ DE ÉTICA EN INVESTIGACIÓN

No aplicable.

CONFLICTO DE INTERESES

No existe conflicto de intereses.

DISPONIBILIDAD DE DATOS Y MATERIALES

No aplicable.

PREPRINT

El artículo no es un preprint.

LICENCIA DE USO

© Derechos de autor de Camilo López Burian. Este artículo está bajo la [licencia Creative Commons CC-BY](#). Con esta licencia puedes distribuir, mezclar, ajustar y construir para cualquier propósito, incluso con fines comerciales, siempre que le sea reconocida la autoría de la creación original.

PUBLISHER

Universidad Federal de Santa Catarina. Programa de Posgrado en Historia. Portal de publicaciones periódicas UFSC. Las ideas expresadas en este artículo son responsabilidad de sus autores, y no representan necesariamente la opinión de los editores o de la universidad.

EDITOR

Fabio Morales.

HISTÓRICO

Recibido: 24 de octubre de 2022

Aceptado: 17 de enero de 2023

Como citar: LÓPEZ BURIAN, Camilo. Apuntes sobre pensar el neofascismo brasileño en clave global. *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 665-674, sep./dic. 2022.





A GÊNESE DO NEOFASCISMO E O CASO BRASILEIRO: REFLEXÕES À MARGEM DO ARTIGO DE ODILON CALDEIRA NETO

The Genesis of Neo-fascism and the Brazilian Case: Reflections on the Article by Odilon Caldeira Neto

Fabio Gentile^a

 <https://orcid.org/0000-0001-5746-8008>

E-mail: fabio.gentile@ufc.br

^a Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais,
Fortaleza, CE, Brasil.

DEBATE

NEOFASCISMO NO BRASIL/NEO-FASCISM IN BRAZIL/NEOFASCISMO EN BRASIL

RESUMO

O texto pretende fazer algumas considerações sobre o neofascismo brasileiro como fenômeno “tardio” no contexto global da galáxia neofascista contemporânea.

PALAVRAS-CHAVES

Neofascismo. Transnacional. Global.

ABSTRACT

The work aims to get some considerations on Brazilian neofascism as a “late” phenomenon in the global context of contemporary neo-fascist galaxy.

KEYWORDS

Neo-fascism. Transnational. Global.



O texto de Odilon Caldeira Neto apresenta um conjunto de reflexões teórico-metodológicas bastante frutíferas, visando compreender o caráter peculiar do neofascismo brasileiro dialeticamente vinculado ao neofascismo em nível transnacional.

Concordo com a hipótese central formulada pelo pesquisador. Dialogando com uma ampla literatura internacional e nacional, Caldeira Neto chega na conclusão de que o neofascismo brasileiro é um fenômeno “tardio”. Por um lado, ele precisa ser analisado, destacando suas especificidades nacionais; por outro lado, é preciso colocá-lo no contexto global da galáxia neofascista contemporânea.

O neofascismo brasileiro se torna então um campo privilegiado para fazer algumas reflexões sobre a gênese do neofascismo e o lugar que o caso brasileiro ocupa nela.

Nesta perspectiva, pretendo dividir minha contribuição em duas partes. Na primeira parte, farei algumas ponderações sobre a categoria de neofascismo: seu núcleo semântico-conceitual, trajetória histórica, validade heurística na classificação dos fenômenos que podem ser associados ao conceito em questão, sua colocação na direita extrema e/ou radical. Na segunda parte, gostaria de refletir sobre o caráter “tardio” do neofascismo brasileiro. Tal como aconteceu com outras categorias da ciência política, o neofascismo também foi alvo de ressignificações semânticas.

Uma primeira elaboração é vinculada ao traço nitidamente ideológico-político do núcleo originário do neofascismo, dado que na sua raiz existem fenômenos históricos específicos. A crise do fascismo italiano em julho de 1943 é o marco zero. Nos 45 dias do governo Badoglio, os fascistas “órfãos” de Mussolini começam a se reorganizar. Inicia-se uma nova fase que precisa ser pensada em uma dialética de continuidade e ruptura com a experiência fascista entre as duas guerras mundiais.

No Sul da Itália libertado pelos Aliados assiste-se ao fascismo clandestino, enquanto no Norte, ocupado pelo exército nazista, vem criada a República Social Italiana (RSI) sob o comando de Mussolini, de setembro de 1943 até 25 de abril de 1945.

A soldagem desses fenômenos no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial e da transição para a democracia constitui o núcleo fundador do neofascismo.

Para alguns, especialmente os veteranos da RSI, o prefixo “neo” deve indicar o retorno às origens do fascismo, uma vez que o regime fascista é criticado pela sua transformação de movimento para partido-estado, perdendo desta forma seu caráter “social” devido aos acordos de poder com a monarquia e a igreja católica ao longo do “Ventennio”.

Para outros, o neofascismo teria que cortar todos os laços com o fascismo, cuja experiência histórica terminou em 25 de abril de 1945, sem chance nenhuma de volta na história.

Da fusão destas duas correntes principais nasceu o Movimento Social Italiano (MSI), o maior partido “neofascista” europeu até à sua transformação “pós-fascista” em Aliança Nacional (NA) na década de Noventa do século XX (IGNAZI, 1994).

O MSI pretende voltar às origens do fascismo, mas também está ciente de que a conjuntura histórica tem profundamente mudado. A sua trajetória na história do segundo pós-guerra é marcada por uma tensão entre ser um movimento radical que se orgulha de estar fora do sistema constitucional liberal-democrático e representativo, mas ao mesmo tempo ele é profundamente inserido no sistema (participa as eleições, apoia os governos etc.).

É um caso paradigmático para compreender a dificuldade de definir o que são extrema direita e direita radical, quais as aproximações e as diferenças entre elas (MUDDE, 2019). Dependendo das circunstâncias, o MSI era de fato um partido de extrema-direita na

hora de apoiar os governos “centristas” na Guerra Fria, se tornando então um ator estratégico do anticomunismo. Porém, soltou a sua alma radical durante a “estratégia da tensão” das décadas de Sessenta e Setenta, apoiando os núcleos terroristas neofascistas.

Mais recentemente, o movimento de Le Pen na França também oscila entre a extrema direita e a direita radical, acentuando e freando seu caráter neofascista em acordo com as conjunturas históricas.

Se, então, ampliarmos nosso horizonte, observamos mais uma dilatação semântico-conceitual do neofascismo para indicar os movimentos neonazistas na Alemanha, no Norte e no Leste da Europa. Nesse caso, é possível falar de movimentos radicais de direita, pois eles não tiveram uma presença significativa nos governos nacionais e regionais, fora o caso de J. Haider na Áustria da década de 1990.

Tentando conectar estas experiências, é possível pensar o neofascismo como um fenômeno transnacional? Penso que sim. O caráter ultranacionalista dos neofascismos não impediu a criação de redes transnacionais. Embora compostos por pequenos grupos de militantes, agindo na clandestinidade, os movimentos neofascistas se engajaram na circulação da obra dos intelectuais de referência da extrema direita- Evola, Pound, Celine, Brasilach, só para citar alguns dos mais expressivos, e sem falar da circulação de autores clássicos do negacionismo -, visando legitimar uma específica ideologia neofascista alimentada por editoras, revistas, encontros nacionais e internacionais, de acordo com a exigência de não ser apenas um simples apêndice do fascismo histórico (LENCI, 2012).

Nas últimas décadas, a sociedade em rede está dando novo alimento ao neofascismo em nível transnacional e global. Na web é mais fácil e rápido disseminar as teses negacionistas, tradicionalmente difusas entre poucos militantes, espalhar fake news de forma ilimitada, bem como criar redes e procurar financiamentos.

Demais folego ao neofascismo está sendo dado pelas lideranças autoritárias e populistas no contexto da crise da democracia representativa (Trump, Bolsonaro, Orban, Salvini, Meloni, M. Le Pen, etc.), de acordo com uma recente literatura sobre o tema da volta das ditaduras autoritárias e os “autoritarismos competitivos”, que esvaziam as democracias por dentro (COSTA PINTO, 2021; LEVITSKY & ZIBLATT, 2018).

No contexto que acabamos de delinear, tem a questão de qual lugar ocupa o neofascismo brasileiro. A tese de Odilon Caldeira que se trata de um fenômeno “tardio” é interessante. E vale a pena de corroborar com outras observações.

As duas experiências autoritárias - era Vargas e ditadura civil-militar - contribuíram para o caráter “tardio” do neofascismo brasileiro, pois o esvaziaram, incorporando muitos dos seus temas.

A criação do *Estado Novo* em 1937 se amparou do integralismo do qual apropriou alguns elementos ideológicos antes de colocá-lo fora da lei. Foi, portanto, difícil para Plínio Salgado e seus seguidores reorganizar o neointegralismo após a Segunda Guerra Mundial, também considerando o advento da ditadura civil-militar, a qual por sua vez se apropriou dos modelos autoritários e fascistas entre as duas guerras mundiais.

Portanto, está certo afirmar que o neofascismo brasileiro inicia nas décadas de 1980 e 1990. É um fenômeno “tardio”. Todavia se alinha rapidamente com a ampla circulação do neofascismo em nível global. Concordamos com Caldeira Neto que a sociedade em rede desempenha um papel fundamental (alianças com os movimentos do Norte e Leste da Europa) no crescimento do neofascismo brasileiro, bem como a circulação dos intelectuais clássicos, da extrema direita, também traduzidos para o português, por editoras orgânicas aos movimentos neofascistas brasileiros. E, sem dúvida, Bolsonaro tem um papel decisivo nos últimos anos.

Há, portanto, uma tensão entre a dinâmica local e aquela global que caracteriza a trajetória do neofascismo brasileiro, o qual apesar de seu caráter “tardio” está plenamente inserido na galáxia neofascista internacional.

REFERÊNCIAS

COSTA PINTO, A. *O regresso das ditaduras?* Lisboa: FFMS, 2021.

IGNAZI, Piero. *Postfascisti? Dal Movimento sociale italiano ad Alleanza nazionale*. Bolonha: Il Mulino, 1994.

LENCI, Lenci. *A destra, oltre la destra: la cultura politica del neofascismo italiano, 1945-1995*. Pisa: Pisa University Press, 2012.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MUDDE, Cas. *The Far Right Today*. Cambridge: Polity Press, 2019.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Fabio Gentile: Doutor em Ciências Sociais, Docente do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Avenida da Universidade 2995, Bairro Benfica, Fortaleza, Cep 60020-181.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.



LICENÇA DE USO

© Fabio Gentile. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fabio Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 13 de dezembro de 2022

Aprovado em: 17 de janeiro de 2023

Como citar: GENTILE, Fabio. A gênese do neofascismo e o caso brasileiro: reflexões à margem do artigo de Odilon Caldeira Neto. *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 675-680, set./dez. 2022.



OS NEOFASCISMOS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA. UM DIÁLOGO COM ODILON CALDEIRA NETO

Neo-Fascisms in Brazil and Latin America. A Dialogue with Odilon Caldeira Neto

Larissa Jacheta Riberti^a

 <https://orcid.org/0000-0002-9695-7709>

E-mail: larissa.riberti@gmail.com

^a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de História do Ceres, Caicó, RN, Brasil.

DEBATE

NEOFASCISMO NO BRASIL/NEO-FASCISM IN BRAZIL/NEOFASCISMO EN BRASIL

RESUMO

O artigo tem como objetivo estabelecer um diálogo com Odilon Caldeira Neto, autor de “Neofascismo no Brasil, do local ao global?”. Nesse sentido, o artigo propõe debater alguns elementos que possam ser incorporados como fundamentais para o entendimento do neofascismo e das extremas direitas no Brasil e na América Latina. Tais fenômenos parecem recuperar características comuns também aos fascismos clássicos, além de elementos singulares que expressam as condições históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas, próprias dos contextos nos quais tais experiências se expressam.

PALAVRAS-CHAVES

Neofascismo. Brasil. América Latina.

ABSTRACT

In this article we seek to establish a dialogue with Odilon Caldeira Neto, author of “Neofascism in Brazil, from local to global?”. Therefore, we propose to discuss some elements that can be incorporated as fundamental to the understanding of neo-fascism and the extreme right in Brazil and Latin America. These phenomena seem to recover characteristics that are also common to “classical fascisms”, in addition to elements that express the historical, social, cultural, political, and economic conditions, typical of the contexts in which such experiences are expressed.

KEYWORDS

Neo-fascism. Brazil. Latin America.

A transição dos séculos XX e XXI tem sido marcada pela ascensão de grupos, partidos e governos que conjugam propostas e ideologias políticas em geral categorizadas como de “extrema direita”, “ultradireita” e/ou “neofascistas” em várias partes do mundo. Dentre os exemplos que podemos citar estão o de personagens como Donald Trump, nos Estados Unidos, Marine Le Pen, na França, Matteo Salvini, na Itália, Volodymyr Zelensky, na Ucrânia, Viktor Orban, na Hungria e Jair Bolsonaro, no Brasil. Além disso, podemos citar grupos como o FPÖ, na Áustria, o Vlaams Belang, na Bélgica, os partidos ultradireitistas e de características anticomunistas declaradas Vox, na Espanha, e Chega, em Portugal.

Na América Latina, o fenômeno da ascensão dos neofascismos é identificado por alguns estudiosos, como Carlos Figueroa Ibarra e Octavio Velador (2021), em sua vinculação com o declínio de governos progressistas, além da ênfase ao anticomunismo e os ataques diretos aos grupos de esquerda. Além disso, destacam esses autores, as extremas direitas do século XXI fazem uso de táticas golpistas e neogolpistas para prevalecer seus interesses. Exemplos desse tipo podem ser encontrados não apenas no Brasil marcado pela ascensão de Bolsonaro, mas no México, com a Frente Anti AMLO (FRENA), na Bolívia, com o Comité Cívico Santa Cruz, na Acción Republicana do Chile, na Fundación Contra el Terrorismo, da Guatemala, e no grupo Voluntad Popular e outros setores golpistas antichavistas na Venezuela (IBARRA; VELADOR, 2021).

Essa realidade tem ensejado, nos últimos anos, esforços significativos de pesquisadores que tentam definir traços que possam auxiliar na identificação de grupos, comportamentos, programas de governo ou lideranças de extrema direita que propagam ideias e inspirações neofascistas. Longe de criar uma “régua” que balize o que pode ou não ser enquadrado como “neofascista”, os esforços se conjugam para tentar impedir generalizações e a utilização banalizada do termo, e para construir uma visão mais realista e racionalizada dos fenômenos políticos e históricos que nos cercam.

No Brasil, por exemplo, o uso da palavra “fascista” se tornou ostensivo e, de certa forma vulgarizado, principalmente em postagens de redes sociais, no contexto que marcou a ascensão e a vitória de Jair Bolsonaro, em 2018, quando ele ainda era filiado ao Partido Social Liberal. Seu plano de governo naquele momento, que incorporava o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, continha propostas de conteúdo fundamentalista, extremamente nacionalistas e neoliberais, na medida em que apoiava ações que tornavam seletivo o exercício da cidadania e hierarquizavam grupos sociais como mais ou menos merecedores de direitos. A alcunha “fascista” também foi associada ao líder em função das conhecidas declarações machistas, racistas, xenofóbicas e homofóbicas motivadas por um evidente ódio e desprezo pelas minorias.¹ Ao longo de seu mandato, a característica “neofascista” de seu governo foi se moldando de forma mais acabada, à medida que sua atuação passou a ser cada vez mais arbitrária, violenta e aparelhadora e contou com um grupo fiel de seguidores que, nas ruas e nas redes, propagou os elementos de sua ideologia e prática políticas.

¹ Foram várias as ocasiões em que Bolsonaro proferiu discursos de ataque à determinados grupos sociais. Em 2011, quando cumpria um de seus mandatos como Deputado Federal, Bolsonaro disse ao jornal “O Tempo” que “nós temos de legislar para a maioria, e não para a minoria. A minoria tem de se curvar, obedecer, e ponto final”. A frase fazia referência ao posicionamento do STF que reconheceu aos casais homossexuais os mesmos direitos que se aplicam à união estável entre pessoas de sexo diferente. Na mesma entrevista, Bolsonaro exprime opiniões violentas sobre homossexuais, sobre um suposto preconceito com heterossexuais e sobre a existência do “kit gay”, material que estimularia crianças a adolescentes a se converterem à homossexualidade e que estaria sendo distribuído nas escolas. FADUL, Telmo. Entrevista “A minoria tem que se curvar”. *O Tempo*. 22 maio 2011. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/a-minoria-tem-que-se-curvar-1.352269>

Em seu artigo “O neofascismo no Brasil, do local ao global?” Odilon Caldeira atende ao desafio de tentar racionalizar as operações de análise para entender em que medida determinadas lideranças, grupos e partidos podem ser classificados enquanto “neofascistas” no Brasil e na América Latina. Uma das problemáticas ensejadas pela ascensão dos neofascismos na região é justamente a de responder qual o grau de influência dos fascismos clássicos na construção de agendas, programas, discursos símbolos e ações dos atuais movimentos e personagens. Uma premissa imprescindível para responder a tal pergunta, portanto, é considerar que os fascismos devem ser entendidos a partir de sua transnacionalidade.

Sobre o assunto, vale abrir um parêntese para destacar que o debate sobre a existência ou não de fascismos fora da Europa nem sempre resultou em análises preocupadas em ampliar o escopo de interpretação e recuperar as experiências em contextos internacionais. Autores como Stanley Payne (2014), Robert Paxton (2007), Emilio Gentili (2004) defenderam a impossibilidade de que fenômenos fascistas pudessem ocorrer em outros continentes, já que o que se identificou foram movimentos de inspiração fascista pouco difundidos e com pouca capacidade de serem incorporados pelas massas. Payne (2014, p. 105) afirma que “en América Latina no hubo sino unos pocos movimientos específicamente fascizantes, y el único que gozó de éxito fue el equívoco fenómeno del peronismo”. Para o autor, algumas das razões que impediram o surgimento de fascismos “reais” na região foram a falta de mobilização política das classes sociais, o caráter não competitivo dos nacionalismos, um elitismo patronal que se manifestava na capacidade dos grupos dominantes e menos radicais em reprimirem o nacionalismo revolucionário, a composição multirracial da maioria das sociedades e a dominação política dos militares (p. 104).

A afirmativa pode ser facilmente questionada se recuperarmos trabalhos como o de Héglio Trindade (1974), que analisa a formação da Ação Integralista Brasileira na década de 1930 e a sua transformação em organização política de massas. Além de contar com milhares de integrantes, a AIB reuniu um aparato que expressou símbolos e discursos fascistas, tais quais a adoção da letra grega Sigma (como equivalente da Suástica), o uso do lema “Deus, Pátria e Família”, do termo “Anauê” como forma de saudação, bem como a utilização de camisas verdes para distinguir seus membros a partir de uma vestimenta em comum. Gabriela de Lima Grecco e Leandro Pereira Gonçalves (2022, p. 7-8) também fornecem outros elementos históricos que atestam a existência de movimentos e grupos fascistas para além da Europa. São eles o Partido União Revolucionária, do Peru, os “Camisas Doradas” do México, que tinham como lema “Pela Pátria e pela Raça”, o Movimento Nacional-Socialista chileno e a Falange Socialista Boliviana. Por fim, Fabio Bertonha (2013) descreve os fascismos na América Latina como “movimentos autóctones” que caracterizam um fenômeno internacional diverso, cujas condições locais determinaram as possibilidades desses mesmos movimentos evoluírem em partidos mais estruturados e populares e, assim, chegarem ao poder (BERTONHA, 2013, p. 32).

Odilon Caldeira ressalta que um dos pressupostos das investigações que assumem o caráter transnacional dos fascismos e que buscam entender as características das extremas direitas, é dialogar diretamente com o desenvolvimento de estudos sobre os chamados “fascismos clássicos”, ou seja, aqueles ocorridos no entreguerras. Esse diálogo, portanto, torna-se fundamental para entender a emergência dos neofascismos em contextos históricos mais recentes e escapar das interpretações reducionistas.

Sobre o fenômeno do neofascismo no Brasil, Caldeira destaca duas questões fundamentais, sendo a primeira delas justamente a necessidade de compreender o “estatuto próprio” de seu desenvolvimento. Isso implica considerar que o neofascismo não foi simplesmente um reproduzidor dos resquícios do fascismo clássico e de suas redes globais ou transnacionais. Essa primeira questão me parece de suma importância, visto que a construção

de uma experiência neofascista no Brasil, manifestada principalmente por grupos de extrema direita, enseja a utilização de novos discursos, símbolos e práticas, bem como novas metodologias e instrumentos – como as redes sociais, por exemplo – para alcançar e ser incorporada pelas massas. Além disso, Caldeira defende que o “aspecto transnacional do neofascismo tem ritmos e esferas próprias, fruto de aspectos conjecturais e das ambições de grupos e lideranças neofascistas, assim como de afinidades temáticas mais ou menos pontuais”. Isso pressupõe pensar que a forma como grupos, líderes e a agenda neofascista se constrói depende de uma realidade objetiva, formada por condições culturais, materiais, econômicas e sociais que variam profundamente a depender do contexto ao qual estão inseridas. Por isso, em grande medida, o que observamos no Brasil é a eclosão de um neofascismo cuja organização utiliza estratégias políticas que fomentam na opinião pública uma ideia de crise política e econômica incontornável, cuja solução pressuporia negar a cultura política e as instituições construídas até então, além de promover a ascensão de um novo líder.²

De forma a organizar como se reproduzem os neofascismos no contexto brasileiro das últimas décadas, Odilon Caldeira divide a experiência nacional em três momentos. O primeiro, que vai dos anos 1980 e 2000, é marcado pela atuação de grupos neonazistas, neointegralistas e negacionistas do holocausto. Já a partir dos anos 2000, os grupos neointegralistas ocupam destaque no cenário neofascista brasileiro, na medida em que eles reivindicam na atualidade uma espécie de verdadeira representação do integralismo e do fascismo “original”. Esse período também é marcado por um refluxo nas atividades negacionistas, especialmente em função das questões jurídicas, além de um recuo na capacidade de organização e ação de grupos neonazistas. Já a década de 2010 mostra a consolidação de um tipo de neofascismo que passa a ser amplamente diversificado e radicalizado, inclusive como reflexo do surgimento de uma nova direita radical sintetizada, segundo Caldeira, em parte por grupos envolvidos com o processo eleitoral de Jair Bolsonaro.

Assim, os neofascismos das últimas décadas revelam a capacidade de grupos, líderes e partidos de extrema direita de incorporarem, ao mesmo tempo, características do fascismo histórico – nacionalismo, autoritarismo, a negação dos sistemas políticos, o emprego necessário da violência – e elementos novos, característicos de uma nova direita radical. Tais elementos novos, como o negacionismo e a metapolítica, são importados pelas extremas direitas brasileiras através da interlocução com autores europeus que pregam a chamada “quarta teoria política”, de Aleksander Dugin,³ bem como àqueles associados à “Nova Direita Europeia”.

Para ampliar o diálogo proposto nesse artigo, sugiro avançar no marco cronológico proposto por Odilon Caldeira e elencar aqui alguns elementos históricos que me parecem imprescindíveis para entendermos o que podemos chamar de “reconfiguração” do neofascismo no Brasil e na América Latina a partir de 2010. Em primeiro lugar, a região vem sendo fortemente marcada pela interrupção – violenta e golpista, em muitos casos – dos projetos progressistas que conformaram a chamada “maré rosa” na primeira década do século XXI. Caracterizada pela ascensão de governos de esquerda ou oriundos de coalizões que

² Esses “novos líderes”, como Donald Trump e Volodymyr Zelensky, são comumente chamados de “outsiders” e são personagens cujos discursos podem, muitas vezes, negar a validade das práticas e instituições políticas tradicionais ou ulteriores à sua aparição. Assim, a figura de outsider apoia-se na crítica aos políticos “tradicionais” e apresenta-se como uma alternativa a um descontentamento generalizado que pode ser causado por momentos de crise econômica ou política. O sucesso desses “outsiders” se dá, em grande medida, porque eles acabam sendo classificados como *anti-establishment* e/ou populistas e essas características tendem a ser mais importantes do que a falta de experiência política que possuem. (BARR, 2009).

³ Em linhas bastante gerais, a Quarta Teoria Política é a tentativa de construir um corpo teórico sólido capaz de lançar as bases para a construção de novas ideologias políticas alternativas e que superem o liberalismo, o comunismo e o nacionalismo.

incorporaram partidos de centro e de esquerda, essa onda foi integrada por países como Venezuela, Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai, Equador, El Salvador, Chile, consolidando, assim, um ciclo que, ao menos do ponto de vista político, tentou romper com a imposição do modelo neoliberal preconizado pelo Consenso de Washington. De acordo com Santos *et al.* (2020, p. 7):

Além do retorno do Estado e do horizonte pós-neoliberal que encarnaram, estes processos se caracterizaram também pela alta popularidade de suas lideranças, um crescimento econômico baseado no aprofundamento do capitalismo extrativista e na reprimarização exportadora, assim como em uma melhor divisão de renda, com políticas sociais e programas de combate à miséria. Novos atores políticos e até novas formas de fazer política surgiram a partir dessa conjuntura, com posicionamentos diversos, muitas vezes em contraposição ao conservadorismo e ao neoliberalismo.

Armando Boito (2020) ressalta que, se no Chile e na Argentina, neoliberais e ultrac conservadores chegaram ao poder pelo voto popular, no Brasil essa ascensão é capitalizada, principalmente, pelos agentes que participaram do golpe de Estado que depôs Dilma Rousseff, em 2016. O cenário contribuiu para colocar em movimento forças conservadoras e antidemocráticas, desacreditar o voto popular, a democracia e as instituições, e estimular junto aos meios de comunicação a ideia de uma crise política e econômica incontornáveis. Boito ainda destaca que, se num primeiro momento, o golpe foi organizado por forças políticas tradicionais,⁴ pertencentes aos quadros da direita ou de setores de centro, ele culminou na ascensão de uma extrema direita personificada na figura de Jair Bolsonaro, e legitimada por seus ativistas mais fiéis – militares, representantes de setores do agronegócio e da indústria, líderes evangélicos. Por fim, culminou na coalisão de uma direita neofascista com uma direita tradicional, que conferiu não só coesão ao governo que emergia naquele momento, mas também a consolidação de elementos que configuram uma nova programática política, tais quais a defesa de pautas morais, que se opõem à diversidade sexual e as identidades de gênero, e criminalizam direitos reprodutivos, o retrocesso nos direitos trabalhistas e previdenciários, a imposição de uma doutrina religiosa nas esferas institucionais, a negação da luta de classes, a desqualificação do processo eleitoral, o elogio ao autoritarismo, ao armamentismo e à violência como respostas legítimas para o problema da insegurança pública.

Por sua vez, Ariel Goldstein (2019) situa a ascensão da extrema direita no Brasil num contexto em que os efeitos da crise econômica de 2008 – que chegaram ao Brasil entre 2012 e 2013 – impulsionaram manifestações que evidenciaram um profundo desencantamento com a política tradicional (2019, p. 20). Para o autor, essa foi a expressão de uma divisão existente entre as expectativas da população e a incapacidade das instituições tradicionais de canalizá-las. Assim, a crise do projeto nacional-desenvolvimentista do Partido dos Trabalhadores, encontra lugar num momento de refluxo de investimentos, queda de popularidade da presidenta e forte oposição de setores conservadores. A esse contexto somam-se fatores históricos como a eclosão da mobilização social em 2013, a realização da Copa do Mundo, as investigações empreendidas no âmbito da Lava Jato e a ascensão de movimentos como o MBL (Movimento Brasil Livre) e o Escola Sem Partido de clara tendência reacionária e golpista. As redes sociais e as mídias digitais resultaram ser o terreno em que as batalhas discursivas aconteceram contra o progressismo e o projeto de sociedade representado não apenas pelo PT, mas pelas esquerdas em geral. Em grande

⁴ Destaca-se aqui, por exemplo, a participação de personagens que atualmente encontram-se mais ou menos ocultos no cenário político brasileiro como Aécio Neves e Michel Temer.

medida, foi nas redes em que muito do antigo discurso paranoico e anticomunista, tão característico dos tempos da guerra fria, se reciclou e circulou inclusive entre as novas gerações.

Sobre o assunto, é importante considerar o lugar central que os discursos anticomunistas e antipetistas ocupam na construção da agenda neofascista incorporada por partidos e por grupos de extrema direita no Brasil das últimas décadas. Rodrigo Patto Sá Motta (2019) historiciza o comportamento anticomunista no país no último século, recuperando a forma como o ataque às esquerdas e seus partidos foi sendo instrumentalizados desde pelo menos 1930. Naquele momento, o anticomunismo nutria-se de inspirações fascistas, e era destinado a combater uma possível influência do ideário bolchevique emanado pela União Soviética. Por isso, naquele contexto as representações anticomunistas podiam ser reverberadas por grupos, líderes e movimentos que pertenciam a três vinculações distintas: o cristianismo, o nacionalismo e o liberalismo.

A força com que o anticomunismo se alastrou pela sociedade brasileira no passado pode ser atestada pelo fato de que esse argumento serviu de justificativa para os golpes de 1937 e 1964 (MOTTA, 2019). A crença na ameaça comunista foi um dos elementos mais importantes para a mobilização golpista que depôs João Goulart, sobretudo porque uniu “grupos que tinham divergências em outras questões, por exemplo, liberais e fascistas” (MOTTA, 2019, p. 82).

Os discursos anticomunistas que são reverberados no presente, porém, estão conjugados com um sentimento antipetista que, durante o golpe contra Dilma Rousseff, foi amplificado por setores direitistas e pela mídia tradicional. No contexto atual, em que vivenciamos um processo eleitoral no qual Jair Bolsonaro buscava sua reeleição, o antipetismo parece ter se consolidado como um elemento fundamental que caracteriza o neofascismo no Brasil – ao menos o neofascismo representado pelos bolsonaristas.

De acordo com Motta (2019), a difusão do antipetismo como arma para fomentar o combate à agenda política progressista representada pelo PT e pela esquerda de maneira geral, contou com a participação de lideranças intelectuais importantes, como filósofos, jornalistas e historiadores. O principal deles foi, sem dúvida alguma, Olavo de Carvalho, um filósofo autodidata cujos vídeos foram amplamente divulgados a partir de 2015, no marco das manifestações a favor do “impeachment”. Carvalho se destacou por utilizar métodos de debate político mais agressivos, que atacavam violentamente alvos de esquerda, destruindo sua credibilidade e empregando estratégias de negacionismo e revisionismo histórico para vulgarizar as interpretações sobre o passado, além de desacreditar análises científicas de historiadores e sociólogos.⁵ Os discursos antipetistas buscaram, ainda, conectar os Estados como Cuba e Venezuela aos governos liderados pelo PT. Para isso, foram criadas expressões como “lulocomunismo” e “comunopetismo” que trouxeram, segundo Motta (2019, p. 87), um rendimento propagandístico ímpar pois alimentaram a crença de que os projetos políticos petistas necessariamente conduziram o país ao fracasso de experiências comunistas anteriores.

A conjugação do anticomunismo ao antipetismo, no caso brasileiro, resultou ser um dos argumentos imprescindíveis na construção da figura do “inimigo” cuja existência, segundo os setores de extrema direita, contamina e degenera a sociedade. A eliminação desse inimigo, projetado pelo uso símbolos como a foice e o martelo, pelo vestuário de cor vermelha, por traços físicos, e por comportamentos sexuais ou políticos (feministas, homossexuais, socialistas, anarquistas), impõe-se como tarefa urgente capaz de ser

⁵ Advém dessas estratégias a famigerada equivalência entre nazismo e comunismo, por exemplo. Além disso, os vídeos de Olavo de Carvalho difundiam uma memória elogiosa do período ditatorial, que pregavam a exaltação de militares e torturadores, como o coronel Brilhante Ustra e a vexação de vítimas dos militares.

executada apenas pelas potencialidades reunidas por grupos e partidos específicos. Assim, constrói-se uma agenda de ações e discursos violentos proferidos contra os supostos “inimigos”, e amplamente difundida e defendida pela extrema direita, que passa a ser executada em práticas cotidianas. Para citar algumas delas, podemos recuperar vários casos em que o grupo Escola Sem Partido acusou professores de “doutrinação comunista” em sala de aula, além do ataque direto contra Judith Butler na ocasião em que ela proferiu uma conferência no Brasil (GOLDSTEIN, 2019, p. 23).

É necessário ressaltar que, do ponto de vista internacional, a construção da figura do “inimigo” vai variar conforme o contexto no qual o neofascismo emerge. De acordo com Michael Löwy (2019), em alguns países muçulmanos - por exemplo naqueles em que o Estado Islâmico ascendeu como força política, militar e religiosa hegemônica – cristãos, judeus, yezhidis e praticantes de religiões de matrizes africanas, como o candomblé e a umbanda, tornaram-se o “bode expiatório”. Já em contextos nos quais as extremas direitas lançam programas de combate à imigração – o caso da França, Espanha, Portugal e Estados Unidos – são incorporados discursos e ações que estimulam a xenofobia e o racismo. Em países da América Latina e do Leste Europeu, em geral mais tradicionais e conservadores do ponto de vista das discussões sobre gênero e dos direitos reprodutivos, o ódio pode ser canalizado contra mulheres e comunidades LGBTQIA+.

Apesar dos traços peculiares identificáveis nos muitos neofascismos espalhados pelo mundo, Michael Lowy chama a atenção para características em comum desse fenômeno e que podem ser identificadas também no caso brasileiro. Uma delas é o uso de slogans locais que expressam o componente ultranacionalista, e, portanto, xenofóbico, de tais forças políticas. Nos Estados Unidos de Donald Trump, tornou-se comum o lema “America First”. Já no Brasil de Bolsonaro e dos bolsonaristas, o slogan “Brasil acima de tudo” denota um nacionalismo extremo e que, na prática, nega um país historicamente marcado por desigualdades sociais e raciais profundas.

Assim, os elementos que caracterizam o que parece ser a forma mais lapidada de um neofascismo encampado pelas extremas direitas no Brasil dos últimos tempos mesclam aspectos novos e velhos. Por um lado, a luta contra a corrupção, por exemplo, tão presente nos discursos e bandeiras dos bolsonaristas, recupera uma tradição dos conservadores desde os anos 1940 (LÖWY, 2019). Já a agenda ultra neoliberal das políticas econômicas de Bolsonaro consiste num ponto de divergência em relação a boa parte da extrema direita, em particular a europeia, que denuncia a globalização neoliberal em nome do protecionismo e do nacionalismo econômico. O neofascismo “à brasileira”, que encontra no bolsonarismo a sua principal válvula de escape, incorpora um programa econômico que se alinha aos interesses imperialistas dos Estados Unidos e defende a abertura dos mercados, além de um modelo de privatizações em áreas estratégicas, como a do petróleo, que beira ao entreguismo. Além disso, articulou setores importantes do legislativo nacional, como os partidos de centro, para a aprovação de reformas impopulares que resultaram na redução dos direitos sociais e previdenciários.

Outro traço inegável do neofascismo brasileiro é o uso da religião como elemento aglutinador das massas (LÖWY, 2019) Os discursos proferidos por líderes de Igrejas neopentecostais que defendem um modelo tradicional de família – heterossexual, monogâmico e patriarcal – e que condenam as relações homossexuais, as pautas feministas e as questões de gênero, tiveram relevância substantiva na conquista da aceitação popular. Em grande medida, a defesa da “família”, da “moral” e da “decência” fornece elementos para combater uma sociedade supostamente degenerada e contaminada pelas esquerdas, pelas “ideologias” de gênero e pela imoralidade sexual. Assim, a ascensão do neofascismo faz-se em meio a um contexto golpista em que os evangélicos “voltaram-se contra o mesmo projeto que mais sistematicamente os cortejou e empoderou” (BURITY, 2018, p. 33). Em

outras palavras, esse setor religioso, beneficiado pela expansão da democracia e pela ampliação de direitos que protegeram as diferentes práticas religiosas, passou a combater os governos do PT a partir de uma ideia que tornou irreconciliável qualquer programa político progressista com sua moral religiosa.

Assim, a retomada dos elementos descritos anteriormente revela que, em cada um dos países no qual o fenômeno do “neofascismo” é, de alguma forma, identificável, nota-se que os grupos de extrema direita mobilizam discursos, preconceitos e estereótipos que ajudam na configuração e na definição de um tipo de “inimigo”. Por isso, disponibilizam e legitimam instrumentos para combater um mal que, em sua concepção, é responsável pela destruição e pela degeneração da sociedade. Não seria arriscado, portanto, afirmar que o “neofascismo” expresso no Brasil nos últimos anos se compõe de elementos próprios e contextuais que reconfiguram um “gênero da política moderna” que ainda está bastante alicerçado pelo que Roger Griffin (2003, p. 231-232) considerou ser a tradução de um fascismo:

[...] inspirado pela convicção de que um processo de total renascimento político, social e cultural (palingenesia) se tornou essencial para pôr um fim a um prolongado período de decadência, expressando-se ideologicamente em formas revolucionárias de um nacionalismo.

Por fim, é preciso considerar que as extremas direitas crescem em contextos nos quais supostamente são necessárias “soluções radicais” para a superação de uma crise (GOLDESTEIN, 2019). Sua presença no Brasil e em outros contextos da América Latina também se situa num momento em que as tendências autoritárias do neoliberalismo foram exacerbadas pelo surgimento dos chamados “governos pós-neoliberais”. Nesse sentido, o autoritarismo da extrema direita na região aparece combinado por uma profunda paranoia anticomunista e um trauma que provocaram os triunfos progressistas no marco de uma democracia eleitoral. Por isso, as extremas direitas latino-americanas se demonstram antidemocráticas, autoritárias, anticomunistas, anti “populistas”, racistas, classistas, além de serem favoráveis a acumulação do capital nacional e transnacional através de políticas ultra neoliberais, e propagar políticas policiais e militares capazes de desatar uma ampla repressão contra opositores (IBARRA; VELADOR, 2021).

O diálogo que se propôs neste artigo, portanto, resultou no avanço da análise sobre a extrema direita no Brasil e na América Latina para além da cronologia proposta primeira por Odilon Caldeira. Com o objetivo de complementar a análise sobre o tema e ampliar sua discussão, buscou-se situar o fenômeno num contexto marcado pelo refluxo dos projetos progressistas, a ascensão de novos elementos que reconfiguram os neofascismos no século XXI e a utilização de novos métodos (as redes sociais), além conteúdos discursivos reciclados (o anticomunismo) e novos (o antipetismo e a moral de um tipo específico de religião). Em grande medida, podem ser esses os fatores que Odilon Caldeira chama “autóctones” em seu trabalho e que denotam as peculiaridades do neofascismo e da composição dos grupos de extrema direita no Brasil, se comparados com os mesmos fenômenos em escala internacional.

REFERÊNCIAS

BARR, Robert R. Populists, outsiders and anti-establishment politics. *Party politics*, v. 15, n. 1, p. 29-48, 2009.



BEINSTEIN, Jorge. *Neofascismo y decadencia*. Tiempos de peligro. México: Plaza y Valdés, 2018.

BERTONHA, João F. Los fascismos em América Latina. Ecos europeos y valores nacionales en perspectiva comparada. In: ROGGERO, Franco S.; BERTONHA, João F. (orgs.) *El fascismo en Brasil y América Latina: ecos europeos y desarrollos*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2013.

BOITO, Armando. Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do Governo Bolsonaro. *Observatorio Latinoamericano y Caribeño*, v. 4, n. 2, p. 8-30, 2020.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder. *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 15-66, 2018.

DE ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Ed.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Editora da Unicamp, 2018.

DE LIMA GRECCO, Gabriela; GONÇALVES, Leandro Pereira. *Fascismos iberoamericanos*. Comercial Grupo ANAYA, 2022.

FADUL, Telmo. Entrevista "A minoria tem que se curvar". *O Tempo*. 22 maio 2011. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/a-minoria-tem-que-se-curvar-1.352269>

FILGUEIRAS, Luiz e DUCK, Graça. O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a esquerda. *Marxismo21.org*, 2019. Disponível: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Luiz-Filgueiras-e-Gra%C3%A7a-Druck.pdf>

GENTILE, Emilio. *Fascismo: historia e interpretación*. Alianza Editorial, 2004.

GOLDSTEIN, Ariel. A ascensão da direita radical brasileira no contexto internacional. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane. *Pensar as direitas na América Latina*. Alameda Casa Editorial, 2019.

GRIFFIN, Roger. Fascism. In: OUTHWAITE, William. *The Blackwell Dictionary of Modern Social Thought*. Londres: Blackwell Publishers, 2003, p. 231-234.

GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. Londres: Pinter Press, 1991

GUAMÁN, Adoración; MARTÍN, Sebastián; ARAGONESES, Alfons. *Neofascismo: La bestia neoliberal*. Siglo XXI de España Editores, 2019.

IBARRA, Carlos Figueroa; VELADOR, Octavio Moreno. Derecha posneoliberal y neofascismo en América latina. *Bajo El Volcán. Revista Del Posgrado De Sociología*. BUAP, v. 1, n. 3, 2021.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil. *Serv. Soc., São Paulo*, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

LÖWY, Michael. “Neofascismo: um fenômeno planetário—o caso Bolsonaro”. *A terra é redonda*, v. 24, 2019.

MARTÍN, Rafael Domínguez. Crisis orgánica, dependencia y neofascismo periférico en América Latina. Ensayo de presentación e interpretación. *Bajo el Volcán. Revista del Posgrado de Sociología*. BUAP., v. 1, n. 3, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In. BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane. *Pensar as direitas na América Latina*. Alameda Casa Editorial, 2021.

PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007

PAYNE, Stanley. *El fascismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2014

TRINDADE, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Rio de Janeiro: Difel, 1974.

ROGGERO, Franco S.; BERTONHA, João F. (coord.). *El fascismo en Brasil y América Latina: ecos europeos y desarrollos*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2013.

SANTOS, Roberto *et al.* Apresentação. In: BORÓN, Atilio *et al.* *América Latina na encruzilhada: Lawfare, golpes e luta de classes*. Autonomia Literária, 2020.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Larissa Jacheta Riberti. Doutora em História Social. Professora Adjunta História Contemporânea. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de História do Ceres, Caicó, RN, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Avenida Ayrton Senna, 900, Apto 1201 – C. Bairro: Nova Parnamirim, Parnamirim – RN. Cep: 59151-600

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.



CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Larissa J. Riberti. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fabio Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 11 de novembro de 2022

Aprovado em: 17 de janeiro de 2023

Como citar: RIBERTI, Larissa J. Os neofascismos no Brasil e na América Latina. Um diálogo com Odilon Caldeira Neto. *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 681-692, set./dez. 2022.



NEOFASCISMO BRASILEIRO E SUAS ARTICULAÇÕES TRANSNACIONAIS: UMA CONTRIBUIÇÃO A PARTIR DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Brazilian Neo-fascism and Its Transnational Links: A Contribution From International Relations

David Magalhães^a

 <https://orcid.org/0000-0002-2956-3646>

E-mail: david.dvdmg@gmail.com

^a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Departamento de Relações Internacionais, São Paulo, SP, Brasil

DEBATE

NEOFASCISMO NO BRASIL/NEO-FASCISM IN BRAZIL/NEOFASCISMO EN BRASIL

RESUMO

Este artigo consiste em um diálogo com o Odilon Caldeira Neto, com base no artigo “O Neofascismo no Brasil, local ou global?”. Duas reflexões são propostas neste breve comentário: primeiramente, procuro inserir as organizações de extrema direita brasileira dentro de um quadro mais amplo e complexo de transnacionalização que se opera no Sistema Internacional com a intensificação da globalização, valendo-me de uma literatura no campo das Relações Internacionais; (ii) No contexto do surgimento da nova direita brasileira, problematizo o enquadramento de alguns atores como neofascistas, dada a estratégia de metapolitização adotada por diversas organizações ultradireitistas no Brasil.

PALAVRAS-CHAVES

Neofascismo. Transnacionalismo. Extrema direita.

ABSTRACT

This paper is a dialogue with Odilon Caldeira Neto, based on his article Neofascism in Brazil, from Local to Global?. Two reflections are proposed in this brief comment: first, I try to insert the Brazilian extreme right organizations within a broader and more complex framework of transnationalization that operates in the International System with the intensification of globalization. For that, I suggest a literature on International Relations International; (ii) In the context of the emergence of the Brazilian New Right, I problematize the framing of some actors as neo-fascists, given the metapoliticization strategy adopted by several far-right organizations in Brazil.

KEYWORDS

Neo-fascism. Transnationalism. Extreme-Right.

Uma das inquietações que movem acadêmicos que atuam na área de Relações Internacionais é o caráter transnacional do mundo em que vivemos. Não são poucos os artigos, livros e publicações que destacam o papel desempenhado por ONGs, empresas, organizações criminosas, grupos terroristas, organizações midiáticas, fundações, *think tanks* e outros atores que cruzam as fronteiras nacionais questionando a centralidade do Estado no Sistema Internacional. Salto aos olhos que, diante da miríade de atores transnacionais que tem recebido a atenção na literatura especializada, pouca atenção tenha sido dada até o momento ao processo de transnacionalização de organizações de extrema direita. O conhecimento é ainda mais parco quando lidamos com o caráter transnacional da extrema direita brasileira. Dando-se conta desta brecha, a pesquisa de Caldeira Neto (2022) lança os primeiros clarões de luz sobre uma área até então pouco tateada. E aqui, sem dúvidas, que reside a mais preciosa contribuição do texto “O Neofascismo no Brasil, local ou global?”.

Isto posto, serão desenvolvidas duas reflexões suscitadas pelo texto:

- 1) A primeira terá o propósito de inserir as organizações neofascistas brasileiras dentro de um quadro mais amplo de transnacionalização em curso no Sistema Internacional desde a década de 1970, período marcado pela intensificação da interdependência global. Para tanto, é imprescindível incorporar no debate proposto por Caldeira Neto (2022) a contribuição de teóricos que se debruçaram sobre o processo de transnacionalização.
- 2) A segunda reflexão problematiza o hipotético enquadramento de organizações ultradireitistas como neofascistas, dado que algumas delas adotaram a estratégia de metapolitização (GRIFFIN, 2003) e se inserem dentro de movimentos radicais de direita, conforme sugere Anna Cento Bull (2012), quando caracteriza a terceira fase de desenvolvimento das organizações neofascistas.

TRANSNACIONALISMO E OS ATORES NEOFASCISTAS

O artigo delimita bem seu objeto. E, nesse sentido, sua preocupação não é estudar a transnacionalização da direita liberal, da direita conservadora moderna ou a direita radical e populista. A atenção de Caldeira Neto (2022) se volta para a extrema direita, mais especificamente a variante neofascista da extrema direita. Como salienta Odilon, neofascismo não é uma mera continuidade do fascismo histórico. Seu caráter grupuscular, anti-institucional e metapolítico (GRIFFIN, 2003) levou, ao mesmo tempo, organizações neofascistas à margem das sociedades onde estão inseridas, por outro lado criou condições favoráveis à sua transnacionalização. Contudo, o ímpeto pela transnacionalização não emana apenas das características que o movimento neofascista assumiu para sobreviver no ambiente hostil do pós-guerra. É preciso salientar que, por si só, a adaptação organizacional e de agenda não explica o porquê de grupos neofascistas, dentro e fora do Brasil, conseguirem se articular em redes transnacionais apenas a partir da década de 1990. Ou seja, para além das questões conjunturais, há diversos constrangimentos estruturais que ajudam a entender o neofascismo como fenômeno global.

No campo das Relações Internacionais, as transformações estruturais que levaram ao protagonismo de atores transnacionais têm sido estudadas desde a década de 1970. O termo foi empregado pela primeira vez por Samuel Huntington (1973) em um artigo dedicado à observação do papel de alguns atores internacionais como *Unilever*, Fundação Ford e Igreja Católica.

Keohane e Nye (1971), pioneiros em conferir ao processo de transnacionalização um tratamento teórico, definiram transnacionalismo como contatos, coalizões e interações

entre atores que ocorrem através das fronteiras, sem, contudo, serem controladas pelos órgãos centrais de política externa dos Estados (KEOHANE; NYE, 1971). **Nota-se, aqui, que há uma correspondência com o caráter anti-institucional das organizações neofascistas, já que todo processo transnacional se faz à margem e, em muitos aspectos, desafiando o controle do Estado.** Naquela conjuntura já se notava a proliferação de atores não estatais, como as empresas multinacionais, que interagiam através das fronteiras, sem o devido controle da maioria dos governos, desafiando a posição estadocêntrica nas relações internacionais. No entanto, essa abordagem começou a receber atenção apenas depois da Guerra Fria, quando o processo de globalização se acelera.

A isso se soma a revolução da informação, ou Terceira Revolução Industrial, que tem tornado a política mundial mais complexa aos protagonistas não-estatais, reduzindo o controle dos governos centrais. A revolução da informação ampara-se, fundamentalmente, nos rápidos avanços tecnológicos nos computadores, nas comunicações e nos programas, o que levou, por sua vez, a uma diminuição radical do custo do processamento e da transmissão das informações. E é sabido que mudanças nos fluxos de informação levam, conseqüentemente, a mudanças importantes em identidades e interesses. E se essa realidade se aplica a tantos atores transnacionais (ONGs, empresas e movimentos sociais), também se aplicaria às organizações de extrema direita.

Autores construtivistas, como Heidi e Alvin Toffler (1995), chegaram a afirmar que a revolução da informação está pondo fim azul organizações burocráticas hierárquicas que caracterizam a era da revolução industrial. À medida que as organizações descentralizadas e comunidades virtuais florescem na internet, elas atravessam jurisdições territoriais e desenvolvem seus próprios padrões de governança. Nye (2009, p. 286) entende que, a depender do ritmo das transformações, estaríamos diante de um “ciberfeudalismo”, com comunidades e jurisdições sobrepostas apelando a múltiplas camadas de identidades e lealdades do cidadão.

No seu artigo, Caldeira Neto (2022) não ignora os efeitos da revolução da informação para a transnacionalização do neofascismo, já que o texto aponta que o processo se encontra “condicionado [...] por questões de ordem técnica (como a utilização da internet)”. Em outros trechos, de forma indireta, sugere a importância estrutural da globalização quando afirma que organizações neonazistas “se nutrem das facilidades dos meios digitais para a interlocução com grupos internacionais e dinâmicas transnacionais.”. No entanto, as condicionantes estruturais baseadas nas profundas transformações produzidas pela globalização — levando atores transnacionais à condição de novos protagonistas globais — merecem uma reflexão mais atenta. Um mundo em que as interdependências globais colocam em xeque a capacidade centralista do Estado também impacta o comportamento, a agenda e os interesses de organizações neofascistas.

Parte de uma geração mais recente de pesquisas do transnacionalismo defende que as redes transnacionais não apenas pressionam os Estados ou estabelecem novas formas de regulamentação global, como também sugerem que a mobilização transnacional apresenta efeitos negativos, identificando atores não estatais violentos, a exemplo do terrorismo, o qual vinha sendo ignorado até então (SCHMITZ, 2007). Naquela ocasião, após o 11 de setembro, as atenções estavam voltadas para o terrorismo jihadista organizado em redes transnacionais, como a Al-Qaeda. Mas, como revelam pesquisas recentes, de 2008 a 2016, o número de atentados terroristas perpetrados por organizações supremacistas brancas articuladas em subculturas online é o dobro dos atentados de grupos terroristas (NEIWERT, 2007).

Além disso, estudos sobre terrorismo e violência política destacam que “consumidores” isolados podem encontrar uma identidade comum por meio de sites de

extrema direita, convencendo-se de que não estão sozinhos, mas sim parte de uma comunidade, ainda que “virtual” (ADAMS; ROSCIGNO, 2005; KOSTER; HOUTMAN, 2008).

Trazendo à tona a abordagem de Cospey (2020) e Andrea Mammone (2001), Caldeira Neto (2022) lembra que uma das características neofascismo do pós-guerra foi a desterritorialização. Isto é, ao invés de reivindicar uma identidade baseada no nacionalismo moderno e emoldurado pelo estado westfaliano, esses grupos passaram a defender um nacionalismo pan-europeísta. O alargamento das fronteiras de identidade que levou a defesa de uma civilização europeia, foi acompanhado, como também apontado por Odilon, de um processo de internacionalização de organizações de inspiração fascista, a exemplo grupos supremacistas brancos, skinheads neonazistas (os autodenominados *White Power*, em especial). O exemplo dado sobre os agrupamentos *White Power* surgidos ao longo dos anos 1980 no Brasil é bastante sugestivo. Como afirmado pelo autor, eles mimetizavam grupos e tendências naziskins internacionais. A imitação *ipis literis*, no entanto, não revela articulação, colaboração e organização em nível transnacional. Isto só se viabiliza a partir das transformações impulsionadas pela globalização após a Guerra Fria, como ilustra o caso da aproximação grupelhos neonazistas brasileiros “com grupos ucranianos como o Batalhão Azov ou, mais especificamente, o *Misanthropic Division*”, como destacado pelo autor.

Outro aspecto catalisou o processo de transnacionalização foi o decisivo papel desempenhado pelas redes sociais nos protestos de movimentos sociais após as turbulências produzidas pela Grande Recessão de 2008. Como ressaltam os estudiosos dos movimentos sociais, a Internet pode desempenhar um papel importante auxiliando os processos de mobilização, reduzindo o custo da comunicação entre um grande número de indivíduos (DELLA PORTA; MOSCA, 2009), resolvendo o problema da liderança e networking, e permitindo a organização de eventos transnacionais e até globais (Petit, 2004). Finalmente, a Internet pode revelar-se um meio eficaz de realizar o conceito de “resistência sem liderança” baseado em uma rede de “células fantasmas” que alguns ativistas da direita radical americana promoveram (LEVIN, 2002). Dentre os inúmeros protestos ocorridos na esteira da crise econômica, os movimentos que tem ganhado destaque situam-se, a maioria deles, à esquerda no espectro ideológico, como é o caso dos Indignados, na Espanha e o *Occupy Wall Street*, nos EUA. A influência das redes sociais nas manifestações que convulsionaram o “Grande Oriente Médio”, conhecidas como Primavera Árabe, também receberam tem sido objeto de discussão acadêmica. Como afirma CAIANI e KRÖL (2014, p. 2), “*existing research on the transnationalization of social movements and the role played therein by the Internet focuses primarily on leftwing and/or religious Islamic organizations*”.

No entanto, pouca atenção tem sido dispensada a articulação movimentos sociais ultradireitistas, a exemplo dos Europeus Patriotas contra a Islamização do Ocidente (PEGIDA, em alemão). Criada em Dresden, em 2014, o PEGIDA é um dos tantos fenômenos que se insere dentro da chamada quarta onda ultradireitista, impulsionada pelo: (1) 11 de setembro de 2001, que disseminou no ocidente um virulento sentimento islamofóbico; (2) Grande Recessão de 2008, que desorganizou a vida social e econômica nos países pertencentes a OCDE e; (3) a crise de refugiados de 2015, que levou milhões de imigrantes africanos e árabes para o continente europeu, principalmente para a Alemanha (Mudde, 2019). Para além de possuir uma agenda preocupada com a “civilização ocidental”, foi a articulação online que possibilitou europeus de diversas nacionalidades a integrarem o movimento. Da mesma forma que a internet foi crucial para que surgisse, em 2015, um PEGIDA canadense, que organizou protestos em Montreal e Toronto, revelando uma organização islamofóbica transatlântica (CARR, 2021).

Manuela Caiani e Patricia Kröl (2014, p. 4), em “The transnationalization of the extreme right and the use of the Internet” observam que “*the development of information and communication technologies and the easing of Europe’s border are the new enablers allowing white supremacists and neo-Nazis to connect and cooperate*”. As autoras defendem que o processo transnacional de trocas e aprendizados desempenha um papel importante no sucesso da extrema direita e na direita radical populista.

METAPOLITIZAÇÃO DA EXTREMA DIREITA BRASILEIRA

Para além do quadro mais amplo de transnacionalização, o texto de Caldeira Neto (2022) suscita outra observação, pertinente, desta vez, ao estudo da ultradireita brasileira. Como o próprio autor observa, citando Anna Cento Bull (2012), vivemos a terceira fase do desenvolvimento do neofascismo, a qual é caracterizada pela relação de neofascistas com organizações de direita radical. Nesse sentido, é válido questionar conexões internacionais realizadas por organizações neofascistas inseridas dentro do movimento bolsonarista. Aqui descarta-se o governo Bolsonaro e a direita radical populista global porque, como afirmado acima, o processo de transnacionalização contorna a inserção internacional realizada pelo Estado por meio da sua política externa.

Como é sabido, o bolsonarismo é um movimento constituído por uma miríade de grupos pertencentes a famílias ideológicas distintas dentro do espectro direitista. Podemos encontrar, por exemplo, grupos tradicionalistas católicos, protestantes fundamentalistas, núcleos inspirados pelo paleoconservadorismo norte-americano e pela alt-right, conservadores burkeanos e neo-integralistas. No entanto, se a metapolitização, como observado por Caldeira Neto (2022), é uma das formas que assumiram organizações neofascistas no pós-Guerra, poderíamos enquadrar como neofascista o projeto liderado por Olavo de Carvalho, o ideólogo que exortou seus seguidores a travar uma guerra cultural contra a hegemonia das esquerdas no Brasil?

Embora não tenha admitido ser tributário da *Nouvelle Droite* francesa, Olavo de Carvalho, desde os anos 1990, defende uma reação “gramsciana” à suposta dominação cultural exercida pelas esquerdas no Brasil. A atitude metapolítica é defendida em obras como “O Jardim das Aflições” (2000) quanto em “Nova Era e Revolução Cultural” (1994), mas também se revela na sua militância, quando criticava, por exemplo, o projeto Escola Sem Partido por priorizar a luta política antes da direita dominar as narrativas no campo ideológico (CARVALHO, 2018).

Com exceção do ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, o termo metapolítica¹ não é empregado com frequência pela ultradireita brasileira. No seu lugar, tornou-se comum o uso de termos como “guerra cultural” ou “marxismo cultural” (CARVALHO, 2000), que nasceram nos circuitos peleoconservadores norte-americanos nos anos 1990 e foram trazidos ao Brasil por Olavo de Carvalho. A diferença terminológica revela a mesma atitude metapolítica, defendida por de Benoist, isto é, de ocupar espaço no debate intelectual e cultural, promovendo uma revolução nas mentes para depois concretizá-la no plano político. Por exemplo, Filipe Martins, Assessor de Assuntos Internacionais da Presidência, louvava o papel de Olavo por ter sido ele o responsável por quebrar a “a hegemonia cultural da esquerda” no Brasil. (Martins, 2021).² É notória a participação crescente de influenciadores da Nova Direita brasileira em rádios, televisões, jornais e editoras.

¹ A esse respeito vale observar que Metapolítica 17 era o nome do blog de Ernesto Araújo.

² Disponível em: <https://twitter.com/filgmartin/status/1039659649321054208>

A esse respeito, o “Brasil Paralelo” representa o projeto metapolítico mais estruturado com o propósito fazer penetrar do debate público nacional as narrativas defendidas pela ultradireita brasileira. Sendo assim, questiona-se em que medida podemos enquadrar a metapolitização da ultradireita brasileira como parte do fenômeno neofascista brasileiro e como essas iniciativas se articulam transnacionalmente. Por exemplo, há diversos registros da interação, por meio de *lives*, entre o ativista da *alt-right* canadense e nacionalista branco, Stefan Molyneux, com Olavo de Carvalho, Felipe Moura Brasil (o ex-aluno de Olavo e editor do *best-seller* olavista “Tudo que você precisa saber para não ser um idiota”) e o ex-ministro do meio-ambiente, Ricardo Salles.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Josh; ROSCIGNO, Vincent. J. White Supremacists, Oppositional Culture and the World Wide Web. *Social Forces*, v. 84, n. 2, p. 759-778, 2005.

CAIANI, Manuela; KRÖLL, Patricia. The transnationalization of the extreme right and the use of the Internet. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, v. 39, n. 4, p. 331–351, 2 out. 2015. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01924036.2014.973050>. Acesso em: 27 fev. 2023.

CARR. Transatlantic Islamophobia: PEGIDA before and during the pandemic. *CARR Insights*, 14 jun 2021. Disponível em: <https://www.radicalrightanalysis.com/2021/06/14/transatlantic-islamophobia-pegida-before-and-during-the-pandemic/>

CARVALHO, Olavo de. *Jardim das aflições*. 2.ed. São Paulo: É Realizações, 2000.

CARVALHO, Olavo de. *Aviso ao Escola Sem Partido*. (15 nov. de 2018). Disponível em: <https://youtu.be/qySuenfRkDk>

CARVALHO, Olavo de. *Nova Era e Revolução Cultural*. São Paulo: Ial/Stella Caymmi, 1994.

COPSEY, Nigel. Neo-Fascism: A Footnote to the Fascist Epoch? In: IORDACHI, Constantin, KALLIS, Aristotle. (eds) *Beyond the Fascist Century*. London: Palgrave Macmillan, 2020.

DELLA PORTA, Donatella; MOSCA, Lorenzo. Unconventional Politics Online: Internet and the Global Justice Movement. In: DELLA PORTA, Donatella. (eds.) *Democracy in Social Movements*. Palgrave Macmillan, London, 2009.

GRIFFIN, Roger. From slime mould to rhizome: an introduction to the groupuscular right, *Patterns of Prejudice*, v. 37 n. 1, p. 27-50, 2003.

HUNTINGTON, Samuel P. Transnational Organizations in World Politics. *World Politics*, v. 25, n. 3, p. 333-368 1973.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph. *Transnational Relations and World Politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

KOSTER, Willem; HOUTMAN, Dick. Stormfront is like a second home to me, *Information, Communication & Society*, v. 11, n. 8, p. 1155–1176, dez. 2008.

LEVIN, B. Cyberhate: A legal and historical analysis of extremists’ use of computer networks in America. *American Behavioral Scientist*, v. 45, n. 6, p. 958–988, fev. 2002.

MAMMONE, Andrea. Revitalizing and de-territorializing fascism in the 1950s: The extreme right in France and Italy, and the pan-national ('European') imaginary. *Patterns of Prejudice*, v. 45, n. 4, p. 29-318, 2001.

NEIWERT, David. Far-right extremists have hatched far more terror plots than anyone else in recent years. *Reveal*, jun. 2017. Disponível em: <https://revealnews.org/article/home-is-where-the-hate-is/>

NYE, Joseph. *Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais*. São Paulo: Gente, 2009.

SCHMITZ, Hans P. *Non-State Actors in World Affairs*. Maxwell School of Citizenship and Public Affairs of Syracuse University. New York, 2007.

TOFFLER, Alvin; TOFFLER, Heidi. *The politics of third wave*. Kansas City: Andrews & McMeel, 1995.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

David Almstadter Mattar de Magalhães: Doutor. Professor, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Departamento Relações Internacionais/Faculdade de Ciências Sociais, São Paulo, SP, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua São Carlos do Pinhal, 208. São Paulo, SP.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© David Magalhães. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.



PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fabio Morales

HISTÓRICO

Recebido em: 11 de novembro de 2022

Aprovado em: 30 de novembro de 2022

Como citar: MAGALHÃES, David. Neofascismo brasileiro e suas articulações transnacionais: uma contribuição a partir das Relações Internacionais *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 693-701, set./dez. 2022.





O NEOFASCISMO NO BRASIL: ENTRE ESCALAS, ABORDAGENS E HISTORICIDADE

Neo-Fascism in Brazil: Between Scales, Approaches, and Historicity

Odilon Caldeira Neto^a

 <https://orcid.org/0000-0001-5926-528X>

E-mail: odilon.caldeira@ufjf.br

^a Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas,
Departamento de História,
Juiz de Fora, MG, Brasil.

DEBATE

NEOFASCISMO NO BRASIL/NEO-FASCISM IN BRAZIL/NEOFASCISMO EN BRASIL

RESUMO

Esta réplica busca refletir sobre o artigo "Neo-fascism in Brazil, from local to global?" a partir dos comentários de Camilo López Burian, Carles Viñas Garcia, David Magalhães, Fábio Gentile, Gisela Pereyra Doval & Gastón Souroujon, Janaína Martins Cordeiro e Larissa Jacheta Riberti. A estrutura da réplica está dividida em três pontos fundamentais: a questão das categorias de análise e conceitos mobilizados, a expansão e estrutura do neofascismo no Brasil, as possibilidades historiográficas a partir de questões comparadas, transnacionais e do campo de estudo sobre as direitas.

PALAVRAS-CHAVES

Neofascismo. Extrema Direita. Diretas radicais.

ABSTRACT

This replica aims to think about the article "Neofascism in Brazil, from local to global?" based on the comments of Camilo López Burian, Carles Viñas Garcia, David Magalhães, Fábio Gentile, Gisela Pereyra Doval & Gastón Souroujon, Janaína Martins Cordeiro and Larissa Jacheta Riberti. The structure of this reply is divided in three fundamental parts: the question of the categories of analysis and concepts mobilized, the expansion and structure of neo-fascism in Brazil, the historiographical possibilities from comparative and transnational issues and the field of study on the right wing.

KEYWORDS

Neo-fascism. Extreme-Right. Radical Right.



E uma grande satisfação ter o artigo “Neofascism in Brazil, from local to global?” como objeto de discussão neste número da revista *Esboços*. De igual maneira, é uma honra poder receber comentários críticos e elogiosos de colegas, pesquisadoras e pesquisadores, que são referências e interlocutores cotidianos em meus trabalhos. É bastante fortuito receber estes “olhares cruzados” e interdisciplinares sobre os argumentos desenvolvidos ao longo do texto, de modo que conseguirei avançar, na medida do possível, em algumas questões que, possivelmente, foram preteridas no manuscrito original.

Para dialogar com os comentários ao artigo, este texto está estruturado em três eixos fundamentais, de modo a articular as reflexões trazidas, assim como o diálogo com as autoras e os autores. O primeiro item delineado busca dialogar a partir das categorias de análises (e conceitos norteadores) no campo de estudo das direitas radicais e extremadas. O segundo argumento busca pensar a particularidade do neofascismo em torno de sua historicidade, no caso brasileiro, assim como uma maior amplitude analítica, incorporando outros fenômenos das direitas brasileiras organizadas nas últimas duas décadas. Por fim, o último item tem, por objetivo, pensar questões de escalas e métodos de análise, lidando, a partir de uma particularidade historiográfica, com questões como o comparativismo, o transnacionalismo e a historiografia das direitas brasileiras.

O ponto inicial tem como mote a discussão sobre as interfaces e os limites dos expoentes do neofascismo, no Brasil, com uma realidade política mais ampla e mais urgente, qual seja a formação do fenômeno bolsonarista e o governo de Jair Bolsonaro. Nesse sentido, o argumento de Camilo López Burian, em “Apuntes sobre pensar el neofascismo brasileño en clave global” é pertinente em relação aos limites do neofascismo, como categoria de análise, para o olhar mais amplo da conjuntura brasileira mais recente.

A categoria “derecha neopatriota”, trabalhada largamente por José António Sanahuja e Camilo López Burian (2020; 2021) é um instrumento de grande capacidade heurística para dar conta do surgimento das direitas marcadas, nas últimas décadas, pela postura antiglobalista e de contestação à ordem liberal. Certamente, é possível perceber algumas características de continuidade (ou, ao menos, de diálogo) destas com os modelos “clássicos” do entreguerras, mas é importante considerar que algumas características dos fascismos carregavam consigo uma particularidade anti-iluminista que não pode ser equiparada, em totalidade, às reações promovidas por novos atores globais das direitas. Isto é, o olhar sobre as características comuns entre fenômenos atuais e antigos devem ser consideradas, também, a partir daquilo que as difere. Caso contrário, trataríamos de expressões de um eterno retorno.

Em linhas gerais, a comparação não pode ser uma tentação às falsas equivalências. Por mais que os agentes da “internacional reacionária” promovam retomadas de lógicas schmittianas, há novos aspectos – e uma conjuntura global – que trazem particularidades à atualidade. Dessa maneira, a interpretação que advogo é justamente que o olhar sobre o neofascismo tem por objetivo jogar luz à interpretação das continuidades, mas também das rupturas entre as novas e as velhas expressões das direitas. Afinal, se as organizações neofascistas constroem interlocuções geralmente episódicas com as lideranças do campo global das direitas, os limites desse associativismo são, possivelmente, atribuídos às novas facetas das direitas.

Nesse sentido, a distinção entre direitas radicais e extremadas pode ser útil para compreender essas tensões e colaborações. Concordo, contudo, com o argumento trazido por autores como Steven Forti (2021), pois as “esquerdas radicais” e “direitas radicais” não podem ser objetos de falsas equivalências, pois, não raramente, a primeira projeta discursos em busca de ampliação das democracias (em torno de grupos minoritários, defesa dos direitos humanos etc.), enquanto as direitas radicais apresentam um modelo

restritivo e cerceado que, em prática, pode ser uma via expressa para regimes autoritários. Talvez, um caminho viável seja entender a ultradireita como um processo entrelaçado às crises democráticas, no qual as duas categorias (radical e extrema) forneçam caminhos e facetas distintas para um mesmo e hipotético fim, ou uma certa cosmovisão partilhada.

No mesmo caminho, concordando com as críticas trazidas por Gisela Pereyra Doval e Gastón Souroujon (“Na trilha neofascista do governo Bolsonaro”) sobre uma razão iliberal que fornece um corte transversal nestas experiências distintas da ultradireita, compreendo que certamente há uma diferença em vários termos entre elas, tais como a relação com o neoliberalismo, o papel do Estado, os mitos políticos, e assim por diante. Contudo, o olhar baseado na realidade brasileira propõe possibilidades investigativas, que advogo como uma fortuna crítica.

O primeiro argumento é que, no caso brasileiro, a interface entre grupos distintos da ultradireita, como sendo uma característica fundamental do bolsonarismo, forneceu um sentido de coalizão interna ao longo dos últimos anos. Isso, inclusive, possibilitou o ingresso de grupelhos e lideranças neofascistas em um núcleo expandido do bolsonarismo. Em segunda ordem, ainda que seja possível concordar com os autores sobre a genealogia conservadora de Bolsonaro, compreendo que a amplitude do fenômeno envolve a retomada de elementos de uma historicidade propriamente dita das práticas da extrema direita brasileira, ultrapassando limites (mas incorporando facetas) do campo conservador. Afinal, o bolsonarismo se apresentou como um fenômeno massificado e de ambição mobilizadora, o que contrapõe as práticas propriamente ditas da política conservadora brasileira. A utilização da lógica amigo-inimigo, retomando o argumento trazido por Camilo López Burian, pode ser um ponto para o aprofundamento desta questão.

A partir disso, a interpretação do fascismo como uma “cultura política”, que incorporo na delimitação do neofascismo, fornece uma leitura pertinente sobre mitos e ritos de mobilização constante. É justamente nestes espaços e lógicas que o histórico da extrema direita, notadamente de inspiração fascista, que esse discurso sofre uma espécie de reificação. Contudo, é necessário estabelecer uma baliza distintiva.

O neofascismo, tal qual o modelo e categoria de análise manejado em meu artigo, possivelmente não dá conta da amplitude dos elementos de uma cultura política fascista presentes no amplo domínio da ultradireita brasileira, particularmente àquela convergente ao projeto e governo bolsonaristas. Mas isto não implica, por extensão, que Jair Bolsonaro e o bolsonaristas sejam exclusivamente integralistas. Em alguns casos, essa comparação poderia soar grosseira.

Mas é justamente no terreno das características das aproximações com o fascismo e o campo neofascista, que é possível pensar essas tramas de diálogos, inspirações e aspirações que fornecem trânsitos que ultrapassam os limites entre direitas radicais e extremas. Para isso, é pertinente pensar a partir das reflexões de David Magalhães em “Neofascismo brasileiro e suas articulações transnacionais: uma contribuição a partir das Relações Internacionais”, pois justamente está interessado em uma seara que ultrapassa a política formal, propriamente dita.

O edifício cultural do bolsonarismo, sintetizado, em grande medida, pela liderança de Olavo de Carvalho, possivelmente dialoga com os cânones e estratégias da metapolítica de origem na Nouvelle Droite. Faço uso do termo “possivelmente”, pois a persona de Olavo de Carvalho não raramente evitava fazer concessões intelectuais a pensadores e lideranças contemporâneas, de modo a garantir um certo ineditismo em suas leituras e estratégias. Contudo, me parece pertinente trazer em discussão se essa “postura” essencialmente cultural foi tributária quase exclusivamente da metapolítica vinda da Nouvelle Droite, ou se incluiu dois componentes de grande importância no fenômeno Olavo de Carvalho. O primeiro, seria corrente tradicionalista, que cumpriu intersecções com o

neofascismo global, mas manteve autonomia intelectual e organizativa (SEDGWICK, 2020). Além disso, a direita cristã, sobretudo dos EUA, pode fornecer um cabedal mais efetivo, inclusive por conta da proximidade geográfica, sem falar nas interfaces com a questão religiosa (CASARÕES, 2022).

Em linhas gerais, esta é uma hipótese que merece ser desenvolvida com atenção, considerando essas modulações em torno de aspectos conjunturais, inclusive em tópicos como as sociedades pós-industriais e, particularmente, as reações à direita aos novos movimentos sociais. Além disso, seria proveitoso incluir essa questão no debate sobre a Nouvelle Droite, a metapolítica e a identidade europeia como fenômenos dissociados do campo neofascista, como sugere parte da bibliografia sobre o tema (ZUQUETE, 2018). Sinteticamente, creio que seja necessária uma análise comparada, relacionando elementos da História Conceitual do Político e da História Intelectual, para entender os possíveis limites dessas aproximações entre uma metapolítica neofascista e uma hipotética metapolítica da ultradireita brasileira.

Ainda sobre o neofascismo, o texto de Larissa Jacheta Riberti (“Os neofascismos no Brasil e na América Latina. Um diálogo com Odilon Caldeira Neto”) traz aspectos importantes para pensar a particularidade da América Latina nos fenômenos mais recentes das expansões das extremas direitas. Este é um ponto fundamental, pois a América Latina não pode ser vista como mera reprodutora de modelos internacionais.

Concordo em grande medida sobre o trânsito histórico entre o anticomunismo, o antipetismo, o imaginário da Guerra Fria como componentes reativados para dar conta de novas demandas, impulsionadas fortemente pela crise econômica e das problemáticas do neoliberalismo. E as particularidades do modelo econômico bolsonarista não podem ser negligenciadas, pois foram um forte componente para a possibilidade concêntrica e aglutinadora do processo eleitoral de Jair Bolsonaro.

Tenho ressalvas, contudo, a entender esse fenômeno como um “neofascismo à brasileira”. A busca pela particularidade brasileira é importante, sem dúvida, para dar conta de questões como etnicidade, diversidades e assim por diante, mas creio que possa trazer limites interpretativos à própria categoria neofascismo. Em outros momentos históricos, outras expressões das direitas brasileiras também foram classificadas como fascistas ou neofascistas: o Estado Novo de Getúlio Vargas, a ditadura civil-militar de 1964, ou mesmo projetos políticos como o Prona, de Enéas Carneiro.

Comparativamente, qual seria, nestas expressões pretéritas, o ponto assimilável ao projeto e contexto político incorporado na candidatura e governo Bolsonaro? Há limites, penso. Por essa razão, a sugestão de olhar o neofascismo como um fenômeno matizado busca dar conta não apenas de um esforço em esmiuçar o próprio “neofascismo tardio”, mas também para entender quais são as suas possibilidades e limites de interlocução com o campo da ultradireita. Relações, certamente há. Mas é necessário mensurar detalhadamente esse fenômeno.

Em outra via, mas tratando sobre o neofascismo, o comentário de Fábio Gentile em “A gênese do neofascismo e o caso brasileiro. Reflexões à margem do artigo de Odilon Caldeira Neto” suscita algumas questões que, por escolha individual, procurei não aprofundar extensamente no artigo. Ainda que esteja manifesto o entendimento do “neofascismo tardio”, existe um projeto político que merece ser analisado com atenção em torno da discussão conceitual entre neofascismo e pós-fascismo: o Partido de Representação Popular (PRP). Este é um debate importante a ser colocado, justamente porque fornece uma similaridade temporal com o caso paradigmático do Movimento Social Italiano, assim como a discussão conceitual trazida por autores como Piero Ignazi (1994). Seria o PRP uma via frustrada de neofascismo, obliterada pelo contexto da Guerra Fria e da turbulência política concretizada em 1964? É uma questão a se avaliar com atenção.

Por fim, mas não menos importante, as questões de métodos, métricas a perspectiva historiográfica me auxiliam a pensar o problema de pesquisa, mas também o próprio campo de estudos. O olhar comparado proposto por Carles Viñas em “Neofascismo en España, una tentación con vocación renovadora inconclusa” joga luz sobre uma questão fundamental.

Tal qual o caso brasileiro, muitas das transições democráticas tardias colocaram limites às articulações e reproduções “pujantes” das formatações políticas do campo neofascista global. Olhando de maneira cruzada e comparada, entre Brasil e Espanha, muitas destas questões ficam nítidas. Poderíamos, eventualmente, tratar a partir de processos globais distintos do neofascismo? Isto é, haveria uma sincronia temporal em dois principais modelos – um mais periférico, outro mais central – que se encontrariam a partir da revolução tecnológica? Esta seria uma hipótese.

A defesa de uma história global do neofascismo é, por extensão, a compreensão de várias histórias do neofascismo, que lidam com questões também globais, como a própria globalização, mas de tema ligados às experiências dos fascismos e autoritarismos do século XX, como traumas coletivos e transições democráticas. E o local também cumpre função central, pois questões religiosas (como a raiz católica, na Espanha) ou mesmo étnicas (como o mito da democracia racial, no Brasil), impõem tempos e espaços distintos nas interlocuções neofascistas. Talvez, um olhar cruzado entre Europa e América Latina possa trazer pistas para o entendimento deste problema de pesquisa.

Essa percepção incorpora, em grande medida, as críticas trazidas por Janaína Martins Cordeiro em “Neofascismo no Brasil: o local, o global e as circulações”. Além da tensão entre local e global, a história do neofascismo precisa lidar com as conexões, que são pontos de retomadas de questões pretéritas, como o transnacionalismo das direitas, mas também de uma formação de quadros intelectuais que serão apropriados pelos expoentes mais recentes. A circularidade, aqui, cumpre papel fundamental, pois fornece conexões no campo político e intelectual, assim como em torno dessa historicidade reivindicada.

Um outro ponto a destacar, na minha leitura, diz respeito ao campo de estudo das direitas. Certamente, a historiografia das direitas é um universo bastante consolidado, seja no Brasil ou no exterior. Contudo, nos últimos anos, particularmente no Brasil, este campo sofreu um intenso crescimento. Em primeiro lugar, penso que isso diz respeito à dimensão global do fenômeno, mas também à particularidade do bolsonarismo e os extremismos de direita. Se as produções aumentaram vertiginosamente, assim como a demanda social para pesquisadoras e pesquisadores ocuparam o debate público, em termos práticos, o fim do governo Bolsonaro será um momento de reavaliação dessas produções. Nesta agenda, os grupos e redes de pesquisadoras e pesquisadores serão fundamentais para qualificar ainda mais o debate.

Se durante décadas, foi necessário justificar a viabilidade do campo de estudo sobre as direitas, tudo leva a crer que este tempo é passado. Creio que os próximos anos serão fundamentais para a construção de consensos, balanços sobre categorias e conceitos (tais como bolsonarismo, ultradireita e o próprio neofascismo), e a qualificação. Por essas razões, agradeço aos comentários e críticas, e espero que consigamos proporcionar, coletivamente, essa necessária interlocução qualificada de um campo em plena expansão.

REFERÊNCIAS

CASARÕES, Guilherme. O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder. *Journal of Democracy*, ano 11, n. 2, 2022, pp. 7-44.

FORTI, Steven. *Extrema derecha 2.0: Qué es y cómo combatirla*. Madrid: Siglo XXI, 2021.

IGNAZI, Piero. *Postfascisti? Dal Movimento sociale italiano ad Alleanza nazionale*. Bolonha: Il Mulino, 1994.

SANAHUJA, Juan Antonio; LÓPEZ BURIAN, Camilo. Las derechas neopatriotas en América Latina: contestación al orden liberal internacional. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, Barcelona, n. 126, pp. 41-64, 2020.

SANAHUJA, Juan A.; LÓPEZ BURIAN, Camilo. Latin American neo-patriot far-right: Between the crisis of globalisation and regional political processes. In: PEREYRA, Gisela; SOUROUJON, Gaston. (eds.). *Global Resurgence of the Right*. London: Routledge, 2021. p. 98-122.

SEDGWICK, Mark. *Contra o mundo moderno: O Tradicionalismo e a história intelectual secreta do século XX*. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

ZUQUETE, José P. *The Identitarians: The Movement against Globalism and Islam in Europe*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2018.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Odilon Caldeira Neto: Doutor em História. Professor adjunto, Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Juiz de Fora, MG, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Gabinete C-IV-38, Rua José Lourenço Kelmer, S/Nº - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36036-900.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.



CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Odilon Caldeira Neto. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fabio Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 2 de janeiro de 2023

Aprovado em: 4 de fevereiro de 2023

Como citar: CALDEIRA NETO, Odilon. O neofascismo no Brasil: entre escalas, abordagens e historicidade. *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 702-709, set./dez. 2022.



LA CIRCULACIÓN DE IMÁGENES Y SU PAPEL EN EL MOVIMIENTO ANTIFASCISTA TRANSNACIONAL: EL CASO DE LAS FOTOGRAFÍAS DE LA GUERRA CIVIL ESPAÑOLA EN EL PERIÓDICO CHILENO *LA MUJER NUEVA* (1936-1939)

The Circulation of Images and Their Role in The Transnational Antifascist Movement: The Case of The Photographs of The Spanish Civil War in The Chilean Newspaper *La Mujer Nueva* (1936-1939)

Valeria Alejandra Olivares-Olivares^a

 <https://orcid.org/0000-0002-2959-6050>

E-mail: olivares.val@gmail.com

^a Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Instituto de Historia, Viña del Mar, Chile.

Juan Camilo Riobó-Rodríguez^b

 <https://orcid.org/0000-0001-6193-2387>

E-mail: riobojuanca@gmail.com

^b Investigador autónomo, Viña del Mar, Chile.

RESUMEN

Las imágenes poseen el valor de mostrar/ocultar aquello que retratan; por ello, son una construcción histórica y no un reflejo de la realidad. Bajo esta premisa, analizamos un conjunto de fotografías de la Guerra Civil Española (1936-1939) que circularon en La Mujer Nueva, periódico del Movimiento Pro Emancipación de las Mujeres de Chile, durante el transcurso del conflicto. Proponemos que el estudio de la circulación de imágenes y su impacto en la construcción de canales de comunicación, en tanto fenómeno transnacional, es un aporte significativo al conocimiento de cómo se construyó el movimiento antifascista latinoamericano y su relación con el europeo. Metodológicamente, a partir del estudio de este corpus visual, consideramos que fueron tres los contenidos que articularon las imágenes publicadas: la infancia asesinada; la mujer masacrada y el impacto sobre la maternidad. Lo anterior nos permite concluir que estas fotografías fueron importantes en la forja del movimiento antifascista transnacional de la segunda mitad de los treinta, red que promovió la toma de conciencia sobre los efectos del fascismo y visibilizó sus consecuencias en la población civil, especialmente, mujeres y niños.

PALABRAS CLAVES

Antifascismo. Fotografía. Feminismo.

ABSTRACT

Images have the value of showing/hiding what they portray; therefore, they are a historical construction and not a reflection of reality. Under this premise, we analyze a set of photographs of the Spanish Civil War that circulated in La Mujer Nueva, newspaper of the Movimiento Pro Emancipación de las Mujeres de Chile, during the course of the conflict. We propose that the study of the circulation of images and its impact on the construction of communication channels, as a transnational phenomenon, is a significant contribution to the knowledge of how the Latin American anti-fascist movement was built and its relationship with the European one. Methodologically, from the study of this visual corpus, we consider that there were three contents that articulated the published images: murdered childhood; the massacred woman and the impact on motherhood. This allows us to conclude that these photographs were important in forging the transnational anti-fascist movement of the second half of the 1930s, by promoting awareness of the effects of fascism and making visible its consequences on the civilian population, especially women and children.

KEYWORDS

Antifascism. Photography. Feminism.



El siglo XX estuvo marcado por diversos conflictos bélicos que motivaron la creación de movimientos de apoyo y resistencia. En el caso particular de lo ocurrido en las décadas de 1920 y 1930 con los regímenes totalitarios de Italia, Alemania y España, una diversidad de sujetos –entre los que destacaron conservadores, liberales, socialistas y feministas–, los significaron a partir de la oposición de dos fuerzas: fascismo/antifascismo. En el presente artículo nos interesa especialmente este último.

La historiografía del movimiento antifascista se ha centrado en el periodo de 1922 a 1945 en Europa Occidental.¹ Para Hugo García esta se divide en cuatro paradigmas: mítico, revisionista, postrevisionista y transnacional² (GARCÍA, 2015, p. 237-238). Así, estudiar el antifascismo como un movimiento transnacional nos permite analizar los canales de comunicación, redes y circulación de individuos e ideas que le dieron forma en diversos países; a la vez, de poner a prueba el valor de esta perspectiva que durante la última década no ha estado ajena a controversias (GARCÍA, 2016).

Esta adopción de lo transnacional, en tanto marco conceptual para la disciplina histórica (IRIYE, 2007, p. 373-376), ha sido abordado desde diversas miradas. Barbara Weinstein propone que la perspectiva transnacional se enfoca en las interacciones que a nivel global desafían el predominio de la nación como categoría articuladora. Así, lo transnacional atiende a redes, fenómenos y procesos que traspasan las fronteras sin que ello implique homogeneización. No obstante, no busca reemplazar a lo nacional, sino profundizarlo, al examinar aquellos procesos que antes eran entendidos solo a partir del contexto interno de un país (WEINSTEIN, 2013, p. 4).

Sandra Kuntz (2014) amplía el campo de análisis, al diferenciar la perspectiva transnacional de los fenómenos transnacionales. Si bien aclara que este contraste podría considerarse excesivo, posee un sustento metodológico. La perspectiva se refiere a una mirada supranacional, por lo que cualquier tema es potencialmente transnacional; en tanto, los fenómenos transnacionales “implican movimiento del objeto de estudio a través de las fronteras” (KUNTZ, 2014), por lo que aquello que se estudia está caracterizado por la circulación y el flujo.

Por su parte, Beatriz Figallo y María José Henríquez (2020) conceptualizan lo transnacional como lo que atiende a la agencia de los sujetos para “intervenir y posicionarse frente a asuntos de impacto global como las decisiones y debates políticos, considerando sus emergencias –fugaces e incoherentes en muchas ocasiones– en distintos ámbitos espaciales” (FIGALLO; HENRÍQUEZ, 2020, p. 3). Así, diferencian esta perspectiva de otros enfoques similares como la historia de las relaciones internacionales, el método comparativo, la historia global, la historia entrecruzada y las historias conectadas (FIGALLO; HENRÍQUEZ, 2020, p. 1-17).³

¹ Destacando el “Congreso Mundial Contra la Guerra” (Ámsterdam, 1932); el “Congreso Internacional de Trabajadores Antifascistas” (París, 1933); la creación del “Comité contra la Guerra y el Fascismo” (1933); la conformación de la estrategia de Frentes Populares (1935); la Guerra Civil Española (1936-1939); y la Segunda Guerra Mundial (1939-1945), como sus principales hitos.

² Para el autor, el primero de ellos resultó en el relato heroico de las memorias de los principales líderes del movimiento, varios de los cuales se convirtieron en precursores de las democracias de posguerra entre 1945 y 1970. En tanto, la historiografía “revisionista” se caracterizó por poner al centro el impacto del comunismo en la conformación de grupos antifascistas, perspectiva que adquirió mayor fuerza desde la década de los setenta y que tuvo como punto culmen *El pasado de una ilusión* de François Furet, publicada en 1995. Como crítica, la corriente “postrevisionista” promovió el análisis del fenómeno desde la pluralidad de movimientos, identidades y prácticas que se concibieron como tales. En tanto, lo transnacional analiza las implicaciones del fenómeno más allá de las fronteras de las naciones.

³ Si bien las autoras reconocen los vínculos entre estos enfoques, sobre todo en las coincidencias de estudiar fenómenos más allá de lo nacional, consideran que la historia de las relaciones internacionales es una perspectiva más tradicional que se enfoca en los Estados. El método comparativo se centra en la búsqueda de elementos comunes entre dos o más realidades. La historia global plantea una reconstrucción a escala planetaria de temas históricos, objetos y fenómenos. La historia entrecruzada se centra en las interacciones entre diferentes sociedades, culturas y actores. Las historias conectadas serían aquellas que proponen descubrir la interacción entre lo local-regional y lo supra regional “reparando de soslayo en la identificación de las conexiones más o menos ocultas o simplemente inadvertidas”.

Como parte de estas nuevas miradas, en América Latina la historiografía sobre el antifascismo se ha desarrollado gracias al impulso de los estudios postrevisionistas y transnacionales de principios de siglo (BISSO, 2000/2001; OLIVARES, 2022, p. 4-6). Sin embargo, estos se han centrado en el análisis político, por lo que consideramos que el estudio de la circulación de imágenes y su impacto en la construcción de canales de comunicación, en tanto fenómeno transnacional en palabras de Kuntz, es un aporte significativo al conocimiento de cómo se construyó el movimiento antifascista latinoamericano y su relación con el europeo.

Bajo estos parámetros, nuestro objetivo es estudiar las fotografías del bando republicano que circularon durante el desarrollo de la Guerra Civil Española (GCE), como parte del proceso de construcción del movimiento antifascista transnacional. Para ello, se analizan las fotos publicadas en *La Mujer Nueva (LMN)*, periódico del Movimiento Pro-Emancipación de las Mujeres de Chile (MEMCh).

A nivel metodológico, estas imágenes impresas en un periódico son analizadas de dos formas. Por una parte, desde el proceso de selección que filtra las imágenes que se muestran según la línea editorial, la lógica interna y los intereses informativos de la publicación. Por otra, a través del análisis de la imagen propiamente tal, dentro del soporte documental, con sus elementos técnicos, retóricos y contextuales⁴ (VILCHES, 1987; BURKE, 2005; SONTAG, 2021; DEL CASTILLO, 2012; RIOBÓ, 2020).

En este sentido, proponemos como hipótesis que las fotografías publicadas en *LMN* dan cuenta de las intencionalidades y los usos políticos locales que las mujeres del MEMCh hicieron de aquellos elementos que circularon en la red comunicacional del movimiento antifascista transnacional. Estos usos, atravesados por una dimensión política y de género, privilegiaron mostrar los efectos negativos de la GCE en la niñez y la maternidad, como una manera de construir activamente un sentido de humanidad que las distanciara del fascismo. Por esto, el presente estudio adopta la doble noción de lo transnacional, como perspectiva para analizar al movimiento antifascista más allá de las fronteras de una nación en particular y como noción de que las imágenes que circularon son en sí mismas un fenómeno transnacional.

El texto se articula en tres apartados. El primero de ellos está dedicado a comprender los elementos centrales que hicieron posible la circulación de fotografías del bando republicano en América Latina durante el desarrollo del conflicto. El segundo estudia la manera en que fue informada la guerra en la prensa chilena, en general, y en *LMN*, en particular. El tercero comprende el análisis de las fotografías publicadas en dicho periódico a través de tres contenidos: la infancia asesinada; las mujeres masacradas y la maternidad durante el conflicto. Finalmente, se ofrece al lector un conjunto de conclusiones respecto al papel de las imágenes en el movimiento antifascista de la segunda mitad de los treinta.

⁴ Respecto a lo técnico, se analizan los pie de foto o *leads*; los actantes o personajes; y la posición, tamaño, sección y número de la página en la que aparece. En cuanto a los elementos retóricos, se destaca la supresión (cortar una parte de la foto para dar énfasis a actantes y situaciones); la adjunción (líneas y círculos que señalan a actantes o escenas); la adjunción sintáctica (juntar dos o más fotos con el fin de construir secuencias para resaltar ciertos encuadres); la adjunción lógica (que busca persuadir sobre la masividad de un evento por medio de fotos que eluden a grandes concentraciones de personas). Los elementos contextuales se refieren a las situaciones enunciadas, a través de la interpretación del mensaje construido por la publicación, su concordancia entre el pie de foto y la imagen, así como, la importancia que tuvo su divulgación.

PRODUCCIÓN, USOS Y CIRCULACIÓN DE LA FOTOGRAFÍA DE PRENSA DURANTE LA GCE

La GCE (17 de julio de 1936-1 de abril de 1939), fue un conflicto bélico que enfrentó al bando republicano (conformado por fuerzas revolucionarias y de izquierda que apoyaban al gobierno de la Segunda República) y al bando insurgente (configurado por los mandos militares sublevados articulados con las derechas contrarrevolucionarias y antirrepublicanas).

Según la revisión de Enrique Moradiellos,⁵ hasta 1960 la historiografía reprodujo su carácter mítico. Por una parte, los franquistas explicaron el conflicto no como una guerra civil –puesto que ello implicaría un equilibrio de fuerzas entre los contendores–; sino como una cruzada por el alma española, que buscó liberar al país del ateísmo y comunismo. En tanto, para los republicanos no fue posible crear una visión unitaria –tanto por la derrota, sus divisiones como por el exilio– y el único elemento que prevaleció fue el de la gesta heroica de una “guerra antifascista” (MORADIELLOS, 2018, p. 21-28).⁶ Este elemento es de suma importancia para comprender la forma en que la GCE fue significada por sus contemporáneos.

Desde 1970, si bien el carácter mítico de la GCE continuó, comenzó a ser analizada como un error fratricida de una generación que no pudo resolver por vía pacífica sus diferencias. Asimismo, la traducción al español de estudios extranjeros,⁷ el declive de la dictadura y la muerte de Francisco Franco en 1975, dieron cabida a nuevos estudios. Es así que en los últimos cuarenta años se ha producido una eclosión bibliográfica que ha convertido a la GCE en un acontecimiento altamente investigado, pasando de visiones simplistas a “esquemas interpretativos más pluralistas y complejos” (MORADIELLOS, 2018, p. 36).

Uno de estos esquemas se refiere a lo que Rafael Pérez ha denominado la disputa entre la historia y la memoria de la GCE. Para el autor estas tensiones, surgidas por los estudios que desde la década de los noventa están dando voz a las víctimas del franquismo, radican en que para una parte de la comunidad de historiadores la memoria es subjetiva y parcial⁸ (PÉREZ, 2022). Una de las conclusiones a las que llega Pérez respecto a la manera de conciliar historia y memoria se refiere al uso de fuentes testimoniales de inicios de la GCE, que dan cuenta del trauma, pero con la distancia que implican las pretensiones de objetividad de la disciplina histórica.

En el marco de estas reflexiones, una de las fuentes con mayor contenido testimonial son las fotografías. Para la especialista Beatriz de las Heras, las fotografías son “un elemento activo de la Historia por su capacidad de influencia, y como documento autenticador por su alto contenido testimonial” (DE LAS HERAS, 2012, p. 11). Así, la autora se ha enfocado en los diversos elementos que explican su circulación durante la GCE, tales como los mecanismos de cobertura y control, la profesionalización del oficio de fotorreportero y los avances tecnológicos.

En cuanto a la circulación, destaca los mecanismos de inspección y el diseño de las normas para controlar el material (DE LAS HERAS, 2014, p. 1-3).⁹ Con este fin, tanto

⁵ Una valoración realizada en el año 2007 cuantificó en 40.000 la cifra de ejemplares escritos sobre la GCE.

⁶ Ya fuese en el bando franquista o en el republicano, estos reprodujeron el discurso de que la guerra fue un evento “inevitable” que zanjó la diferencia irreconciliable entre una España dividida.

⁷ Entre los primeros estudios se destacan *El laberinto español de Gerald Brenan* (1943) traducida en 1962; *Historia de España* de Pierre Vilar (1947) traducida en 1963; y, principalmente, *La guerra civil española* de Hugh Thomas publicada en inglés, francés y español en 1961.

⁸ Santos Juliá, quien fue un referente del “boom” de los estudios históricos de los ochenta sobre la GCE, criticó las indagaciones del movimiento social de la memoria que se basan en estos testimonios por provocar un retroceso a la historia partidaria.

⁹ Los sublevados organizaron una división de fotógrafos, tanto profesionales como aficionados, en la que los censores se encargaron de revisar los negativos, con el objetivo de controlar su circulación. En el caso de los republicanos, se

republicanos como sublevados¹⁰ diseñaron un conjunto de entidades y normativas que pretendieron organizar la labor de los fotorreporteros. A pesar de la imposición de controles, fue difícil inspeccionar a todos los fotógrafos, en especial los extranjeros, que ejercieron su labor con mayor libertad.

En términos prácticos, esta circulación posibilitó la creación de agencias y redes con importantes periódicos europeos y americanos como *Smena* o *L'Humanité*. Con este propósito, Santos Yubero, los hermanos Benítez y los hermanos Mayo, por mencionar algunos, se encargaron de enviar fotografías hasta las agencias internacionales. En cambio, los fotógrafos extranjeros trabajaron de forma directa para influyentes medios internacionales como AP, *Central Press*, *London News*, *Agency Press*, entre otros (DE LAS HERAS, 2009a, p. 145-146).

Con relación a la cobertura en América Latina, esta tuvo dos niveles. Por una parte, aquella propiciada por los grandes medios que accedieron a las fotos de las agencias tomadas de los grandes periódicos europeos y norteamericanos, y adaptadas a sus líneas editoriales. Por otra, hubo rotativos que difundieron fotografías sin reconocer su origen o autoría, por lo que el rol de los fotógrafos fue secundario, desplazados por la urgencia de comunicar los avances en el frente. Así, sindicatos, organizaciones y partidos latinoamericanos afines al bando republicano, difundieron las imágenes proporcionadas por entidades oficiales como las embajadas.

Con respecto al oficio de fotorreportero, si bien confrontaciones como la Guerra ítalo-etíope y la Primera Guerra Mundial contaron con algún tipo de cubrimiento visual, este fue fragmentado y sin profundidad. La GCE terminó por sentar las bases del “corresponsal de guerra”¹¹ y distinguir la trayectoria de fotógrafos profesionales como Robert Capa, Gerda Taro y Walter Reuter, y españoles como Santos Yubero, José María Casariego y Luis Torrentes (de origen uruguayo), entre otros (DE LAS HERAS, 2009a, p. 149).

Para Rafael Tranche otro elemento determinante fueron los avances tecnológicos. El hecho de que las cámaras redujeron su tamaño de forma considerable –de máquinas con pesadas placas que requerían de un trípode para su funcionamiento a modelos pequeños y fáciles de llevar como la *Leica*, la *Kodak* y la *Contax*–, posibilitó la toma de 36 exposiciones seguidas y el uso de la novedosa película de 35 mm (TRANCHE, 2009, p. 85-90).¹² Igualmente, el perfeccionamiento del rotograbado permitió la publicación de imágenes en blanco/negro a precios económicos, lo que ayudó a su circulación masiva en panfletos, pasquines, carteles y revistas.

Cabe resaltar que no todos los fotógrafos accedieron a las nuevas máquinas. Los españoles, quienes se vieron afectados por la dificultad de encontrar insumos y por los altos costos de cámaras como la *Leica* de 35mm, utilizaron la *Graflex*, reconocida por las amplias dimensiones de su fuelle y las dificultades para capturar imágenes con luz.

solicitó a los fotógrafos portar una identificación para realizar reportajes y cubrir las maniobras militares en el frente, hecho por la Delegación de Propaganda y Prensa de la Junta Delegada de Defensa de Madrid, previo al visto bueno de la Unión de Informadores Gráficos de Prensa.

¹⁰ Cabe señalar que para 1938, cuando los sublevados tuvieron la guerra a su favor, se inclinaron por las imágenes en movimiento. Con este fin, fundaron el Departamento Nacional de Cinematografía que realizó un noticiero que alcanzó 18 números y 11 documentales que informaron sobre los avances de la política de Franco. El uso de medios cinematográficos constituyó una tendencia dentro de la política fascista; al disponer de los recursos económicos, Mussolini, Hitler y Franco, emplearon los principales adelantos tecnológicos de la época.

¹¹ Es decir, un fotoperiodista con un rol preponderante en la captura y visibilización de lo ocurrido en la retaguardia y en las zonas bélicas.

¹² A su vez, aparecieron otros importantes accesorios que permitieron realizar fotografías a plena luz del día como los lentes *Sonnar* 50mm F: 2 y F: 15 y 85mm F: 2 producidos por la empresa alemana *Zeiss*. Estos elementos facilitaron la captura de imágenes desde diferentes ángulos y distancias, generando el desarrollo de varias habilidades técnicas y artísticas entre los fotógrafos.

En síntesis, esta multiplicidad de visiones captó la dimensión humana del suceso desde dos vertientes. Por un lado, una oficial en la que los censores controlaron la producción y difusión de fotos afines a sus ideas políticas. Es decir, ambos bandos buscaron temáticas que representaron su visión del conflicto a través de escenas que resaltaron sus valores políticos y cuestionaron las acciones del contendor (DE LAS HERAS, 2009a, p. 158).

Una segunda, conformada por los corresponsales de guerra –en su mayoría extranjeros–, desplazó la visión al combatiente antifascista. Esto significó la aparición de una serie de imágenes con alto valor artístico por el dominio técnico y tecnológico. Así, surgieron notables fotografías que se convirtieron en símbolos de la lucha republicana,¹³ que construyeron a nivel internacional una mirada de la resistencia contra el fascismo.

En este sentido, la serie de eventos ocurridas durante la Defensa de Madrid, que desde 1936 fue bombardeada, convocó a centenares de fotógrafos (DE LAS HERAS, 2009a, p. 151). Esto marcó un hito, pues la mayor parte de las fotografías que circularon en la prensa internacional fueron tomadas allí. En este caso, los cuerpos de las víctimas y la resistencia en las trincheras fueron las escenas predilectas, que se convirtieron en los testimonios de la lucha contra el fascismo (SÁNCHEZ-BIOSCA, 2016, p. 22-23).

LA GCE EN LA PRENSA CHILENA Y EL CASO DE *LMN* COMO ALIADO DEL BANDO REPUBLICANO

Diversos estudios han analizado las implicaciones transnacionales de la GCE en Chile desde la prensa y la propaganda. Un estudio pionero fue la tesis doctoral de Pablo Sapag que postula que Chile fue un espacio de vital importancia tanto para el bando republicano como franquista debido a tres elementos: los términos en que se dirimía la confrontación política en el país debido a la relación entre el Frente Popular Chileno (FPCh)¹⁴ y el Frente Popular Español (FPE); la importancia de la colectividad española residente en Chile; y la crisis de los refugiados producto del recibimiento masivo de españoles en la Embajada de Chile en Madrid.

Para Sapag la labor propagandística fue tan decisiva como la actividad militar, lo que justifica el interés de ambos bandos de ganarse el favor de los gobiernos e influir en las opiniones y comportamientos de los ciudadanos. A partir del estudio de los emisores, mensajes, medios y receptores de la propaganda, sitúa al MEMCh como parte de las emisoras prorreplicanas, destacando a *LMN* como el medio que “reivindicó y difundió el papel de la mujer española en la lucha antifascista” (SAPAG, 1996, p. 181).

Por su parte, la compilación desarrollada por Matías Barchino y Jesús Cano constituye un importante aporte al reunir los escritos de intelectuales de izquierdas y derechas que, mientras transcurrió el conflicto, dejaron testimonio de cómo se vivió la guerra en Chile (BARCHINO y CANO, 2014). En cuanto a la propaganda, el papel de la prensa y el uso de fotografías aseveran que “las revistas ilustradas dedicaron secciones fijas a imágenes de la guerra, mostrando la vida en el frente pero sobre todo a los niños y mujeres víctimas de los bombardeos que tanta huella dejarían en la opinión pública” (BARCHINO; CANO, 2014, p. 35). Dentro del material de propaganda, postulan que las fotografías de los niños muertos en los bombardeos fueron “particularmente impactantes” (BARCHINO; CANO, 2014, p. 31).

¹³ La más representativa es “*The falling soldier*” de Capa.

¹⁴ El Frente Popular fue una estrategia promulgada en el VII Congreso de la III Internacional Comunista de 1935, instancia en la que se decidió que los partidos comunistas del mundo debían conformar coaliciones antifascistas con los partidos de izquierda, incluidos los reformistas burgueses, a fin de detener el impulso de la expansión fascista y nacionalsocialista.

Recientemente, Juan Luis Carrellán indagó en la prensa nacional y cómo informó los primeros acontecimientos de la GCE. Allí, menciona las distintas adherencias de los periódicos, encontrando que *El Mercurio*, *La Unión* y *El Diario Ilustrado* simpatizaron con las fuerzas franquistas, mientras que *El Frente Popular*, *La Hora* y *La Opinión* se posicionaron con el bando republicano (CARRELLÁN, 2017, p. 11).¹⁵ Cabe resaltar que los principales lazos de *LMN* fueron con estos últimos.

LMN fue creado por el Comité Ejecutivo Nacional (CEN) del MEMCh con la finalidad de exponer a sus socias tanto los principios y demandas de su asociación como el acontecer nacional e internacional de las mujeres. Por ello, para comprender la línea editorial de *LMN*, es necesario conocer las circunstancias en las que se formó el MEMCh. Este se fundó el 11 de mayo de 1935 en la ciudad de Santiago, en una reunión convocada por la abogada Elena Caffarena y la periodista Marta Vergara, a la que asistieron mujeres profesionales, militantes de partidos, obreras y dueñas de casa.¹⁶

Su conformación se entiende tanto por procesos internos como externos de las primeras décadas del siglo XX. Por una parte, desde inicios de siglo diferentes asociaciones de mujeres forjaron su lucha por la igualdad. En Chile, una característica que las aglutinó fue sus demandas por la ampliación de derechos, su preocupación por la maternidad y su papel como esposas y madres en la formación de la nación (OLIVARES, 2020, p. 88).

Por otra, surgió en circunstancias económicas, políticas y sociales marcadas por los efectos de la crisis económica de 1929. Esto dio forma a su agenda, definida por su oposición al gobierno de Arturo Alessandri (1932-1938) y por su defensa a la clase trabajadora, representada por los Partido Comunista (PCCh) y Socialista (PS). Asimismo, la estrategia de creación de frentes populares antifascistas impactó en la configuración interclasista del MEMCh, que contó con militantes de los partidos del FPCh, constituido a inicios de 1936, del que el MEMCh fue parte (MILOS, 2008).

Así, marcadas por la tradición organizativa de las mujeres en Chile, por las estrategias de alianza de la centroizquierda y por su defensa de los sectores vulnerables, sus fundadoras se propusieron conformar un frente único, amplio, diverso y nacional de mujeres, distinto de los partidos políticos y las asociaciones femeninas.¹⁷ Si bien la historiografía lo ha destacado como un hito en el movimiento feminista de la primera mitad del siglo XX (GAVIOLA *et al.*, 1986; KIRKWOOD, 1986; ANTEZANA-PERNET, 1997; ROSEMBLATT, 2000; ROJAS; JILES, 2017; ROJAS; JILES, 2019; OLIVARES, 2020), la influencia de su definición como antifascistas ha sido abordada recientemente (OLIVARES, 2022).

En este sentido, *LMN* entrega información valiosa de cómo fue incorporado el antifascismo en su discurso y estrategias, y de qué manera la GCE fue informada desde las imágenes. Editado entre noviembre de 1935 y febrero de 1941, fue proyectado como una publicación mensual; no obstante, su frecuencia no fue sostenida, publicándose

¹⁵ *El Frente Popular* era el órgano del Partido Comunista; *La Opinión* fue un diario de tendencia socialista y *La Hora* fue el órgano del Partido Radical.

¹⁶ El acto fundacional se desarrolló en la Escuela de Leyes de la Universidad de Chile. Gracias al documento "Fundadoras del Movimiento Pro-Emancipación de las Mujeres de Chile" se conoce el listado con las 14 mujeres que dieron inicio al organismo, cada una con sus respectivas profesiones u oficios: 1) Elena Caffarena, abogada; María Durois, estudiante; 3) María Antonieta Garáfulic, escritora; 4) Ana Gómez de Asenjo, dueña de casa; 5) Inés Jarpa, visitadora social; 6) Fernanda Martínez, dueña de casa; 7) Angelina Matte, periodista; 8) Ángela Mena, médico cirujano; 9) María Ramírez, obrera; 10) Tegalda Ponce, médico cirujano; 11) Cristina Vargas, estudiante; 12) Marta Vergara, periodista; 13) Eulogia Román, obrera; 14) Adela Gallo, oficinista. En cuanto a la fecha de fundación, la información presente en el documento "Movimiento Pro Emancipación de las Mujeres de Chile", 1938, p. 2, indica que fue el 11 de mayo, aunque en otras fuentes se menciona el 15 de mayo del mismo año.

¹⁷ Elena Caffarena y María Antonieta Garáfulic, "Carta abierta: A las Mujeres", Santiago, mayo de 1935. ANH, Santiago, Fondo Correspondencia MEMCh, Caja 1, Carpeta 1, 1.

veintisiete números.¹⁸ Esto es relevante, puesto que a pesar de su carácter de impreso autofinanciado e independiente, pudo sostenerse durante más de cinco años. Pensado para un público amplio, conformado en primer lugar por sus socias y simpatizantes, pero también por lectores en general, era discutido en las asambleas a partir de lecturas colectivas.¹⁹

La encargada fue Marta Vergara, periodista de oficio, fundadora del MEMCh, militante del PCCh e integrante del CEN. A inicios de 1930, Vergara se desempeñó como corresponsal en Europa (ANTEZANA-PERNET, 1997, p. 55) y delegada nacional en diversas conferencias, en las que compartió con reconocidas feministas, como Doris Stevens (MARINO, 2014, pp. 650-656). Respecto a su papel como editora, la propia Vergara manifestó que se encargaba de tareas diversas, desde la redacción, la edición de textos escritos por otras colaboradoras, hasta la impresión, distribución y cobro. En sus memorias manifestó que “atendía la correspondencia y escribía al norte y al sur del país para apremiar los pagos. Lo único que no hice fue venderlo en la esquina” (VERGARA, 2013, 151).²⁰

Su distribución, tanto en la capital como en provincias, estuvo a cargo de agentes de venta y socias de los comités. En las provincias se realizó a través del servicio de encomiendas de ferrocarriles, desde la cual se enviaban junto con documentos varios de la asociación. Esto les permitió alcanzar, según datos estimados, un tiraje de 2.000 ejemplares en su primer año (ANTEZANA-PERNET, 1997, p. 15).

Claudia Montero ha clasificado a *LMN* como parte de “la emergencia de las políticas” de la década de 1930. Para la autora, la escritura de periódicos y revistas fue una estrategia que hizo parte de la tradición organizativa de hombres y mujeres que utilizaron la prensa como medio de propaganda y difusión de ideas (MONTERO, 2018, pp. 185-229). De esto dan cuenta sus colaboradoras, entre las que destacaron escritoras e intelectuales chilenas como Delie Rouge y Elvira Santa Cruz Ossa (Roxane); latinoamericanas como las peruanas Aurora Cáceres y Magda Portal, o las españolas María Teresa León²¹ y María Zambrano.²² Por cierto, también publicaron destacadas memchistas como la secretaria general Elena Caffarena, o lideresas obreras como las comunistas María Ramírez, Eulogia Román y Micaela Troncoso.

Desde un inicio, Vergara buscó que *LMN* no aludiera solo a los aspectos internos de la asociación, sino que también a temas relevantes del contexto nacional e internacional. En el caso particular de los temas internacionales, se destacaron la amenaza fascista y la GCE, que dan cuenta de su visión respecto al papel de las mujeres en los movimientos pacifistas y antifascistas de los cuales se tenía poco conocimiento en Chile.

La GCE fue abordada desde la presentación de noticias de los hechos más relevantes del conflicto, pero también con la colaboración de textos literarios, como crónicas, cartas y poemas, en los que destacadas prorrepublicanas plasmaron sus ideas.²³ En ellos abordaron el avance de las tropas antifascistas, la defensa de las labores llevadas a cabo por los republicanos hasta denuncias sobre el accionar de los sublevados entre la

¹⁸ En 1935 se editaron dos números en noviembre y diciembre; durante 1936, diez números, excepto abril y septiembre; en 1937, se editaron seis en marzo, abril, mayo, julio, septiembre y noviembre; en 1938, tres, correspondientes a enero, octubre y diciembre; en 1939, uno en julio; en 1940, dos, en septiembre y noviembre; y en 1941, uno, en febrero. Los 27 números editados –con excepción del número 20 y 24 del que no hay registros– pueden ser consultados en Memoria Chilena: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-75713.html>

¹⁹ Esta práctica de la lectura colectiva queda de manifiesto en la correspondencia del organismo.

²⁰ La publicación dependió de Vergara al punto que, mientras estuvo enferma durante la primera mitad del año 1939, solo se editó un número.

²¹ Quien visitó Chile acompañando a su pareja Rafael Alberti.

²² Quien hizo lo propio a fines de 1936 junto con su esposo Manuel Rodríguez Aldava.

²³ Se destacan los textos de Dolores Ibárruri, La Pasionaria; de Amparo Mom, quien ahondó en su experiencia personal conociendo a Ibárruri en Madrid; y Bernardette Cattaneo, quien aborda las acciones de La Pasionaria y Margarita Nelken.

población infantil y femenina. Esto creó una red de escritoras que se unieron a partir de sus preocupaciones compartidas, como la guerra, la paz y la defensa de la democracia.

En términos generales, las imágenes ilustraron estos textos. En palabras de Barchino y Cano, “la lucha del MEMCh y *LMN* se encarnaba insistentemente en las fotografías que la revista reproducía, acompañadas siempre por textos conmovidos o eslóganes, de niños muertos en los bombardeos por la aviación franquista” (BARCHINO; CANO, 2014, p. 413).

Estas fotografías dan cuenta de los usos de la imagen en la construcción de un antifascismo local relacionado con el movimiento transnacional, al evidenciar cómo se posicionaron frente al fascismo desde su contexto, puesto que existió una selección de los acontecimientos a mostrar y hubo diversas intervenciones político-creativas, que se revisan a continuación.

LAS FOTOGRAFÍAS DE LA GCE QUE CIRCULARON EN *LMN*: MUJERES Y NIÑEZ EN EL CONFLICTO

Durante el transcurso de la GCE se publicaron diversas fotografías relativas al conflicto, entre retratos de mujeres republicanas e imágenes de la “barbarie”. En ellas, la mayoría de quienes aparecían eran mujeres y niños, y los escasos hombres fueron retratados en su rol de padres y esposos. Un elemento que compartieron fue que aparecieron en situaciones de víctimas de la violencia fascista. Esto contrasta con otras imágenes –fotografías, carteles, cine– de mujeres en roles como combatientes en el frente, colaboradoras en la retaguardia (DE LAS HERAS, 2009b) o políticas con una imagen “viril”, como el caso de la “Pasionaria” (LLONA, 2016) que no aparecieron en la publicación.

De un total de 25 fotografías relacionadas con la CGE, nos interesan en particular aquellas que muestran situaciones del conflicto, más que personalidades.²⁴ Bajo este criterio, 18 muestran dichos escenarios, de las cuales hemos seleccionado 6. Metodológicamente, la selección radicó en su representatividad de los tres contenidos que hemos identificado como relevantes para comprender los usos locales de las fotografías: la infancia asesinada; las mujeres masacradas y la maternidad durante el conflicto.

Un elemento en común es que ninguna tiene identificación de la autoría ni la agencia informativa. Esto indica que el MEMCh seleccionó el material de medios oficiales como la Embajada u otros periódicos antifascistas.²⁵ Como se dijo, la difusión en varios medios internacionales generó un abundante mercado de fotos que fueron publicadas de forma masiva sin el reconocimiento debido.

Cabe destacar que previo al estallido de julio de 1936, las imágenes fueron escasas y mostraron otros escenarios, como el caso de un retrato colectivo de mujeres que lucharon en Asturias por la amnistía.²⁶ No obstante, en la segunda mitad el tono referente a la situación española cambió. De una visión en que los sujetos retratados mostraban su capacidad de agencia y su participación política, se pasó a una mirada de la deshumanización perpetrada por el fascismo. Bajo este panorama, a continuación se analizan las fotografías seleccionadas a partir de los tres criterios propuestos.

La infancia asesinada

A seis meses de iniciado el conflicto se publicó la primera fotografía que alude a la infancia asesinada. En la sección denominada “Página española” se muestra un niño

²⁴ Entre las que destacan Dolores Ibárruri; María Zambrano; Lina Ódena y Andrée Viollis.

²⁵ Como los ya mencionados *Frente Popular*, *La Hora* o *La Opinión*.

²⁶ *LMN*, 7, junio de 1936: 1.

muerto bajo el título: “Madres del mundo: lo que ofrece a vuestros hijos el fascismo”. El niño apareció identificado con el número 29 en su pecho y con sangre en la cabeza. El *lead* se centró, entre otros aspectos, en establecer una relación entre el asesinato de niños en España y la situación de los niños en Chile:

Los niños chilenos sin duda alguna sentirán sus ojos humedecidos por las lágrimas al ver el destino terrible de sus hermanitos españoles. Esta es la obra de los rebeldes. Esta es la acción de los facciosos. Esta es la obra que se realiza bajo el signo de la cruz *swástica* y del hacha de lictor; bajo la advocación de la patria, de la cultura y la civilización (LMN, 12, dic. 1936, p. 6).

Fotografía 1: Lo que ofrece a vuestros hijos el fascismo



Fuente: LMN, 12, dic. 1936, p. 6.

Esta imagen hizo parte de una serie de retratos que fueron tomados durante los bombardeos a Madrid a fines de 1936. Las fotografías de niños muertos se publicaron en diversas campañas prorropublicanas en Europa y Latinoamérica, que denunciaron las acciones de los sublevados. En este caso, su circulación en LMN se enmarcó en la exposición de las víctimas y el repudio del carácter criminal del fascismo.

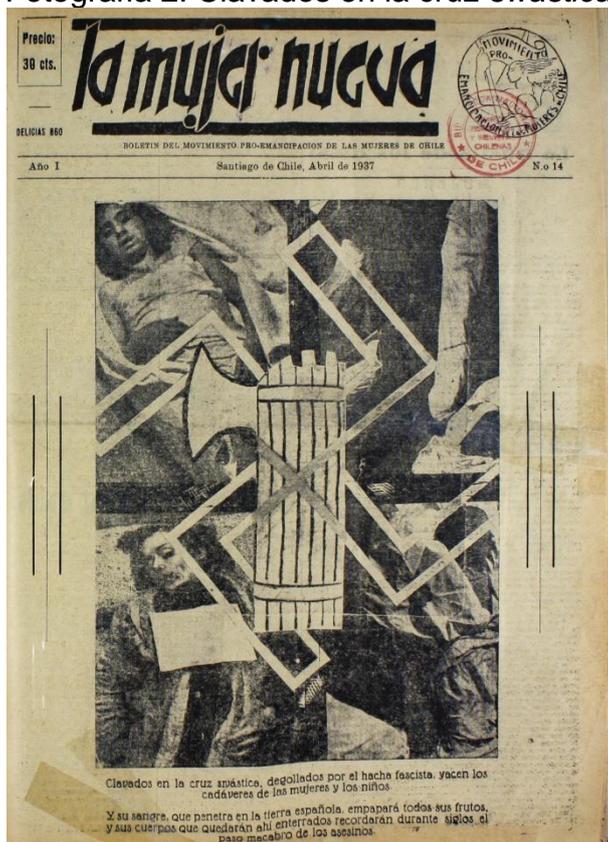
Asimismo, la selección de este tipo de fotos buscó que sus lectoras empatizaran con la situación española, se conmovieran a través de una imagen emotiva que apeló a su rol de madres y se identificaran con la causa antifascista. Cabe destacar que esta fotografía está situada al lado de un texto escrito por la filósofa republicana María Zambrano, quien había llegado a Chile y era recibida en el MEMCh con la exposición de uno de sus textos denominado “La mujer en la lucha española”. En este sentido, la lucha de las mujeres era también la de la protección y el cuidado de la niñez.

Una segunda fotografía –que da cuenta del uso de elementos político-creativos como la adjunción sintáctica–, une cuatro cadáveres, a los que se sobrepuso una cruz gamada y un hacha de líctor, elementos simbólicos ya mencionados en el texto de la imagen anterior. Abajo, parte del *lead* manifiesta: “clavados en la cruz *swástica*, degollados por el hacha fascista, yacen los cadáveres de las mujeres y los niños”.

Tanto en la imagen como en el texto, se presentó al fascismo desde una dimensión deshumanizante. En términos discursivos se le asoció a adjetivos como “macabro” y “asesinos”, incluyendo referencias de su actuar como el degollamiento. En cuanto a su carácter visual, la intervención de la simbología fascista tuvo como propósito enmarcar su carácter criminal, pues al usar sus símbolos y construir una analogía con la violencia, se significó al hacha y la cruz como símbolos de muerte. En este sentido, esta imagen da cuenta tanto de las consecuencias sobre las mujeres como de la infancia asesinada. La exposición de cadáveres de niños prosiguió en ediciones posteriores, pero con menor frecuencia, y estuvieron asociadas a Franco como el responsable de las masacres.

Estas publicaciones tuvieron como fin social concientizar a las memchistas de los peligros del fascismo, mostrando a niños como las principales víctimas de un conflicto del que no fueron parte, y movilizarlas para crear campañas de ayuda al bando republicano, no por una simpatía a su causa bélica, sino a favor de la paz, la democracia y la humanidad.

Fotografía 2: Clavados en la cruz *swástica*.



Fuente: LMN, 14, abril de 1937: 1.

Mujeres masacradas

En esta línea, el segundo contenido se refiere a los efectos de la GCE en mujeres cuyo rol estuvo ligado a lo público, ya fuese como combatientes o como trabajadoras. En la portada del número 13 de marzo de 1937, bajo el título “víctimas del salvaje fascismo

español”, se mostró a dos republicanas momentos antes de ser fusiladas. Si bien se les identifica como “mujeres cogidas por los fascistas con las armas en la mano”,²⁷ sus retratos no las muestran en una situación de combate.

Fotografía 3: Víctimas del salvaje fascismo español

The image is a collage of newspaper pages from 'La Mujer Nueva', dated March 13, 1937. The central focus is a photograph of two women, identified as victims of Spanish fascism. To the left, there are columns of text with headlines like 'Real en la emancipación de la mujer' and 'LIBRAS SOBRE LA AJUDIA'. To the right, another column has the headline 'Víctimas del salvaje fascismo español' and 'Igualdad de derechos establece el Gob. español para hombres y mujeres'. Below the main photo, there's a large graphic with the text 'la mujer nueva' and 'Un caso extraordinario de equilibrio femenino'. At the bottom right, there's a portrait of a woman, likely Eva Curie, with the caption 'Por Eva Curie'. The entire page is filled with dense text and various sub-headings related to women's issues and the political situation in Spain.

Fuente: LMN, 13, mar. 1937, p. 1.

Aunque el lead no entregó mayor información sobre sus identidades, señaló que las capturadas fueron sometidas a diversas vejaciones, entre las que se incluyó el corte de cabello al ras, dejando un pequeño mechón adelante para amarrar una cinta roja. Lo anterior, según lo comunicado por Bernardette Cattaneo, miembro del Comité Mundial de Mujeres contra la Guerra. Con ello, los fascistas intervinieron sus cuerpos menoscabando elementos propios de su feminidad.

En este mismo número, en la sección “La mujer a través del mundo” se publicó dos imágenes que, bajo una supresión y una adjunción sintáctica, son parte de un mismo relato. Con el título “La barbarie fascista en Madrid”, la secuencia muestra un grupo de cinco mujeres sobre el lead “ellas trabajaban alegres”, seguido de una foto de un amplio recinto con varios cuerpos en el piso, rastros de sangre y objetos caídos, a la que se unió el pie de foto “pero Franco pasó por allí”.

²⁷ LMN, 13, marzo de 1937: 1.

Fotografía 5: Por una pascua florida



Fuente: *LMN*, 19, diciembre-enero de 1937-1938, p. 1.

Así, desde inicios de 1938 se mostró una mayor preocupación por la maternidad, en una dimensión que abordó los peligros de la destrucción de la familia y el asesinato indiscriminado de madres, padres y hermanos. Sobre todo, el temor se orientó hacia los huérfanos, que motivó al MEMCh a reforzar su campaña "Por la alimentación y el apadrinamiento de la niñez española" (OLIVARES, 2022).

En la portada de la edición de diciembre-enero de 1937/38, se utilizó uno de los recursos visuales más característicos de *LMN*, relativo a la intervención político-creativa de imágenes a las que se superpuso mensajes antifascistas. Esta mostró a una mujer con un bebé en sus brazos con el título: "Por una pascua florida. Por la Paz, por la alegría de tu hijo que queremos alejar del fascismo y la guerra".

Esta imagen, representativa de aquellas fotografías que mostraron el contraste de la maternidad durante el conflicto, enfatizó la amenaza que representaba el fascismo para sus hijos. Otras intervenciones creativas fueron el fondo florido, representación empleada para construir una imagen contrapuesta a los sublevados, quienes son identificados con ambientes lúgubres. Esta apuesta se fortaleció con la identificación del concepto de guerra/fascismo en oposición a la idea de paz/antifascismo.

Entre 1938 y 1939 se publicaron solo cuatro números. Sumado a esta baja en la frecuencia de *LMN*, producto de la mencionada enfermedad de su editora, las memchistas se concentraron en otras actividades como las campañas de ayuda a los republicanos, las elecciones presidenciales de Chile y su apoyo al FPCh. Es así que la última fotografía de esta selección muestra dicho contraste, cuando a mediados de 1939 la GCE ya había sido perdida por los republicanos. El retrato de una madre española amamantando a un niño, evidencia con su rostro el dolor de la horrible tragedia, bajo el lema: "Madres de Chile, protegéd a vuestros hijos, gritando muy fuerte desde vuestros corazones: abajo el fascismo y trabajad porque así sea".

Asimismo, se refiere a la muerte de hijos inocentes por la “metralla fascista” y la desprotección de los huérfanos en los campos de concentración en Francia. Los textos giraron alrededor del triunfo del fascismo en España y la preocupación por la niñez abandonada. Se resaltó el papel de la madre solitaria y desolada ante el triunfo de los franquistas. Este mensaje fue fortalecido con la invitación a las madres chilenas a luchar contra la expansión del fascismo en el resto del mundo.

Fotografía 6: ¡Abajo el fascismo! Y trabajad porque así sea



Fuente: LMN, 23, jul. 1939, p. 7.

En este sentido, consideramos que las imágenes publicadas en LMN buscaron movilizar a sus lectoras, siguiendo sus principios organizativos junto con la solidaridad internacional, preocupadas por los impactos sociales de la GCE. En otras palabras, la selección de las fotos tuvo como objetivo aunar la dimensión política con la maternidad, que entendemos como una apuesta por politizar a las memchistas sin que su condición de madres pugnara con su posicionamiento como feministas antifascistas, como sí sucedió entre otros sectores conservadores. A su vez, esto fijó en la opinión pública la necesidad de luchar contra el fascismo por otros motivos más allá de lo político o lo económico, como fue la protección de las familias.

CONCLUSIONES

La circulación de imágenes impactó de manera significativa en la construcción del movimiento antifascista en Chile durante la GCE. Por ello, poner el acento en los canales de comunicación tejidos entre Europa y América Latina es una posibilidad para reflexionar

sobre el papel de la fotografía de prensa en el cubrimiento de hechos que tuvieron un impacto global.

En el caso estudiado, uno de los principales hallazgos fue el uso palpable de imágenes para caracterizar al antifascismo desde una dimensión emotiva. Así, las memchistas seleccionaron y publicaron testimonios acordes con su visión sobre la maternidad y la defensa de la mujer.

Asimismo, la existencia de un mercado de imágenes que circularon durante el periodo, convirtieron a la fotografía en un documento vital para la construcción de representaciones que tomaron posición política por alguno de los bandos. Al respecto, el MEMCh acogió la línea editorial republicana, pero mantuvo su mirada crítica al advertir que el triunfo de los sublevados era solo el comienzo. Por ello, se concentraron en el llamado a las chilenas a proteger a sus familias y a la democracia frente al avance del fascismo en el mundo como fin mayor.

En este sentido, sus redes transnacionales estuvieron influidas por la perspectiva feminista del movimiento. Las representaciones del fascismo se construyeron a partir de la figura de Francisco Franco pero advirtieron de un enemigo mayor, que se materializó en un sistema que denigró a las mujeres. Por ende, lo transnacional dialogó con el contexto interno, al considerar al triunfo fascista como una derrota para la sociedad civil chilena y las mujeres en especial.

Finalmente, cabe resaltar que el mayor aporte de este trabajo es complejizar los usos políticos locales, las intencionalidades y los procesos creativos que hubo en contextos locales como el chileno respecto de un movimiento con alcance transnacional como es el antifascista de entreguerras. Así, el análisis de las imágenes de un periódico como *LMN* permite conocer otras miradas analíticas sobre la fotografía y su doble valor de documento social y constructor de representaciones e imaginarios. *LMN* buscó conmovir al caracterizar al fascismo más allá de su ideología política, como una fuerza criminal y deshumanizante, y para ello la selección que hicieron de las fotografías fue fundamental. Por esto, dejaron de lado fotos referentes a las mujeres combativas o en actitudes políticas viriles, para privilegiar a las mujeres y niños víctimas de la guerra. Así, este trabajo recorre un camino para reflexionar sobre los efectos de la GCE en Chile y cómo se tejieron las redes transnacionales del movimiento antifascista, desde testimonios visuales como la fotografía. Aún es importante seguir profundizando en nuevas aristas y conceptos, como la construcción de una cultura visual en torno a conflictos, desde la articulación de local con lo transnacional.

REFERENCIAS

ANTEZANA-PERNET, Corinne. *El MEMCh hizo historia. Movilización femenina en la época del Frente Popular: feminismo, clases sociales y políticas en el 'Movimiento pro Emancipación de las Mujeres Chilenas' (MEMCH), 1935-1950*. Santiago: Fundación Biblioteca y Archivo de la Mujer Elena Caffarena, 1997.

BARCHINO, Matías; CANO, Jesús. *Chile y la guerra civil española. La voz de los intelectuales*. Barcelona: Calambur editorial, 2014. [Edición digital].

BARTHES, Roland. *La cámara lúcida: notas sobre la fotografía*. Barcelona: Editorial Paidós, 2007.

BURKE, Peter. *Visto y no visto. El uso de la imagen como documento histórico*. Barcelona: Editorial Crítica, 2005.



CAFFARENA, Elena, GARAFULIC, María A. Carta abierta: "A las Mujeres". Archivo Mujeres y Géneros, Fondo Correspondencia MEMCh, Caja 1, Carpeta 1, 1, 1935.

CARRELLÁN, Juan L. El golpe militar del 18 de julio en la prensa chilena: una mirada desde el confín del mundo. In: CARRELLÁN, J (org.). *La Guerra Civil Española: estudios y reflexiones desde Chile*. Santiago: Ediciones Centro de estudios Bicentenarios, 2017, p. 1-33.

DE LAS HERAS, Beatriz. Fotógrafos de guerra: la cobertura fotográfica de la Guerra Civil Española en Madrid (1936-1939). *Discursos fotográficos*, Londrina, año 5, n. 6, p. 131-160, enero-junio 2009a. Disponible en: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/2939>. Accedido en: 12 nov. 2022.

DE LAS HERAS, Beatriz. La representación de la mujer en carteles, fotografías y cine documental. Madrid, 1936-1939. *O olho da História*, n. 13, p. 1-14, 2009b. Disponible en: <http://oolhodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/03/beatriz-2.pdf> Accedido en: 16 feb. 2023.

DE LAS HERAS, Beatriz. *El testimonio de las imágenes. Fotografía e Historia*. Madrid: Creaciones Vincent Gabrielle, 2012.

DE LAS HERAS, Beatriz. La (re)presentación de la violencia a través de la fotografía. Mostrar, ocultar, retener, reconducir y utilizar la imagen de la mujer durante la Guerra Civil Española en Madrid (1936-1939). *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, 2014. Disponible en: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/66880>. Accedido en: 15 nov. 2022.

DEL CASTILLO, Alberto. *Ensayo sobre la fotografía del movimiento estudiantil de 1968. La fotografía y la construcción de un imaginario*. Ciudad de México: Instituto Mora/UNAM, 2012.

FIGALLO, Beatriz; HENRÍQUEZ, María J. De lo internacional a lo transnacional: renovación y complejidad en la Historia de las Relaciones Internacionales. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, año 46, n. 1, p. 1-17, jan-abr. 2020. Disponible en: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/32618/19609>. Accedido en: 15 jul. 2022.

GARCÍA, Hugo. Presente y futuro de una ilusión: la historiografía sobre el antifascismo desde Furet, 1996-2015. *Ayer*, Valencia, vol. 100, n. 4, p. 233-247, 2015. Disponible en: https://revistaayer.com/sites/default/files/articulos/100-9-ayer100_generojuventudcompromiso.pdf. Accedido en: 1 ago. 2022.

GARCÍA, Hugo. Transnational History: A New Paradigm for Anti-Fascist Studies? *Contemporary European History*, Cambridge, vol. 25, n. 4, p. 563-572, oct. 2016. Disponible en: <https://www.cambridge.org/core/journals/contemporary-european-history/article/abs/transnational-history-a-new-paradigm-for-antifascist-studies/EFD85E14B95ECF4C09512B9ECF1E2ED2>. Accedido en: 15 ago. 2022.

GAVIOLA, Edda *et al.* *Queremos votar en las próximas elecciones. Historia del movimiento sufragista chileno, 1913-1952*. Santiago: Centro de Análisis y Difusión de la Condición de la Mujer/La Morada, 1986.

KIRKWOOD, Julieta. *Ser política en Chile. Las feministas y los partidos*. Santiago: FLACSO Ediciones, 1986.

KUNTZ, Sandra. Mundial, transnacional, global: Un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, 2014. Disponible en: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/66524>. Accedido en: 15 nov. 2022.

LLONA, Miren. La imagen viril de Pasionaria. Los significados simbólicos de Dolores Ibárruri en la II República y la Guerra Civil. *Historia y política*, n. 36, p. 263-287, 2016. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5772588> Accedido en: 16 feb. 2023.

MOVIMIENTO PRO EMANCIPACIÓN DE LAS MUJERES DE CHILE. *La Mujer Nueva (1935-1941)*. Disponible en: Memoria Chilena: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-75713.html>. Accedido en: 16 jun. 2022.

MARINO, Katherine. Marta Vergara, Popular-Front Pan-American feminism and the Transnational struggle for working women's rights in the 1930. *Gender & History*, año 26, n. 3, p. 642-660, nov. 2014. Disponible en: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-0424.12093>. Accedido en: 30 ago. 2022.

MILOS, Pedro. *El Frente Popular en Chile. Su configuración: 1935-1938*. Santiago: Editorial Lom, 2008.

MONTERO, Claudia. *Y también hicieron periódicos. Cien años de prensa de mujeres en Chile, 1850-1950*. Santiago: Editorial Hueders, 2018.

MORADIELLOS, Enrique. *Historia mínima de la Guerra Civil Española*. Ciudad de México: El Colegio de México/Turner, 2018.

OLIVARES, Valeria. *La forja de una ciudadanía femenil: el "Movimiento Pro Emancipación de las Mujeres de Chile" de 1935 a 1940*. Tesis Doctoral, Universidad de Guanajuato, 2020. Disponible en: <http://repositorio.ugto.mx/handle/20.500.12059/2203>. Accedido en: 10 ago. 2022.

OLIVARES, Valeria. Antifascismo y género: el caso del Movimiento Pro Emancipación de las Mujeres de Chile entre 1936 y 1939. *Revista Páginas*, Rosario, vol. 14, n. 36, p. 1-22, sep.-dic. 2022. Disponible en: <https://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas/article/view/683>. Accedido en: 20 oct. 2022.

RIOBÓ, Juan Camilo. *La construcción de una criminalidad: representaciones en torno al bandolerismo en la fotografía de prensa en Colombia de 1963 a 1966*. Tesis Doctoral, Universidad de Guanajuato, 2020. Disponible en: <http://repositorio.ugto.mx/handle/20.500.12059/2122>. Accedido en: 14 sep. 2022.

ROJAS, Claudia; JILES, Ximena. *Epistolario emancipador del MEMCH: Catálogo histórico comentado. (1935-1949)*. Santiago: DIBAM, 2017. Disponible en: https://www.archivonacional.gob.cl/sites/www.archivonacional.gob.cl/files/images/articles-83326_recurso_1.pdf. Accedido en: 3 jul. 2022.

ROJAS, Claudia; JILES, Ximena. La extraordinaria acción política protagonizada por el Movimiento Pro-Emancipación de las Mujeres de Chile, (MEMCH): 1935-1949. In: ÁLVAREZ, R.; GÁLVEZ, A.; LOYOLA, M. (orgs.). *Mujeres y política en Chile, siglos XIX y XX*. Santiago: Ediciones Ariadna, 2019, p. 157-188. E-book. Disponible en: <https://books.openedition.org/ariadnaediciones/3762>. Accedido en: 20 ago. 2022.

ROSEMBLATT, Karin. *Gendered Compromises: Political Cultures and the State in Chile, 1920-1950*. Chapel Hill/London: The University of North Carolina Press, 2000.

SÁNCHEZ-BIOSCA, Vicente. De la fotogenia del dolor a la imagen-shock: o el ambiguo legado visual de la Guerra Civil española. *Pasajes: Revista de pensamiento contemporáneo*, Valencia, n. 51, p. 22-35, 2016. Disponible en: <https://roderic.uv.es/bitstream/handle/10550/59188/22-35.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Accedido en: 15 oct. 2022.

SAPAG MUÑOZ, Pablo. *Propaganda republicana y franquista en Chile durante la Guerra Civil española*. Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid, 1996. Disponible en: <https://core.ac.uk/download/pdf/19706473.pdf>. Accedido en: 10 sep. 2022.

SONTAG, Susan. *Sobre la fotografía*. Santiago: Editorial Penguin Random House, 2021.

TRANCHE, Rafael. Una nueva mirada: aspectos técnicos y estilísticos de la fotografía y el cine documental durante la Guerra Civil Española. *Historia Social*, Valencia, n. 63, p. 81-109, 2009. Disponible en: <http://www.historiasocial.es/wordpress/numeros-publicados/ano-2009/numero-63/>. Accedido en: 20 nov. 2022.

VERGARA, Marta. *Memorias de una mujer irreverente*. Santiago: Editorial Catalonia, 2013 (1962).

VILCHES, Lorenzo. *Teoría de la imagen periodística*. Barcelona: Editorial Paidós, 1987.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando la historia más allá de la nación: la historiografía de América Latina y la perspectiva transnacional. *Aletheia*, La Plata, vol. 3, n. 6, p. 1-14, jul. 2013. Disponible en: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.6118/pr.6118.pdf. Accedido en: 20 oct. 2022.

NOTAS DE AUTOR

AUTORÍA

Valeria Alejandra Olivares-Olivares: Doctora. Investigadora Postdoctoral, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Instituto de Historia, Viña del Mar, Chile.

Juan Camilo Riobó-Rodríguez: Doctor. Investigador autónomo, Viña del Mar, Chile.

DIRECCIÓN PARA LA CORRESPONDENCIA

IH. PUCV. Paseo Valle 396, Viña del Mar, Chile, C.P. 2520000.

ORIGEN DEL ARTÍCULO

Proyecto de investigación postdoctoral “Redes de mujeres antifascistas en América Latina y Europa entre 1935 y 1950. Un análisis a partir de las relaciones internacionales del Movimiento Pro Emancipación de las Mujeres de Chile (MEMCh)”.

AGRADECIMIENTOS

Agradecemos a Daniela Schütte González, coordinadora de la Biblioteca Nacional Digital y de Memoria Chilena, por su gestión para la obtención de las imágenes consultadas e incluidas en el presente manuscrito.

CONTRIBUCIÓN DE AUTORÍA

Concepción y preparación del manuscrito: V.A. Olivares-Olivares, J.C. Riobó-Rodríguez

Recogida de datos: V.A. Olivares-Olivares, J.C. Riobó-Rodríguez

Análisis de datos: V.A. Olivares-Olivares, J.C. Riobó-Rodríguez

Discusión de los resultados: V.A. Olivares-Olivares, J.C. Riobó-Rodríguez

Revisión y aprobación: V.A. Olivares-Olivares, J.C. Riobó-Rodríguez

FINANCIACIÓN

Postdoctorado interno, código 37.0 / 2021, Dirección de Investigación, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso.

CONSENTIMIENTO PARA EL USO DE LA IMAGEN

No se aplica. Las imágenes incluidas son Patrimonio Cultural Común digitalizadas por “Memoria Chilena”.



APROBACIÓN DEL COMITÉ DE ÉTICA EN INVESTIGACIÓN

No se aplica.

CONFLICTO DE INTERESES

No hay conflicto de intereses.

DISPONIBILIDAD DE DATOS Y MATERIALES

No se aplica.

PREPRINT

El artículo no es un preprint.

LICENCIA DE USO

© Derechos de autor de Valeria A. Olivares-Olivares y Juan C. Riobó-Rodríguez, Segundo nombre, Apellido. Este artículo está bajo la [licencia Creative Commons CC-BY](#). Con esta licencia puedes distribuir, mezclar, ajustar y construir para cualquier propósito, incluso con fines comerciales, siempre que le sea reconocida la autoría de la creación original.

PUBLISHER

Universidad Federal de Santa Catarina. Programa de Posgrado en Historia. Portal de publicaciones periódicas UFSC. Las ideas expresadas en este artículo son responsabilidad de sus autores, y no representan necesariamente la opinión de los editores o de la universidad.

EDITORES

Jo Klanovicz.
Fabio Morales.

HISTÓRICO

Recibido: 20 de noviembre de 2022
Aceptado: 23 de diciembre de 2022

Como citar: OLIVARES-OLIVARES, Valeria A.; RIOBÓ-RODRÍGUEZ, Juan C. La circulación de imágenes y su papel en el movimiento antifascista transnacional: el caso de las fotografías de la Guerra Civil Española en el periódico chileno La Mujer Nueva (1936-1939). *Esboços*, Florianópolis, v. 29. N. 52, p. 710-730, sep./dic. 2022.





ESTRANGEIROS NA WEHRMACHT E NA WAFFEN-SS DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: UM “MODELO NAZISTA” DE VOLUNTARIADO?

Foreigners in the Wehrmacht and Waffen-SS During World War II: A “Nazi Model” of
Volunteering?

João Fabio Bertonha^a

 <https://orcid.org/0000-0002-5194-5632>

E-mail: fabiobertonha@hotmail.com

^a Universidade Estadual de maringá, Departamento de História, Maringá, PR, Brasil.

RESUMO

Durante a Segunda Guerra Mundial, as forças armadas alemãs incorporaram às suas forças um número significativo de homens (voluntários e conscritos) sem a cidadania alemã, especialmente alemães étnicos e cidadãos de países ocupados pela Alemanha. O presente artigo visa apresentar o complexo sistema pelo qual milhões de estrangeiros acabaram participando do esforço de guerra alemão, suas motivações e a do Estado alemão. Uma especial ênfase é dedicada às especificidades do sistema nazista (especialmente a presença ostensiva da pirâmide racial e à divisão dos estrangeiros entre o Exército regular e a Waffen-SS) e à comparação com outros sistemas de incorporação de estrangeiros nas forças militares (como os Aliados ocidentais e a União Soviética), de forma a levantar elementos para discutir o caráter dual do Estado nazista e suas especificidades.

PALAVRAS-CHAVES

Wehrmacht. Waffen-SS. Voluntariado. NSDAP.

ABSTRACT

During World War II, German military incorporated into their forces a significant number of men (volunteers and conscripts) without German citizenship, especially ethnic Germans and citizens from German-occupied countries. This article aims to present the complex system by which millions of foreigners ended up participating in the German war effort, their motivations, and German State's point of view. A special emphasis is devoted to the Nazi system's particularities (especially the overwhelming presence of the racial pyramid and the division of foreigners between the regular Army and the Waffen-SS) and to the comparison with other systems of incorporating foreigners into the military forces (such as the Western Allies and the Soviet Union), in order to raise elements to discuss the dual character of the Nazi state and its specificities.

KEYWORDS

Wehrmacht. Waffen-SS. Volunteering. NSDAP.



INTRODUÇÃO

A participação de soldados nascidos fora dos limites de um determinado Estado nas suas forças armadas não é nenhuma novidade na História. Em praticamente todos os conflitos armados conhecidos, a presença de estrangeiros nas fileiras de um determinado Exército ou Marinha é praticamente universal. Esses homens lutavam por dinheiro, por compartilharem uma identidade comum, habitualmente religiosa ou política ou por ordem de seus respectivos Estados. Mesmo após a Revolução Francesa, quando o soldado-cidadão se tornou a norma, continuaram a existir mercenários, voluntários, soldados profissionais, tropas de tipo colonial e outras categorias de serviço militar (GRASMEDER, 2021, KRUGER; LEVSEN, 2011).

Durante a Segunda Guerra Mundial, o mesmo ocorreu. Voluntários de diversas nacionalidades se integraram às forças aliadas ou do Eixo por motivos ideológicos ou nacionalistas, assim como para dar conta de suas próprias agendas políticas. Ao mesmo tempo, unidades de tipo colonial foram extensivamente utilizadas pelos dois lados. Imigrantes ou minorias nacionais também foram mobilizados e utilizados em combate, assim como os emigrantes e seus filhos que viviam no exterior.

Dentre todas essas experiências, a alemã tem sido uma das mais estudadas desde 1945. E isso por duas razões centrais. Em primeiro lugar, a quantidade e a diversidade de homens e nações que lutaram sob a bandeira nazista é imensa, o que chama inevitavelmente a atenção. E, em segundo lugar, porque existe uma aura, especialmente na direita política, a respeito das unidades estrangeiras do Exército alemão e, especialmente, da Waffen-SS, o que gera um mercado quase infinito para a produção de livros, documentários, páginas nas redes sociais, etc.

De qualquer modo, mesmo se levarmos em conta apenas a produção acadêmica, o número de artigos e livros relacionados ao tema é descomunal, simplesmente fora das possibilidades de manipulação por um único pesquisador. Se acrescentarmos a isso a produção memorialística ou celebrativa, a leitura de todo o material produzido – de qualidade variável – demandaria ainda mais tempo. A única vantagem de essa produção ser tão imensa é que boa parte das questões relacionadas ao tema já foram discutidas a contento e a reconstrução factual (recrutamento, organização, armas, batalhas) já foi, em essência, feita.¹ Mesmo assim, ainda restam questões a respeito do tema dos estrangeiros nas forças alemãs durante a Segunda Guerra Mundial que merecem discussão e aprofundamento.

Dessa forma, esse artigo não pretende esgotar e apresentar toda a bibliografia disponível sobre o tema e nem fazer uma apresentação geral do mesmo, mas discutir uma questão central: haveria um “modelo nazista” para a incorporação de estrangeiros nas suas forças militares? O caso alemão seria apenas um a mais em uma longa história de voluntariado e recrutamento de estrangeiros por várias potências ao longo do tempo ou haveria particularidades suficientes para criarmos uma tipologia especial?

Para dar conta dessa pergunta, o artigo se inicia com uma análise mais detalhada das várias experiências de recrutamento e voluntariado alemão de 1939 a 1945. É impossível reproduzir nesse espaço, como já indicado, toda a discussão historiográfica referente ao tema dos estrangeiros na *Wehrmacht*. É crucial, no entanto, ter em mente a diversidade das experiências de voluntariado e de recrutamento de estrangeiros na Alemanha nazista, pois é decompondo essas experiências gerais em específicas que

¹ Para a redação da parte factual do presente artigo, recorreremos a uma bibliografia de base, a qual será citada a seguir, contudo, apenas se for feita uma menção direta. Ver Alegre Lorenz (2017), Núñez Seixas (2016), Bohler e Gerwarth (2017), Edele (2017), Estes (2015), Hale (2012), Leleu (2007, 2014), Stahel (2018b) e Stein (1966). O livro de Stahel é o mais completo e será o mais utilizado nesse artigo.

teremos os elementos para discutir continuidades e mudanças. O tema dos alemães étnicos e a questão dos estrangeiros na Waffen-SS serão apresentados em detalhe, pela sua importância na discussão proposta.

A WEHRMACHT E A PRESENÇA DE ESTRANGEIROS

O caso alemão chama efetivamente a atenção dentro do quadro geral da Segunda Guerra Mundial e isso por vários motivos. Em primeiro lugar, porque, como já indicado, o número de estrangeiros que lutaram ao lado dos alemães foi elevado. Em segundo lugar, porque os modelos e sistemas de recrutamento foram mais heterogêneos e flexíveis, abrangendo mais modalidades e variações, do que nos casos japonês e italiano e dos próprios países aliados. E, finalmente, porque a absorção dos estrangeiros se deu não só nas Forças Armadas como nas unidades do partido nazista ou a ele relacionadas, ou seja, a Waffen-SS.

Em termos numéricos, uma quantificação precisa seria impossível, mas o trabalho de Xosé Manuel Núñez Seixas (2016) nos dá algumas indicações relativas à frente oriental, na qual o uso de estrangeiros foi mais comum. Na luta contra a União Soviética, os alemães puderam contar com o apoio de 400 mil romenos, 300 mil finlandeses, 300 mil húngaros, 230 mil italianos, 50 mil eslovacos e 47 mil espanhóis. Também se incorporaram à luta cerca de 300 mil alemães étnicos, 60 mil voluntários da Europa Ocidental e um número imenso (cerca de 1 milhão de homens) de cidadãos soviéticos, como bálticos, ucranianos, cossacos, turcomenos e mesmo russos, além de cinco mil croatas. Nos Balcãs, onde a Alemanha também recrutou várias forças de apoio agregadas às divisões alemãs e criou divisões e brigadas croatas, bósnias e albanesas, entre outras, os estrangeiros também eram numericamente expressivos. Além disso, inúmeras unidades russas, cossacas, ucranianas ou da Ásia Central foram utilizados como força de segurança interna e de guarnição na França, na Itália e em outros pontos da Europa Ocidental.

A expressiva colaboração numérica dos não-alemães para o esforço bélico do Terceiro Reich é, pois, evidente: um cálculo conservador indicaria cerca de 2,2 milhões de homens não nascidos em território alemão lutando pela Alemanha durante a guerra, cerca de 12% do efetivo total da *Wehrmacht*. Na frente oriental, os estrangeiros chegaram a representar 20% do efetivo total alemão e, em certos setores dessa frente, ainda mais. Muito provavelmente, como afirma Rolf-Dieter Müller (2012), sem o apoio dos estrangeiros, a Alemanha não teria conseguido invadir a União Soviética e nem resistir aos Aliados por tantos anos.

As modalidades para esse apoio e aproveitamento foram extremamente diversificadas. David Stahel (2018a) identifica três delas (Exércitos nacionais, voluntários e colaboradores soviéticos), numa tipologia correta, mas que pode ser desdobrada para o melhor entendimento do processo.

Uma das mais imediatas foram os auxiliares soviéticos, os *Hilfswilliger*, ou Hiwi. Eles podiam ser prisioneiros de guerra ou civis locais que aceitavam exercer funções de apoio, como serviços de limpeza, cozinha e lavanderia, aos soldados alemães, em troca de melhor tratamento. Muitos também serviam como motoristas, tradutores e em outras funções auxiliares. Também podiam ser desertores do Exército Vermelho ou prisioneiros de guerra que se uniam às forças alemãs por motivos diversos - especialmente pela sobrevivência, mas também pela desilusão pelo modelo soviético (Edele 2017) - e combatiam, de forma individual ou em pequenas formações, agregados às unidades alemãs, normalmente em funções de apoio, como alimentação de metralhadoras ou serviço de peças de artilharia.

As necessidades da guerra também levaram a uma intensa mobilização de unidades, em nível máximo de regimento, para combate à guerrilha e para atividades de controle do

território. Essas unidades de segurança foram relativamente comuns, englobando italianos (depois da queda de Mussolini em 1943), bósnios, croatas, sérvios, gregos e outras nacionalidades para repressão interna, especialmente nos locais onde a atividade guerrilheira era mais intensa, como no norte da Itália e na antiga Iugoslávia. Também houve batalhões de polícia auxiliar em outras partes dos territórios ocupados pelos alemães na Europa Ocidental, como, por exemplo, na Bélgica ou na França.

A maior concentração dessas unidades esteve, contudo, mais uma vez, no território soviético: batalhões e regimentos formados por ucranianos, bálticos, bielorrussos e outros foram parte fundamental no esforço da *Wehrmacht* para controlar a retaguarda frente à ação dos guerrilheiros e opositores soviéticos e para aplicar as políticas nazistas, incluindo o assassinato de judeus e outras minorias e o ataque generalizado à população, dentro da chamada *Bandenbekämpfung* (BLOOD, 2011). Os ucranianos, especialmente, foram muito utilizados, inclusive fora do território ucraniano (WESTERMANN, 1996).

Essas formações tinham várias denominações e suas cadeias de comando variavam, mas a maior parte delas, no Leste Europeu, fazia parte da polícia auxiliar, ou *Schutzmannschaft* (*Schuma*). Subordinados à *Ordnungspolizei* alemã, sob o comando de Heinrich Himmler, elas foram essenciais para o controle do território soviético; em algumas regiões, havia dez vezes mais homens dessas unidades em ação do que soldados e policiais alemães. O efetivo chegou a 300 mil homens em 1942; além de grande número de homens distribuídos localmente, em tarefas de patrulhamento, foram organizados cerca de 200 batalhões móveis, divididos por nacionalidades, entre os quais estonianos, letões, lituanos, bielorrussos, tártaros e ucranianos (DEAN, 2000, p. 60-77; CABALLERO JURADO; NIGEL, 2012, p. 12-36).

Outros batalhões, cujo número chegaria a um máximo de 120, foram recrutados no Leste Europeu e utilizados para funções de guarnição ou de segurança de instalações militares e ferrovias, além de controle do território e segurança interna. Foram os chamados *Ost-Bataillone*, amplamente utilizados não apenas na Europa Oriental como também nos Balcãs e na Europa Ocidental; vários estavam guardando posições na Muralha do Atlântico quando do dia D, por exemplo.

Esses batalhões e unidades auxiliares e de polícia poderiam ser comparados às forças coloniais organizadas pelos outros impérios europeus na África e na Ásia, tanto para a segurança interna como para a luta em outros continentes, como os ascaris italianos, o Exército da Índia britânico e as forças senegalesas ou argelinas no Exército francês. O diferencial alemão é que essas unidades de tipo colonial foram criadas na Europa e com uma hierarquia racial ainda mais rígida do que nas áreas coloniais africanas e asiáticas.

Os bálticos, por exemplo, eram considerados uma raça superior e seus soldados eram comandados por oficiais nativos, enquanto os ucranianos e os bielorrussos por alemães. Mesmo entre os bálticos, contudo, havia diferenciação entre lituanos (considerados menos “valiosos” racialmente), letões e estonianos, tanto que houve recrutas suficientes (e estímulo alemão) para criar uma divisão estoniana e duas letonas na Waffen-SS, mas não uma lituana (LUMANS, 2018, p. 358; p. 367-368). Já no Tirol do Sul, na antiga Iugoslávia ou na Polônia, os batalhões auxiliares atraíram especialmente alemães étnicos (BATTISTELLI; MOLINARI, 2007, p. 209-213; HALE, 2012, p. 48).

A tentativa de melhorar a sua posição dentro do novo ordenamento geopolítico preconizado pelos nazistas na Europa também explica o posicionamento de vários Estados (ou entidades que ambicionavam a sê-lo) frente ao Terceiro Reich e a sua participação na guerra. Os batalhões de polícia auxiliar ou de apoio não tinham um objetivo político evidente e a adesão a eles combinava interesses imediatos de sobrevivência com a identificação com os ideais e as práticas nazistas. Já no caso dos exércitos regulares e, especialmente,

das legiões nacionais que combateram com os alemães, a sua existência estava relacionada a um Estado (existente ou em formação) e visava objetivos políticos maiores.

Os vários exércitos regulares formam um caso mais simples, no sentido de serem forças militares de Estados constituídos que estavam em aliança prévia com os nazistas e que enviaram para a luta militares regulares, conscritos. Dessa forma, os italianos colaboraram na invasão da França em 1940 e lutaram ao lado dos alemães na África e nos Balcãs e os eslovacos apoiaram a invasão da Polônia em 1939. Os húngaros e os búlgaros também apoiaram a invasão da Iugoslávia e da Grécia e participaram da ocupação desses territórios. Já na frente russa, como já mencionado, romenos, finlandeses e húngaros reuniram cerca de 1,2 milhão de homens em apoio às forças nazistas.

A motivação para essa luta era política, de lideranças que temiam perder o poder caso não apoiassem os alemães, frente a outras forças, especialmente da extrema direita, caso de Antonescu na Romênia e Franco na Espanha. Também era geopolítica, de defesa dos interesses nacionais, especialmente territoriais. Na frente russa, a Finlândia, por exemplo, lutou para recuperar os territórios perdidos para a União Soviética em 1940, enquanto a Romênia anexou a Bessarábia e outros territórios soviéticos; já nos Balcãs, a antiga Iugoslávia foi praticamente retalhada por alemães, italianos, búlgaros e húngaros.

Também havia um grande esforço para se mostrar como “o aliado mais confiável” frente à Alemanha e conseguir vantagens e proteção, como nos casos da Hungria e Romênia, em forte disputa territorial, mediada pelos alemães (DELETANT, 2018; ROMSICS, 2018). Os búlgaros, contudo, não participaram da invasão da URSS, e os finlandeses se limitaram a recuperar os territórios perdidos em 1940, o que indica como ao menos alguma autonomia era mantida pelos Estados satélites da Alemanha (MEINANDER, 2018). Já no caso italiano, a decisão de Mussolini de enviar tropas para a frente russa fazia sentido, já que o fascismo tinha no anticomunismo um de seus princípios ideológicos chave e havia também o potencial ganho econômico que o saque da URSS poderia trazer (WOUTERS, 2018, p. 149-150). A questão central, contudo, era tentar reequilibrar o jogo de poder entre as duas potências europeias do Eixo: se a Alemanha apoiava a Itália na África, a Itália apoiaria a *Wehrmacht* na Rússia.

O caso da Espanha é o mais difícil de classificar, como bem indicado por Xosé Manuel Núñez Seixas (2016). A Divisão Azul era uma unidade do Exército espanhol, incorporada e subordinada ao alemão, mas lutando sob a bandeira espanhola. Não era uma unidade formada exclusivamente por voluntários, mas eles estavam presentes em grande número. Por fim, tinha sido enviada por um país que era neutro, para diminuir as pressões internas e externas para a entrada da Espanha na guerra (RODRIGUEZ JIMÉNEZ, 2009; MORENO JULIÁ, 2006; 2018), e não para atingir algum fim de expansão territorial na URSS. O fato de a Espanha ser um Estado consolidado, contudo, nos permite acrescentá-la a essa tipologia. Relevante também, no caso espanhol, é o fato de a Divisão Azul também incorporar alguns estrangeiros, como russos brancos, latinoamericanos e, especialmente, portugueses (SILVA, 2012). Mesmo representando apenas umas poucas centenas de homens, são um exemplo de uma “sublocação” do voluntariado estrangeiro.

Um caso diferente era o de Estados constituídos a partir da ocupação alemã ou que aspiravam a continuar a existir. A Eslováquia, criada em 1939 a partir do desmembramento da Tchecoslováquia, enviou tropas para a frente russa com o objetivo de provar aos alemães que era um Estado viável, que não deveria ser absorvido pela Hungria (RYCHLIK, 2018). O caso mais emblemático, contudo, é, provavelmente, o do Estado Independente da Croácia. Criado em 1941, ele era dependente da Itália e da Alemanha. Refletindo seu caráter fascista, o novo Estado organizou tanto forças militares convencionais como unidades paramilitares, as milícias ustaches. Soldados e milicianos lutaram contra as guerrilhas e a oposição interna (praticando, inclusive, assassinatos em massa contra

judeus, sérvios e ciganos) e também em apoio às forças alemãs em ação nos Balcãs até a fusão das duas forças em novembro de 1944.

Para a frente russa, os croatas organizaram uma legião de voluntários, os quais formaram um regimento, o 369º, incorporado a uma divisão regular alemã; cerca de cinco mil homens passaram pela unidade, praticamente destruída na batalha de Stalingrado. A partir dos seus remanescentes, foi formada uma divisão croata, também subordinada ao Exército alemão, mas que lutou apenas no território croata. O objetivo do Estado croata ao estimular uma unidade de voluntários para a frente russa era o de cimentar os laços com os alemães, de forma a fortalece-lo contra as ambições imperialistas da Itália, a qual já tinha anexado vários territórios croatas (MULLER, 2012, P. 97; YEOMANS, 2018).

As várias legiões organizadas no Leste Europeu pelos alemães pertencem a uma tipologia mais fluida. Em boa parte, eram simples unidades auxiliares, recrutadas entre desertores e prisioneiros de guerra, para tarefas policiais ou de apoio. Algumas delas, contudo, também se imaginavam como as precursoras de um futuro Estado a ser constituído, na esteira da possível derrota da União Soviética. Foi o caso, por exemplo, dos armênios. Alguns batalhões foram organizados pelos alemães, os quais foram utilizados como tropas de segurança ou de defesa estática na Polônia, na França, na Bélgica e na Holanda. A busca pela sobrevivência era a motivação básica dos soldados para se voluntariarem, mas também contou, ao menos entre as lideranças, a esperança de, com a participação na guerra, obter o apoio alemão para uma futura Armênia livre, tanto que alguns nacionalistas emigrados depois da ocupação soviética da Armênia, em 1920, também participaram dessa Legião.

Com algumas particularidades, a mesma experiência se repetiu no tocante aos georgianos, aos azeris, aos cossacos e a vários outros povos do Cáucaso e da Ásia Central: os que se voluntariavam para lutar ao lado alemão normalmente o faziam porque queriam fugir dos campos de prisioneiros ou estavam apenas desiludidos com o sistema soviético, enquanto a motivação básica dos alemães para emprega-los em combate era a premente necessidade de efetivos para controle do território. Já as lideranças desses grupos tinham em vista cumprir uma meta política: garantir a independência dos seus Estados e nações em um futuro dominado pela Alemanha e, evidentemente, que elas estariam no comando desses novos Estados (BEYDA; PETROV, 2018).

O caso dos países bálticos é um pouco diverso. A experiência da ocupação soviética entre 1939 e 1941 (e os sentimentos antissemitas de longa tradição) levaram a uma maior disposição dos povos da região em se alistarem nas forças alemãs: dezenas de milhares de bálticos participaram das forças auxiliares da Wehrmacht, dos batalhões de polícia e da Waffen-SS devido a esses sentimentos. Um número equivalente de bálticos alemães também se integrou às forças alemãs. As lideranças desses países, contudo, também imaginavam que a luta ao lado dos alemães poderia ser um *asset* para garantir a independência desses países no futuro, no que foram frustrados pela política de colonização e germanização alemã (LUMANS, 2018).

Ainda nesse contexto, se destacam os casos dos ucranianos e dos russos. Os ucranianos, como já indicado, formaram inúmeros batalhões de polícia ou auxiliares que lutaram ao lado dos alemães não apenas na Ucrânia, como também na Polônia, na Bielo-Rússia e em outros lugares; muitos ucranianos também atuaram como guardas de campos de concentração ou como Hiwi. Líderes nacionalistas ucranianos, especialmente na Ucrânia Ocidental, contudo, esperavam conseguir reunir essas tropas em unidades maiores, formando uma Legião Ucraniana, capaz de, pelo sangue derramado em combate, dar sustento às pretensões de uma Ucrânia independente. Uma pretensão inaceitável, contudo, para a liderança nazista (BEYDA; PETROV, 2018).

Apenas em 1943, a Waffen-SS reuniu uma divisão de ucranianos, mas com centro na Galícia ex-austríaca e proibindo até mesmo o uso da palavra “Ucrânia” nos símbolos da divisão, o que indica como as possibilidades de autonomia ucraniana eram realmente mínimas. Em 1945, já no fim da guerra, os nacionalistas ucranianos finalmente conseguiram reunir os inúmeros soldados e unidades ucranianas que lutavam com os alemães em um Exército nacional, mas em um momento em que isso já não tinha qualquer significado político ou militar.

Se as chances de autonomia ou independência eram, no caso dos ucranianos, mínimas, no caso dos russos eram praticamente inexistentes. Muitos russos se dispuseram a lutar pelos alemães e, especialmente no caso dos oficiais que desertaram e dos russos brancos que estavam refugiados na Europa Ocidental desde 1920, havia a perspectiva de destruir o bolchevismo e reconstruir o Império Russo (BEYDA; PETROV, 2018). Os alemães apoiaram a criação de um regimento de russos brancos para serviços de segurança na Sérvia e aceitaram os serviços de russos como auxiliares e policiais, incluindo unidades famosas pelas suas atrocidades, como a brigada Kaminski. A resistência de Hitler em armar e dar visibilidade política aos russos, contudo, era tamanha que as várias iniciativas para a criação de uma Legião Nacional russa nunca foram em frente. Mesmo o Exército Russo de Libertação Nacional do general Vlasov nunca foi capaz de desenvolver seu potencial e apenas uma divisão de russos foi formada ao final de 1944, sendo depois absorvida pela Waffen-SS, mas sem nenhum resultado efetivo.

Já no caso dos Estados inimigos ocupados pela Alemanha na Europa Ocidental, o objetivo de melhorar a posição de cada Estado dentro do sistema alemão também estava presente, mas a questão maior era a de delimitar quem seria o grupo político que dominaria o cenário em cada país. No caso francês, por exemplo, a *Légion des volontaires français contre le bolchévisme*, formada pelos fascistas franceses logo após a invasão da URSS em 1941, se tornou um regimento em uma divisão alemã. A oposição do governo de Vichy a sua existência (e a tentativa, fracassada, de criar uma *Légion Tricolore* para se contrapor a ela) é um sinal de como o governo colaboracionista de Paris entendia perfeitamente que a sua criação era uma arma política da direita mais radical contra ele próprio (BEYDA, 2018; GIOLITTO, 1999). O mesmo se repetiu com os holandeses e, em termos um pouco diferentes, com os noruegueses (VAN ROEKEL, 2018; SORLIE, 2018). A LVF, aliás, é outro exemplo de “sublocação” do voluntariado estrangeiro, pois em suas fileiras participaram cerca de 40 russos brancos, 200 árabes e até mesmo uma dúzia de africanos (BEYDA, 2018, p. 310-311).

A Bélgica é, nesse aspecto, ainda mais particular. Os partidos próximos ao fascismo, como o Rex e a VNV, não tinham milícias expressivas antes da ocupação alemã e as criaram apenas após 1940, para uso interno. Posteriormente, formaram-se legiões separadas para a luta na frente russa, ao mesmo tempo em que a SS criava uma unidade própria para absorver os flamengos e tentar disputar o poder, em território belga, com os militares alemães. Um contexto complexo, em que as várias legiões e forças pensavam, essencialmente, em aumentar o seu poder dentro da Bélgica (WOUTERS, 2018).

Havia, dessa forma, um impulso político na formação dessas unidades, refletindo a luta, em cada país, entre as várias direitas e os vários grupos que buscavam ampliar seu poder nos países ocupados reafirmando a sua lealdade aos alemães. Ao mesmo tempo, a recepção alemã dessas iniciativas de voluntariado normalmente foi mais fria do que esses grupos esperavam, já que os alemães preferiam trabalhar com governos minimamente estáveis e com alguma representatividade. Quando as propostas, por fim, foram aceitas, as perspectivas ideológicas nazistas, como o racismo, e os interesses dos alemães também se manifestaram, influenciando a história de cada uma dessas unidades.

Um caso que indica bem como o ideário racial nazista influenciou a formação dessas unidades é o belga. Logo após a invasão da URSS, o líder rexista Lén Degrelle pensou em criar uma legião belga para lutar ao lado dos alemães, com o óbvio intento de dar nova vida a um movimento em decadência. Os alemães, contudo, que contemplavam a futura dissolução da Bélgica e viam com olhos diferentes os germânicos de Flandres e os latinos da Valônia, não permitiram. No lugar, Degrelle foi autorizado a formar uma legião de voluntários, a *Légion Wallonie*, com o efetivo de um batalhão, a qual lutou dentro do Exército alemão, sendo absorvida pela Waffen-SS apenas em junho de 1943. Já os flamengos criaram, com o fim de manterem sua posição de principais colaboracionistas na Bélgica, uma *Vlaams Legioen*. Sendo os oriundos de Flandres considerados germânicos, eles foram imediatamente colocados sob o comando da Waffen-SS. O caso flamengo se reproduziu no tocante aos noruegueses, aos holandeses e aos dinamarqueses.

Na fronteira entre unidades criadas apenas para fins de propaganda (como o *British Free Corps*), unidades policiais e auxiliares e legiões nacionais, estariam as unidades formadas por indianos e árabes, nas quais confluíram prisioneiros de guerra, indianos e árabes residentes na Europa e refugiados do Iraque após a derrota do governo pró-Eixo daquele país em 1941. Elas atendiam a um interesse geopolítico alemão – o de se aproximar das lideranças nacionalistas indianas e dos países árabes –, podiam servir para operações especiais, de sabotagem e inteligência, no Oriente Médio e, potencialmente, seriam muito úteis na futura ocupação do mundo árabe e da Índia pelas potências do Eixo. Ao final, quando esses planos se revelaram inviáveis, as tropas indianas e árabes acabaram por ser utilizadas como tropas auxiliares ou de segurança tanto no norte da África, como na Grécia, na Itália e na França.

Por fim, pensando pensando em termos de unidades de combate efetivas, resta mencionar os comandos *Brandenburg*, unidades especiais organizadas pela *Abwehr* para ações de inteligência, sabotagem e operações especiais no interior das linhas inimigas. Em sua maioria, reuniam alemães com conhecimento de línguas e culturas estrangeiras ou alemães étnicos romenos, iugoslavos ou dos Sudetos, mas também foram incorporados bálticos, caucasianos e outros povos.

Essas classificações e modelos evidentemente não são perfeitos; transições de grupos e pessoas de um para outro eram relativamente simples. Muitos italianos ou ucranianos que se uniram aos batalhões de polícia alemães acabaram por confluir na Waffen-SS. O mesmo aconteceu com, por exemplo, com o batalhão de polícia de Flandres, o qual, após a libertação da Bélgica pelos Aliados, foi dissolvido, com seus efetivos indo reforçar a divisão flamenga da Waffen-SS. Já alguns batalhões de polícia letões, por exemplo, foram simplesmente convertidos em batalhões e depois em divisões da Waffen-SS.

Já algumas das legiões nacionais organizadas pela *Wehrmacht* se transformaram simplesmente em divisões da Waffen-SS, enquanto outras foram dissolvidas justamente para reconstruir e reforçar essas divisões. Alguns membros da Divisão (depois Legião) Azul espanhola, inicialmente uma unidade regular do Exército espanhol integrada na *Wehrmacht*, acabaram por se incorporar a Waffen-SS. Já alguns batalhões ucranianos organizados pela *Abwehr* para operações especiais na URSS tinham a pretensão de formar um Exército Nacional ucraniano, mas acabaram se tornando simples unidades *Schuma*.

O sistema e as motivações de recrutamento também variaram. Muitos dos que se apresentaram para os batalhões de polícia, para as legiões nacionais ou para as divisões da Waffen-SS eram, inicialmente, voluntários, interessados em ganhos pessoais ou imbuídos da ideologia nazista. Com o tempo, a pressão alemã, dos Estados satélites e de outras instituições foi levando a uma situação de “voluntariado forçado”. Quando nem esse sistema deu resultado, optou-se, em muitos locais, pela simples conscrição dos homens

necessária para manter as unidades funcionando. A fluidez era, portanto, a norma no modelo alemão, levando-se em conta as necessidades da guerra e as disputas por poder e prestígio entre os vários governos colaboracionistas e o governo alemão e entre os militares e a SS. Essa fluidez fica evidenciada ainda mais clareza quando pensamos nos alemães étnicos, ou seja, aquelas pessoas de etnia e língua alemãs que não tinham a cidadania alemã e viviam fora do território alemão (os *Volksdeutsche*), não sendo sujeitas, em princípio, a obrigatoriedade do serviço militar.

OS ALEMÃES ÉTNICOS NA WEHRMACHT

O primeiro caso a mencionar é o dos territórios anexados pela Alemanha e cujos habitantes receberam a cidadania alemã, sendo sujeitos, portanto, ao serviço militar. Aqui, além da Áustria, dos Sudetos e de outros territórios menores, valeria mencionar o caso dos habitantes do Luxemburgo e, especialmente, da Alsácia-Lorena, onde 130 mil homens (os chamados *Malgré-nous*) foram forçados a entrar na *Wehrmacht*. A registrar também o caso dos descendentes de alemães que imigraram da URSS entre 1939 e 1941, cerca de meio milhão, os quais receberam a cidadania alemã e imediatamente ficaram sujeitos ao serviço militar (LUMANS, 1989).

Na década de 1930, graças à melhoria das condições de vida na Alemanha e a uma ativa política para estimular a emigração de retorno, um número substancial de cidadãos alemães residentes no exterior voltou para a Alemanha. Apenas através da *Rückwanderungamt* da AO-NSDAP, cerca de 200 mil cidadãos alemães retornaram à Alemanha vindos da América (GRAMS, 2021, p. 172). Ao menos alguns desses emigrantes de retorno trouxeram filhos ou netos que tinham nascido no exterior e que tinham a cidadania dos seus países de nascimento. Como a lei alemã previa a doutrina do *jus sanguinis*, contudo, filhos ou netos de alemães nascidos no exterior eram alemães e, se estivessem em território alemão, também estavam sujeitos ao serviço militar.

Isso explica, aliás, as menções – em memórias, livros e séries de TV – a soldados alemães que falavam português ou inglês e que diziam aos seus captores terem nascido no Oregon ou no Rio Grande do Sul (Oliveira, 2007). Muitos tinham a dupla cidadania, mas tinham retornado à Alemanha crianças, pelo que o conflito de identidades foi pequeno: o lugar de nascimento era apenas um detalhe. Mesmo assim, alguns fizeram recurso a sua dupla cidadania para saírem da Alemanha devastada pela guerra, como no caso dos brasileiros (FROTSCHER, 2011, p. 2013)

Os alemães étnicos residentes na Europa Oriental recebiam atenção e apoio de um órgão específico, o *Hauptamt Volksdeutsche Mittelstelle* (VoMl), para a manutenção da cultura e da língua alemãs. No caso deles, a maioria dos que se engajaram nas forças armadas da Alemanha e na Waffen-SS o fez de forma voluntária. Eles eram estimulados pela percepção positiva da ideologia nazista, pelas vantagens potenciais do serviço militar em termos de status e benefícios materiais (incluindo a apropriação de bens confiscados de judeus e eslavos) e pela pressão social nas comunidades e dos ocupantes alemães. Quando o número de voluntários não atingiu as expectativas alemãs (o que era relativamente comum, já que nem todos, obviamente, aderiram aos projetos nazistas), recorreu-se à conscrição. Os números são impressionantes: cerca de 300 mil *Volksdeutsche* residentes na Europa Oriental se incorporaram às forças armadas alemãs e, especialmente, a Waffen-SS, representando quase um terço do efetivo total dessa última (LUMANS, 1989; 1993; 2012a, b).

Alguns entre eles podiam ser simplesmente incorporados, de forma individual, em unidades do Exército ou nos comandos *Brandenburg*, nos quais as suas habilidades linguísticas e o conhecimento de culturas locais eram úteis para facilitar tarefas de

espionagem e operações especiais. Muitos também serviram como oficiais de ligação nas legiões nacionais organizadas pelo Exército. Os alemães também estimularam, em todas as áreas com presença alemã na Europa ocupada, a formação de forças de autodefesa, ou seja, unidades para a proteção da comunidade alemã local e o combate a atividades de guerrilha; muitas delas se engajaram em saque e massacres étnicos. Isso aconteceu, por exemplo, na Polônia, onde a *Volksdeutscher Selbstschutz*, de alemães étnicos, deu apoio às ações da SS desde o primeiro dia da invasão (HALE, 2012, p. 48).

A maioria deles, contudo, foi utilizada nas divisões da Waffen-SS. De forma individual ou em batalhões e regimentos, os *Volksdeutsche* serviram para ajudar a recompor o efetivo das divisões da Waffen-SS que haviam tido baixas excessivas. Em alguns casos, eles foram concentrados em divisões específicas. Um exemplo é a 7ª Divisão *Prinz Eugen*, formada por *Volksdeutsche* voluntários (e, especialmente, recrutas) da Hungria, Romênia e, especialmente, da Iugoslávia e com um histórico de massacres e violência generalizada nos Balcãs (CASAGRANDE, 2003; LUMANS, 2012a).

A predileção da Waffen-SS por alemães étnicos é explicável tanto pela ideologia como pela praticidade. Apesar de serem, muitas vezes, vistos com desconfiança e até desprezo, por não terem mantido a pureza racial desejada, não dominarem perfeitamente a língua alemã, serem oriundos de comunidades rurais e atrasadas e terem habilidades militares limitadas (MACKENZIE, 1997, p. 147-148; BERGEN, 1994, p. 574-575; HALE, 2012, p. 71-73), eles eram etnicamente aceitáveis e podiam ser aproveitados pela Alemanha. O serviço militar, aliás, serviria, do ponto de vista da SS, para estimular a reintegração ao corpo racial alemão, eliminando dissidentes, resistências e reservas. Muitos *Volksdeutsche* também o viam como uma forma de se reafirmarem como bons alemães e bons nazistas (BERGEN, 1994, p. 572-574).

Além disso, o fato de eles não terem, em princípio, cidadania alemã os isentava da obrigação do serviço militar nas forças armadas alemãs, o que era vantajoso para a SS. Desde 1935, quando o serviço militar foi reintroduzido na Alemanha, havia quotas de recrutas para as Forças Armadas, mas não para a SS, a qual tinha que negociar constantemente seu acesso ao pool de conscritos. Apenas ao final de 1944, na verdade, quando Himmler assumiu o comando do Exército de Reserva, é que o problema de mão de obra para a Waffen-SS foi equacionado. Até então, esse problema era premente e os alemães étnicos eram uma fonte passível de ser mobilizada, seja pelo voluntariado, seja pelo recrutamento (LUMANS, 1989; LUMANS, 2012a).

Temos, portanto, uma situação dupla: de um lado, um grupo de pessoas disposto, ao menos em princípio, a colaborar com os alemães e a se integrar às suas forças militares e, ao mesmo tempo, uma instituição, a SS, desejosa de ampliar seus efetivos e poder recorrendo a uma base demográfica a qual o Exército alemão tinha mais dificuldades de aceder. Não espanta, assim, a forte presença dos *Volksdeutsche* nas forças da Waffen-SS.

OS ESTRANGEIROS NA WAFFEN-SS

O mesmo princípio explica a presença maciça de estrangeiros na Waffen-SS. É impossível discutir, nesse espaço, toda a história da SS, mas cumpre ressaltar como a organização, fundada em 1925 como força de defesa do partido, foi se imaginando, como o passar do tempo, como uma guarda pretoriana em defesa do regime e do NSDAP, em oposição à SA e, com o tempo, aos militares. As relações com o Exército, na verdade, sempre foram ambíguas, tanto que a Waffen-SS, apesar de se subordinar operacionalmente ao Exército, nunca se constituiu na quarta arma da Wehrmacht e sempre manteve a autonomia institucional (STEIN, 1966, p. 20-22).

A SS também era pensada como uma elite, social, cultural e racial, que deveria incorporar apenas o melhor que a Alemanha podia oferecer. Desde 1934 ela procurou criar unidades com formato militar (através da *SS-Verfügungstruppe*, sendo a *Waffen-SS* em si criada apenas em 1940) e esse esforço se ampliou com o início da guerra: suas divisões de elite tinham a função de demonstrar o valor da SS em batalha. Com o passar do tempo, a demanda por tropas para exercer a função primordial da SS – o controle do território e a repressão aos dissidentes – foi se tornando premente e isso fez com que a perspectiva de uma elite racial fosse substituída, ao menos em parte, por um projeto de construção de forças militares e policiais o mais numerosas possíveis, o que abriu as portas da instituição aos estrangeiros.

Em um primeiro momento, aqueles estrangeiros desejosos de colaborar com as forças alemãs eram aproveitados pelo Exército, seja em batalhões de polícia, forças auxiliares ou, no máximo, como unidades nacionais que serviam sob a bandeira alemã. A SS, inicialmente, não aceitava voluntários que não tivessem a cidadania alemã (salvo poucas exceções, como os austríacos antes de 1938 e alguns escandinavos) e mantinha rígidos critérios raciais e políticos para a sua seleção.

Em 1940, contudo, por sugestão de Gottlob Berger, e de maneira a burlar as restrições dos militares, a *Waffen-SS* começou a aceitar voluntários dos países germânicos (como Noruega, Dinamarca, Holanda e Flandres) e a incorporar alemães étnicos, o que permitiu uma primeira grande expansão de suas unidades. Em 1941, Hitler autorizou uma nova expansão do voluntariado de não alemães, mas a *Waffen-SS* ainda preferia absorver apenas germânicos, tanto que os voluntários espanhóis, croatas e franceses formaram unidades dentro do Exército.

Nos dois anos seguintes, não apenas ampliou-se o esforço de recrutamento nos países bálticos (LUMANS, 2018), como as legiões nacionais antes sob o comando militar passaram para a *Waffen-SS*. Em 1944-1945, por fim, premidos pelas necessidades da guerra, os líderes da SS aceitaram diminuir ainda mais os requisitos raciais, formando regimentos e divisões de muçulmanos bósnios, ucranianos, italianos, húngaros, russos e outros povos. No total, 38 divisões (ainda que muitas tenham existido apenas no papel ou com efetivos de regimento) foram formadas e cerca de meio milhão de estrangeiros fizeram parte das fileiras da *Waffen-SS*.

Dessa forma, as divisões da *Waffen-SS* não podiam ser, em termos militares e políticos, mais diferentes entre si. As divisões de elite, como a *Leibstandarte SS Adolf Hitler*, a *Das Reich*, a *Hohenstaufen* e mesmo a *Wiking* eram formadas essencialmente por cidadãos alemães e mantinham o seu status de soldados-políticos e de elite, tendo tido um desempenho excepcional em combate. As divisões germânicas, como a *Nordland*, tiveram um desempenho adequado na linha de frente, enquanto as divisões formadas essencialmente por alemães étnicos (ou nas quais eles tinham grande participação), como a *Prinz Eugen* e a *Handschar* foram usadas essencialmente na luta contra a guerrilha, com resultados modestos.

As várias legiões nacionais absorvidas pela *Waffen-SS* (como a francesa, a croata, a valona e o que restou da Divisão Azul espanhola) tiveram um desempenho mediano em combate. Já as inúmeros batalhões e regimentos para ação policial ou de repressão à população civil – como os albaneses, os ucranianos, os húngaros, os italianos, os russos e outros – eram simplesmente unidades comandadas pela *Waffen-SS*, que as utilizavam essencialmente como material humano descartável.

A rígida pirâmide racial nazista não desapareceu nesse processo de internacionalização da *Waffen-SS*: cada divisão tinha prerrogativas, autonomia e prioridades diferentes. Isso se refletia até na nomenclatura de cada divisão. As divisões de elite recebiam o título de *SS-Division* (Divisão da SS), enquanto algumas das germânicas,

as oriundas das legiões nacionais flamenga e holandesa e várias das formadas por alemães étnicos eram chamadas de *SS-Freiwilligen Division* (Divisões auxiliares da SS). Já as unidades da SS bósnias, ucranianas, russas e outras da Europa Oriental (e, igualmente, as francesas e italianas) recebiam o título de *Waffen Division der SS* (Divisão pertencente à SS), o que indicava que estavam sob o comando da SS, mas não pertenciam a ela. Apenas as divisões do primeiro time tinham o direito de usar as runas símbolo da SS.

Também é digno de nota que a Waffen-SS dissolveu, a partir de 1943, as legiões nacionais dos países germânicos em unidades mistas justamente para diminuir a autoridade dos partidos nacionais nas mesmas, o que causou resistências (SCHARFF SMITH et al., 1999). O esforço era contínuo, dentro da Waffen-SS, aliás, para não permitir a existência de nacionalismos que pudessem atrapalhar o ideal do pangermanismo e, de forma contraditória, o total controle dos alemães sobre o sistema. Os voluntários estrangeiros, na realidade, mesmo os germânicos, eram quase sempre empregados como infantaria, deixando as armas mais especializadas nas mãos dos alemães (ESTES, 2015). Os limites do “internacionalismo” e da “harmonia racial germânica” nazista ficam, pois, evidentes. Além disso, jamais houve forças da Waffen-SS (e, na verdade, nenhuma unidade, nem militar nem policial) formadas por poloneses, sérvios e nem tchecos, o que indica o lugar especial desses povos na hierarquia racial nazista.

UM MODELO NAZISTA DE VOLUNTARIADO E RECRUTAMENTO?

Depois de apresentar a importância dos estrangeiros (voluntários e conscritos) no sistema militar alemão durante a Segunda Guerra Mundial, três perguntas se tornam inevitáveis. A primeira é o que esses homens que se apresentaram de forma voluntária imaginavam quando decidiam empunhar armas pelo Terceiro Reich. A segunda é como o regime nazista via essa utilização de estrangeiros em suas forças armadas e a justificava frente aos pressupostos ideológicos. Por fim, e talvez a mais importante, é se é possível imaginar um “modelo nazista” para o voluntariado de estrangeiros, frente a tantos outros exemplos na História.

A primeira questão já foi respondida anteriormente. Muitos auxiliares se apresentaram para o serviço apenas pela chance de fugir dos campos de prisioneiros, de conseguir melhor alimentação e alguma autonomia. Além deles, se apresentaram alemães étnicos com o objetivo de auferir vantagens políticas ou materiais (ainda que muitos tenham sido induzidos ou mesmo recrutados pela SS) e voluntários tanto da Europa Ocidental como da Oriental. Esses podiam ser tanto homens cuja prioridade era a de garantir a sobrevivência ou a liberdade como voluntários ideológicos propriamente ditos, a maioria vindos de países sob a ocupação alemã.

Esses últimos, especialmente, eram soldados políticos e a conexão que eles faziam entre a participação em uma guerra internacional e a luta política nacional é evidente: boa parte dos franceses, dos dinamarqueses ou dos holandeses, assim como muitos dos croatas, dos ucranianos ou dos letões, que seguiram para a guerra na frente russa tinham uma cruzada particular a realizar – o combate ao comunismo – mas também queriam, com o seu sacrifício em combate, se converter em atores políticos de peso em seus países dentro da Nova Ordem nazista. O caso dinamarquês é, nesse ponto, típico: 75% dos voluntários tinham militância anterior (ou eram simpatizantes) no partido nazista dinamarquês e, quanto mais eles eram isolados no cenário político da Dinamarca ocupada, mais eram estimulados a se voluntariarem (SCHARFF SMITH et al., 1999, p. 82). O mesmo se repetiu na Noruega, onde 80% dos voluntários tinham alguma ligação anterior com o *Nasjonal Samling* de Quisling (SORLIE, 2018, p. 332).

A situação, obviamente, tinha mais nuances do que uma simples opção política. Ao estudar os casos dos voluntários da Bélgica, da França e da Espanha, o historiador David Alegre Lorenz (2017) recorda como o voluntariado para as forças alemãs foi um fenômeno complexo, já que nem todos eram motivados ideologicamente: muitos se renderam à pressão de grupo ou alemã para se apresentarem para a luta. Mesmo assim, eles não eram simples instrumentos ou vítimas inocentes dos alemães ou das lideranças dos seus movimentos: havia projetos e perspectivas que os orientavam. Além disso, ao menos nos casos belga e francês, havia uma violenta disputa em curso internamente e se apresentar para a luta na URSS era também lutar essa guerra interna. Já no caso de, por exemplo, Suécia, Suíça ou Dinamarca (livres da ocupação alemã ou sob um governo civil com alguma autonomia), o europeísmo fascista, o desejo de lutar por ideais compartilhados parece ter tido um papel superior (GUTMANN, 2013; LUND, 2018).

Já no tocante a maneira como o Terceiro Reich viu e justificou a entrada de tantos estrangeiros nas suas forças armadas, temos um caso clássico da realidade se impondo frente aos pressupostos ideológicos. A maior razão para que o regime de Hitler aceitasse tantos milhões de não-alemães lutando sob a bandeira nazista era a necessidade de reforçar os efetivos frente a um cenário de perdas humanas imensas (especialmente frente ao Exército Vermelho) e de policiar e controlar territórios imensos. Frente a essa necessidade de conseguir soldados a pureza ideológica ficou em segundo plano, como bem indicado no modelo de “supply and demand” de Elizabeth Grasmeder (2021).

Mesmo assim, é relevante ressaltar novamente como a ideologia nazista não foi abandonada. Já indicamos como as próprias divisões da Waffen-SS tinham uma hierarquização racial rígida e como o “afrouxamento” das regras raciais pela SS também seguiu essa hierarquização: primeiro se aceitaram os alemães étnicos e os germânicos para depois serem incorporados os europeus “aceitáveis” (como os franceses e os valões) e, finalmente, através da incorporação e transformação dos batalhões policiais, os ucranianos, os balcânicos e os povos da Ásia central e do Cáucaso. Ao mesmo tempo, certos povos foram excluídos do processo, como os sérvios, os poloneses e, obviamente, os judeus. Já os russos só se tornaram aceitáveis após muita resistência e reservas por parte de Hitler e de boa parte da liderança nazista, já que o objetivo da política oriental do nazismo era - apesar das propostas em contrário de, por exemplos, Alfred Rosenberg - exterminar o povo russo, e não o ter como aliado.

A pressão da realidade levou mesmo a tentativas simbólicas de escondê-la, o que se percebe na nomenclatura de algumas divisões da Waffen-SS. Ao batizar divisões com o nome que remetiam ao Império Austro-Húngaro (como *Galizien*, *Maria Theresia* ou *Prinz Eugen*) ou a figuras históricas germânicas (como *Charlemagne* ou *Skanderberg*) tentava-se dar um “ar germânico” a unidades formadas por ucranianos, franceses ou albaneses ou, no máximo, por alemães étnicos. É difícil acreditar que essas tentativas cosméticas tenham convencido alguém.

Em resumo, a ideia de que a Waffen-SS fosse uma espécie de exército europeu, unindo os povos do continente em um idealismo anticomunista, quase prenunciando a União Europeia e a OTAN, é obviamente um mito sem base na realidade e criado apenas para fins de propaganda: os alemães sempre estiveram no comando dos acontecimentos e quaisquer perspectivas realmente internacionalistas foram anuladas de imediato (MACKENZIE, 1997, NÚÑEZ SEIXAS, 2016; ESTES, 2015). No máximo, o que se pode admitir é que certas lideranças nazistas, como Heinrich Himmler, defendiam uma proposta radical de substituir o nacionalismo alemão por um racismo nórdico e que isso se refletiu dentro das Waffen-SS (HALE, 2012, p. 25-29; ESTES, 2015), mas sem nunca se tornar uma perspectiva dominante.

Haveria, por fim, algum tipo de “modelo nazista” de recrutamento? Haveria algo, na maneira como o regime nazista utilizou tantos estrangeiros nas suas forças armadas e milicianas, tão particular, historicamente falando, que mereceria ser classificado à parte? O fato, por exemplo, de Estados satélites ou de grupos nacionalistas participarem da guerra do lado alemão para defender os seus interesses não tem nada de excepcional. Também o voluntariado ideológico, ou seja, o combate por uma causa maior, não é uma grande novidade e o fato de esses voluntários ideológicos lutarem por uma “grande causa”, mas, ao mesmo tempo, estarem buscando vantagens políticas imediatas em seus próprios países tem equivalentes em outros contextos e momentos.

Já o uso de tropas coloniais para o patrulhamento e o controle do território foi prática comum em todos os imperialismos, inclusive no tocante ao uso fora do território original, e as unidades policiais ou auxiliares organizadas pelo nazismo poderiam ser classificadas nesse modelo. Isso reforçaria a tese de que o diferencial nazista seria apenas ter trazido, para a Europa, a mentalidade colonialista europeia aplicada anteriormente na Ásia ou na África.

Um diferencial plausível é que a mentalidade nazista, sempre buscando o confronto e a eliminação dos adversários, levou a uma “mentalidade policial” no trato dos subordinados que se traduziu em uma espiral de violência eterna: quando mais as forças de polícia comandadas pelo nazismo praticavam atrocidades nos territórios ocupados, mais a resistência se acentuava, o que demandava ainda mais forças de polícia e levava a mais atrocidades. No sistema nazista, o outro lado do imperialismo (ou seja, a cooptação dos dominados) teria muito menos força e isso teria levado a uma demanda infinita por policiais e soldados, a qual, associada à brutalidade da guerra contra o Exército Vermelho, obrigou o regime a recorrer a todas as fontes humanas possíveis.

A entrada maciça dos alemães étnicos nas forças alemãs também não é tão surpreendente, pois a presença de emigrantes ou descendentes nas guerras das potências europeias foi algo comum: os filhos e netos de britânicos, franceses ou belgas nascidos nos territórios imperiais (como no Canadá ou na Argélia) tinham obrigações militares, já que eram considerados cidadãos de seus países. Muitos imigrantes ou descendentes que viviam fora das metrópoles também retornaram voluntariamente para cumprir seus deveres, tanto nas guerras mundiais como em outros conflitos, como, por exemplo, no caso dos italianos.

Até esse momento, portanto, as especificidades nazistas no tocante aos voluntários parece ser mais de escala e de alteração dos parâmetros temporais e geográficos do que de essência. No entanto, a ideologia nazista parece ter sido um elemento de diferenciação fundamental, a ser levado em conta. A hierarquização racial, nesse sentido, foi um elemento chave.

Essa hierarquização racial complexa talvez seja realmente um dos maiores diferenciais do nazismo frente a outras experiências. O racismo estava, evidentemente, presente em outras forças armadas em luta na Segunda Guerra Mundial, nas forças coloniais francesas ou britânicas, nas divisões formadas por afro-americanos no Exército dos Estados Unidos, etc. O racismo, portanto, era uma realidade nos exércitos aliados, no japonês e no italiano. Mesmo assim, o sistema de hierarquização racial nazista era muito mais elaborado e restrito e isso é um diferencial ao menos parcial frente a outros modelos. E, dentro do sistema militar nazista, havia diferenças entre as forças da SS e as Forças Armadas, com destaque para o Exército. Esse, obviamente, havia absorvido os princípios racistas do nazismo, mas os interpretava de forma mais pragmática, tanto que recrutou até mesmo alemães com sangue judeu, os *Mischlinge*, nas suas fileiras: 150 mil deles lutaram nas suas fileiras (RIGG, 2013).

Outro elemento da ideologia nazista que teve um impacto considerável no “modelo nazista” de recrutamento e voluntariado foi a divisão entre partido e Estado. O regime nazista tinha uma perspectiva totalitária, a qual, se fosse aplicada integralmente, significaria a destruição do antigo Estado e a formação de um outro, no qual o NSDAP seria a força dominante e as antigas elites seriam substituídas pelas novas, do partido nazista. Essa proposta não se converteu em realidade, mas o partido nazista penetrou dentro da maquinaria do Estado alemão, gerando uma duplicidade de funções e uma disputa contínua entre forças e pessoas, em um sistema caótico. No aspecto marcial, a questão chave passou a ser quem teria o monopólio da força: as Forças Armadas ou SS?

Como já esboçado anteriormente, desde a sua fundação, a SS se organizava em termos militares e sua ambição maior era, se não substituir o Exército, ao menos ter força suficiente para se contrapor a ele em termos políticos. A partir de seu início como força policial para uso dentro da Alemanha, o sistema SS evoluiu para um impressionante aparato de tropas policiais em formato militar (dentro e fora da Alemanha) e unidades militares de combate, de valor variável. A expansão descontrolada das unidades estrangeiras da Waffen-SS foi uma resposta para o problema de ter o material humano necessário para a sua tarefa central, a segurança interna, mas também foi uma forma de se contrapor ao Exército e de se expandir incessantemente para conseguir poder: sem esse aspecto da ideologia nazista, seria difícil entender – a parte às necessidades da guerra – o uso maciço de estrangeiros por uma instituição que se dizia racialmente exclusiva. Essa dicotomia Estado/partido aplicada no campo militar é, realmente, o grande diferencial da experiência da Alemanha nacional-socialista frente às outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Duas conclusões mais amplas emergem a partir desse estudo do modelo nazista de recrutamento e voluntariado. A primeira se relaciona ao debate sobre as continuidades e rupturas entre a Alemanha imperial e a nazista, o qual é extenso e envolve inúmeros aspectos e facetas dos dois Estados. Se levarmos em consideração apenas a questão do voluntariado, fica claro como a Alemanha nazista teve características bem diferenciadas frente o regime dos Kaisers. Na guerra de 1914-1918, a Alemanha recrutou as minorias polonesas, judaicas, dinamarquesas e da Alsácia-Lorena para o seu Exército, as quais foram, ainda que não sem tensões (WATSON, 2011; FINE, 2012; CHRISTENSEN, 2020), integradas nas unidades alemães. Além disso, os alemães utilizaram tropas coloniais na África e apoiaram, ainda que sem entusiasmo, a formação de legiões polonesas para a luta contra a Rússia. A Alemanha nazista, por outro lado, recrutou em escala nunca vista a partir da elaboração de uma pirâmide racial e de uma noção de guerra ideológica que poucos poderiam ter imaginado em 1914.

Outro ponto relativo ao tema das continuidades/descontinuidades que a experiência do voluntariado nazista pode iluminar é sobre o caráter do imperialismo nazista. A esse respeito, uma discussão historiográfica recente é sobre as conexões entre a tradição imperialista europeia, o Holocausto e a violência generalizada perpetrada pelos alemães no Leste Europeu. Nessa perspectiva, a ideologia nazista teria sido, acima de tudo, uma alteração de tempo e espaço de práticas corriqueiras em outros locais: a guerra colonial foi transferida da Ásia e da África para a Europa (como Franco já havia feito, aliás, na Espanha) e sua escala foi ampliada a níveis inimagináveis até então. Isso indicaria que a única novidade do nazismo foi trazer para o continente europeu as práticas colonialistas, de *divide et impera*, praticadas por todas as potências coloniais na Ásia e na África.

Tal hipótese foi elaborada por Hannah Arendt (a “teoria do bumerangue”) décadas atrás e tem sido retomada recentemente, ainda que em termos um pouco diversos. Seria

impossível retomar todo esse debate aqui, mas a tese, em si, é válida: ao dividir e colocar grupos e etnias uns contra os outros e ao exercer a violência em larga escala, os nazistas não faziam nada que franceses, britânicos ou belgas não tivessem feito na África, ainda que em uma escala muito maior. No entanto, essa busca da continuidade leva ao esquecimento do fato que o plano nazista ia além de uma mera conquista colonial, mas buscava também de estabelecimento de uma nova ordem racial e política: o Estado totalitário imaginado pelos nazistas seria construído, primeiro, nos territórios ocupados.

O nazismo, nessa perspectiva, era imperialista e colonialista (ainda que radicalizado), mas seu sistema de poder era mais complexo do que isso. O próprio Holocausto não se encaixa em uma perspectiva colonial, já que os judeus não eram um povo a explorar em minas ou fábricas ou a exterminar para liberar terras para colonização, mas, dentro da cosmologia nazista, uma verdadeira “ameaça cósmica”, a ser eliminada (CONFINO, 2016).

Em resumo, a SS e as forças armadas alemãs travaram, no Leste Europeu, uma guerra convencional, uma colonial e uma ideológica e o sistema de voluntariado nazista reforça essa perspectiva tripla: no tocante à mobilização de aliados e tropas coloniais, ele não era muito diferente do sistema tradicional, mas a sua guerra ideológica demandava outro tipo de voluntário. Os voluntários ideológicos (e a rígida diferenciação racial aplicada pelos nazistas entre eles) indicam um compromisso com uma ideologia que ia além da simples sobrevivência em tempos de guerra ou de ganhar benefícios se associando aos dominadores. O estudo do sistema de recrutamento reforça a tese de que o nazismo bebeu nas tradições colonialistas europeias e alemãs, mas foi além disso, criando um sistema de poder diferente.

Outra colaboração do discutido nesse artigo é que temos evidências adicionais para discutir a questão do totalitarismo. A Itália fascista (cuja experiência particular será analisada em outro artigo), por exemplo, recrutou estrangeiros para as suas forças armadas, mas a esmagadora maioria foi enquadrada nas forças regulares, com poucos homens se incorporando às unidades da MVSN, a milícia fascista, o que indica uma hegemonia do Estado sobre o partido, ou uma perspectiva totalitária que pouco se desenvolveu.

Já no caso da União Soviética, as inúmeras minorias nacionais soviéticas lutaram de forma integrada, diluídas em unidades maiores. A base de recrutamento podia levar a maior ou menor presença de uma dada etnia em uma divisão ou regimento e existiram algumas unidades com base nacional, normalmente para a defesa territorial, mas eram exceções. Habitualmente, os militares de etnia russa ou eslava assumiam postos de comando com mais frequência do que os outros e os eslavos eram vistos como mais confiáveis do que, por exemplo, os muçulmanos da Ásia Central. Sentimentos racistas ou xenófobos também estavam presentes nas unidades soviéticas, especialmente frente aos muçulmanos e asiáticos (GLANTZ, 2012). O fato de o racismo não ser política de Estado, contudo, permitiu um sistema de recrutamento diferente do nazista, mais aberto e inclusivo.

Do mesmo modo, a equivalente soviética da SS, a NKVD, foi utilizada de forma implacável para manter a ordem dentro do território soviético e na retaguarda dos seus exércitos. As unidades da NKVD chegaram a ser organizadas em nível brigada e divisão, e algumas delas chegaram a ser usadas em combate com os alemães. No entanto, elas não passavam de infantaria leve e não eram a ponta de lança de um conflito entre o partido e o Estado, ainda que os militares tivessem algumas reticências frente a elas. Isso indica como a simbiose entre partido e Estado havia avançado muito mais na URSS e que o conflito entre a NKVD e o Exército Vermelho, ainda que real, não avançou ao ponto de uma dessas organizações procurar recrutar estrangeiros para reforçar seu próprio poder.

Domenico Losurdo (2017) chamou a atenção sobre como o conceito de totalitarismo, o qual aproxima a Alemanha nazista da União Soviética, não leva em conta a questão do imperialismo e do racismo: segundo ele, se olhássemos para esses elementos, ficaria evidente como a Alemanha nazista estava mais próxima do Império Britânico, por exemplo, do que da URSS. A análise do voluntariado nazista permite testar a hipótese de Losurdo.

O sistema militar soviético não era desprovido de hierarquias raciais e preconceitos e uma harmonia total entre etnias e nacionalidades é um mito. No entanto, a utilização de tropas coloniais ou de uma hierarquia racial e nacional para separar e organizar rigidamente as forças armadas não estava presente no modelo soviético, enquanto era onipresente nos países ocidentais e, de forma ainda mais radical, no sistema nazista. A perspectiva totalitária nazista indicava a necessidade de contínua hierarquização entre homens e etnias; a soviética valorizava a diluição de todas a favor de um único objetivo, ainda que preconceitos residuais permanecessem. Ou, nos termos de Norberto Bobbio (1994): o regime de Stalin era a perspectiva totalitária da esquerda e a Alemanha de Hitler a de direita, o que se refletiu diretamente no sistema militar. A hipótese de Losurdo, nesse caso, parece ter fundamento.

No entanto, convém não esquecer, igualmente, que as potências ocidentais, mesmo sendo imperialistas, não tinham projetos de destruição da democracia ou de um reordenamento radical das relações sociais e nem vivenciavam uma situação de tensão entre partido e Estado, como no caso da URSS e da Alemanha nazista. O próprio racismo nazista era diferente, em escala e essência, do mais tradicional, praticado pelos europeus no mundo colonial. Isso se refletiu, no caso de França, Bélgica ou Reino Unido, em um sistema de recrutamento mais ou menos tradicional, seguindo os parâmetros habituais do racismo e do colonialismo europeus. Estabelecer, apenas com base na questão racial, que não havia diferenças entre a França, o Reino Unido e a Alemanha nazista é ir muito além do que nos é permitido pelos fatos.

A análise do sistema de recrutamento militar nazista indica, portanto, as aproximações e diferenças do modelo nazista com relação às potências democráticas e, do mesmo modo, com a URSS. O seu estudo nos permite entender a importância de elementos tradicionalmente ignorados – como a luta entre o partido e Estado e a questão racial e colonial – nas discussões sobre continuidades e rupturas e entre modelos políticos na época da Segunda Guerra Mundial.

A nova história militar indica a necessidade de conjugar as questões diretamente militares (batalhas, generais, equipamento, táticas e estratégias) com a política, a economia e a sociedade. No caso do sistema de recrutamento e voluntariado organizado pela Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial, essa conexão é mais do que evidente e indica as especificidades daquele regime político. A guerra é, como afirmado por Clausewitz, a continuação da política por outros meios. O caso nazista reconfirma isso da maneira mais evidente possível.

REFERÊNCIAS

ALEGRE LORENZ, David. *Experiencia de de guerra y colaboracionismo político-militar : Bélgica, Francia y España bajo el Nuevo Orden (1941-1945)*, Tesis de Doctorado. Departament d'Història Moderna i Contemporània, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2017.

BATTISTELLI, Pier P.; MOLINARI, Andrea. *Le Forze Armate della RSI. Uomini e imprese dell'ultimo esercito di Mussolini*. Bresso (MI): Hobby & Work, 2007.

- BERGEN, Doris L. The Nazi concept of 'Volksdeutsche' and the exacerbation of anti-Semitism in Eastern Europe, 1939-45. *Journal of Contemporary History*, v. 29, n. 4, p.569-582, 1994.
- BEYDA, Oleg. France. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European nations and the invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 288-316.
- BEYDA, Oleg; PETROV, Igor. The Soviet Union. In: STAHEL, David. *op. cit.*, p. 369-425.
- BLOOD, Philip W. *Hitler's bandit hunters: The SS and the Nazi occupation of Europe*. New York: Potomac Books, 2011.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.
- BOHLER, Jochen; GERWARTH, Robert. *The Waffen SS. A European History*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- CABALLERO JURADO, Carlos; NIGEL, Thomas N. *Germany's Eastern Front allies (2): Baltic forces*. Oxford: Osprey, 2012.
- CASAGRANDE, Thomas. *Die Volksdeutsche SS-Division „Prinz Eugen“. Die Banater Schwaben und die nationalsozialistischen Kriegsverbrechen*. Frankfurt und Main: Campus Verlag, 2003.
- CHRISTENSEN, Steffen L. Between duty, right and compulsion – the Danish minority in the German army, 1914–1918. *First World War Studies*, v. 11, n. 3, p. 257-271, 2020.
- CONFINO, Alan. *Um mundo sem judeus: da perseguição ao genocídio, a visão do imaginário nazista*. São Paulo: Cultrix, 2016.
- DEAN, Martin. *Collaboration in the Holocaust: crimes of the local police in Belorussia and Ukraine, 1941-1944*. New York: Palgrave MacMillan, 2000.
- DELETANT, Dennis. Romania. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 46-78.
- EDELE, Mark. *Stalin's defectors: how Red Army soldiers became Hitler's collaborators, 1941-1945*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- ESTES, Kenneth. *A European anabasis: Western European volunteers in the German Army and SS, 1940-45*: Helion, Limited, 2017.
- FINE, David J. *Jewish integration in the German Army in the First World War*. Berlin and Boston: De Gruyter, 2012.
- FROTSCHER, Méri. Narrar a vida durante o III Reich. Interpretação de “trajetórias de vida” escritas por “retornados” à Alemanha a partir do Brasil. Naveg@mérica. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas [en línea]. 2013, n. 11.
- GIOLITTO, Pierre. *Volontaires français sous l'uniforme allemand*. Paris: Perrin, 1999.
- GLANTZ, David. Soviet use of "substandard" manpower in the Red Army, 1941-1945. In: MARBLE, Sanders. *Scraping the Barrel: the military use of sub-standard manpower*. Fordham University Press, 2012, p. 151-178.

GRAMS, Grant W. *Coming home to the Third Reich: return migration of German nationals from the United States and Canada, 1933-1941*. Jefferson (NC): McFarland & Company, 2021.

GRASMEDER, Elizabeth M. F. Leaning on Legionnaires: why modern States recruit foreign soldiers." *International Security*, v. 46, n. 1, p. 147-195, 2021.

GUTMANN, Martin. Debunking the myth of the volunteers: transnational volunteering in the Nazi Waffen-SS Officer Corps during the Second World War. *Contemporary European History*, v. 22, n. 4, p. 585-607, 2013.

HALE, Christopher. *I carnefici stranieri di Hitler: l'Europa complice delle SS*. Milano: Garzanti, 2012.

KRUGER, Christine G.; LEVSEN, Sonja L. Volunteers, war and the Nation since the French Revolution." In: KRUGER, Christine G.; LEVSEN, Sonja L. *War volunteering in modern times. From the French Revolution to the Second World War*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011, p. 1-22.

LELEU, Jean-Luc. *La Waffen-SS - Soldats politiques en guerre*. Paris: Perrin, 2007.

LELEU, Jean-Luc. *La Waffen-SS* Paris: Place des éditeurs, 2014.

LOSURDO, Domenico. Stálin e Hitler. Irmãos ou inimigos mortais. JINKINGS, Ivana; Doria, Kim. *1917: o ano que abalou o mundo*. São Paulo: Boitempo/SESC, 2017, p. 175-189.

LUMANS, Valdis O. The military obligation of the Volksdeutsche of Eastern Europe towards the Third Reich. *East European Quarterly*, v. 23, n. 3, p. 305-325, 1989.

LUMANS, Valdis O. *Himmler's Auxiliaries: the Volksdeutsche Mittelstelle and the German national minorities of Europe, 1933-1945*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1993.

LUMANS, Valdis O. The Baltic States: Lithuania, Latvia and Estonia. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 343-368.

LUMANS, Valdis O. The Ethnic Germans of the Waffen-SS in Combat: Dregs or Gems? In: MARBLE, Sanders. *Scraping the Barrel: the military use of sub-standard manpower*. Fordham University Press, 2012, p. 225-253.

LUMANS, Valdis O. Recruiting Volksdeutsche for the Waffen-SS: From Skimming the Cream to Scraping the Dregs. In: MARBLE, Sanders. *Scraping the Barrel: the military use of sub-standard manpower*. Fordham University Press, 2012, p. 197-224.

LUND, Joachim. Denmark. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 236-259.

MACKENZIE, S.P. *Revolutionary armies in the modern era: a revisionist approach*. London/New York: Routledge, 1997.

MEINANDER, Henrik. Finland. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 17-45.

MORENO JULIÁ, Xavier. *La División Azul: sangre española en Rusia, 1941-1945*. Barcelona: Planeta De Agostini, 2006.

MORENO JULIÁ, Xavier. Spain. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 193-213.

MULLER, Rolf D. *The unknown Eastern Front: the Wehrmacht and Hitler's foreign soldiers*. London: Bloomsbury Academic, 2012.

NÚÑEZ SEIXAS, Xosé M. A “Cruzada europeia contra o bolchevismo”: mito e realidade. In: *Fascismo, guerra e memória. Olhares ibéricos e europeus*, Porto Alegre, Santiago de Compostela: Edipucs, Universidade de Santiago de Compostela, 2016, p. 125-162.

OLIVEIRA, Dennison de. *Os soldados brasileiros de Hitler*. Curitiba: Juruá, 2008.

RIGG, Bryan M. *I soldati ebrei di Hitler*. La storia mai raccontata delle leggi razziali naziste e degli uomini di origine ebraica dell'esercito tedesco. Roma: Newton Compton, 2015.

RODRIGUEZ JIMÉNEZ, José L. Ni División Azul, ni División Española de Voluntarios: El personal forzado en el cuerpo expedicionario enviado por Franco a la URSS. *Cuadernos de Historia Contemporánea*, n. 31, p. 265-296, 2009.

ROMSICS, Ignác. Hungary In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 79-106.

RYCHLIK, Jan. Slovakia. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 107-133.

SCHARFF SMITH, Peter *et al.* The Danish volunteers in the Waffen SS and German warfare at the Eastern Front. *Contemporary European History*, v. 8, n. 1, p. 73-96, 1999.

SILVA, Ricardo. *Portugueses na Wehrmacht. Os voluntários da Divisão Azul (1941-1944)*, Departamento de História, Universidade Nova de Lisboa, 2012

SORLIE, Sigurd. Norway. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 317-340.

STAHEL, David. 2018. Introduction. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 1-14.

STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018b.

STEIN, George H. *The Waffen SS: Hitler's elite guard at war, 1939-1945*: Cornell University Press, 1966.

VAN ROEKEL, Evertjan. The Netherlands. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 214-235.

WATSON, Alexander. Fighting for another Fatherland: the Polish minority in the German Army, 1914—1918. *The English Historical Review*, v. 126, n. 522, p. 1137-1166, 2011.

WESTERMANN, Edward. Himmler's uniformed police on the Eastern Front: the Reich's secret soldiers, 1941–1942." *War in History*, v. 3, n. 3, p. 309-329, 1996.

WOUTERS, Nico. Belgium. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 259-287.

YEOMANS, Rory. Croatia. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 158-189.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

João Fabio Bertonha: Doutor em História pela Unicamp, Livre-Docente em História pela USP, Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá e pesquisador do CNPq. Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. XV de Novembro 297, apto 1102, Maringá – PR, Brasil, 87013-230.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Fabio Bertonha. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.



EDITORES

João Júlio Gomes dos Santos Jr.
Jo Klanovicz.

HISTÓRICO

Recebido em: 2 de março de 2022
Aprovado em: 4 de agosto de 2022

Como citar: BERTONHA, João F. Estrangeiros na Wehrmacht e na Waffen-SS durante a Segunda Guerra Mundial: um "modelo nazista" de voluntariado? *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 731-753, set./dez. 2022.



A PAUTA AMBIENTAL NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (ICB) DA UFMG: CURRÍCULO, PROGRAMAS E FINANCIAMENTO (1970-1990)

The environmental agenda at The Institute of Biological Sciences (ICB) of UFMG:
curriculum, programs, and financing (1970-1990)

Gabriel Schunk Pereira^a

 <https://orcid.org/0000-0002-8467-5579>

E-mail: schunk.gsp@gmail.com

^a Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de História, Belo Horizonte, MG, Brasil.

RESUMO

Este artigo objetiva discutir a imersão da agenda ambiental no Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre as décadas de 1970, quando os temas ambientais começaram a ser discutidos, e 1990, momento dos primeiros anos de funcionamento do mestrado em Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre (ECMVS), que entendemos ser resultado da incursão dessa agenda no ICB. Para tanto, partimos dos conceitos de coletivo de pensamento e tráfego intercoletivo de pensamento, de Ludwik Fleck (2010), e de redes de ativismo transnacionais, de Keck e Sikkink (1996). Utilizando fontes administrativas obtidas no Arquivo Institucional do ICB/UFMG, mostramos como esse movimento provocou mudanças curriculares, principalmente sobre a disciplina de ecologia, pondo em evidência uma controvérsia entre as áreas de história natural e ciências biológicas. Ainda, situamos a introdução da temática ambiental no Instituto por professores internos e convidados, em disciplinas e eventos acadêmicos, em que se abordou temas que iam da poluição à conservação de espécies ameaçadas. Por fim, discutimos, como uma das consequências desse movimento, a criação, em 1989, de um programa voltado para conservação da biodiversidade – o programa de pós-graduação em ECMVS -, destacando as relações estabelecidas com instituições conservacionistas estrangeiras, o que foi importante para a manutenção e consolidação do curso nos seus primeiros anos, indicando os interesses dos professores pesquisadores no estudo desse tema, mas também das organizações conservacionistas estrangeiras em financiar projetos deste tipo em um país megadiverso como o Brasil.

PALAVRAS-CHAVES

Ambientalismo. Universidades. Financiamento.

ABSTRACT

This article aims to discuss the immersion of the environmental agenda in the Institute of Biological Sciences (ICB) of the Federal University of Minas Gerais (UFMG), between the 1970s, when environmental issues began to be discussed, and 1990, when the first years of functioning of the Master's Degree in Ecology, Conservation and Wildlife Management (ECMVS), which we believe is the result of the incursion of this agenda at the ICB. To do so, we start from the concepts of collective thought and inter-collective traffic of thought, by Ludwik Fleck (2010), and transnational activism networks, by Keck and Sikkink (1996). Using administrative sources obtained from the Institutional Archives of the ICB/UFMG, we show how this movement caused curricular changes, mainly in the discipline of ecology, highlighting a controversy between the areas of natural history and biological sciences. Furthermore, we placed the introduction of the environmental theme at the Institute by internal and guest professors, in academic disciplines and events, in which topics ranging from pollution to the conservation of endangered species were addressed. Finally, we discuss, as one of the consequences of this movement, the creation, in 1989, of a program aimed at biodiversity conservation - the postgraduate program in ECMVS -, highlighting the relationships established with foreign conservation institutions, which was important for the maintenance and consolidation of the course in its early years, indicating the interest of research professors in the study of this topic, but also of foreign conservation organizations in financing projects of this type in a megadiverse country like Brazil.

KEYWORDS

Environmentalism. Universities. Financing.



As temáticas ambientais ganharam força no debate público a partir da segunda metade do século XX. Uma série de eventos ao redor do planeta foram evidenciando a crise ecológica que se tornou uma das grandes problemáticas contemporâneas.¹ A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, a Conferência de Estocolmo, organizada pela ONU, em 1972, é o grande marco temporal desse movimento, tendo sido a primeira grande reunião internacional para discutir os problemas ambientais. Ao passo que esses problemas ganhavam notoriedade e o movimento ambientalista se estruturava em diferentes lugares do mundo, as discussões relacionadas ao meio ambiente alcançaram setores da sociedade civil.

Um desses espaços foram as universidades. Novos cursos, disciplinas, grupos de estudo e pesquisa, eventos, revistas acadêmicas e programas de pós-graduação foram surgindo tendo a tônica ambiental como foco. Como local de pesquisa e produção de conhecimento científico, as universidades estiveram e estão inseridas em redes científicas que reúnem especialistas e instituições de várias partes do mundo com intuito de pesquisar as questões ambientais. Assim como muitos problemas ambientais possuem caráter transnacional, muitas dessas redes também são configuradas a partir de conexões entre atores situados em diferentes países e continentes.

Neste artigo, temos como objetivo identificar as relações entre instituições conservacionistas internacionais e o programa de pós-graduação em Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre (ECMVS),² criado em 1989, no Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bem como os financiamentos que o programa recebeu dessas instituições estrangeiras,³ fator importante para a consolidação do curso em seu início. Entendemos que a criação do programa é resultado da inclusão da temática ambiental nos circuitos do Instituto.

As fontes utilizadas são documentos institucionais - estatutos, memorandos, ofícios, relatórios departamentais - do Instituto e de alguns departamentos obtidos no Arquivo Institucional do ICB. Nosso recorte temporal compreende o intervalo entre a década de 1970, momento em que as temáticas ambientais emergiram e passaram a ser discutidas no Instituto, e a primeira metade da década de 1990, período dos primeiros anos de funcionamento e consolidação do curso de mestrado em questão.

Após breve exposição dos aportes teóricos que sustentam nossa análise, descreveremos como a questão ambiental foi ganhando espaço dentro do ICB da UFMG, discutindo sobre a inclusão da disciplina de ecologia frente à controvérsia entre os cursos e currículos de história natural e biologia, bem como os temas que eram abordados em aulas, palestras e eventos acadêmicos. Depois, como uma das consequências da entrada da temática ambiental no Instituto, apresentaremos como se deu a criação de um programa de mestrado voltado para a aplicação prática da ciência ecológica e da biologia conservacionista em projetos de conservação da biodiversidade, enfatizando as conexões

¹ McCormick (1992) aponta seis fatores que foram importantes para o surgimento e consolidação do movimento ambientalista: a afluyente realidade socioeconômica entre os anos 1950 e 1970; os testes atômicos e a poluição atmosférica; a publicação de *A Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, em 1962; o desenvolvimento e aprimoramento de conhecimentos científicos; a publicização de desastres ambientais; e a relação com outros movimentos sociais, como o movimento *hippie*, pacifista e pelos direitos civis.

² Daqui em diante, para evitar repetições, o programa de pós-graduação em Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre poderá aparecer nomeado como “programa”, “curso de mestrado em Ecologia”, “pós-graduação em Ecologia”, “programa de mestrado”, sem prejudicar a compreensão da narrativa.

³ O artigo está centrado nas dinâmicas de financiamentos estrangeiros que envolviam o apoio específico aos projetos do programa de mestrado em Ecologia, ou outras pesquisas da área ambiental em curso nos departamentos de Biologia Geral, Botânica e Zoologia. Cabe destacar, entretanto, que em diferentes momentos outros departamentos e professores do Instituto integraram redes internacionais em suas áreas de pesquisa, tecendo relações diretas com outros pesquisadores, países, organizações e empresas estrangeiras (ver SILVA, 2021).

e financiamentos que o curso e seus professores estabeleceram e receberam de organizações conservacionistas estrangeiras.

MARCOS TEÓRICOS: HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E HISTÓRIA TRANSNACIONAL

A fim de elucidar o processo de criação do curso de mestrado em ecologia da UFMG e dar conta dos objetivos estipulados neste artigo, partiremos de alguns conceitos provenientes da história das ciências e da história transnacional. Em relação à primeira, entendemos, com base na epistemologia de Ludwik Fleck (2010), a constituição do mestrado em Ecologia do ICB como um novo *coletivo de pensamento*, ou seja, “a comunidade das pessoas que trocam pensamentos ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamentos” (FLECK, 2010, p. 82). Como um coletivo, este grupo de profissionais constituiu em torno do curso um espaço de formação de novos pesquisadores e de produção de conhecimento científico baseado nas manifestações, percepções e entendimentos formais compartilhados entre seus integrantes.

Da teoria fleckiana, tomamos ainda o conceito de *tráfego intercoletivo de pensamento*,⁴ que nos permite pensar a circulação dos professores do programa por outros grupos/coletivos científicos e as trocas entre o programa de mestrado e os grupos conservacionistas. O trânsito e as ligações desses atores em outros grupos e espaços é o que os inseria e os permitia integrar uma rede científica em torno de questões como a conservação da biodiversidade e de espécies ameaçadas. É nesse âmbito que ocorre o intercâmbio de práticas, metodologias e instrumentos de pesquisa. Em nosso caso, cabe identificar em que medida esses grupos e organizações conservacionistas financiaram projetos de pesquisa desenvolvidos dentro do programa de mestrado em Ecologia do ICB.

Por seu turno, tais questões relacionadas a circulação, relação e conformação de uma rede a qual os membros do programa estão metidos são melhor compreendidas quando as analisamos a partir da abordagem da história transnacional.⁵ A perspectiva transnacional propõe investigar os objetos de estudo pensando as conexões e interações, não somente comparações, enfatizando as redes e os processos construídos e estabelecidos além do espaço nacional. A principal preocupação está na identificação e análise do movimento, do fluxo e circulação de ideias, pessoas, tecnologias ou instituições através das fronteiras e, também, no estudo de fenômenos e eventos que estão limitados ao escopo da nação, mas cujo objetivo seja o de apontar os traços do global no local, avaliando a interação entre o local e o global (BARROS, 2019; PRADO, 2012; PURDY, 2012; STRUCK *et al.*, 2011; SEIGEL, 2005).

Seguindo esse tipo de abordagem, utilizaremos aqui o conceito de *redes de ativismo transnacionais* (KECK; SIKKINK, 1998). A partir desse conceito, as autoras analisaram as

⁴ Concordamos com Oliveira (2012) quando o autor cita os limites que a teoria de Fleck apresenta em relação à ideia da “transferência entre coletivos”. Oliveira sugere que o autor polonês desconsiderou a autonomia da esfera exotérica nos processos de mobilização de apoios e alianças – *lobbies* – e as tensões que emergem e estão presentes nos variados conflitos de interesse e disputas de poder e capital simbólico presente nessas relações/negociações. Apesar dos limites, ainda consideramos que o conceito de *tráfego intercoletivo de pensamento* nos serve para descrever o trânsito e as relações, sobretudo de financiamento, entre os diferentes coletivos citados.

⁵ A história transnacional é uma das perspectivas teórico-metodológicas que tentam superar o que Conrad (2016) chamou de “defeitos congênitos” das ciências sociais e humanas, o 1) fato de que tais ciências foram fundadas no século XIX e estavam ligadas ao Estado-nação, o que o reificava como uma unidade fundamental de investigação, e 2) o eurocentrismo dessas disciplinas, que “colocaram os desenvolvimentos europeus em primeiro plano e viram a Europa como a força motriz central da história mundial” (CONRAD, 2016, p. 3), tornando a experiência europeia como base de análise para outros lugares. Por isso, reafirmamos que optamos pela abordagem transnacional, frisando, contudo, que a transnacionalidade implica mais em uma abordagem e perspectiva utilizada como forma de análise e não necessariamente um método histórico em si (PURDY, 2012; SEIGEL *apud* BARROS, 2019).

interações promovidas por novos movimentos sociais, dentre eles, o ambientalismo⁶. Essas *redes* são definidas como “formas de organização caracterizadas por padrões voluntários, recíprocos e horizontais de comunicação e troca” (KECK; SIKKINK, 1998, p. 16), enquanto o *ativismo* aponta o fato de que essas redes são estruturadas e organizadas para defender causas, proposições, princípios e valores.

As *redes de ativismo transnacionais* compartilham importantes características, das quais destacamos o compartilhamento de recursos técnicos e informação entre seus integrantes – estendendo aqui as trocas e apoios que ocorrem também no âmbito financeiro, como acentuamos ao longo do trabalho. Seu corpo de membros “inclui os atores relevantes que trabalham internacionalmente em um assunto, unidos por valores compartilhados, um discurso comum e trocas densas de informações e serviços” (KECK; SIKKINK, 1998, p. 11). Essas informações são fundamentais para que a atuação das redes seja eficaz e para que elas obtenham dados que não estão facilmente disponíveis, cujo compartilhamento entre esses grupos é importante para o trabalho de cientistas e ativistas, por conferirem maior legitimidade aos trabalhos, bem como aos resultados obtidos por eles.

Uma das categorias de rede trazida pelas autoras são as redes motivadas por ideias causais compartilhadas, compostas por cientistas e especialistas que possuem algum tipo de vínculo acadêmico ou profissional, dividem valores e princípios em comum e buscam influenciar tomadas de decisão política. Nesse tipo de rede, o principal recurso a ser compartilhado é o conhecimento técnico e científico e a habilidade de convencer os formuladores de política de sua importância. É esse tipo de rede norteia nossa análise.

O DEBATE AMBIENTAL CHEGA AO ICB⁷

O debate ambiental foi sendo introduzido no ICB a partir de três movimentos: primeiro, as discussões sobre a entrada da disciplina de ecologia no currículo dos cursos do Instituto, além do ensino de ecologia perante à controvérsia entre a história natural e a biologia; segundo, ele ocorreu prioritariamente em espaços e departamentos específicos; e, terceiro, a participação de professores e pesquisadores internos e externos ao Instituto que realizavam palestras abordando a temática ambiental nas disciplinas ofertadas e eventos realizados no Instituto. Sustentamos que a veiculação desses temas dentro do Instituto tem como consequência a criação do curso de pós-graduação em ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre, voltado para o ensino e pesquisa prática em conservação e manejo de espécies, abordado na seção seguinte.

Criado em 1968, no contexto da reforma universitária (BRASIL, 1968b) implantada pela ditadura militar,⁸ o Instituto de Ciências Biológicas da UFMG⁹ foi um dos vários

⁶ Cabe destacar que, embora o foco esteja na constituição do programa de mestrado em ecologia e nos financiamentos estrangeiros recebidos, os docentes que estiveram envolvidos nesse processo atuavam, simultaneamente, no movimento ambientalista local (Minas Gerais) e nacional (Brasil), o que favorecia o contato e o tráfego deles não só em instituições de ciência, mas também em espaços formais e informais de atuação política e com organizações atuantes na seara ambiental nacional e internacionalmente.

⁷ Para os efeitos e propósitos deste artigo, apresentamos a entrada dos temas ambientais no ICB a partir de três departamentos onde essas discussões ocorreram com maior frequência, além de terem sido os três departamentos envolvidos na constituição do curso de mestrado em ECMVS – Biologia Geral, Botânica e Zoologia. Isso não descarta o papel e a importância que outros espaços físicos externos ao Instituto também tiveram nesse processo, como a Estação Ecológica (EE) e o Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB).

⁸ A reforma universitária foi instituída pelos militares através da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e implementou medidas que àquela altura já vinham sendo discutidas sobre as universidades no país. Dentre as transformações estavam a extinção do sistema de cátedras, a divisão das unidades universitárias em departamentos, local onde seriam distribuídas as disciplinas, e a separação do ensino básico e profissional. Sobre a Reforma Universitária, ver Fávero (2006) e Trindade (2004). Sobre os aspectos da Reforma de 1968 no ICB, ver Silveira e Marques (2021).

⁹ Para uma história do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, ver Gomes e Marques (2021).

institutos centrais fundados naquele momento, passando a integrar o sistema básico de ensino da universidade (BRASIL, 1968a). Os objetivos com a criação do Instituto eram, a partir da reunião de áreas e disciplinas de cursos relacionados, otimizar o aproveitamento de orçamento, pessoal e de infraestrutura disponível. Com essas mudanças, projetava-se para o Instituto e seus departamentos um aumento da produção científica, de financiamento, da oferta de cursos de pós-graduação, além da criação e consolidação de redes de ciência e pesquisa com países, universidades e organizações estrangeiras.

A viabilização da disciplina de ecologia nos currículos dos cursos do novo Instituto guarda relação com a controvérsia entre os cursos de história natural e de ciências biológicas. Assim como em outras universidades, a área de história natural vinha perdendo espaço no ICB. Com a especialização e consolidação do campo biológico, a biologia foi se distanciando e tornando-se distinta da história natural, ainda que os limites entre as disciplinas permanecessem relativamente turvos e causassem confusão entre seus praticantes. A biologia se sedimentava como uma disciplina independente e autônoma, diferente das características colecionistas que identificavam a prática da história natural, e passava a ter aspectos mais experimentais e matemáticos, além de estar baseada na síntese evolucionista dos anos 1940 (MAYR, 2005; 1998). Esse conflito curricular entre as duas áreas, segundo Lucas e Ferreira (2017), se dava pelas maneiras distintas pelas quais essas disciplinas compreendiam a prática científica e o ensino, partindo de abordagens singulares que as apartaram cada vez mais uma da outra.

Ao mesmo tempo, a ecologia também passava por mudanças. A partir de meados do século XX, a disciplina passou a contar com novos elementos que direcionaram os estudos da área: o conceito de ecossistemas, a ecologia trófico-dinâmica e as noções de transferência de energia, e a utilização de modelos matemáticos. O conceito de ecossistema, criado por Arthur Tansley, em 1935, integrou os fatores físico-químicos nas análises ecológicas dos ambientes. Gradativamente, o conceito foi sendo cada vez mais considerado pelos ecólogos, sobretudo a partir da publicação, em 1953, de *Fundamentals of Ecology*, de Eugene Odum, tornando-se fundamental na ecologia pós-Segunda Guerra Mundial (ACOT, 1990; DELÉAGE, 1993; FRANCO, 2013).

Os dois últimos elementos tiveram a colaboração de Raymond Lindeman e George Evelyn Hutchinson. Os autores lançaram as bases da ecologia trófico-dinâmica, que enxerga as relações dentro dos ecossistemas através da ideia de transferência de energia entre os níveis tróficos de uma cadeia¹⁰. “Os seres vivos são, pois, considerados como conversores e acumuladores de energia que retiram ao nível trófico inferior e cedem constantemente ao nível trófico superior” (DELÉAGE, 1993, p. 112). Essa abordagem foi importante para a aceitação e consolidação do conceito de ecossistema.

Hutchinson¹¹ também foi um entusiasta da utilização de métodos e ideias de outras disciplinas, principalmente da matemática, na ecologia, tornando-a mais rigorosa. O apoio a simulações e modelos matemáticos ajudou a ecologia adquirir “uma nova complexidade multinível”, superando as características enciclopédicas e colecionistas que até então imperavam nas pesquisas da área, desprendendo-a também da história natural (FRANCO, 2013; SLOBODKIN e SLACK, 1999). Para Slobodkin e Slack (1999, p. 28):

Em 1940, a ecologia americana não estava acostumada à notação matemática, mas também suspeitamos que o artigo [de Lindeman] alterou

¹⁰ Definição dos organismos produtores, consumidores e decompositores.

¹¹ Hutchinson contribuiu ainda para o estabelecimento e modernização de outros campos, como a limnologia, biogeoquímica, paleo e radioecologia, ecologia de sistemas e ecologia populacional, além de assuntos como a determinação e explicação da riqueza de espécies, e outros conceitos, como o de nicho ecológico (ver SLOBODKIN e SLACK, 1999, p. 24-28).

fundamentalmente o papel da história natural na ecologia. Na formulação pré-Hutchinson, ecologia e história natural eram essencialmente sinônimos. Em grande parte por causa de Hutchinson, a ecologia assumiu uma nova complexidade multinível. Obviamente, a história natural era o solo a partir do qual a ecologia estava crescendo. No entanto, agora era legítimo estudar as propriedades físicas ou químicas dos ecossistemas por direito próprio. A abordagem ecossistêmica da ecologia tornou-se o padrão.

O ICB, assim que começou a ser gestado, fora pensado sem a existência do Instituto de História Natural. O novo Instituto seria a reunião do Instituto de Biologia Geral e das cátedras de zoologia e botânica do antigo Instituto de História Natural (PROJETO DO ESTATUTO DO INSTITUTO CENTRAL DE BIOLOGIA, cx. 1, env. 2).¹² A perda de espaço da história natural no Instituto pode ser representada ainda pela separação do curso de ciências biológicas do curso de história natural (CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, cx. 1, env. 2), que, depois, foi definitivamente substituído pelo curso de ciências biológicas. Com isso, a disciplina de ecologia, que até os primeiros anos do Instituto era ministrada no curso de história natural, passou a figurar no currículo de ciências biológicas, ofertada pelo Departamento de Biologia Geral (COPERTIDE – FICHA DA ATIVIDADE DEPARTAMENTAL – BIOLOGIA GERAL, cx. 1, pt. 2, env. 2, doc. 8). Além disso, a ecologia se tornou uma das áreas de especialização no bacharelado do curso de ciências biológicas. O Departamento de Biologia Geral mantinha, na década de 1970, a intenção de criar um curso de pós-graduação em ecologia, mas a proposta não vingou, vindo a tornar-se realidade apenas no final da década seguinte (RELATÓRIO ANUAL DO DEPTO. DE BIOLOGIA GERAL RELATIVO AO ANO DE 1974, cx. 23; 1975, cx. 23).

Enquanto a proposta de criação de uma pós-graduação na área engatinhava, o Departamento de Biologia Geral se mobilizava pela temática ambiental através de seus professores e discentes. Outros dois departamentos, os de Botânica e Zoologia, também tiveram atuação destacada nessas questões. O caso deste último é ainda mais singular, uma vez que, até 1976, ele esteve vinculado ao setor de parasitologia do Instituto, formando um único departamento (BOLETIM ESPECIAL – EDIÇÃO COMEMORATIVA 15 ANOS DO ICB – 1969-1984, cx. 2, pt. 8).

Com o desmembramento,¹³ além de maior autonomia e independência, os professores do setor de zoologia destacavam que era necessário desenvolver o campo de conhecimentos zoológicos, “de alta importância para o desenvolvimento da ecologia animal, da sistemática e das ciências do meio ambiente” (DOCUMENTOS SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO DEPTO. DE ZOOLOGIA – OFÍCIO GB/373/75, cx. 2, pt. 13). Esta é uma das primeiras menções sobre o desenvolvimento de pesquisas acerca das questões ambientais no ICB. Almejavam, ainda, “maior atuação nos problemas de conservação da natureza e proteção à fauna” (DOCUMENTOS SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO DEPTO. DE ZOOLOGIA – OFÍCIO ZP/122/75, cx. 2, pt. 13). Para isso, seriam firmados novos convênios a fim de obter e diversificar as fontes de recursos técnicos e financeiros, além da contratação de novos pesquisadores para fazer pesquisas nessas áreas.

Nos três departamentos – Biologia Geral, Botânica e Zoologia – foram realizadas diversas conferências sobre temas ambientais, que contaram com a participação de seus professores e também de convidados. É interessante observarmos que os temas

¹² As fontes obtidas no Arquivo Institucional do ICB não estavam sistematizadas pela organização do arquivo. Por isso, as referências das fontes podem aparecer de maneiras diferentes, com menores ou maiores detalhes. Nas referências, tentaremos, junto dos títulos, disponibilizar e detalhar ao máximo as informações. No texto, serão usadas abreviações para as caixas (cx.), pastas (pt.), envelopes (env.) e documentos (doc.) para a localização dos documentos.

¹³ Não vamos entrar em detalhes sobre como se deu esse processo de desmembramento. Aqui, importa ressaltar quais as justificativas e objetivos quistos pelos professores do setor com esse movimento.

abordados se diversificaram e ganharam notoriedade após 1972, ano da Conferência de Estocolmo. Nesse período, alguns professores do Instituto, como José Rabelo de Freitas e Wilson Camargos D'Assumpção, já integravam o movimento ambientalista local em Minas Gerais. Muitas dessas palestras¹⁴ e conferências foram promovidas no âmbito da antiga disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB).

Os assuntos tocavam questões como as relações entre poluição e industrialização, homem e natureza, saneamento, grupos ambientalistas locais e nacionais e acerca da conservação e extinção de espécies, com uma palestra dedicada às espécies da avifauna, outra sobre reprodução de ariranhas em cativeiro e uma a respeito das aves brasileiras ameaçadas de extinção, esta última dada por Helmut Sick, ornitólogo e professor do Museu Nacional. Percebe-se que desde a década de 1970 a questão da conservação de espécies esteve presente no Instituto, tema que seria uma das áreas de pesquisa do curso de mestrado em ecologia (RELAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS PROFERIDAS NA DISCIPLINA ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS (1972), cx. 3, env. 23; RELATÓRIO ANUAL DO DEPTO. DE BIOLOGIA GERAL RELATIVO AO ANO DE 1973, 1974 e 1975, cx. 23).

A temática ambiental continuou a aparecer nas décadas seguintes, como podemos observar pelas mesas-redondas e simpósios dos Encontros de Pesquisas do ICB. Realizados primeiramente na década de 1970, após um hiato, os Encontros voltaram a ser organizados na década de 1990. Nesse período, as discussões sobre meio ambiente estiveram presentes em todas edições, tendo a conservação da diversidade biológica como um dos principais tópicos. Em 1992, o simpósio “Biodiversidade: desafios para sua conservação e uso sustentado” abriu o evento. Dois anos depois, o tema de uma mesa-redonda foi “O Brasil na convenção da biodiversidade”. Nas duas situações, Gustavo Alberto Bouchardet da Fonseca, professor do Departamento de Zoologia, foi o coordenador. Outros participantes foram os também professores do ICB Anthony Brome Rylands e Angelo Barbosa Monteiro Machado, e outros nomes renomados como Ademar Faria Coimbra-Filho, Fausto Brito, Francisco A. R. Barbosa e Bráulio Dias, que em 1994 era coordenador de biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA) (III ENCONTRO DE PESQUISA DO ICB/UFMG – 1992, cx. 36; IV ENCONTRO DE PESQUISA DO ICB/UFMG – 1994, cx. 36).

O Instituto de Ciências Biológicas da UFMG e seus departamentos e professores não estiveram alheios às mudanças e urgências que as discussões sobre meio ambiente provocavam. Ao contrário, houve vários movimentos institucionais em favor da inserção do tema nos programas de ensino e pesquisa do ICB, evidenciando uma conexão em relação ao contexto internacional. Um desses movimentos foi justamente a criação do curso de pós-graduação em ecologia.

CRIAÇÃO DO CURSO E FINANCIAMENTO INTERNACIONAL

Até 1989, quando foi instituído o curso de pós-graduação em ecologia, a área de ecologia limitou-se a uma das ênfases do curso de ciências biológicas. A esta altura, o ICB já contava com cursos de pós-graduação consolidados em outras áreas, com alguns sendo referências nacionais. Segundo Marques (2021, p. 89-92), isso se explica pelo cenário de investimentos feitos pela Fundação Rockefeller e pela criação da Capes e do CNPq, ainda nas décadas de 1950 e 1960, que incentivou as pesquisas e fomentou a formação de novos docentes para atuarem nas universidades do país. Quando a pós-graduação foi instituída

¹⁴ Alguns títulos de palestras proferidas, a título de exemplo, por José Rabelo de Freitas: “Problemas ecológicos do Brasil atual”, “Ecologia: ensino e perspectivas”, “Poluição e outros problemas ecológicos da industrialização”, “Poluição das águas e conservação do meio ambiente”, “Ecologia e conservação da natureza” e “Aspectos ecológicos e da conservação da natureza do estado de Minas Gerais”.

no país, em 1968, o Departamento de Bioquímica do Instituto já tinha pós-graduação, e em 1969 e 1970, foram criados os cursos de mestrado em parasitologia e microbiologia, respectivamente, sendo seguidos pelas pós-graduações em fisiologia, morfologia e zoologia.

Pensado e estruturado desde 1985, o curso de pós-graduação em ecologia foi concretizado a partir da integração entre os Departamentos de Biologia Geral, Botânica e Zoologia. Ao nome inicial do programa, originalmente pensado como curso de mestrado em Ecologia e Manejo da Vida Silvestre, foi inserido o “Conservação”, justamente com o intuito de atribuir às pesquisas desenvolvidas uma preocupação apontada para estratégias de conservação (ANÁLISE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DOS DEPTOS. – ANO 1985; 1986; 1988; 1989; cx. 19).¹⁵ O programa de pós em ecologia da UFMG somou-se a outros cursos existentes na área, como o do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), todos criados em 1976, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 1978, e o da Universidade de São Paulo (USP), de 1982 (SCARANO, 2008, p. 90-92).

A criação e os temas de pesquisa do curso refletem algumas transformações que estavam ocorrendo na biologia, com o surgimento de um novo campo voltado para essas questões, a biologia da conservação, e do próprio conceito de biodiversidade, que ganhou força na década de 1980 e passou a estar cada vez mais presente na academia. O crescimento no uso, bem como o aumento de pesquisas nessa área foi vertiginoso, com estudos sobre as espécies e populações sendo impulsionados pela percepção de que a diversidade de espécies estava reduzindo e muitas delas estavam entrando em ou ficando ameaçadas de extinção¹⁶ (FRANCO, 2013; ROBIN, 2011; GANEM e DRUMMOND, 2010; MEDLAND, 2003).

Geralmente associado à diversidade de espécies em uma determinada delimitação geográfica, o conceito abriga uma concepção mais complexa sobre a biodiversidade. Em verdade, pautado em um sistema de classificação por organização biológica,¹⁷ que se baseia nos níveis de complexidade das relações ecológicas, a biodiversidade deve ser considerada em três níveis: a diversidade de espécies (interespecífica), a diversidade genética (intraespecífica), que aprecia a variabilidade genética dentro de uma mesma espécie, e a diversidade ecossistêmica, que é a variabilidade dos lugares que englobam as redes e relações entre os organismos vivos e não-vivos (FRANCO, 2013; GANEM e DRUMMOND, 2010; WILSON, 1994).

Na esteira da preocupação com a conservação da biodiversidade, surgiu a biologia da conservação ou biologia conservacionista. Como uma “disciplina da crise” (SOULÉ, 1985) e uma reação ao processo de erosão da biodiversidade, ela tem como objetivo aplicar os conhecimentos desenvolvidos dentro das diversas áreas da biologia para compreender os fatores que tem levado à diminuição da biodiversidade e, notadamente, indicar quais metodologias, ferramentas e alternativas podem ser utilizadas para otimizar os projetos de conservação da diversidade biológica (FRANCO, 2013; MACHADO, 2011; MEDLAND, 2003; QUAMMEN, 2008; ROBIN, 2011). Em poucos anos, “a biologia da conservação se tornou a principal arena para a reflexão e o debate teórico sobre as questões relacionadas com a conservação, e a biodiversidade, seu principal foco” (FRANCO, 2013, p. 26).

¹⁵ Nos documentos, ver seções do Departamento de Zoologia.

¹⁶ O temor com a conservação da biodiversidade não ficou limitada aos círculos científicos, atingindo também o campo político. Os movimentos e grupos ambientalistas adotaram o conceito e também passaram a ter a conservação da diversidade biológica como parte de suas demandas. Esse é um fenômeno observado no Brasil, conforme relatam Franco e Drummond (2012).

¹⁷ Organização assim sequenciada: ecossistema, comunidade, guilda, espécie, organismo e gene.

A criação do programa de mestrado em ecologia refletia a preocupação de alguns de seus professores com essas questões e não é à toa que este tenha sido um de seus focos. Por ter essa ênfase, o programa conseguiu angariar convênios e investimentos financeiros oriundos de organizações conservacionistas internacionais. O fato de também estar em um país megadiverso e, portanto, fundamental para os objetivos de conservação da diversidade biológica mundial, certamente contribuiu para atrair o apoio dessas instituições. Consideramos que, dentre outros fatores, a capacidade de obter recursos financeiros que sustentassem seu funcionamento e o desenvolvimento de projetos de pesquisa foi um aspecto importante para a manutenção e consolidação do curso em seu início.

A criação do curso de mestrado em ecologia em si não representou o ponto de partida para o relacionamento e captação financeira junto às instituições estrangeiras. Mesmo antes de sua criação, os três departamentos – Biologia Geral, Botânica e Zoologia – já conseguiam atrair recursos oriundos de instituições conservacionistas nacionais e estrangeiras. Entretanto, após a instalação do curso em ECMVS, esses valores aumentaram tanto em quantidade como também em variedade, vindo de diferentes fontes. Essa possibilidade de aumentar a quantidade de financiamento recebido estava no horizonte quando o curso estava se estruturando. Por exemplo, o Departamento de Zoologia, em 1985, “realizou vários contatos com empresas e entidades nacionais e internacionais com o objetivo de estabelecer convênios de cooperação para estudos da fauna” (ANÁLISE [...] ANO 1985, cx. 19).

Foram várias empresas e organizações internacionais que destinaram verbas para o programa. São os casos da *World Wildlife Fund* (WWF), da *British Ecological Society* (BES), do *United States Fish and Wildlife Service* (USFWS), da *Conservation International* (CI) e da *Jersey Wildlife Preservation Trust* (JWPT), sendo a WWF, a CI e o USFWS os principais credores internacionais do curso.¹⁸

Para o Departamento de Biologia Geral, a BES destinou, em 1993, uma quantia de trezentos e cinquenta dólares americanos¹⁹ (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPTO. DE BIOLOGIA GERAL – 1993, cx. 28). No ano seguinte, o USFWS contribuiu com valores na ordem de três mil dólares americanos. Em 1994, quando consideramos os valores totais arrecadados pelo departamento, constatamos que quase três quartos foram destinados a projetos de pesquisa, sendo a maior parte direcionada ao programa de pós-graduação em ecologia (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPTO. DE BIOLOGIA GERAL – 1994, cx. 29).

Para o Departamento de Botânica, houve apoio a projetos vindos da *Conservation International* e da WWF. A primeira, junto da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e da Fundação Biodiversitas, destinou dez milhões de cruzeiros para um projeto que estudou remanescentes da Mata Atlântica (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPTO. DE BOTÂNICA – 1991, cx. 27). A segunda, por sua vez, designou verbas para um projeto desenvolvido na Fazenda Montes Claros, local onde eram realizadas pesquisas sobre as estratégias de conservação do miqui.²⁰

¹⁸ O programa também recebeu investimentos de empresas públicas e privadas brasileiras, além de fundos de investimento, como o Fundo Nacional do Meio Ambiente, bancos e agências de fomento. Entretanto, nosso objetivo é destacar os financiamentos recebidos através das relações e cooperações com organizações estrangeiras.

¹⁹ Nas fontes, as moedas brasileiras utilizadas variam bastante, até pelas constantes trocas e planos econômicos realizados no país nas décadas de 1980 e 1990. Por isso, optamos por deixar os valores de época. Além disso, é comum que os investimentos apareçam em dólares americanos, versão que mantivemos ao longo do texto, sem correção pela inflação.

²⁰ O miqui (*Brachyteles arachnoides*) é uma espécie de primata, o maior do continente americano e endêmico da Mata Atlântica. É uma espécie em risco de extinção.

O Departamento de Zoologia, por fim, tinha suas receitas advindas de convênios assinados com essas mesmas instituições. Os recursos financiaram a melhoria da infraestrutura, obtenção de insumos para pesquisas e a destinação de bolsas de pesquisa. Durante a década de 1980, logo após seu desmembramento, o departamento procurou estabelecer quais seriam suas principais áreas de atuação. E acompanhando a inquietação crescente em torno da conservação da biodiversidade, as pesquisas nessa área se consolidaram como principal campo de atuação dos professores, algo que se intensificou após a criação da pós-graduação em ECMVS. Havia projetos de levantamento e pesquisa de área faunística, identificação de espécies animais, trabalhos de conservação da natureza, principalmente da fauna, e inventário para conhecimento de espécies zoológicas de Minas Gerais (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPTO. DE ZOOLOGIA – 1986, cx. 23). Esse direcionamento ficava expresso nas linhas de pesquisa do programa: “Conservação da biodiversidade da Amazônia brasileira” e “Manejo e conservação da fauna” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPTO. DE ZOOLOGIA – 1988, cx. 24).

Em maio de 1987, foi aprovado um convênio com a *Jersey Wildlife Preservation Trust* (JWPT). As pesquisas realizadas em conjunto seriam coordenadas, na UFMG, pelo professor Anthony Rylands, representante do Departamento de Zoologia no convênio. O objetivo do acordo era estabelecer uma ajuda mútua na realização de estudos sobre conservação e manejo de flora e fauna no estado selvagem e em cativeiro, além de apoiar o desenvolvimento e consolidação de cursos de graduação e pós-graduação nestas áreas dentro da UFMG (MEMORANDO Nº 031/87, cx. 95). No ano seguinte, o departamento também assinou um acordo com o *US Fish and Wildlife Service*. O objetivo era formar “recursos humanos em ecologia, conservação e gerenciamento de meio ambiente a nível de mestrado” (FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA (FUNDEP) – RELATÓRIO DE ATIVIDADES 1988, cx. 20).

Dentre as instituições listadas, a WWF foi uma das que mais contribuiu financeiramente para o departamento. As verbas foram destinadas para projetos que avaliavam a situação dos parques e reservas federais na Amazônia e estudavam a avifauna da Mata Atlântica. Além dos projetos, a WWF destinou quase quarenta e cinco mil dólares americanos para compra de material de consumo e outras finalidades (ANÁLISE [...] ANO 1989, cx. 19) e, em 1989, ainda na fase de instalação do curso, concedeu mais trinta mil dólares americanos. No ano posterior, dessa vez junto ao USFWS, ambas instituições contribuíram com mais sessenta mil dólares americanos. Dois anos depois, dessa vez em parceria com a Fundação Biodiversitas, realizaram um aporte de quarenta mil dólares americanos (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPTO. DE ZOOLOGIA – 1988, cx. 24; 1990, cx. 26; 1992, cx. 27).

A *Conservation International* e o USFWS também deram suas parcelas de contribuição. Em 1993, por exemplo, este deu um apoio de dez mil dólares americanos, enquanto aquela contribuiu com onze mil dólares americanos. No ano subsequente, a CI, juntamente da *Fundação Jurzykowski*, cedeu trinta mil dólares americanos para o projeto “Análise interdisciplinar em conservação de biodiversidade”, que pretendia desenvolver métodos interdisciplinares na análise de problemas ligados à conservação e ao uso sustentado da diversidade biológica. Nos dois anos seguintes, 1995 e 1996, a organização conservacionista estadunidense concedeu, ao todo, um montante de cem mil dólares americanos (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPTO. DE ZOOLOGIA – 1993, cx. 28; 1996, cx. 31).

Por fim, resta destacar a colaboração que a WWF e a *Conservation International* deram para um projeto nomeado “Banco de dados sobre Conservação de Biodiversidade”. O nome é sugestivo: o objetivo era criar um banco de dados que fornecesse informações aos professores e alunos da universidade e, principalmente, do programa de mestrado em

ecologia, para a realização de pesquisas de manejo e conservação da biodiversidade. Em 1990, as duas instituições e a Fundação Biodiversitas destinaram, em conjunto, quase cem mil dólares americanos para o projeto e, no ano consecutivo, contribuíram com mais quarenta e oito mil dólares americanos (CONVÊNIO UFMG nº 086/91, cx. 95). Esse projeto tinha uma relação umbilical com a Biodiversitas, que formulou o Centro de Dados para Conservação da Biodiversidade (CDCB). Após a assinatura de um convênio de cooperação técnico-científica entre a UFMG e a Biodiversitas, foi possível que professores e alunos da universidade utilizassem o Centro para utilizar os dados que fossem úteis às pesquisas realizadas no mestrado em ecologia, enquanto os profissionais da Biodiversitas utilizavam as coleções botânicas e zoológicas da universidade (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPTO. DE ZOOLOGIA – 1990, cx. 26; RELATÓRIO... 1991, cx. 27).

Ao passo que o programa de pós-graduação em ecologia se consolidava, afirmavam-se também as pesquisas relacionadas à biodiversidade e as estratégias de manejo e conservação desta, o que indica um acompanhamento e associação dos professores do programa e do próprio programa em si com as tendências internacionais de pesquisas em ecologia e biologia da conservação. A construção e integração dessas redes científicas, em relação ao Departamento de Zoologia, pode ser representada tanto pela circulação de professores do programa em outras instituições internacionais, como pela presença de professores e pesquisadores vinculados a essas instituições no departamento em questão.

Além de tecerem relações com as várias instituições citadas até aqui, encontramos pelo menos quatro professores do Departamento de Zoologia que ajudaram na criação do mestrado em Ecologia do ICB – Angelo Barbosa Monteiro Machado, Anthony Brome Rylands, Célio Murilo de Carvalho Valle e Gustavo Alberto Bouchardet da Fonseca. Estes quatro professores circulavam entre instituições públicas, empresas, órgãos governamentais e não-governamentais. Construíram simultaneamente uma atuação acadêmica e uma na militância em grupos conservacionistas. Célio Valle pesquisou sobre distribuição e comportamento de espécies, dinâmicas populacionais e realizou levantamentos faunísticos, com publicações que privilegiaram o *status* de conservação internacional de primatas, a relação de primatas em perigo e estratégias de conservação do muriqui. Anthony Rylands, primatologista amplamente reconhecido, possui trabalhos sobre ecologia, comportamento, biogeografia e conservação de primatas neotropicais, Angelo Machado era um estudioso das libélulas e com destaque na atuação no movimento ambientalista local, chegando a integrar os quadros do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Copam). E Gustavo da Fonseca, que também atuava na área de primatologia, envolvido em projetos voltados para a conservação de micos-leões e da Mata Atlântica (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPTO. DE ZOOLOGIA – 1986, cx. 23; 1990, cx. 26; 1991, cx. 27).

Eles também eram associados aos grupos de especialistas que compunham a Comissão para a Sobrevivência de Espécies²¹ da União Internacional para Conservação da Natureza (CSE/UICN).²² No sentido contrário, é possível identificarmos o recebimento de pesquisadores estrangeiros dentro do departamento. Só em 1994, por exemplo, dezenove pesquisadores da *Conservation International* visitaram o Departamento de

²¹ A CSE é uma das principais comissões da UICN. Ela reúne especialistas de diversos países e tem como objetivo identificar e classificar as espécies ameaçadas de extinção. O trabalho resulta na publicação de listas e livros vermelhos de espécies ameaçadas de extinção, que se tornaram referência mundial para o estado de conservação global de espécies (McCORMICK, 1992).

²² Criada em 1948 como União Internacional para Proteção da Natureza, a UICN – que passou a ter esse nome em 1956 – propôs-se a ser uma organização internacional de proteção à natureza e à vida selvagem, sendo uma ponte que ligasse governos, agências de estado e organizações nacionais e internacionais que compartilhassem a agenda conservacionista, além de reunir especialistas e compartilhar os dados e informações que eles coletassem e produzissem (HOLDGATE, 2013; McCORMICK, 1992).

Zoologia (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPTO. DE ZOOLOGIA – 1994, cx. 29). Dois anos depois, treze membros da UICN estiveram no ICB, sendo nove integrantes da CSE/UICN (RELATÓRIO..., 1996, cx. 31).²³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como outros setores da sociedade, as universidades tiveram que se reformular para incorporar as questões ambientais no ensino, na pesquisa e na extensão. Sobre o ensino no ICB, vimos como uma reforma curricular conseguiu integrar o ensino da disciplina de ecologia ao currículo de ciências biológicas e não mais no de história natural, revelando as mudanças que ocorreram no Instituto no sentido de confirmar a opção pela ciência biológica, abandonando o caráter colecionista da história natural. Além disso, no ICB, a área de ecologia, mais que uma disciplina, tornou-se uma das ênfases possíveis de serem escolhidas pelos discentes em formação.

Ainda na década de 1970, enquanto essas mudanças curriculares ocorriam, os temas ambientais se faziam cada vez mais presentes, seja em disciplinas ou em palestras realizadas nos eventos sediados no ICB. Conectados às discussões que ocorriam em outros países, os professores e convidados externos discutiam diversos temas ambientais. A década de 1980, com a consolidação do conceito de biodiversidade e o surgimento da biologia da conservação, pareceu um momento propício para a institucionalização do curso de pós-graduação em ecologia no Instituto. Após alguns anos organizando sua estruturação, o curso entrou em funcionamento e estabeleceu relações através de convênios técnicos e redes de apoio financeiro entre os departamentos envolvidos na criação do curso e várias organizações internacionais que compartilhavam com os professores do curso certa preocupação com a proteção da biodiversidade. Esses aportes financeiros para a manutenção do curso evidencia a integração do ICB e de seus docentes e discentes a uma rede internacional preocupada com questões ambientais.

Por fim, situamos a integração de professores do Instituto a outros coletivos internacionais, como as comissões da UICN e, ainda, a circulação de pesquisadores visitantes da *Conservation International* e da própria UICN nos departamentos do ICB e no próprio curso de Ecologia.

A incorporação da agenda ambiental pelas universidades brasileiras em suas várias dimensões é um campo ainda a ser explorado pela historiografia. A entrada da discussão ambiental se deu de diferentes formas e através de diversos caminhos em cada instituição de ensino. Reformas curriculares, eventos acadêmicos e programas de pesquisa são um dos níveis em que podemos situar essas mudanças. Até mesmo no caso do ICB, seria interessante pesquisas que dispusessem a apontar como outros espaços físicos externos ao Instituto, mas a ele vinculados, como a Estação Ecológica e o Museu de História Natural e Jardim Botânico, contribuíram para a abordagem da questão ambiental junto à comunidade externa e que tipo de atividades eram desenvolvidas nesses lugares.

Ademais, como uma agenda eminentemente transnacional, as relações entre as universidades e seus institutos com Estados, agências de fomento, iniciativa privada e outras organizações parecem ser um caminho para uma melhor compreensão da interação entre atores globais e locais, bem como situar que tipo de redes foram constituídas em torno da questão ambiental, quais os temas e interesses comuns são compartilhados pelos diferentes atores que constituem essas redes.

²³ São eles (em parênteses os pertencentes à CSE/UICN): A. A. Eudey, Ademar Faria Coimbra-Filho (CSE), Alcides Pissinatti (CSE), E. Carrillo (CSE), E. Rodriguez-Luna, F. Nunez (CSE), G. Wong-Reyes (CSE), J. Motta-Gill (CSE), L. Cortes-Ortiz (CSE), Russel A. Mittermeier, T. Butynski (CSE), W. R. Konstant e Y. Matamoros (CSE).

REFERÊNCIAS

ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. 2. ed. São Paulo: Campus, 1990.

ANÁLISE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DOS DEPARTAMENTOS – ANO 1985. Caixa 19.

ANÁLISE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DOS DEPARTAMENTOS – ANO 1986. Caixa 19.

ANÁLISE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DOS DEPARTAMENTOS – ANO 1988. Caixa 19.

ANÁLISE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DOS DEPARTAMENTOS – ANO 1989. Caixa 19.

BARROS, José D'A. Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens transnacionais e outras histórias. *Secuencia*, México, n. 103, e1528, 2019. Disponível em:

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0186-03482019000100105&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 out. 2021.

BOLETIM ESPECIAL – Edição comemorativa 15 anos do ICB – 1969-1984. Caixa 2, pasta 8.

BRASIL. Decreto n. 62.317, de 28 de fevereiro de 1968. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62317-28-fevereiro-1968-403509-norma-pe.html>. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acesso em: 14 out. 2021.

CONRAD, Sebastian. *What is global history?* Princeton: Princeton University Press, 2016.

CONVÊNIO UFMG n. 086/91. Caixa 95.

COPERTIDE – Ficha da Atividade Departamental – Biologia Geral. Caixa 1, pasta 2, envelope 2, documento 8.

CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS. Caixa 1, envelope 2.

DELÉAGE, Jean-Paul. *História da ecologia: uma ciência do homem e da natureza*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

DOCUMENTOS SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO DEPTO. DE ZOOLOGIA – Ofício GB/373/75. Caixa 2, pasta 13.

DOCUMENTOS SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO DEPTO. DE ZOOLOGIA – Ofício ZP/122/75. Caixa 2, pasta 13.

FÁVERO, Maria de L. de A. As universidades no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJcMlSPfp8r/?lang=pt>. Acesso em 14 out. 2021.

FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FRANCO, José L. de A. O conceito de biodiversidade e a história da Biologia da conservação: da preservação da *wilderness* à conservação da biodiversidade. *História*, Franca, v. 32, n. 2, p. 21-48, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/his/v32n2/en_a03v32n2.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

FRANCO, José L. de A.; DRUMMOND, José A. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, J. L. de A. et al (org.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 333-366.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA (FUNDEP) – Relatório de atividades 1988. Caixa 20.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA (FUNDEP) – Relatório de atividades 1989. Caixa 20.

GANEM, Roseli S.; DRUMMOND, José A. A. Biologia da conservação: as bases científicas da proteção da biodiversidade. In: GANEM, Roseli S. (org.) *Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas*. Série Memória e análise de leis – n. 2. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p. 11-46.

GOMES, Ana C. V.; MARQUES, Rita de C. (orgs.) *A ciência no ICB/UFMG: 50 anos de história*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

HOLDGATE, Martin. *The green web: a union for world conservation*. New York: Earthscan, 2013.

III ENCONTRO DE PESQUISA DO ICB/UFMG – 1992. Caixa 36.

IV ENCONTRO DE PESQUISA DO ICB/UFMG – 1994. Caixa 36.

KECK, Margareth E.; SIKKINK, Kathryn. *Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. Cornell University Press, 1998.

LUCAS, Mariana da C.; FERREIRA, Márcia S. História do currículo da formação de professores de ciências e Biologia (1960/70). *Educação em foco*, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 145-166, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/19995>, Acesso em: 14 out. 2021.

MACHADO, Angelo B. M. Biodiversidade ameaçada. In: NUSSENZVEIG, H. M. (org.). *O futuro da Terra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 155-166.

MARQUES, Rita de C. A Criação do ICB: políticas, tensões e desdobramentos na graduação e pós-graduação. In: GOMES, A. C. V.; MARQUES, R. de C. (org.). *A ciência no ICB/UFMG: 50 anos de história*. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021. p. 59-100.

MAYR, Ernst. *Biologia, ciência única: reflexões sobre a autonomia de uma disciplina científica*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

MAYR, Ernst. *O desenvolvimento do pensamento biológico: diversidade, evolução e herança*. Brasília: Editora UnB, 1998.

McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MEDLAND, Vicki L. Biodiversity. In: KRECH III, Shepard; McNEILL, John R.; MERCHANT, Carolyn (eds.) *Encyclopedia of world environmental history*. v. 1. New York: Routledge, 2004. p. 125-131.

MEMORANDO Nº 031/87. Caixa 95.

OLIVEIRA, Bernardo J. Os circuitos de Fleck e a questão da popularização da ciência. In: CONDÉ, M. L. L. (org.). *Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 121-144.

PRADO, Maria L. C. América Latina: Historia comparada, historias conectadas, historia transnacional. *Anuario de la Escuela de Historia*, Rosário, n. 24, p. 9-22, 2012. Disponível em: <http://rephip.unr.edu.ar/handle/2133/3719>. Acesso em: 12 out. 2021.

PROJETO DO ESTATUTO DO INSTITUTO CENTRAL DE BIOLOGIA, de 7 de setembro de 1966. Caixa 1, envelope 2.

PURDY, Robert S. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 64-84, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufri.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/59>. Acesso em: 12 out. 2021.

QUAMMEN, David. *O canto do dodô: Biogeografia de Ilhas Numa Era de Extinções*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.

RELAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS PROFERIDAS NA DISCIPLINA ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS (1972). Caixa 3, envelope 23.

RELATÓRIO ANUAL DO DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA GERAL RELATIVO AO ANO DE 1973. Caixa 23.

RELATÓRIO ANUAL DO DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA GERAL RELATIVO AO ANO DE 1974. Caixa 23.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA GERAL – 1993. Caixa 28.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA GERAL – 1994. Caixa 29.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE BOTÂNICA – 1991. Caixa 27.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA – 1986. Caixa 23.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA – 1988. Caixa 24.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA – 1990. Caixa 26.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA – 1991. Caixa 27.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA – 1992. Caixa 27.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA – 1993. Caixa 28.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA – 1994. Caixa 29.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA – 1996. Caixa 31.

RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA GERAL RELATIVO AO ANO DE 1975. Caixa 23.

ROBIN, Libby. The rise of the idea of biodiversity: crises, responses and expertise. *Quaderni* [Online], v. 76, Automne, p. 25-37, 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/quaderni/92>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SCARANO, Fábio R. A expansão e as perspectivas da pós-graduação em Ecologia no Brasil. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 5, n. 9, p. 89-102, 2008. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/143>. Acesso em: 21 jun. 2022.

SEIGEL, Micol. Beyond compare: comparative method after the transnational turn. *Radical History Review*, 91, p. 62-90, 2005.

SILVA, Paloma P. Em nome da “neutralidade”: as dinâmicas nas políticas de financiamento científico no ICB. In: GOMES, A. C. V.; MARQUES, R. de C. (org.). *A ciência no ICB/UFMG: 50 anos de história*. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021. p. 199-237.

SILVEIRA, Anny J. T.; MARQUES, R. de C. História, ciência e memórias nos 50 anos do ICB. In: GOMES, A. C. V.; MARQUES, R. de C. (org.). *A ciência no ICB/UFMG: 50 anos de história*. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021. p. 23-58.

SLOBODKIN, Lawrence B.; SLACK, Nancy G. George Evelyn Hutchinson: 20th-century ecologist. *Endeavour*, v. 23, n. 1, p. 24–30, 1999. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0160932799011825>. Acesso em: 14 jun. 2022.

SOULÉ, Michael E. What is Conservation Biology: a new synthetic discipline addresses the dynamics and problems of perturbed species, communities and ecosystems. *BioScience*, v. 35, n. 11, p. 727-734, 1985.

STRUCK, Bernhard; FERRIS, Kate; REVEL, Jacques. Introduction: space and scale in transnational history. *The International History Review*, v. 33, n. 4, p. 573-584, 2011.

TRINDADE, Hélgio H. C. A República em tempos de reforma universitária: o desafio do Governo Lula. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 819-844, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/VpFnYhdNp7Kmh99gQJ5Tyb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.

WILSON, Edward O. *Diversidade da vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Gabriel Schunk Pereira: Mestre em História. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Belo Horizonte, MG, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Dona Cidinha Stussi, nº 99 – casa 06 – CEP: 31.550-330, Belo Horizonte, MG, Brasil.



ORIGEM DO ARTIGO

Artigo elaborado a partir de resultados obtidos durante a pesquisa de mestrado “Ciência, política e biodiversidade: o Livro Vermelho das Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna de Minas Gerais (1989-1998)”, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu orientador, Prof. Dr. Ely Bergo de Carvalho, pelas valiosas contribuições. Ao Arquivo Institucional do ICB, sob posse da Secretaria Geral, pelo acesso às fontes utilizadas neste artigo.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Autoria inteiramente individual/não se aplica.

FINANCIAMENTO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Processo 88882.348966/2019-01.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Gabriel Schunk Pereira. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Jo Klanovicz.

HISTÓRICO

Recebido em: 29 de junho de 2022

Aprovado em: 9 de setembro de 2022

Como citar: PEREIRA, Gabriel S. A pauta ambiental no Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFMG: currículo, programas e financiamento (1970-1990). *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 754-771, set./dez. 2022.





ANGLO-AMERICANOS NO CINEMA DO STALINISMO TARDIO: OS SATÉLITES EUROPEUS

Anglo-Americans in The Cinema of Late Stalinism: The European Satellites

Moisés Wagner Franciscan^a

 <https://orcid.org/0000-0001-7795-3270>

E-mail: mw.franciscan@hotmail.com

^a UFPR/SEED-PR, História, Curitiba/Campo Mourão, Paraná, Brasil.

RESUMO

Durante o stalinismo tardio (1945-53), o cinema soviético, como o americano, produziu várias películas veiculando mensagens de interesse governamental. A propaganda soviética transparece em filmes como *Zagovor obrechonnykh*, 1950, apesar do trabalho artístico do diretor Mikhail Kalatozov. Por meio da sócio-história cinematográfica de Marc Ferro pode-se apreciar a construção de um discurso legitimador dos novos regimes socialistas locais, da condução da luta política contra o titoísmo (acusado de se aliar e se subordinar ao imperialismo anglo-americano) e a passagem do Leste Europeu da influência ocidental (ora inglesa, ora alemã) para a soviética (cumprindo o papel do antigo pêndulo russo), e o fim da experiência democrática liberal, trocada pela da democracia popular, com a derrota do novo rival americano e de seu Plano Marshall na região, substituídos pelo COMECON.

PALAVRAS-CHAVES

Guerra fria. Stalinismo. Cinema soviético.

ABSTRACT

During late Stalinism (1945-53), Soviet cinema, like the American one, produced several films conveying messages of governmental interest. Soviet propaganda appears in films such as *Zagovor obrechonnykh*, 1950, despite the artistic work of director Mikhail Kalatozov. Through Marc Ferro's cinematographic socio-history, one can appreciate the construction of a discourse that legitimizes the new local socialist regimes, the conduct of the political struggle against Titoism (accused of allying and subordinating to Anglo-American imperialism) and the passage from Eastern Europe to Western influence (now English, now German) for the Soviet (fulfilling the role of the old Russian pendulum), and the end of the liberal democratic experience, exchanged for that of popular democracy, with the defeat of the new American rival and his Marshall Plan in the region, replaced by COMECON.

KEYWORDS

Cold war. Stalinism. Soviet cinema.

O cinema soviético de temática política, durante o pós-guerra, ou período do stalinismo tardio (1945-53), traçou, por meio de suas representações, uma série de ameaças para os países do Leste Europeu, governados por coalizões de vários partidos, incluindo comunistas e anticomunistas, e que a URSS esperava consolidar como aliados ou zona tampão que a protegesse de novas invasões: golpe parlamentar branco, polarização social e política, alianças e conluíus partidários cambiantes democraticamente destrutivos, comboios de ajuda humanitária de natureza suspeita, intensa crise econômica, interferência externa por meio de embaixadas, a escolha decisiva entre dois polos políticos e econômicos, violação das fronteiras, insubordinação militar, fanatismo e obscurantismo religioso politicamente interessados, sublevação regional, atentados políticos, influência da mídia, paralisações econômicas, massas nas ruas e demonstrações de poder, golpe armado e agitação miliciana. Um manual para os golpes e tentativas de *putschs* no século XX e além.

O cinema é um dos maiores suportes do imaginário coletivo das sociedades contemporâneas (OLIVEIRA, 2011). O imaginário do público soviético dizia respeito tanto à imagem do inimigo quanto dos aliados, do que era positivo e do que era negativo. As autoridades do Kremlin desejavam difundir e cimentar suas narrativas e estabelecer as imagens que justificassem suas posições geopolíticas. Desejava reforçar as correntes sociais internas que percebiam a URSS como parte (e se possível, a liderança) do mundo eslavo ou dos novos países emancipados de sua condição colonial que eclodiam a todo momento dos antigos domínios neocoloniais europeus e japoneses. Era necessário criar mensagens que fomentassem a simpatia com os povos do Leste Europeu e os de cor do nascente Terceiro Mundo e o dever internacionalista, o destino manifesto da URSS, como protetora de suas liberdades contra os ataques imperialistas dos americanos e seus aliados que desejariam suas reconduções ao status de colônia de direito ou de fato. O Kremlin percebia a potencialidade do cinema para justificar os acontecimentos coetâneos na Europa do Leste e Oeste, como a não-adesão ao Plano Marshall, a crise Tito-Stalin e a passagem dos governos de coalizão para o monopólio comunista (como Romênia, Hungria e Albânia) ou novos governos de coalizão (como Polônia, Tchecoslováquia, Bulgária e Alemanha Oriental), ou sensibilizar a população para o crescente papel soviético na descolonização e o anti-imperialismo renovado por uma imagem terceiro-mundista. Para isso era necessário trabalhar o imaginário sobre os países fronteiriços a oeste e os “povos de cor” (da Ásia, África e dentro do próprio rival americano) e a dominação americana.

A indústria cinematográfica, pressionada pelos esforços de reconstrução que minguavam seu orçamento, e pelo maior e melhor controle das agências governamentais de fomento e censura, além do sentimento bastante difundido de que o Leste Europeu jamais deveria servir de trampolim para uma nova invasão e destruição da URSS ou que o neocolonialismo deveria naufragar e que possuíam o direito de comercializar com todo país com liberdade para o fazê-lo (o que significava libertar-se das amarras de embargos e monopólios de rivais do Ocidente), difundiu mensagens politicamente interessadas. Coação e adesão, interesse nacional e pessoal, ordens e desejos se mesclavam.

As declarações dos dirigentes soviéticos de que o cinema é a mais importante das artes¹ tem turvado as suas relações com os Estados e a propaganda,² dirigida ou orgânica,

¹ Ferro (1992) percebe que o movimento para instrumentalizar o cinema partiu tanto dos países capitalistas quanto dos socialistas. Outros veem a expressão não apenas como manipulação do cinema como propaganda pura, mas sim também educação e iluminação (LIEHM; LIEHM, 1980, p. 1). Mas também não faltam aqueles que percebem a frase de Lenin como declaração do status único do comunismo como totalitarismo, do cinema soviético como propaganda pura (KENEZ, 2001).

² Como aponta Ferro, a tentativa (e fracasso) do domínio estatal sobre o cinema e sua leitura foi geral: “Desde que os dirigentes de uma sociedade compreenderam a função que o cinema poderia desempenhar, tentaram apropriar-se dele

promovida na película por ordem dos líderes políticos ou por adesão de estúdios, produtores e diretores.³ A sócio-história cinematografia de Marc Ferro (1992; 1975; 2008) permite romper as análises politicamente interessadas que percebem o ambiente cultural soviético como mais uma faceta de seu monólito totalitário. Ferro, ao privilegiar a análise de várias películas e não de apenas uma (com a exceção de alguns capítulos, por exemplo, em seu *História das colonizações*), é adequado para o tratamento mais amplo dessa iniciativa cultural por meio de filmes. Segue-se sua proposta de passar do contexto social e das fontes escritas para a fonte fílmica, como a melhor maneira para se perceber uma sociedade sob novas luzes. O autor estabelece o método de realçar o implícito, consciente ou inconsciente, voluntário ou não,⁴ presente nos filmes, entendidos como produto coletivo. Assim, pretende-se demonstrar traços de interesses, cultura ou mentalidade de grupos, ou de uma sociedade. As mensagens que o Kremlin gostaria de ver nas telas precisavam ter respaldo na sociedade soviética como galvanizador interno na nascente Guerra Fria. Bem como possuir elos com o posicionamento de diferentes grupos sociais no exterior, onde tais filmes apareceriam nos estabelecimentos de exibição, em festivais de cinema ou mesmo em precárias apresentações públicas ou privadas de cineclubes e membros e simpatizantes de partidos comunistas.⁵

Foram selecionados 22 filmes soviéticos produzidos durante os anos do Stalinismo tardio, o período transcorrido entre o fim da Segunda Guerra em 1945 e a morte do ditador, em 1953, e os primórdios da desestalinização. O critério para sua seleção foi a presença de material anti-anglo-americano, fosse em questões candentes do momento, como *Sud chesti* [Tribunal de honra], 1948, que possui por tela de fundo o julgamento de cientistas acusados de colaborarem com o inimigo transmitindo informação secreta, como *Geroi Shipki* [Os heróis de Shipka], 1954, produzido ainda na vida do ditador e que trata de disputas passadas, do fim do século XIX, com os inimigos do presente, as atualizando sutilmente para as condições presentes. No presente artigo, um filme ganha destaque essencial: *Zagovor obrechonnykh*. Willians (2002, p.3), citando Benedict Anderson, lembra como a Rússia czarista desenvolveu um nacionalismo oficial que, ao invés de reunir numa comunidade imaginada todo um grupo identificável, procurava manter o status de grupos

e pô-lo a seu serviço: em relação a isso, as diferenças se situam ao nível da tomada de consciência, e não ao nível das ideologias, pois tanto no Ocidente como no Leste os dirigentes tiveram a mesma atitude. Painel confuso. As autoridades, sejam as representantes do Capital, dos Sovietes ou da Burocracia, desejam tornar submisso o cinema. Este, entretanto, pretende permanecer autônomo, agindo como contrapoder [..]. Esses cineastas, conscientemente ou não, estão cada um a serviço de uma causa, de uma ideologia, explicitamente ou sem colocar abertamente as questões. Entretanto, isso não exclui o fato de que haja entre eles resistência e duros combates em defesa de suas próprias ideias” (FERRO, 1992, p.13-14).

³ “‘Instrumento’ de propaganda, é o que dizia Trotsky, mas essa palavra é fraca, e a chave do problema está justamente aí. Como seus homólogos ocidentais, os dirigentes soviéticos veem ainda no cinema uma “máquina”. Tendo herdado da burguesia – sua classe de origem – os mesmos preconceitos, eles têm em relação ao cinema a atitude condescendente que as pessoas “cultivadas” têm em relação àquilo que é “técnico” e, ao mesmo tempo, um prazer popular” (FERRO, 1992, p.28).

⁴ Situação que Jameson (1995, p. 110) também expressa, deixando claro sua preocupação também com a recepção do filme: “Poder-se-ia imaginar que o cineasta, de alguma forma, conscientemente patrocinou esse tipo de alusão tópica; pode-se argumentar que seu público, de alguma forma, teve esses pensamentos e interpretações no processo de assisti-lo?”.

⁵ O cinema soviético poderia não reverberar dentro dos EUA, apesar de tratar de temas domésticos como *apartheid*, mas atraía a atenção em Cannes, Veneza, e outros festivais. A maior abertura pública aos seus filmes se insere nas mesmas condições descritas por Friedman (2012, p.89-90): a população europeia ocidental possuía alguma noção do que de fato era o socialismo real, não pensavam em termos maniqueístas, belicistas e religiosos, mas sim em razões de Estado e negociações, e os partidos comunistas eram importantes, a ponto de sua exclusão do poder em 1947 não ter desaguado num Macartismo europeu, a ponto de se desenvolver localmente um antiamericanismo sensível às acusações soviéticas.

de poder entrincheirados. E como o cinema auxiliou na formação e disseminação dessas comunidades entre as audiências e sua identidade como nação.⁶

GUERRA FRIA, DEMOCRACIAS POPULARES, FRENTES COMUNS E GOLPISMOS

Zagovor obrechonnykh [Conspiração dos condenados], 1950, do célebre cineasta Mikhail Kalatozov, de *Quando Voam as Cegonhas* e *Balada do Soldado*, procura justificar os acontecimentos no Leste Europeu, como os julgamentos espetaculares e mediáticos da oposição conservadora-liberal e de facções comunistas caídas em desgraça diante de Stalin.⁷ A recomendação de Moscou a partir de 1950 aos partidos comunistas da Europa Ocidental seria não a participação no poder, mas aumentar a influência do antiamericanismo, o que seria oficialmente endossado pelo XIX Congresso do PCUS em 1952 (SAIVETZ; WOODBY, 2019). No Leste, a partir de 1948, tratou-se de controlá-lo.

Figura 1 - Cardeal Birnch, embaixador McHill, líder social-democrata Joachim Pino, Ministra da Alimentação Christina Padera. Uma bandeira soviética sobre as manifestações no fictício país eslavo (continua)



⁶ Esse exemplo, no entanto, está longe de se reduzir aos czares, ou à URSS, onde também se encaixa. Ao definir o inimigo externo, o cinema stalinista também elaborou seu inverso, o cidadão soviético ideal, segundo as necessidades do Kremlin – mutáveis, como as próprias noções de nação e nacionalismo e suas representações no cinema. Apesar de concordar que filmes de ficção podem influenciar sentimentos e comportamento, e documentários o fariam com as ideias, mostra reticências sobre as dimensões reais desse poder. O que não muda, entretanto, as expectativas de diferentes regimes sobre o que consideram ser uma oportunidade. Mais funcional seria o apoio à manutenção de valores e comportamentos já estabelecidos, minimizando influências externas, como a noção de americanismo nos *westerns* (WILLIAMS, 2002, p. 7-30), ou o eslavofilismo neste caso.

⁷ “Os julgamentos políticos da Tchecoslováquia da era stalinista resultaram em mais mortes do que no resto do bloco somado. Centenas de pessoas foram executadas entre 1949 e 1955 (algumas centenas mais foram baleadas ao tentarem cruzar a fronteira), outras 3 mil pessoas morreram em campos e prisões. Os prisioneiros políticos tchecos atingiram um pico de 16 mil em 1953. Em comparação, nos cinco anos após 1968, 1.142 pessoas foram presas”; “Meio milhão de comunistas tchecoslovacos foi expulso do partido nos anos 1945-50. Após a Primavera de Praga, no início dos anos 1970, outros 327 mil comunistas foram expulsos do partido, enquanto 150 mil o abandonaram voluntariamente, cortando em um terço o rol de membros. Tal redução era inédita no mundo comunista do período pós-Segunda Guerra Mundial fora da catastrófica Revolução Cultural de Mao. Contudo todos os expulsos, um quarto da população adulta tcheca esteve nas fileiras comunistas em um momento ou outro” (KOTKIN; GROSS, 2013, p. 232; 233).



Fonte: ZAGOVOR, 1950.

Um modelo para a absorção da zona de influência soviética em três fases: coalizão genuína (incluindo os comunistas), falsa coalizão, monopólio comunista (SETON-WATSON, 1956, p. 161-71). Applebaum (2017) afirma que a absorção do Leste ao sistema soviético estava presente como meta soviética ainda durante a guerra. Judt (2008) e Kershaw (2016) possuem posturas semelhantes. Hobsbawm (2001) mostra claramente o equívoco dos autores. Se Stalin quisesse o domínio político-econômico desses países jamais teriam ocorrido eleições livres em vários deles. Sua meta original, com exceção da Polônia, onde sabia que os comunistas locais não possuíam a menor chance de participar do governo a ponto de garantir a tranquilidade entre ambas as nações que mudaram suas fronteiras em direção ao Ocidente a pouco, era a finlandização. O país escandinavo, após a derrota para a URSS na guerra, teve garantidas a desnazificação de seu ambiente político, a neutralidade militar e a cooperação econômica com a URSS, mantendo sua independência política e o sistema capitalista. As expectativas soviéticas entre 1945-47 no Leste eram essas. Não ocorreu um movimento para os partidos comunistas monopolizarem de fato ou de direito o poder político, mas sim uma luta pela garantia a estes da sua continuidade em pastas e postos-chave para a garantia da finlandização e de sua permanência nos governos de coalizão. Governos puramente anticomunistas poderiam reverter tal status.

Enquanto a coletivização dos meios de produção industriais e agrários ocorreu de forma relâmpago e implacável no Báltico, que fizera parte da Rússia czarista e estava destinado a retornar como parte integrante da União, no Leste ela seguiu morosamente e foi estancada (e até parcialmente revertida) com a morte de Stalin ou a desestalinização de Khrushchev (e ainda, as tentativas abortadas de reformas liberais que caíram no caos da violência e/ou da intervenção soviética e do Pacto de Varsóvia e as bem-sucedidas dos próprios conservadores). Em países como a Alemanha Oriental ou Polônia, a maior parte da terra permaneceu na mão de agricultores independentes. Enquanto deportações purgaram a população báltica de opositores, estas foram pontuais no Leste, muitas vezes ocorrendo sob a forma de emigração voluntária de antigos burgueses e aristocratas simpatizantes ou afiliados aos partidos fascistas locais para o outro lado da Cortina.

Figura 2 - Um dos êxtases do cardeal Birnch. Fanatismo, obscurantismo, misticismo estampados na atuação dos fiéis na sombria catedral gótica, com o uso magistral da iluminação por Kalatozov.



Fonte: ZAGOVOR, 1950.

Como lembra Hobsbawm (2001) e lamenta Kershaw (2016), a vitória esmagadora soviética sobre o poderio econômico-industrial da maior parte da Europa continental sob controle de Hitler, bem como o papel ativo dos comunistas na resistência aos nazistas, assegurou que os partidos comunistas locais possuísem forte apoio popular, e que em eleições livres pudessem controlar seus governos, ou, quando o cenário político deixou de ser o da finlandização, que formassem uma massa de manifestantes, milicianos armados e grevistas (da mesma forma que os apoiadores dos políticos conservadores e liberais pró-anglo-americanos) que deram base ao fechamento dos regimes. Além da presença militar soviética nos países libertados⁸ da mesma forma que os americanos em sua zona. A Áustria, como a Alemanha, dividida em quatro zonas de ocupação, indica novamente este

⁸ Tropas soviéticas permaneceram na Tchecoslováquia até novembro de 1945, na Bulgária até 1947, na Hungria até 1955 e depois de 1956, na Romênia até 1958, não saíram da Alemanha Oriental até 1990 (JUDT, 2008).

caminho. Stalin não a dividiu em dois estados de natureza antagônica. O país permaneceria neutro mesmo após a saída dos soviéticos. Kershaw (2016) e Judt (2008) reconhecem que Stalin não possuía especial interesse na Polônia no imediato pós-guerra, apesar de um marechal soviético de ascendência polonesa, Konstantin Rokossovsky, comandar o país enquanto durou a ocupação.

Para a URSS as crises políticas e econômicas constantes desses países nesses anos não representava ganhos. A inflação húngara⁹ era fonte de instabilidade e provável pavor de rebelião¹⁰ num país que lutara por um governo fascista quase tanto quanto a própria Alemanha.¹¹ Por outro lado, a crise econômica era excelente para a URSS na Europa Ocidental, erodindo o poder dos governos locais reempoados, criados ou mantidos pelos aliados – e, portanto, a esses também.¹² A Europa Ocidental em crise era oportunidade para governos de coalizão de esquerdas e de aumento de influência soviética.¹³ No entanto, a possível vitória dos comunistas nas eleições de 1948 na França ou Itália não assegurava de forma alguma o seu monopólio do poder, e sim a ampliação da finlandização. O Plano Marshall,¹⁴ uma vez que implicava em concessões políticas (como a entrega de pastas ministeriais chave para simpatizantes) e econômicas¹⁵ para os EUA,

⁹ A inflação húngara, iniciada durante a guerra, chegou à marca de 5 quintilhões de pengós por dólar em agosto de 1946, sendo a maior hiperinflação da história. Na Romênia o Novo Leu substituiu o antigo em agosto de 1947. No entanto, inflação e desvalorização cambial não foram exclusividade dos países do Leste. O dólar supervalorizou-se, criando problemas também na Inglaterra e França (JUDT, 2008). O problema do dólar era mais um motivador para a adesão ao Plano Marshall.

¹⁰ Em 1956, durante e após a Insurreição Húngara, comunistas húngaros acusaram o primeiro-ministro Imre Nagy de promover as depredações, caos e os linchamentos de simpatizantes do partido e soviéticos à serviço no país por meio de gangs de provocadores, contrarrevolucionários e fascistas (JAMES, 2005, p. 70-71).

¹¹ O cerco à Budapeste durou de 29 de dezembro de 1944 a 13 de fevereiro de 1945, 46 dias de resistência em meio à fome da população e cenas como o de tentativas brutais de contra-ataque ou o do ataque soviético às colunas de civis misturados a tropas nazistas alemães e fascistas húngaros do partido da Cruz Flechada que procuravam romper o cerco. Em comparação, Berlim resistiu aos soviéticos de 16 de abril a 2-3 de maio de 1945, 17 dias (BEEVOR, 2015).

¹² A simples vitória de partidos de esquerda não significava tal sem a participação do partido comunista. A percepção de que o pior do racionamento viria com o fim da guerra – apesar das colônias do Caribe, a Inglaterra ainda racionava açúcar no segundo mandato de Churchill (1951-55), em 1953 (GILBERT, 2016) – e o novo conflito pela manutenção do Império levou os trabalhistas de Clement Attlee (que se tornaria conde em 1955) a derrotarem Churchill, mas se constituíram no mais importante poder na Europa na Guerra Fria contra a URSS. Se o partido trabalhista estava disposto a honrar a promessa de Churchill para a independência da Índia, não estava disposto a manter distância na guerra civil grega (1946-49) entre comunistas apoiados por Tito e o governo monarquista (e, duas décadas depois, o apoio anglo-americano a ditadura militar do Regime dos Coronéis) reempoados pelos britânicos. Governos sociais-democratas não foram muito diferentes, com a exceção da negação do embargo econômico à URSS e satélites defendido pelos americanos.

¹³ Ações inglesas na economia da Turquia e na questão grega (LOWE, 2016, p. 145) ocorreriam exatamente enquanto suas reservas de dólares se esgotavam (JUDT, 2008). Era óbvio que o papel inglês teria que ser assumido pelos americanos. Ou então, acreditava-se que o vácuo o seria pelos soviéticos, como apregoado por George Kennan (KERSHAW, 2016). O respeito inicial de Stalin pelo Acordo das Porcentagens elaborado com Churchill talvez negasse tal expectativa. No entanto, Stalin não seria prejudicado pelo aparecimento de lideranças revolucionárias no caos europeu, os Estados Unidos ganharam uma nova área de influência política e econômica, e a Inglaterra, que não podia mais suportar o protagonismo europeu, poderia voltar suas combatidas energias para tentar salvar seu império em ebulição – em 1947 foi impelida a abandonar todo o subcontinente indiano e a Palestina.

¹⁴ Kershaw (2016) acredita que o Plano não reconstruiu a Europa. Seu volume seria insuficiente para isso. O keynesianismo e suas técnicas de crescimento econômico – segundo Judt (2008) o planejamento econômico na Itália assemelhou-se ao do Leste Europeu – também foram importantes. Tal processo se iniciara autonomamente ainda em 1945, quando apenas a Alemanha e a Itália apresentavam um PIB inferior ao de 1938 – o que parece ser difícil para o caso austríaco, impossível para o caso grego, bem como para os países do Leste; Segundo Judt (2008), quase 50% do investimento público na França, que, entre outras ações, estatizou a indústria automobilística a salvando da falência, das demissões e greves, vinham do Plano, elemento-chave para a saída da crise do pós-guerra.

¹⁵ O autor anglo-americano (JUDT, 2008) marca 1947 como o ano em que Bélgica, Dinamarca e Noruega atingiram o PIB de 1938, em 1948, Holanda, em 1949, França, Áustria e Itália, em 1950, Grécia e Alemanha Ocidental; no entanto concorda com Kershaw sobre sua importância psicológica, por ter americanizado a política, a diplomacia e a política econômica e assentado as bases para a União Europeia – e as condições para a retomada econômica, como o acúmulo de capital, estavam dadas. Para quem observa as condições dos trabalhadores e as ondas de greves que sacudiram a economia francesa, por exemplo, pode desacreditar da posição do britânico. Seria um esforço sobretudo simbólico da presença americana no continente. Para Hobsbawm (2001), a integração europeia ocidental, necessária para obter e

significava complicações e insinuava derrota para a URSS nas duas partes da Europa. As prisões de líderes da oposição liberal e conservadora ocorria com a finalidade de assegurar a presença comunista nos governos provisórios. Só ganhou ímpeto a partir de 1947, com a sombra do Plano. Os julgamentos espetáculos, em tribunais com câmeras para os cinejornais, ficaram para os anos subsequentes, para assegurar o controle das facções conservadoras stalinistas sobre as alas de comunistas nacionalistas, liberais ou “titoístas”. A relação dos diferentes partidos políticos num fictício país do leste europeu (ROLLBERG, 2008, p. 315) é o pano de fundo do filme. O pluralismo sobreviveu no Leste Europeu ao domínio das facções stalinistas, como os próprios autores Kotkin e Gross (este último, emigrado político e ex-prisioneiro – por cinco meses, após as agitações estudantis de 1968 – polonês), adeptos da teoria do totalitarismo, reconhecem no caso polonês. “Nos anos 1960, um sociólogo polonês começou a discutir que, por causa das circunstâncias incomuns do país, o Partido Comunista da Polônia efetivamente governava via hegemonia, e não pelo monopólio”, e a influência política da sociedade civil e da oposição no país, que agiriam “como se” fossem reconhecidas, legalizadas e chamadas a compartilhar do poder, apenas ganhou vulto com o tempo. Não reconhece, no entanto, autonomia nos partidos coligados ao POUP, Partido Operário Unificado Polonês,¹⁶ até a ascensão do Solidariedade à presidência, com os comunistas mantendo o primeiro-ministro, em setembro de 1989:

Mas acabou que os oportunistas eram oportunistas, pois, quando Wałęsa se aproximou do esquecido Partido Camponês Polaco e do Partido Social-Democrata – os “aliados históricos” dos comunistas governantes -, ambos aceitaram avidamente a oferta do Solidariedade de uma aliança *contra* os comunistas (KOTKIN; GROSS, 2013, p. 254; 157; 203).

O Acordo das Porcentagens firmado entre Stalin e Churchill em Moscou em outubro de 1944 assegurava uma participação mínima a anglo-americanos nos governos do Leste (10%, configurando o cenário de frentes comuns pluripartidárias), igualando a cota de poder no caso iugoslavo (50% para cada lado), que ficaria sob órbita ao mesmo tempo soviética e inglesa (DOBBS, 2015). O controle de Tito sobre os guerrilheiros comunistas que (ao contrário dos *chetniks* conservadores e monarquistas) liberaram boa parte do montanhoso país (mas não sua capital) assegurou que a Iugoslávia se tornasse o primeiro dos países não-alinhados, interessada em asseverar sua independência de ação frente ao gigante soviético¹⁷ e em barganhar territórios¹⁸ (Ístria italiana já sob seu controle militar mas que

distribuir bens essenciais à reconstrução, como aço e carvão, impunha a aliança militar. Assim, o Plano Marshall levaria automaticamente à OTAN.

¹⁶ Nem mesmo a do Partido Camponês durante o movimento para barrar e reverter a coletivização agrária, apesar do peso do partido também nas disputas entre os camponeses e as cooperativas coletivas e fazendas estatais pelo financiamento vindo do Estado, ou as propostas feitas pelo partido Aliança dos Democratas que escapavam ao escopo do POUP, como o pedido para reabertura do Senado, abolido em 1946, ou sua posição contra o banimento do sindicato independente Solidariedade em 1981.

¹⁷ Tito incomodava Stalin nas relações com o Ocidente (ao podar ganhos diplomáticos com sua autonomia, fazer aos anglo-americanos acreditarem que Stalin estava por trás do apoio aos comunistas gregos na guerra civil, atraparalhar os comunistas italianos com a Questão de Trieste, negociar o auxílio do Plano) mas também com os vizinhos do Leste. O Kominform, cuja primeira reunião ocorreu em setembro de 1947, com sua captação e distribuição de informação para as lideranças na zona soviética, e o COMECON, o mercado comum comunista com uma nova divisão internacional do trabalho, poderiam domesticar a Tito (seus nascentes rivais Edvard Kardelj e Milovan Djilas foram elogiados – Djilas, já no exílio, convertera-se à desestalinização), e por isso se recusou a ingressar. O cisma Tito-Stalin e a perseguição aos titoístas reais ou imaginários dos partidos comunistas do Leste começara em fevereiro de 1948 (JUDT, 2008).

¹⁸ O nacionalismo de Tito seguia a linha dos irredentistas sérvios e da Grande Sérvia – mas, como croata, significava uma grande comunidade dos eslavos do sul. Para fortalecer a federação, enfraqueceu a Sérvia, dividindo seu território. Se transformou no herdeiro das aspirações sérvias das Guerras dos Balcãs de 1912-13, com as mesmas pretensões sobre territórios na Bulgária, Hungria, Grécia, acrescidas das sobre a Áustria sob domínio soviético e Itália pós-Primeira Guerra e a Questão do Fiume. Além disso, tentava tomar a bandeira soviética do pan-eslavismo, ao convidar a Albânia e Bulgária (antes das reivindicações) para formar uma união balcânica (JUDT, 2008).

integraria um território da ONU a ser dividido futuramente entre Itália e Iugoslávia – e que em partições sucessivas tornou-se quase inteiramente iugoslava a despeito de sua composição demográfica) e concessões políticas (como a inexistência de barreiras de controle e restrição da emigração, como nas fronteiras da Europa Central socialista) por ajuda econômica (Plano Marshall) e reconhecimento político. Assim Tito podia desafiar a Stalin¹⁹ (e suprimir os eslavófilos internos – uma presença na Sérvia anterior à Primeira Guerra – que, ao se porem ao lado da URSS, ameaçavam seu domínio sobre o partido) e ganhar ajuda americana em decorrência disso. Stalin, ao contrário de Tito (DEUTSCHER, 2006; VOLKOGONOV, 2004; JUDT, 2008), procurava desencorajar a tentativa de tomada do poder pelos comunistas gregos contra os monarquistas apoiados pela Inglaterra.

Tudo indica que Stalin preferiria manter o acordo. Ações inglesas, como no Irã em 1946, americanas, como a montagem de círculos de espionagem e sabotagem anticomunista no Leste Europeu e anglo-americanas como o apoio aos Irmãos da Floresta – tão cedo quanto 1945 (GROSE, 2000, p. 36-37), grupos guerrilheiros antissoviéticos nas florestas e pântanos do Báltico, formados em boa medida de desgarrados das Waffen-SS locais (Estônia e Letônia, ao contrário da Lituânia, ganharam diversas unidades próprias, como corpos de exército, divisões de granadeiros, brigadas, legiões estrangeiras), a expulsão dos membros comunistas dos governos da França e Itália em maio de 1947 (atitude que brevemente se reproduziria em todo o Leste com a implantação do monopólio comunista ou de suas coalizões, rompendo de vez o acordo) e o próprio Plano Marshall em seu funcionamento, provaram que o acordo não seria honrado pela outra superpotência nem pelo decadente signatário, que fariam tudo ao seu alcance para fomentar dificuldades aos soviéticos ou mesmo mudar as posições no tabuleiro, desde que não se chegasse ao conflito direto entre os novos (velhos) poderes imperialistas. A atitude de Stalin mudou na Europa e mundo colonial, ambos em ebulição. O Plano Marshall estimulou a nova moeda criada pelos aliados ocidentais para a Alemanha Ocidental (18 de junho) e a consequente cisão de ambas em dois Estados independentes, o último passo de uma Europa completamente dividida e na criação de zonas de amortecimento no caso da eclosão de uma nova guerra convencional. Já em 2 de junho Stalin criara tratados comerciais – o Plano Molotov (LOWE, 2016, p. 146) – que cimentariam o COMECON, em oposição ao Plano. O Kominform adotara em setembro a linha de confrontação ao invés da colaboração das frentes comuns.

O LESTE (PARA OS SOVIÉTICOS, OESTE) NAS TELAS DE CINEMA

O antigo objetivo czarista do pan-eslavismo retornara com a divisão de zonas de influência. Molotov entrou em choque com Ribbentrop em sua visita à Berlim em 1940 em decorrência do fim do status de zona neutra balcânica na Romênia e Bulgária, ameaçando as fronteiras soviéticas. A URSS também levantara a bandeira na Iugoslávia dividida entre a neutralidade da monarquia e a adesão dos movimentos fascistas. Sua agitação diplomática antinazista em Belgrado, em coligação tácita com a de britânicos e americanos, prenunciava a aliança estabelecida meses depois. No pós-guerra, o cinema soviético deu vazão a esse sentimento. Em *Padenie Berlina* [A queda de Berlim], 1950, do diretor mor do stalinismo, Mikheil Chiaureli, Stalin (Mikheil Gelovani) faz Molotov (Maxim Strauch) entender que Churchill (Viktor Stanitsyn) defende o Segundo Fronte no “baixo-ventre

¹⁹ Na URSS e Leste surgiram expressões como Tito-Judas, tsár dos pansérvios e burgueses iugoslavos, mercenários imperialistas, instigadores da guerra dignos de Hitler, gangue de espíões, agitadores e assassinos, cães americanos que roem ossos imperialistas e ladram capital americano – tom que se repetia no cinema soviético, em especial *Zagovor obrechonnykh* e sua acusação de Tito ser agente americano –. O embargo reduziu o comércio soviético na balança iugoslava de 48% para 14% (JUDT, 2008).

alemão”, no Mediterrâneo, e não na França, como meio de infiltrar seus exércitos nos Balcãs, tomar a região e separar os fraternos povos eslavos da proteção libertária da URSS. A Inglaterra é a inimiga do pan-eslavismo. O interesse inglês na área reaparece em *Sekretnaya missiya* [Missão secreta], 1950, de Mikhail Romm, no qual agentes anglo-americanos procuram se aliar aos nazistas no fim da guerra, garantindo-lhes imunidade em troca do armistício e de um aproveitamento econômico conjunto da Europa, com o bloqueio da libertação soviética.

Em *Geroi Shipki* [Os heróis de Shipka], 1954, de Sergei Vasilyev, que se passa na Bulgária da Guerra Russo-Turca de 1877-1878, agentes infiltrados americanos e ingleses trabalham contra a libertação pelos russos do país balcânico sob o jugo político otomano - com uma cena inteiramente atual ao fim da película, quando tanques do Exército Vermelho substituem os carroções e cavalos czaristas exibidos até aquele momento. O pan-eslavismo não emanava apenas do Kremlin. Segmentos das elites balcânicas e russas, e da população local e russa, eram periodicamente arrebatadas pelos sentimentos e interesses de apoio mútuo e união, numa área também disputada pela influência inglesa e que no período Entreguerras presenciou um novo domínio germânico, já representado anteriormente pelo Segundo Reich e a Áustria (CLARK, 2014). Em *Zagovor obrechonnykh* o ambiente mudara. Os inimigos da liberdade da nação que apresenta nomes de personagens de origem eslava são os americanos. Mas também a antiga aliada e eslava Belgrado. No mesmo ano, 1950, *Sekretnaya missiya* [Missão secreta], de Mikhail Romm (o famoso diretor de *Fascismo ordinário*) insinuava que Tito fora agente nazista,²⁰ um dos infiltrados de Schellenberg (Aleksandr Pelevin), chefe da inteligência alemã. O espião soviético Dementiev (Vasili Makarov) descobre que uma lista de agentes balcânicos teria sido fotografada e *Zagovor obrechonnykh* agora indica que Tito seria agente americano. Dois filmes no mesmo ano que complementavam e reforçavam a mesma mensagem.

Figura 3 - Capitalismo e religião se misturam nos luminosos e arquitetura, que incidem sobre a Ministra Padera. Stalin paira sobre a frente comum (continua)



²⁰ O que fortalecia a propaganda stalinista anti-anglo-americana e anti-Tito (KIDNER *et al.*, 2013, p. 859).



Fonte: ZAGOVOR, 1950.

Zagovor obrechonnykh procura reunir e condensar, segundo a ótica soviética, acontecimentos em diversos países do Leste que abandonaram as frentes comuns e se tornaram satélites logo após o anúncio do Plano Marshall, em abril de 1947. Seus personagens, como lembra Dobrenko (2008), não visam representar pessoas de carne e osso, mas ideias, grupos, classes. Com apenas uma exceção, o diretor demonstra sentimentos individuais, mesmo assim carregados de significado, vinculando e rompendo a unidade dos social-democratas (entre os de base liberal ou socialista) numa trama familiar, na qual o jovem filho deve se manter fiel ao esclerosado pai ou se unir às demais lideranças partidárias que rejeitam a influência americana pela soviética.

Em seu discurso, a primeira-ministra Hanna Likhta²¹ (Lyudmila Skopina) afirma que novamente nuvens negras, como aquelas que causaram a prostração da nação aos nazistas, se aproximam. E que o único país que veio em auxílio fora a URSS, salvando-os, bem como o mundo todo, da desgraça nazista, portando as esperanças de todos os trabalhadores. “Juramos sobre os túmulos de nossos libertadores, os combatentes soviéticos, que a chama da amizade nunca se apagará e prevalecerá a irmandade entre nossos povos”. A câmera efetua um corte. Na cena seguinte, o embaixador americano na capital, Henry McHill (Maxim Strauch), fornece em mensagem cifrada para Washington informações sobre a hora e o assassinato da primeira-ministra, antes mesmo que a tentativa, levada a efeito por nazistas que permaneceram infiltrados no país (e que atacam disfarçados de frades), ocorra.

²¹ A personagem é inspirada nos casos de mulheres que ascenderam à elite do partido, como a romena-judia Anna Pauker. Após a queda do regime fascista de Antonescu em 1944, ela se transferiu de Moscou para Bucareste. Entre 1948-1952 se tornou membro do Politburo e secretária do Comitê Central do partido comunista local. De dezembro de 1947 a julho de 1952 foi Ministra dos Negócios Estrangeiros da Romênia. Em 1948, a revista *Time* a colocou na capa como “a mulher mais poderosa viva”. Após o filme, porém, sua vida sofreu uma inflexão. Foi destituída em 1952 pelo secretário-geral Gheorghe Gheorghiu-Dej (que a percebia como uma rival), como resultado de uma campanha contra os “sionistas” e “cosmopolitas”, em linha com o “Complô dos Médicos” na URSS. Foi removida do Comitê Central por “atividade faccionista” e em julho removida de todos os cargos no governo. Foi presa em 18 de fevereiro de 1953, como segmento do antissemitico “Caso Slansky” na Tchecoslováquia, sob acusação de desvio de direita e espionagem - teria passado segredos aos EUA por meio do irmão de cidadania israelense. Pauker foi torturada, mas após a morte de Stalin, em março de 1953, foi libertada da prisão por intercessão de Molotov (GILBERT, 2014, p. 51).

Segundo os acompanhantes do camponês e ex-partisan Costa Varra (Boris Sitko), que estavam na missa na capital, o cardeal Birnch²² (Alexander Vertinsky) pareceria um crocodilo. Incapaz de reconhecer suas faltas durante a guerra, prefere dizer que Deus não está com os 100 milhões de ateus na Rússia, onde as colheitas seriam ruins e faltaria pão como castigo divino. No entanto, ao contrário dos kolkhozes coletivos, eles não teriam médicos, mas como eles, faltaria pão. Na trama, a causa da escassez alimentar é a ação sabotadora da Ministra da Alimentação Christina Padera²³ (Sofia Pilyavskaya) e da estocagem de *kulaks* e burgueses.

Com a primeira-ministra entre a vida e a morte, e o destino do país em suspenso entre a aliança com os soviéticos ou com os americanos, diante de seu quarto ocorrem conversas reveladoras sobre o posicionamento dos personagens - e dos partidos e classes que representam pelo uso da tipagem: segundo o Ministro da Segurança, “o Partido Comunista é uma conspiração contra a democracia” e “isso [emboscada contra um chefe-de-Estado] nunca aconteceu em nosso país antes”, ao que é respondido pelo jornalista de simpatias comunistas Max Venta (Pavel Kadochnikov): “e o que nunca aconteceu em nosso país antes?”. “Você está bem ciente de o ser humano vive de formas diferentes. Seus ideais espalhados por seu jornal são impossíveis e essa sua loucura comunista dividiu o mundo em dois”. Os social-democratas ou socialistas de direita prepararam a guerra para Hitler por meio de Munique, e agora preparariam as condições para uma nova guerra. Segundo o presidente do Parlamento, os social-democratas “ainda estão à frente antes que o fantasma vagueie pela Europa, o fantasma do comunismo”, ao que é respondido pelo jornalista: “e você está assustando essas pessoas crédulas. A propósito, o comunismo deixou há muito tempo de ser um fantasma, ele tem sua própria terra natal, seu exército e prisões e, portanto, ele está cercado por inimigos e agora você precisa de provas”. Uma greve geral paralisa o país, nas cidades e nos campos, por duas horas, sem que tenha sido controlada por ninguém. As manifestações seriam espontâneas, pura emanção do descontentamento do povo com a situação econômica e política, e revolta com o atentado contra a primeira-ministra. A personagem de Hanna Likhta alude a uma igualdade política entre homens e mulheres, fomentada pelos partidos comunistas. A realidade era de uma baixa participação feminina na esfera política, e ainda menor no período da Estagnação, mas, na época, muito maior que em outros países. Enquanto mulheres assumiam ministérios com Lenin (Elena Stasova, secretária-geral do PCUS em 1919 e membro do Politburo, 1917-18), na Inglaterra apenas atingiam o voto (1918). Enquanto participavam no Politburo, com o Ministério da Cultura (Yekaterina Furtseva, no Politburo entre 1956-61, no ministério de 1960-74), por exemplo, nos Estados Unidos precisavam exercer um poder difuso e discreto como o da esposa de Roosevelt, que mesmo assim encontrou resistência por meio de rumores.

O ministro da Indústria e líder do Partido Católico, Hugo Vastis (Vladimir Maruta), afirma que os verdadeiros aliados são os EUA e Inglaterra, que não vieram com ameaças

²² Um exemplo da oposição política promovida pela igreja contra soviéticos e comunistas é József Mindszenty, cardeal húngaro, arcebispo de Esztergom e Primaz da Hungria. Em 23 de maio de 1948 publicou um protesto contra a nacionalização das escolas católicas. Em dezembro de 1948 foi preso, em fevereiro de 1949 foi culpado de traição e espionagem e condenado à prisão perpétua. Sob tortura, confessou que os Estados Unidos o aliciaram para restaurar o Império Austro-Húngaro. Após a eclosão da revolta húngara de 1956, o governo de Imre Nagy libertou-o, e Mindszenty tornou-se um dos líderes da insurreição armada. Após a supressão do levante pelas tropas soviéticas, Mindszenty refugiou-se na embaixada americana em Budapeste, onde viveu por quase 15 anos, quando conseguiu o exílio em Viena (GILBERT, 2014, p. 43; p. 224).

²³ Algumas mulheres se destacaram no anticomunismo. A deputada Milada Horáková foi presa em 27 de setembro de 1949, sob a acusação de “nacionalismo burguês”, conspiracionismo e sabotagem. Entre os investigadores estava Karel Schwab, um alto funcionário do departamento de segurança do partido tchecoslovaco. O julgamento dela e de outras 12 pessoas começou em 31 de maio de 1950. Maria Shvermova, membro do *Presidium* do Comitê Central, organizou uma campanha de massa pela sentença de morte, que acabou sendo decretada em 1950 (FEINBERG, 2006, p. 211-215).

nucleares, mas sim com ofertas de alimentos (o que, no momento da trama, lembra também a ligação da Igreja com os guerrilheiros nacionalistas e fascistas). Já o líder do Partido Camponês, Costa Varra, afirma que Stalin, também filhos de camponeses, é o único amigo confiável para alimentar o país. É rebatido pelo Ministro da Indústria: “não precisamos do pão bolchevique. Ele é uma ferramenta de propaganda para os bolcheviques”.

A primeira-ministra afirma que os nacionalistas e os católicos, que controlam o sul do país, espalham o pânico, desorganizam a produção e a distribuição e impedem a industrialização levada adiante pelo proletariado. É uma conspiração que pretende dividir e destruir a Frente Popular que governa o país e a sua liberdade, sacrificada para as potências ocidentais.

O cardeal, apontado como cabeça da conspiração por comunistas, faz política na festa da embaixada americana, tentando reforçar o campo dos partidos nacionalistas e católicos. Após a derrota destes no parlamento, conduz uma missa na catedral estremecida por música de órgão transbordante de ira, com uma homilia que faz o cardeal salivar pelo canto da boca, rapidamente cortada para música contemplativa e celestial, ao abençoar o milagre da ajuda americana. O corte, ainda com a voz do sacerdote, transformando-se em som não diegético, nos leva a uma das ruas da capital, onde os engradados americanos de leite são descarregados pelos sacerdotes – na verdade, o comboio da paz e ajuda humanitária americana trazia um arsenal disfarçado para armar as milícias fascistas e pró-estadunidenses. A Ministra da Alimentação usa o confessionário para expressar ao cardeal os seus receios da expansão do comunismo após este derrotar Hitler e o fascismo, e da insatisfação de exercer um papel secundário, traçado pelas ordens emanadas dos agentes externos ou a serviço do exterior, que ocupam o primeiro plano: o embaixador McHill como operador dos interesses anglo-americanos e o cardeal Birch, dos do Vaticano. Este transita abruptamente de momentos de fúria descontrolada para a mansidão pastoral.

O líder do partido católico joga cartas com o embaixador americano. Propõe seus planos a cada lance de cartas: uma cartada é o oferecimento do Plano Marshall para aprisionar a pátria aos interesses dos EUA, sua aceitação pelo parlamento e a ascensão do ministro ao poder em aliança com o Ministro do Interior. A segunda cartada é como fazer a população aceitá-lo em vista da maior atração pelo Leste. A cartada seguinte, feita pelo embaixador, é a fome. Os estoques de alimento seriam apoderados pela Iugoslávia de Tito, imperaria o desabastecimento total, a notícia de um trem de ajuda humanitária americana na fronteira com a Iugoslávia se espalharia no dia da votação, tendo o governo da Frente Popular que aceitá-lo ou recusá-lo, o Plano Marshall seria aprovado pelo parlamento e os alimentos fluiriam de novo para o país, que, assim ligado aos EUA, se tornaria um trampolim para a guerra quente contra a União Soviética e o comunismo. O embaixador da Iugoslávia, Brozovich (Vladimir Vladislavsky), não é mais que um capacho americano para os planos americanos de invasão e dominação.

O líder do Partido Camponês sai em diligência quando as pessoas estão passando fome nas cidades por 30 dias, e encontra *kulaks* especuladores com galpões abarrotados de trigo, gordos e comendo maçãs, indiferentes à descrição da situação da população urbana. Na reunião dos partidos de esquerda, o quadro de Stalin ao fundo domina a cena. A imagem não chega a ser surpreendente. Setores alinhados com os comunistas já haviam produzidos cartazes colocando lado a lado o líder soviético e o presidente tchecoslovaco Beneš (JUDT, 2008). Todos aqueles que lutam pelo povo são abraçados por sua imagem. Ele é salvador da independência do pequeno país do Leste. Sua ajuda os libertará da prisão do Plano Marshall. Ele afigura nas faixas dos grevistas. A coesão, isto é, a fidelidade do Partido Social-Democrata, presente na mesa da Frente Popular, representado por seu chefe Joachim Pino (Ilya Sudakov), é posta em causa. Enquanto a primeira-ministra era uma partisan e lutou por sua pátria presencialmente, ele exibe sua carreira de exilado, duas

formas de atuação distintas, que acentuam a sinceridade da luta da primeira-ministra e a desfaçatez social-democrata. Este propõe que se leve à votação a ajuda americana ou soviética. Mas sua posição é incerta, com forte pendor para os partidos de direita:

Joachim Pino - O plano de votação dos Social-democratas é que estamos sempre prontos para defender os interesses da democracia.

Max Venta - Então você acha que também está correto consideramos o envio da delegação a Moscou? [...]. Senhor Pino, por que é tão nebuloso, me fale de maneira objetiva [...].

Joachim Pino - Estamos nos movendo em direção a um objetivo comum (ZAGOVOR..., 1950).

A defecção dos social-democratas de direita consoma a vitória da adesão ao Plano. Porém as alas à esquerda do partido, comandadas pelo filho de Joachim Pino, Mark Pino (Vladimir Druzhnikov), sob os clamores dos manifestantes, do povo, rompem sua unidade e reconduzem a nova votação, cimentando a vitória do bloco comunista, socialista e camponês e a aliança com os soviéticos.

Em abril de 1945 o primeiro-ministro tchecoslovaco Edvard Beneš formou seu governo de frente comum com quatro ministros comunistas e 11 de outros quatro partidos. Os comunistas tchecos eram 50 mil em maio de 1945, 1,22 milhão em abril de 1946 e 1,31 milhão em janeiro de 1948, dentre 12 milhões de habitantes. Quando os ministros anticomunistas renunciaram em decorrência da acusação de infiltração comunista na polícia, os comunistas preencheram as vagas. Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Bulgária, Albânia demonstraram interesse no Plano Marshall. O ministro das Relações Exteriores Jan Masaryk e o primeiro-ministro Klement Gottwald compareceram à reunião de 4 de julho em Paris para tratar da adesão, mas o último fora instruído por Stalin para se opor a ela e demonstrar os interesses político-militares americanos. Por fim, a delegação tcheca foi ameaçada de rompimento de relações caso comparecesse. A insistência dos anticomunistas e até de facções comunistas poderia ter contato com apoio popular. Na realidade, mesmo os anticomunistas titubearam, pois a limpeza étnica dos alemães nos Sudetos (LOWE, 2017) colocava a nova República Federal Alemã na rota de choque com a Tchecoslováquia, e Beneš e Masaryk lembravam-se muito bem do Acordo de Munique e de sua aliança militar com a França e o prometido apoio inglês (JUDT, 2008). Segundo Lowe (2016), os comunistas, que detinham 114 cadeiras das 300 do parlamento, lançaram o golpe diante da derrota certa nas eleições de maio de 1948 por terem se oposto ao Plano Marshall e assim “acabado com a contínua escassez de comida. Eles decidiram agir antes das eleições; já no controle dos sindicatos e da polícia, tomaram o poder em um golpe armado. Todos os ministros não comunistas, com exceção de Beneš e Masaryk, renunciaram. Poucos dias depois, o corpo de Masaryk foi encontrado sob a janela de seu gabinete. Sua morte foi descrita oficialmente como suicídio, mas quando os arquivos foram abertos depois do colapso do comunismo em 1989, foram encontrados documentos provando de forma cabal que ele foi assassinado. As eleições foram realizadas em maio, mas havia apenas uma única lista de candidatos – todos comunistas. Beneš renunciou e Gottwald se tornou presidente” (LOWE, 2016, p.146) – o autor possui imprecisões. Nunca foi cabalmente provado que Masaryk foi assassinado, apesar dos relatórios oficiais de 1990 e 2004 (a ŠtB, polícia secreta tcheca, nos anos 1950 teria se deparado com supostos assassinos do MI6 britânico), e tampouco a lista era composta apenas por comunistas.

O agente nazista Steban (Ivan Peltzer) recebe informações e instruções da jornalista americana Kira Rachel (Valentina Serova), que por sua vez as recebe do embaixador americano. Ao fim do filme descobre-se todo tipo de documento de identificação pessoal

com Kira Rachel. O público é lembrado de que jornalistas americanos poderiam se tratar de outros profissionais, como espiões e sabotadores.

No filme, os soviéticos nunca se fazem presentes, política, diplomática ou militarmente. Ao contrário de iugoslavos, nazistas e americanos. É como se tivessem se retirado após a expulsão das tropas alemãs. O que fortalece a mensagem de que a URSS é a verdadeira defensora da liberdade dos povos. Estes é que se decidiram pela aliança, um livre acordo que soa como reedição do Contrato Social de Rousseau. Mesmo os comunistas não detêm uma primazia. Hanna Likhta recebe uma aura materna diante dos jovens membros (todos jovens, indicando o futuro socialista) socialistas e comunistas, como o líder do Partido Comunista Nikola Sloveno (Vsevolod Aksyonov), Mina Varra (Lyudmila Vrublevskaya - o futuro do campesinato é o comunismo), Magda Forsholm (Luiza Koshukova), Mark Pino e o camponês Costa Varra. Os jovens dos partidos social-democrata de esquerda e socialista debatem sobre o desejo de abandonarem seus partidos e tornarem-se comunistas: “social-democratas colaboraram com comunistas, mas isso não significa que eu deveria ser comunista”.

Os líderes dos partidos de esquerda exortam os trabalhadores das fábricas, campo e transportes a defenderem a independência do país, ameaçada pelo Plano Marshall, que o transformaria numa “colônia do imperialismo americano”, e para tanto, deveriam fazer valer sua voz no Parlamento. Uma das bandeiras dos grevistas e manifestantes anti-Plano Marshall não é a bandeira puramente vermelha, como as demais, mas sim a bandeira soviética com a foice e o martelo amarelos enrolados na haste de maneira grosseira (Figura 1). Um lapso dos técnicos de *mise-en-scène* que permite à câmera revelar mais do que se pretende (FERRO, 1992) – como se sentiria um cidadão da Europa Oriental ao percebê-la no filme? Os ânimos poderiam ser muito diferentes conforme sua consciência e posição política particulares -, ou um item adicionado pelo diretor para reforçar a necessidade de apoio soviético? Um item necessário para a luta pela liberdade?

A multidão nas ruas - carregando com cartazes contra o Plano Marshall e em louvor à Stalin, escritos tanto no alfabeto latino quanto no cirílico, aumentando a ambiguidade sobre a identidade do país fictício (curiosamente a Iugoslávia reconhecia ambos os alfabetos como oficiais - latino na Eslovênia e Croácia, e cirílico no restante) -, lembra as grandes manifestações das alianças de partidos pró-soviéticos em vários países do Leste quando passavam decididamente para a órbita soviética e os planos de neutralidade ou finlandização naufragam com as tensões crescentes da Guerra Fria. Impossível não comparar as cenas do filme com os noticiários da Tchecoslováquia e de suas mobilizações massivas em favor dos comunistas e também anticomunistas, que abarrotavam avenidas e praças, como a Wenceslas (Praça Venceslau) – inclusive pelas mãos com carrinhos de bebe com bandeiras vermelhas (algumas dessas cenas não seriam uma versão colorida das próprias imagens captadas pelos cinejornais da época?). Quando os manifestantes chegam ao parlamento, a câmera faz vários cortes exibindo de maneira consecutiva diversos segmentos sociais: operários, camponeses, trabalhadores volantes, técnicos ou *intelligentsia*, viúvas daqueles que ajudaram a derrotar o nazismo. A arenga de conservadores e social-democratas no Parlamento afirma que a aceitação dos princípios da Carta do Atlântico seria a oportunidade de acabar com o isolamento autoimposto pelo país; o Plano Marshall, o conagraçamento de todos os povos no auxílio econômico, enfim, a prosperidade e o enriquecimento – o *travelling* da câmera expõe deputados caracterizados como os capitalistas dos cartazes de propaganda soviéticos, com suas cartolas, fraques e relógios de corrente, insinuando a quem se destina a prosperidade e o enriquecimento. Os comunistas respondem que é a filantropia dos aviões de bombardeiro. A pergunta anterior (a quem se destina a prosperidade e o enriquecimento) é respondida pela primeira-ministra e um deputado comunista: *Wall Street* e a burguesia local. Seria trocar a independência

nacional por um enopado de lentilha, permitir que os “incendiários americanos ameacem a paz e segurança dos povos do mundo”. A tecla do nacionalismo, ou na acepção soviética, patriotismo é sempre mencionada como fator chave para a rejeição da ajuda americana. Ela teria agrilhado os países que a aceitaram, como a Grécia, Itália, França, bem como seus trabalhadores. “Não lutamos contra o fascismo por isso”, aqueles que lutaram e morreram não o fizeram para a introdução de um novo invasor. Quanto ao Leste, “do Leste um sonho vem até nós”.

A sacristia e a embaixada americana são pontos em que se planeja o levante armado, com auxílio militar iugoslavo, para separar o sul do país, controlado pelos conservadores, e em seguida, obter o controle na capital. O maior patriotismo possível seria barrar o comunismo, ao custo de se despedaçar a nação. O líder social-democrata se mostra incomodado, ao menos no nível retórico, com as afirmações dos conspiradores. O embaixador estadunidense responde que “um homem de negócios deve entender que a vontade do povo não importa”, que os comunistas querem arrebatá-lo a presidência do Parlamento. Joachim Pino lembra da construção de sua imagem como democrata e simpatizante do socialismo e da igualdade.

McHill - Eu poderia demiti-lo! Você não entende que podemos destruir qualquer nação em duas horas por termos o monopólio da bomba atômica? Deus colocou este brinquedo em nossas mãos para nós podermos assustar com nosso monopólio.

Cardeal Birnch - Você [se voltando para Pino] é a única luz para afastar este que é o anticristo [o comunismo] (ZAGOVOR..., 1950).

A URSS aparece mais uma vez como salvadora da humanidade por romper esse monopólio no ano anterior (1949). A existência da bomba atômica soviética fica assim legitimada em nome da salvaguarda dos países pequenos. Os social-democratas vacilam até em sua aliança com a direita. Por mais que sejam aliados em quem não se pode confiar, não chegam a desertar como antes. Aos prantos, responde que “pelo bem do povo, vamos aceitar o seu programa”, em troca da presidência da república. “Vamos conversar como homens de negócios”. A partilha do poder ajuizada por McHill continua: uma concordata privilegiada para a Igreja, o fim do comunismo e um posto no Vaticano para o cardeal – o que já fora acordado com o próprio Papa, a chefia do governo para a Ministra e o Ministério da Defesa para o general Bravura (Rostislav Plyatt), que deveria abrir a fronteira para a invasão iugoslava-americana e assumir o controle militar do país ao lado dos americanos. “Nossas tropas serão parlamentares em uma hora”.

O TRABALHO DE KALATOZOV

Kalatozov conseguiu imprimir uma originalidade e vida muito maior à câmera do que Abram Room, em seus filmes de temática política anti-anglo-americana *Serebristaya pyl* [Pó de prata], 1953, *Shkola zlosloviya* [Escola de fofoca], 1952, e *Sud chesti* [Tribunal de honra], 1948. Seria difícil imaginar um trabalho de Kalatozov no qual a câmera sempre estivesse parada, por maior que fosse o engessamento cultural e as exigências didáticas e simplificadoras do stalinismo tardio. Os luminosos da capital se misturam à imagem da catedral – é a sugestão da Igreja à venda e como parte do capitalismo, reforçada com a incidência destas luzes sobre a golpista ministra Padera (Figura 3). Apesar das tendências vanguardistas (em contraposição ao cinema-teatro de Abram Room e seu realismo socialista petrificado, por exemplo) já esboçadas no trabalho do diretor, que fluiriam com o Degelo, ainda assim pairam acusações contra a arte moderna. Que possuíam larga adesão

na sociedade.²⁴ É um indício de ligações com o Ocidente, que só podem ser espúrias. Há arte moderna no *jazz bar* dos conspiradores²⁵. Há arte moderna na embaixada americana (bem como uma lasciva obra conservadora), e na sala e na mesa da Ministra golpista Christina Padera – esta última lançada fora pelo novo Ministro da Alimentação, Costa Varra, um camponês nato. Com seus hábitos camponeses também espana ostensivamente o acento que herdou. Usa dois sinetes de gado leiteiro como uma gravata rural ou laço de bolo. “Eu vou cuidar da fazenda aqui”.

O trem americano, com dizeres “Trem da Paz” e algumas pombas com ramos de oliveira, é coberto com soldados *yankees* que tocam um jazz caótico e ameaçador, bandeiras Estrelas e Faixas e dezenas de painéis de propaganda de produtos americanos, como a virtual moeda de troca na Europa devastada do pós-guerra, cigarros *Lucky Strike* e *Camel*, desfilando diante da população desfalecida pela crise econômica. O espetacular comboio contrasta com a simplicidade dos camponeses locais que o observam indiferentes. O que é sugerido pela câmera como deslocado, irrealista ou superficial seria em breve também exibido como fraude (Figura 5). A trilha musical, produzida por Vissarion Shebalin (compositor dos temas de filmes importantes como *Sadko* e *Pugatchev*), possui inspiração que vai das mazurcas polonesas à música romântica de Brahms sobre o folclore húngaro, além de polcas da Tchecoslováquia. E para os vilões americanos, iugoslavos, ou do próprio país eslavo, aparece um desesperador jazz americano ou um sombrio e gutural canto gregoriano - a vinculação do grupo opositor com os agentes externos, com o antipatriotismo, fica realçada pelo uso do som).

Figura 4 - Os grevistas paralisam o país e exibem cartazes contra o Plano Marshall e a favor de Stalin e da representação popular do partido comunista, em cirílico e latino. Manifestações em frente ao Museu Etnográfico de Budapeste (que serve de Parlamento) (continua)



²⁴ Khrushchev, em 1962, ainda poderia afirmar na exibição de arte da Galeria Manezh, de frente para o Kremlin, que a arte moderna e abstrata era “cocô de cachorro” que um macaco poderia pintar melhor, que o pintor deveria sentar numa moita de urtiga até entender seu erro, que os quadros deveriam estar no banheiro, que era o que uma criança, como o cão, faria numa tela e esparramasse, que nenhum centavo do Estado deveria ser gasto com ela, e que era uma influência estrangeira, capitalista, amoral e antissoviético (TAUBMAN, 2004, p. 589-592).

²⁵ Quanto ao jazz Khrushchev, dizia confundi-lo com a estática do aparelho de rádio. Apesar de ser a música dos negros oprimidos nos Estados Unidos, a música e danças russas e do Cáucaso também eram maravilhosas. Ou “pegue essas novas danças que estão na moda agora. Algumas delas são totalmente inadequadas. Você mexe com uma determinada seção da anatomia, se me perdoar a expressão. É indecente [...]. Estou casada há 20 anos e nunca soube que esse tipo de atividade se chama foxtrote!” (MCMILLAN, 1965, p. 102). Essas opiniões não estavam restritas à elite política (e nem eram unanimidade nesta). Eram expressões do vasto campo dos eslavófilos e conservadores.



Fonte: ZAGOVOR, 1950.

Figura 5 - Os golpistas oficiais militares de Bravura são rendidos por milícias populares e militares de patente inferior. O trem americano de paz e ajuda humanitária, carregado com propaganda de produtos americanos e caixotes de leite que escondem metralhadoras Thompson (consagradas pelos filmes hollywoodianos de gangsteres) (continua)





Fonte: ZAGOVOR, 1950.

Alguns sinais reforçam a ambientação no Leste: a bandeira do país fictício e não nominado é branca e vermelha, como a polonesa (é acrescida de uma faixa vermelha extra). A Ponte Carlos, sobre o rio Moldava, que corta Praga, serve como uma das locações. O palácio no qual era sediada a *Curia Regia*, Suprema Corte da Hungria (1723-1949), hoje museu etnográfico, serve como Parlamento. Aparecem também algumas ruas de Budapeste (praça da Lâmpada do santuário de Batthyány?).

Segundo Maya Turovskaya (SPRING; TAYLOR, 2013), o uso da tipologia contava com mais um elemento importante: o uso das maiores estrelas do cinema soviético para encená-la, o que poderia, ao mesmo tempo, garantir apelo popular, bilheteria para os estúdios e pessoal técnico e a disseminação da mensagem pretendida. Um filme político sem o uso do *star system* soviético poderia significar um fracasso no objetivo principal (para o Estado) e proporcionar uma migração ainda maior para o cinema escapista das fantasias folclóricas, cinebiografias, comédias e musicais. Segundo a autora, os melhores atores encarnavam os vilões para consolidar a imagem do inimigo nas mentes da audiência, realizando assim a modelação da realidade pelo Estado totalitário. A soviética, crítica de cinema, se esquece de mencionar que atores que interpretavam vilões costumavam receber papéis da mesma natureza. O público apreciava reconhecer pelo rosto heróis e bandidos, bem como alguns atores eram sempre chamados para representar certos personagens - como no cinema americano, uma boa forma do público interagir com a estrela, mais ainda numa sociedade largamente camponesa e recém-alfabetizada. O que não impedia o Estado de procurar tirar alguma vantagem dessa situação, mas longe de configurar um totalitarismo. Os contratos da equipe eram firmados pelo próprio corpo do estúdio. Stalin, no máximo, escalava diretores, como Dovzhenko para *Shchors* (SPRING; TAYLOR, 2013, p.65; 87), 1939. Pavel Kadochnikov já trabalhara em sucessos como *A História de um Homem de Verdade*, 1947, *Ivan, O Terrível*, 1944, e *Robinzon Kruzo* [Robinson Crusóe], 1946; era o primeiro papel para Boris Sitko, Sofia Pilyavskaya e Lyudmila Skopina; Vsevolod Aksyonov aparecera em *Suvorov*, 1941, e protagonizara *Russkiy vopros* [Questão russa], 1947; Ilya Sudakov foi nada menos que Mendelejev em *Aleksandr Popov*, 1949 e novamente em *Zhukovsky*, 1950. Ivan Peltzer atuou em vários filmes, entre eles *Stenka Razin*, 1937; Vladimir Druzhnikov apareceu em *Glinka*, 1946, e *Zhukovsky*, 1950, entre outros, Vladimir Maruta foi o vilão em *Sud chesti* [Tribunal e honra],

1949, e *Pitsi* [O juramento], 1946. Maxim Strauch até então sempre fora herói. Foi nada menos que Lenin em *Chelovek s ruzhyom*, 1938, *Yakov Sverdlov*, 1940, *Vyborgskaya storona*, 1939, *Yego zovut Sukhe-Bator*, 1942, sendo rebaixado para Molotov em *Stalingradskaya bitva*, 1949 (curiosamente no mesmo ano, 1949, Molotov foi degradado por Stalin, por não apoiar o encarceramento da própria esposa nos processos antijudaicos de Leningrado, perdendo o Ministério das Relações Exteriores - como um filme soviético durava cerca de dois anos para ser produzido, é provável que fosse uma coincidência e não uma ingerência do Kremlin. O famoso ator desapareceria das telas, retornando apenas em 1956, para novamente interpretar Lenin em dois filmes no fim da década. Se a mudança herói-vilão fosse proposital e política, seria de se esperar por outras atuações semelhantes). O veterano do cinema czarista Alexander Vertinsky, com sua pose aristocrática - provinha de uma família nobre, fazia vilões desde os tempos da NEP; Rostislav Plyatt fizera soldados alemães em *Zoya*, 1944, e *Smeliie lyudi* [Pessoas ousadas], 1950; Vladimir Vladislavsky, vilões em *Vstrecha na Elbe* [Encontro no Elba], 1949, *Glinka* e *Sud chesti*. Valentina Serova fizera papéis menores em filmes como *Glinka*.

Turovskaya (1996) usa uma análise cinematográfica baseada em ideias freudianas para apresentar um golpe comunista recalçado, com a passagem do governo de coalizão, pluralista, para o partido único, totalitário, da liberdade capitalista para a tirania comunista. Na realidade, sequer a acusação de um contragolpe cabe ao filme (ao contrário dos muito recentes para a autora: o *putsch* de agosto de 1991 e o subsequente contragolpe do grupo de Yeltsin, e a "crise constitucional" de 1993). Os personagens pró-URSS defendem a democracia e a lei. Quem executa um *putsch* clássico, com a tomada violenta de pontos estratégicos como centrais telefônicas, elétricas, correios e telégrafos, postos de comando político, militar e policial, foram os apoiadores do Plano Marshall. Aparecem milícias proletárias armadas - como as dos conservadores (as primeiras, porém, contém a imagem legítima de sua configuração popular, com trabalhadores de diferentes setores, enquanto os milicianos golpistas aparecem como uma súcia formada dos segmentos hostilizados pelo patriotismo e socialismo: agentes estrangeiros, oficiais aristocráticos, clérigos, opulentos burgueses, fascistas em sobretudos pretos) - mas não eclipsam por completo a atuação dos próprios militares locais adeptos da legalidade, a rápida reação dos partidos de esquerda da Frente Comum e a pressão popular nas ruas. As milícias legalistas apenas expulsam e prendem os golpistas dos pontos estratégicos com precisão cirúrgica. Não há quebra da lei na prisão e exílio dos líderes *putschistas*. Um destino bem diferente daquele que a História real ofereceu à oposição anticomunista e às facções derrotadas dentro dos próprios partidos comunistas. A Ministra da Alimentação é defenestrada numa reforma ministerial. A única exceção seria a do presidente do Parlamento, que deveria usufruir de imunidade e sofrer um processo por atos contra a Constituição. Os ministros comunistas foram expulsos no Ocidente da mesma forma que os anticomunistas no Leste.

A expulsão e eliminação do governo e sociedade dos líderes partidários anticomunistas aparece como a limpeza do corpo social de corpos externos, a libertação da pátria de bandidos autoritários disfarçados de democratas (a própria democracia liberal é exibida como uma falácia diante da única verdadeira democracia, que seria a popular, de inspiração soviética - mas diferente desta pela tendência ao pluralismo formal. Na acepção soviética, estavam ainda um passo atrás, sem um partido único que encarnasse toda a vontade e soberania nacionais). Turovskaya parece participar do antiplebeísmo (HOBBSAWM, 2001) e anticomunismo que marcaram os anos finais da URSS e os anos Yeltsin, bem como da visão do totalitarismo importada do Ocidente nesses anos por muitos autores ex-soviéticos (FERNANDES, 2000), além da influência de Freud, negado pela psiquiatria soviética até a *perestroika*. No filme, quem pratica uma tentativa de golpe branco ou parlamentar e persiste com um golpe armado, são os elementos pró-americanos.

O cenógrafo Iosif Spinel, que trabalhou com Eisenstein em seu *Ivã, o Terrível*, 1944, com Aleksandr Stolper em seu *História de um homem de verdade*, 1948, e em *Velikiy voyn Albanii Skanderbeg*, 1953, de Sergei Yutkevich, ganharia o Prêmio Stalin de 1951 por seu trabalho no filme. O cinegrafista Mark Magidson também o ganharia: já fora premiado em *História de um homem de verdade*. Tabalharia com Grigory Kozintsev na cinebiografia *Belinsky*, 1951 e novamente com Kalatozov em *Vikhri vrazhdebnyye* [Ventos hostis], 1953. Eles auxiliaram a Kalatozov a compor a caracterização e imagens dos personagens e a captar suas expressões, muitas vezes por meio da posição *contra-plongée* ou contra-mergulho, com o enquadramento por ângulo alto ou baixo: a claqué de deputados burgueses e religiosos, com suas cartolas, fraques, escapulários e crucifixos; o camponês local com suas vestes simples e rurais; as milícias populares trajadas como operários (Figura 5); a afetação dos seguidores do cardeal durante suas homílias (Figura 2) contrastada com o comedimento das massas céticas; o americano gangster com sua cigarrilha, a piteira entre o luxo, o esnobismo e a devassidão burguesas (Figura 1) – em contraste com o fiável cachimbo de Stalin, - que não aparece no filme, mas que para o soviético acaba associado ao líder em decorrência de outros filmes.

CONCLUSÃO

O mote da liberdade era empregado por ambas as superpotências na defesa de suas ações, atuais esferas de influência, ou tentativas indiretas de as ampliar. O cinema stalinista poderia empregar mensagens democráticas para apoiar a regimes repressivos como o de Enver Hoxha na Albânia (então, ao lado de países como Portugal, Espanha e Irlanda como dos mais atrasados da Europa), bem como o americano (em casos como o da Áustria subjugada e dividida entre URSS, Inglaterra e Estados Unidos, ou de ditaduras como as ibéricas e grega). Americanos e soviéticos dominariam suas respectivas zonas de influência através do continente por meio de bases militares, pactos comerciais e alianças militares (os soviéticos contavam com sua preeminência sobre os aparatos de segurança e os partidos comunistas, os americanos, em suas ligações com a elite político-financeira, cúpula militar e organizações paramilitares ocultas, a Gládio).

O filme traz a argumentação soviética de que não era a presença de comunistas em cargos chave do governo, e a desconfiança empresarial, que levava o Leste ao caos econômico de 1945-47, como afirmavam os pró-anglo-americanos, nem mesmo a destruição do parque produtivo (como o bombardeio aliado dos poços e refinarias de petróleo em Ploiesti, na Romênia fascista) e o esgotamento das energias nacionais sob o jugo econômico nazista e de sua economia de guerra total. A causa era a ação das classes abastadas capitalistas e da pressão militar e econômica americana para tentar fazer com que o relógio da revolução social e da libertação das massas trabalhadoras recuasse para o ponto anterior às rebeliões populares e a liberação soviética. E o anúncio de que não conseguiriam prender novamente o gênio na garrafa, que a marcha inexorável da História abriu o Leste ao futuro.

Constituiu uma peça publicitária didática (apesar do talento artístico latente de Kalatozov) para as audiências do Leste que rememorava e alterava acontecimentos recentes, dentro de uma lógica oficial. Bem como as preparava para os contemporâneos processos judiciais filmados e exibidos nos cinejornais, que continham as confissões de culpa daqueles membros do partido acusados de titoísmo, e suas condenações ao degredo, prisão e fuzilamento. Intensifica as alegadas relações entre o titoísmo (e divergências e facções políticas internas) com a ameaça imperialista anglo-americana. Constituíam uma justificativa para seus países não participarem do Plano Marshall, trocado pelo COMECON,

como uma escolha entre liberdade e pátria ou escravidão e ingerência externa (americana). O ímã do Plano era uma preocupação mais do que justificável tendo em vista os acontecimentos na Iugoslávia. E, como para a própria Iugoslávia, talvez não significasse uma mudança substancial em sua situação econômica. Ele cumpriu as expectativas do Kremlin a ponto de receber um Prêmio Stalin de Segundo Grau, em 1951. O filme, baseado numa peça publicada previamente (1948) pelo escritor, correspondente de guerra, dramaturgo e roteirista Nikolai Virta (famoso por ter editado a Bíblia para publicação com a concordata de 1943 com a Igreja), deixava claro que se tratava de uma “conspiração dos condenados” pelo rumo da História, como asseverava o marxismo dogmático emanado de Moscou, uma tentativa de golpe pró-americano fadada ao fracasso desde o início, em decorrência de que o tempo da burguesia, do clero, de oficiais aristocráticos, e da influência anglo-americana na área havia se exaurido. Apesar da importância dos agentes locais em assegurar o futuro, este seria inelutável. A teoria acode a versão da não-ingerência política soviética nos assuntos internos do Leste. Virta já possuía experiência com roteirização em seu prévio trabalho com o diretor Vladimir Petrov *Stalingradskaya Bitva* [Batalha de Stalingrado], 1948. Outro filme apologético ao regime. Como escritor, foi ligado ao realismo socialista e às organizações estatais, como o Sindicato dos Escritores, além de ter sido agraciado com prêmios em virtude de seus trabalhos engajados (BO, 2019). Com um público de 19,2 milhões, foi um sucesso razoável, mas longe dos campeões de bilheteria soviéticos da época.

REFERÊNCIAS

- APPLEBAUM, Anne. *Cortina de Ferro: 1944-1956 - o esfacelamento do Leste Europeu*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.
- ARENDR, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BEEVOR, Antony. *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- BO, João Lanari. *Cinema para russos, cinema para soviéticos*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
- DEUTSCHER, Isaac. *Stalin*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- DOBBS, Michael. *Seis meses em 1945: Roosevelt, Stálin, Churchill e Truman, da Segunda Guerra à Guerra Fria*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- FEINBERG, Melissa. *Elusive equality: gender, citizenship, and the limits of democracy in Czechoslovakia, 1918-1950*. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 2006.
- FERNANDES, Luís. *O enigma do socialismo real*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- FERRO, Marc. *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FERRO, Marc. *El Cine, una visión de la historia*. Madrid: Akal, 2008.
- FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: NORA, Pierre (org.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- FRIEDMAN, Max. *Rethinking Anti-Americanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

- GILBERT, Mark. *Cold War Europe: the politics of a contested continent*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2014.
- GILBERT, Martin. *Winston Churchill*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2016.
- GROSE, Peter. *Operation Rollback: America's Secret War Behind the Iron Curtain*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2000.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- JAMESON, Fredric. *The geopolitical aesthetic: cinema and space in the world system*. Bloomington: Indiana University Press, 1995.
- JAMES, Beverly. *Imagining postcommunism: visual narratives of Hungary's 1956 Revolution*. College Station: Texas A&M University Press, 2005.
- JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1914*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- KENEZ, Peter. *Cinema and Soviet society: from the Revolution to the death of Stalin*. Londres: I.B. Tauris Publishers, 2001.
- KERSHAW, Ian. *De volta do inferno: Europa, 1914-1949*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- KIDNER, Frank et al. *Making Europe*. Boston: Wadsworth, 2013.
- KOTKIN, Stephen; GROSS, Jan T. *Sociedade incivil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- LIEHM, Mira; Antonín LIEHM. *The most important art: Soviet and Eastern European film after 1945*. Berkeley: University of California Press, 1980.
- LOWE, Keith. *Continente selvagem: o caos na Europa depois da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- LOWE, Norman. *História do Mundo Contemporâneo*. São Paulo: Penso Editora, 2016.
- MCMILLAN, Priscilla. *Khrushchev and the Arts: the politics of Soviet Culture, 1962-1964*. Cambridge: M.I.T. Press, 1965.
- OLIVEIRA, Dennison. O cinema e a Segunda Guerra Mundial no século XXI. In: *VIII Encontro Nacional de História da Mídia*, 2011, Guarapuava. 8º Encontro Nacional de História da Mídia-Rede Alcar. Guarapuava: Ed. da UNICENTRO, 2011. vº1.
- ROLLBERG, Peter. *Historical dictionary of Russian and Soviet cinema*. Lanham: Scarecrow Press, 2009.
- SETON-WATSON, Hugh. *The Eastern European Revolution*. Nova York: Praeger: 1956.
- SPRING, Derek; TAYLOR, Richard. *Stalinism and Soviet cinema*. Nova York: Routledge, 2013.
- TAUBMAN, William. *Khrushchev: the man and his Era*. Nova York: W. W. Norton & Company, 2004.
- TUROVSKAYA, Maya. Filmy "kholodnoy voyny". *Iskusstvo kino*, Moscou, Nº 9, p. 98-106, 1996.

VOLKOGONOV, Dmitri. *Stalin: triunfo e tragédia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

WILLIAMS, Larson. *Film and nationalism*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2002.

FILMOGRAFIA

ADMIRAL Nakhimov [Almirante Nakhimov]. Direção: Vsevolod Pudovkin. Moscou: Mosfilm, 1946. 1 DVD (88 minutos), P&B.

ADMIRAL Ushakov [Almirante Ushakov]. Direção: Mikhail Romm. Moscou: Mosfilm, 1953. 1 DVD (108 min), color.

GEROI Shipki [Os heróis de Shipka]. Direção: Sergei Vasilyev. Leningrado/Sofia: Lenfilm/Boyana Film, 1954. 1 DVD (137 min), color.

KORABLI shturmuyut bastiony [Bastões da tempestade dos navios/Almirante Ushakov parte II]. Direção: Mikhail Romm. Moscou: Mosfilm, 1953. 1 DVD (108 min), color.

MAKSIMKA. Direção: Vladimir Braun. Kiev: Dovjenko Kinostudiya, 1952. 1 DVD (78 min), color.

NEZABYVAEMYY 1919 god [O inesquecível ano de 1919]. Direção: Mikheil Chiaureli. Moscou: Mosfilm, 1951. 1 DVD (108 min), color.

PADENIE Berlina [A queda de Berlim]. Direção: Mikheil Chiaureli. Moscou: Mosfilm, 1950. 2 DVDs (151 min), color.

PROSHCHAY, Amerika! [Adeus, América!]. Direção: Alexander Dovjenko; Julia Solntseva. Moscou: Mosfilm, 1951. 1 DVD (70 min), color.

RUSSKIY vopros [Questão russa]. Direção: Mikhail Romm. Moscou: Mosfilm, 1947. 1 DVD (91 min), P&B.

SEKRETNAYA missiya [Missão secreta]. Direção: Mikhail Romm. Moscou: Mosfilm, 1950. 1 DVD (98 min), P&B.

SEREBRISTAYA pyl [Pó de prata]. Direção: Pavel Armand; Abram Room. Moscou: Mosfilm, 1953. 1 DVD (102 min), color.

SHKOLA zlosloviya [Escola de fofoca]. Direção: Abram Room. Moscou: Mosfilm, 1952. 1 DVD (161 min), P&B.

SMELIIE lyudi [Pessoas ousadas]. Direção: Konstantin Yudin. Moscou: Mosfilm, 1950. 1 DVD (95 min), color.

SPORTIVNAYA Chest [Honra esportiva]. Direção: Vladimir Petrov. Moscou: Mosfilm, 1951. 1 DVD (107 min), color.

SUD chesti [Tribunal de honra]. Direção: Abram Room. Moscou: Mosfilm, 1948. 1 DVD (90 min), P&B.

V mirnyye dni [Em dias de paz]. Direção: Vladimir Braun. Kiev: Kievskaya Kinostudiya, 1950. 1 DVD (97 min), color.

VELIKAYA sila [Grande poder]. Direção: Friedrich Ermler. Leningrado: Lenfilm, 1950. 1 DVD (106 min), P&B.

VELIKIY perelom [A grande virada]. Direção: Fridrikh Ermler. Leningrado: Lenfim, 1945. 1 DVD (108 min), P&B.

VELIKIY vojn Albanii Skanderbeg [Scanderbeg, grande guerreiro da Albânia]. Direção: Sergei Yutkevich. Tirana/Moscou: Albfilm/Mosfilm, 1953. 1 DVD (120 min), color.

VSTRECHA na Elbe [Encontro no Elba]. Direção: Grigori Aleksandrov. Moscú: Mosfilm, 1949. 1 DVD (104 min), P&B.

Zagovor obrechonnykh [Conspiração dos condenados]. Direção: Mikhail Kalatozov. Moscú: Mosfilm, 1950. 1 DVD (103 min), color.

ZASTAVA v gorakh [Posto avançado nas montanhas]. Direção: Konstantin Yudin. Moscú: Mosfilm, 1953. 1 DVD (100 min), color.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Moisés Wagner Franciscon: Pós-doutorando. Professor SEED-PR. UFPR. História. Campo Mourão, Paraná, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Chácara Nossa Senhora das Graças, rua União da Vitória com rua Narciso Simão, s/n. Caixa postal 04. CEP 87250-000, Peabiru, PR. Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

A Danilo Cymrot pela oportunidade de participar do ciclo de palestras *Guerra Fria e Cinema*, de 22/07/2019 a 30/07/2019, no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc-SP, que motivou o presente artigo.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÉ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.



DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Moisés Wagner Franciscon. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

João Julio Gomes dos Santos Jr.

HISTÓRICO

Recebido em: 26 de agosto de 2021

Aprovado em: 10 de agosto de 2022

Como citar: FRANCISCON, Moisés W. Anglo-americanos no cinema do stalinismo tardio: os satélites europeus. *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 772-798, set./dez. 2022.



MEMÓRIA E HISTÓRIA GLOBAL: NOVAS PERSPECTIVAS PARA A HISTORIOGRAFIA DO MUNDO RURAL

Memory and Global History: New Perspectives for the Historiography of Rural World

Gabriel Souza Bozzano^a

 <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2020v17n2p245>

E-mail: gabrielbozzano@hotmail.com

^a Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



BROCARD, Daniele; DEBIASI, Rose E.; ORBEN, Tiago A. (orgs.)
Terra e memória: vivências conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. 257p.

PALAVRAS-CHAVES: História. História contemporânea. Conflito. Brasil.

KEYWORDS: History. Contemporary History. Conflict. Brazil.

O livro *Terra e Memória: vivências conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil*, organizado por Daniele Brocado, Rose Elke Debiasi e Tiago Arcanjo Orbene, publicado pela editora FI no ano de 2018, estimula-nos a novas reflexões sobre a questão rural no Brasil.

A proposta desse livro é refletir sobre o uso de narrativas e fontes orais na escrita da história sobre a questão rural, e toma como recorte temporal os anos que marcam desde o período ditatorial até o início dos anos 2000. A escolha temporal adotada nos mostra a grande ressonância que o momento de expulsão de trabalhadores do campo, com o uso da violência irrestrita nas relações laborais e na demanda pelo acesso à terra ainda detém.

Num contexto de expansão do latifúndio e de projetos modernizantes estatais, altamente contestáveis quanto ao seu benefício para as coletividades, as escolhas do passado ainda nos deixam marcas que, se não nos definem enquanto nação, desafiaram as/os autoras/autores a problematizar os testemunhos e registros históricos, e a partir de seus entrevistados propor pistas para reler os caminhos trilhados por pessoas comuns em prol de uma sociedade mais inclusiva.

É dessa forma que estão estruturados os nove capítulos desse livro, preocupado com as conexões entre temáticas e sujeitos diversos, por exemplo, desde a trajetória de posseiros e agricultores até o contexto das terras dominadas por madeireiras no Oeste do Paraná, refletindo como transmitem suas noções de pertencimento e direitos nesse espaço; ou da saga dos seringueiros do Acre, dos trabalhadores de canaviais em Sergipe e dos desabrigados da hidrelétrica de Itaipu.

A memória registrada pelas narrativas e testemunhos nos estimula para a reflexão de como esses trabalhadores produzem uma memória alternativa a lógica perversa de destituição em curso tão bem retratada por Caio Prado Junior (1979), e como eles mesmos apropriaram-se da memória oficial, aquela difundida pelos donos do poder, num momento de expansão das fronteiras agrícolas nos anos 1950 e 1980.

A historiografia do mundo rural apoia-se, entre suas diversas contribuições, na tese do “sentido da colonização”, base das formas de exploração comum do território, do solo, dos trabalhadores, e que atesta problemas fundamentais de ordem política e econômica ainda presentes que precisam ser melhor problematizados em sua íntima relação com os movimentos sociais rurais (PRADO; 1979).

É dessa forma que uma história global para o mundo rural deve se esforçar, segundo Nora Mckeon (2013) em trazer novos questionamentos quanto as conexões possíveis – e, primordialmente, o que estas são e como funcionam - entre as formas de exploração dos territórios, as lógicas de sua ocupação e colonização, as relações com o sistema capitalista mundial e, mais recentemente, com os movimentos sociais em nítida relação com a temática ambiental, este último tema amplamente destacada no presente livro que os leitores têm em mãos.

Brevemente, registramos um parentesco possível entre a história global com a micro história e a história do tempo presente, os quais buscam “antes de tudo, uma tentativa de narrar sem esconder as regras do jogo que o historiador seguiu” (LEVI, 2016, p. 22). Em comum, coloca-se o historiador no campo das reflexões sobre o trauma e os temas sensíveis, que se abrem como uma nova postura frente a sociedade pós-segunda guerra mundial ao buscar o registro da experiência dos sobreviventes desse fatídico momento. Logo, recuperar fragmentos de memórias, muitas vezes esquecidos pelo passado tumultuado de presenças, conflitos e temporalidades, confrontando-os no sentido de uma inter-oralidade, é um traço da história global e das preocupações da micro história que marca inquestionavelmente o presente livro (BOSI, 1987)

O presente livro abunda na problematização dos testemunhos orais e na reflexão sobre os impactos negativo aos ecossistemas numa perspectiva que não isenta o colono/posseiro/trabalhador pelo possível papel desregrado que lhe cabe ao meio ambiente. Além disso, muito longe de o apresentar como ator irracional, vemos nos relatos dos diversos tipos de trabalhadores do campo formas de expansão em curso e as conexões das fronteiras locais, nacionais e globais. Contudo, ainda falta problematizar no presente livro, como e quando se coloca a ocupação e colonização dos territórios como zonas de produção e reprodução, articulando-os em uma dinâmica onde o aprendizado da colonização não esteja garantido meramente com sua ocupação (MARQUESE, 2019).

Nesse sentido, muito poderia se avançar em outros trabalhos, por exemplo, se a preocupação sobre as formas de ocupação do território e a relação com a formação do mercado interno de regiões antes com ampla vegetação original fossem retratadas aos moldes da proposta por Freitas (2013). O autor traz à tona sujeitos antes pouco visibilizados pela historiografia do setor, e se questiona sobre como se deu o suposto grande impacto ambiental que os mesmos ocasionaram. Assim, o autor demonstra que esse impacto ambiental não se resume a mera relação de expansão demográfica e demandas externas ao território, com os ciclos de *commodities* e da consequente consolidação do domínio estatal sobre esse espaço com diversas contingências de ordem política, sociais, econômicas e ambientais sujeitos às conexões entre territórios dentro e além das fronteiras nacionais.

Da mesma forma, os movimentos sociais no contexto da luta no campo, segundo Sader (1995), devem ser postos como novos sujeitos que antes não eram vistos e considerados atores políticos, os quais ampliaram os espaços de intervenção democrática conhecido como a sociedade civil, como também de arenas internacionais por onde têm atuado (MCKEAN, 2013). Atualmente, muito pode-se refletir – o que falta mais detidamente ser explorado no presente livro - sobre as conexões que os movimentos sociais rurais foram capazes de ativar no sentido que defende Scherer-Warren (2006), como redes de movimentos sociais que tem redefinido os limites do domínio estatal e de sua própria natureza transnacional. É desse modo que muitos avanços podem ser feitos sobre a temática ambiental em sua estrita relação com os movimentos sociais rurais, como chave de problemas vividos pelos atores sociais no presente livro.

Desde o uso massivo de agrotóxicos, da insegurança hídrica posta em evidência pela destruição das florestas, da soberania alimentar frente aos latifúndios improdutivos e destrutivos do ecossistema, assim como do protagonismo da agricultura familiar que produz e comercializa ativando, por eles mesmos, maior igualdade de gênero, raça e cidadania. Esses elementos, atualmente, são postos como recursos simbólicos e materiais, mobilizados para além das fronteiras locais, alterando a percepção dos atores sociais sobre as formas de organização, mobilização e ação e dos próprios limites do Estado-nação (COMPARATO, 2001; PAULILO, 2021).

É com esse pano de fundo que iniciamos o texto de abertura do livro, Os expropriados da Itaipu em movimento por Justiça, de Paulo Kolling, que nos mostra a formação do movimento dos expropriados da terra pela Usina Hidrelétrica de Itaipu. O autor se apoia nos relatos de lideranças e nas cartilhas produzidas pelo Mausoléu do Faraó, jornal produzido pelos trabalhadores e igreja católica, demonstrando que este funcionava de maneira orgânica com a luta dos trabalhadores, contribuindo imensamente para a criação do Movimento Justiça e Terra,

É analisando como foi registrada e transmitida a experiência dos “pequenos”, ou seja, uma variedade de grupos como posseiros, pequenos agricultores, comerciantes, que o historiador apreende como esse movimento agiu contra as ações arbitrárias de expulsão

da terra - o que, aliás, nos mostra outra face do governo ditatorial no trato aos movimentos sociais.

A perspectiva da história global adotada pelo autor reflete-se na avaliação do impacto causado pela hidrelétrica para os trabalhadores rurais e dos diversos outros sujeitos afetados pelo empreendimento, que se ligaram em razão do agravo sofrido, e de como esse dano foi percebido de maneiras diversas entre os mesmos trabalhadores dentro e fora da fronteira nacional com migrantes brasileiros no Paraguai, vivendo como posseiros expulsos em decorrência do processo de modernização do campo. A preocupação com a redução da escala e o olhar para os “esquecidos” da história, aponta para as formas como transmitiram suas demandas e se organizaram, os valores e suas identidades que marcam suas demandas pelo e o direito à terra, as quais foram construídos pela luta e materializados em cartilhas e em passeatas que desembocaram no Movimento Justiça e Terra.

O segundo capítulo, Memória da terra – memória da floresta, de Marcos Montysuma, nos mostra como a experiência dos seringueiros de Xapuri é aquela vivida e acumulada nos espaços que transitam e interagem no cotidiano. O autor nos mostra um conceito de experiência em que a forma escolhida para ser transmitida é intencional por parte das personagens dessa história cheia de espaços onde divindades, animais, vegetais, seres reais de todo tipo cruzam os caminhos dos seringueiros. A preocupação do autor em trazer pela história oral uma forma de pensar a existência de indivíduos que viveram o boom do ciclo da borracha e se colocaram, em alguma medida, contra os interesses estabelecidos, passa pela existência muito real, aquela que é sentida e transmitida, e portanto, transformada em fonte de história pela experiência contada dos que utilizam os recursos naturais de outra forma, não situada na esfera do lucro a qualquer custo. Por fim, a contribuição do autor se localiza num contexto de questões sobre desenvolvimento, meio ambiente e os povos que nele vivem e dele tiram seu sustento.

No terceiro capítulo, O protagonismo dos militantes migrantes na estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1993), Rose Elke Debiasi discorre sobre a trajetória de militantes no contexto da nacionalização da atuação do MST. Com a experiência vivida dos militantes que são chamados a atuar no Nordeste, a autora nos oferece formas diversas de ser liderança em razão de fatores estruturais, ou seja, do potencial de expansão do MST que seria posto à prova nessa região pelo fato dela abrigar inúmeras pessoas expulsas da terra; assim como razões conjunturais, já que a formação de lideranças foi progressivamente vista como elo indispensável, a partir do carisma, do temperamento, dos valores e práticas de cada militante para articular as políticas do MST e promover a reforma agrária nessa região.

No quarto capítulo, Memórias da luta pela educação no campo: acampamento Dom José de Chapecó-SC, Joselene Lopes de Carvalho e Tania Bastiniani discorrem sobre a educação do e no campo, vista pelo olhar de mulheres moradoras do assentamento, que vivenciaram o processo de acampamento. A memória construída sobre essa experiência é relevante para pensar os desafios de uma educação que contribuíram para dar continuidade aos valores do MST, em momentos de grande dificuldade para a implantação do assentamento e de sua escola. Além disso, a memória das entrevistas das autoras é trazida sempre como um momento de aproximação ao diálogo estabelecido com o historiador, apontando a este os caminhos que se abrem para a educação daquele momento com a de hoje, já que muitas de suas entrevistadas entendem partes relevantes do mundo a partir dos valores educacionais do MST.

No quinto capítulo, Invadir é uma coisa e ocupar pra prantá e trabaíá é outra coisa: narrativas de assentados sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná – 1970/2006, Ricardo Callegari nos mostra como o processo de mecanização do campo e os efeitos do

mesmo sobre as ocupações são revistos pela memória de camponeses do assentamento José Raduan, em Marmeleiro, Paraná. O autor parte do papel do Estado, que se apropria do evento da “Revolta dos Posseiros de 1957”, momento de enfrentamento dos colonos migrantes com as companhias de terras que praticam grilagem de terras, e questiona uma suposta identidade regional de um povo ordeiro e cívico de pequenas propriedades prósperas.

Ao problematizar o fato de que estar na terra e viver dela foram motivos para muitas famílias entrarem na luta e se unirem a outros trabalhadores, o autor nos mostra uma memória questionadora das relações de trabalho e do uso da terra vigentes, que considera como injustas por que são improdutivas. Entre arrendar a terra, viver como agregado, e estar na constante tensão de ser expropriado de suas terras temos diversas razões que recuperam motivos mais que evidentes para a ocupação de terras com fins de reforma agrária.

No sexto capítulo, intitulado Terra, memória e disputa no Oeste do Paraná, a autora Irine Adamy discorre sobre as estratégias de segmentos do patronato rural para consolidar uma determinada versão sobre a propriedade da terra, desde os anos 1980. A autora nos mostra a força da articulação de classes patronais, que se intensificou após a justificação do recrudescimento da violência no campo, supostamente somente por parte dos trabalhadores.

Com a atuação e presença de empresas privadas de segurança e mesmo da construção de monumentos contra a ocupação de terras como ferramentas para esse fim, vemos que a própria forma como o patronato justifica seu discurso sobre a suposta inviolabilidade da propriedade privada, cada vez mais propalada pelos canais midiáticos, num contexto de crise econômica e perda do protagonismo desenvolvimentista dos grandes proprietários, abriu espaço para perda de sua hegemonia.

Neste texto, a autora nos mostra o surgimento de novas e instigantes formas de ação no campo que articulam demandas por acesso à terra à memória da luta, o que tem viabilizado a permanência no campo como uma das bandeiras, agora, mais firmemente apoiada e utilizada pelos trabalhadores rurais ao construírem eles também monumentos que valorizam suas existências.

Daniele Brocardo, no capítulo sete, Paisagem da(s) memória(s): narrativas sobre o trabalho nas madeiras e na agricultura, a partir de duas entrevistas de trabalhadores, em madeireira e da agricultura, discorre sobre o papel da memória para pensar a vida coletiva e a vegetação desde a época de ouro das madeiras nos anos 1950 até a década de 1990 no Paraná, já com a consolidação da agricultura como principal atividade econômica. As entrevistas são pensadas a partir do tempo/espaço atual, em que os sujeitos estão inseridos, e como o mesmo influencia na forma como são relatadas suas experiências vividas enquanto trabalhadores que percebem as transformações das paisagens. Vemos o trabalho como eixo que articula a experiência e a noção de paisagem em ambas as entrevistas. Em uma entrevista, por exemplo, as recordações sobre a casa e a roça como elementos que dão coerência a um ritmo intenso de trabalho nas madeiras. É esse trabalho que articula a noção de “mato” em oposição à floresta, mostrando com o primeiro termo a ideia de uma experiência indistinta do meio em que vivia para o entrevistado, já que “mato” tanto poderia ser a floresta primária, a capoeira, o roçado.

São os entrevistados que afirmam se tratar de “terra inculta” esses espaços, onde mantê-los intocados é considerado um ato moralmente censurável, uma “praga”; É desse modo que a autora habilmente deixa em aberto a noção de uso racional da terra, sensível à práxis de sujeitos que estavam constituindo e reivindicando um espaço para viver e que fosse deles mesmos. Essa perspectiva nos mostra outras versões da paisagem e da devastação em curso. Em outra entrevista isso ocorre pela lembrança do recrutamento para

o trabalho, o qual era pensado em oposição ao sofrimento que se vivia, e dessa forma, crítica a devastação em curso. A oposição entre um trabalho passageiro, mal pago e com os direitos negados, estimula os entrevistados a uma nova percepção da devastação, a qual adquire um sentido de que o uso não racional da terra se deu, em grande medida, com o processo de modernização da agricultura e do uso intensivo de maquinário e defensivos agrícolas.

No penúltimo capítulo, Vivências de trabalhadores rurais na região sudoeste do Paraná, o pesquisador Tiago Arcanjo Orben analisa com sensibilidade as experiências de vida de um casal de camponeses. O autor inicialmente faz uma discussão sobre o papel do testemunho como ferramenta para a compreensão das relações no campo, propondo ao pesquisador uma aproximação entre a subjetividade do entrevistado e a posição do entrevistador, a partir dos encontros que marcam uma experiência de troca entre ambos.

Em seguida, o autor tem em vista a vivência desses sujeitos que se deslocaram e, em algum momento de suas vidas, vieram a residir em pequenas propriedades como arrendatários ou empregados temporários. O autor reflete sobre o papel que a atual conjuntura da agricultura e como seus entrevistados informam suas noções de moradia e trabalho como espaços de existência que cruzam suas próprias identidades e trajetórias em áreas marcadas pela luta por terras. Pelo lado daqueles que tiveram suas vidas diretamente marcadas pela ação política nos movimentos por direito à terra, suas narrativas se colocam como um tema sensível já que não são elaboradas pela memória oficial, que preza pela pacificação da questão do campo e, por fim, temos a vida desse casal e de como sua luta por existência reflete-se numa história dos que estão excluídos dessa versão da história da região.

Finalizando a obra, o texto de Jaime Santos Junior, Na órbita das nomenclaturas: cortadores de cana e a interveniência do assalariamento em populações rurais, nos mostra como a ação de nominar os sujeitos históricos, em particular os cortadores de cana de Sergipe, é um ato político onde o pessoal, com as emoções e a cultura, influem na própria identidade desses atores sociais. O pesquisador investiga desse modo manifestações identitárias de trabalhadores no setor canavieiro de Sergipe e os caminhos que os mesmos fazem para viverem desse trabalho, seja pela intensificação das migrações dentro desse Estado, seja em direção a São Paulo, nas usinas que processam entre outras coisas, o bagaço da cana para a indústria automotiva.

Além disso, o autor nos mostra um sindicalismo rural atento às dimensões do vivido e às formas fluidas de hierarquização dos espaços de trabalho feitas pelos próprios trabalhadores. O trânsito entre nomear sua condição de “assalariado”, ou seja, vivendo das usinas de cana e do corte da mesma, acompanha estratégias de sobrevivência comuns àqueles que se identificam como “trabalhador rural”, assim como desafios que surgem nesse espaço onde a linguagem de direitos para os “assalariados”, individualizados, muitas vezes era ineficaz ao não considerar os elementos de comunalidade, nos mostra a riqueza desse tipo de ação sindical ao que tudo indica pode ser replicado em outros setores produtivos (BOZZANO, 2020)

Neste livro o leitor encontrará novos estímulos para uma reflexão do papel da memória como recurso político mobilizado pelas lutas do campo, e assim o faz promovendo um encontro entre pesquisadores e interlocutores, transformando seus relatos em fontes orais que nos estimulam a reflexões sobre o presente momento.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.



BOZZANO, Gabriel S. Reforma portuária e ação sindical: o exemplo do porto de Itajaí (SC) entre os anos 2000-2016. *Estudos de Sociologia*, São Paulo, v. 25, p. 1, 2020.

COMPARATO, Bruno K. Ação política do MST. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 105-118, 2001.

FREITAS, Frederico. Land Use and Deforestation in Southeastern Brazil, 1753-1840. *Fronteiras: Journal of Social, Technological, and Environmental Science*, Anápolis, v. 2, n. 2, p. 49-77, 2013.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-história. In: MOREIRA, Pulo; VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (orgs.) *Ensaio de Micro-história: trajetória e migração*. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 18-31.

MARQUESE, Rafael de B. A história global da escravidão atlântica: balanço e perspectivas. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 14-41, jan./abr., 2019.

MCKEON, Nora. One Does Not Sell the Land Upon Which the People Walk: Land Grabbing, Transnational Rural Social Movements, and Global Governance. *Globalizations*, v. 10, n. 1, p. 105-122, 2013.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Feminismo camponês e popular e pós-modernismo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p.253-277, jun.202.

PRADO Jr., Caio. *A Questão Agrária*. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p.109-130, jan./abr., 2006.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Gabriel de Souza Bozzano: Doutor em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor na Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Rodrigues Alves, 716, Criciúma, Santa Catarina. CEP: 88803070.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.



PREPRINT

A resenha não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Gabriel de Souza Bozzano. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Beatriz Mamigonian.

HISTÓRICO

Recebido em: 14 de setembro de 2021

Aprovado em: 9 de setembro de 2022

Como citar: BOZZANO, Gabriel de S. Memória e história global: novas perspectivas para a historiografia do mundo rural. *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 799-806, set./dez. 2022. [Seção] Resenha. Resenha da obra BROCARDI, Daniele; DEBIASI, Rose E.; ORBEN, Tiago A. (orgs.) *Terra e memória: vivências conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. 257p.



GLOBAL POTOSÍ: INDIGENOUS KNOWLEDGE, MINING, NEGOTIATION, AND THE ENVIRONMENT

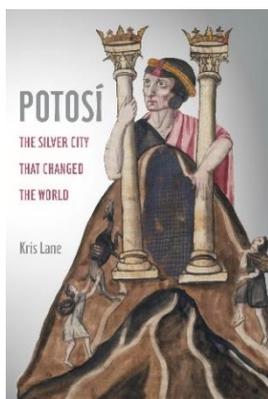
Potosí global: conhecimento indígena, mineração, negociação e ambiente

João Gabriel Rabello Sodré^a

 <https://orcid.org/0000-0003-3821-1404>

Email: jr1834@georgetown.edu

^a Georgetown University, History Department, Washington, D.C., USA.



LANE, Kris E. *Potosí: the silver city that changed the world*. Oakland: University of California Press, 2019. 272p.

KEYWORDS: Colonial Latin America. Indigenous Peoples. History of Capitalism.

PALAVRAS-CHAVES: América Latina colonial. Povos indígenas. História do capitalismo.

In *Potosí: the silver city that changed the world*, Kris Lane (2019) examines the role of Potosí in a global network of trade, which also impacted the community itself, in an exchange of products and culture that shaped colonial Andes. By choosing a city to focus on transnational exchanges, his work adds to the detailed analyses of scholars such as John Tutino (2018), whose book *The Mexican Heartland*, published in the preceding year, discusses New Spain and particular locations in present-day Mexico, without losing sight of the balance between global interconnections and regional patterns. Throughout his piece, Lane emphasizes indigenous contributions to the silver economy and parallel economies. Indigenous skills were crucial for the colonial enterprise, as Spaniards took advantage of local knowledge to establish and expand a major mining hub. Chapters One, Two, and Three are particularly helpful for the audience to understand indigenous structures and practices. At other times, such as in Chapter Five, Lane gives greater attention to non-human events, or environmental developments, namely the impact of smallpox and heavy rain. With eight chapters, the book provides a comprehensive analysis of a colonial town without a parochial tone. Instead, Lane provides evidence of the relevance of Potosí's mining economy, but also of the global relations established within and outside the city's boundaries. This review will provide an overview of above-mentioned chapters, before incorporating scholarly discussions observed in related works, which contextualize Kris Lane's piece within current academic discussions.

The first chapter discusses how mineral extraction in the Andes already occurred for thousands of years before the region's occupation by Europeans, as various natural resources were mined by native populations (gold, silver, copper, among other valuable minerals); in fact, not many deposits remained untouched in Pre-Columbian times (LANE, 2019, p. 22). Lane alludes to evidence suggesting that the silver mines from Potosí may have been transferred by Aymara lords to the Inca, who would have then offered the Cerro Rico to Gonzalo Pizarro at the time of his rebellion towards the Spanish crown (LANE, 2019, p. 24). Although it is likely that mining activities occurred in the area prior to Spanish occupation, Lane contends that the mountain was not intensively mined before 1545 (LANE, 2019, p. 26). Incan presence in the highlands had occurred for approximately one century before the Spanish arrival and, thus, pre-Incan cultures remained strong in the area – namely the Qaraqara and the Charkas, having the latter's name influenced the adoption of the district name “Los Charcas” by the Spaniards (LANE, 2019, p. 27). The large use of metals by the Inca, who produced statuettes and other artifacts which reached further-away areas of present-day Ecuador and Argentina, was known neighboring cultures, leading Pizarro's mission to be aware of a “mysterious golden kingdom” upon its contact with neighboring areas and peoples by 1529 (LANE, 2019, p. 30). In 1532, Antahualpa was made victim of an ambush elaborated by the Spaniards, who then used him as part of a ransom, which eventually led to the sacking of Cuzco's treasures – an impressive number of resources, which funded European enterprises, such as the construction of St. Peter's Basilica (LANE, 2019, p. 30). The political situation in Spain, however, was fragile and with the emergence of a civil war in 1545, Potosí became populated by both loyalists and rebels, with Pizarro being part of the latter until his execution in 1548 amidst the victory of Spanish loyalists (LANE, 2019, p. 31). These considerations in the first chapter indicate how the booming town wouldn't have existed in its known form without the contribution of indigenous communities, whose techniques and skills were pivotal to the local production. The first chapter also indicates how transnational connections were crucial for Potosí before its establishment as a colonial town, given the local inter-American exchanges among indigenous nations.

As in Chapter One, the importance of indigenous knowledge and practices is a crucial focus of Lane's second chapter. Chapter Two counters superficial accounts of Spanish colonialism as a mere "grab and take" process, underscoring, conversely, how the colonizer had to find ways to bring resources to Potosí, as well as to negotiate with local indigenous groups. Lane, for instance, discusses how the production of iron demanded resources that were not readily available in Potosí, favoring an exchange with the metropolis – ironmaking relied on the importation of iron ore, which was abundant in the Basque region, and the Spaniards made it mandatory for Spanish intermediaries to be part of such trade, even if blacksmiths enjoyed autonomy in terms of what they could make (LANE, 2019, pp. 54-55). Lane further stresses the participation of enslaved persons of African origin in the local economy by stating their roles as assistants of some of the blacksmiths (Lane, 2019, p. 55). Copper was also imported from Europe, but it was also found and exploited in the colony – unlike other minerals, there was no Spanish monopoly over its extraction, which was important to produce kitchenware as well as other artifacts (LANE, 2019, p. 55). The growth of side-industries in other towns is exemplified by the textile sector, which was necessary due to the rapid deterioration of clothes worn by workers – such demand by Potosí led to the growth of the sector in places like Quito and Lima, whose further development was made difficult due to the parallel importation of textiles (LANE, 2019, p. 56). Wool would be imported from a range of places in Europe, silk would come from China, whereas other luxury products, such as Venetian glass, appear in records (LANE, 2019, p. 57) – all of which would be transported to the Andes through mule drivers, or *arrieros* (LANE, 2019, p. 57), sometimes assisted by enslaved persons (p. 58). Despite the above-mentioned indigenous participation, the Spanish administration also exercised acts of repression, prohibiting, for example, the consumption of maize beer (*chicha*) by indigenous persons through an ordinance adopted in 1567 (LANE, 2019, p. 58). The Spaniards promoted the consumption of their own beverage – wine – which was imported and, thus, prohibited to indigenous and Black persons in the same year, on the grounds that its popularization was turning the product more expensive (LANE, 2019, p. 59). Given such circumstances, wine began to be produced in South America and brought to Potosí (LANE, 2019, p. 59), whereas other alcoholic products, namely brandy and *aguardiente*, were also produced by 1640 (Lane, 2019, p. 60). Coca, another Andean product, was also common and needed due to the altitudes, being imported from other locations, such as Cuzco (Lane, 2019, p. 61), while tobacco also became popular among the local populations, sometimes coming from distant places, such as present-day Nicaragua (LANE, 2019, p. 63). These characteristics of colonialism emphasize, in their turn, how the colonial process was not uniform, relying on acts of negotiation and repression, often maintaining structures, techniques, and products that existed prior to European domination. The use of coca and the introduction of wine both exemplify transnational flows that shaped the lives of those living in Potosí.

The third chapter of the book further details the role of indigenous knowledge and how reforms brought up by the Spanish crown absorbed those while introducing new technologies to boost mining outputs. During the period of 1572 to 1575, significant measures were taken under Toledo's tenure, which are discussed by Lane throughout the chapter. Under Toledo, the *mita* system became consolidated as much as 16% of the workforce of mines and mills were composed of villagers under such system, all of which couldn't be managed by Spanish officers themselves, who lacked language skills to do it so, favoring the adoption of *kurakas* and *caciques* as intermediaries (LANE, 2019, p. 71). The *kurakas* were Andean regional lords, existent before the Spanish occupation, accountable for obtaining tribute produced by rural families. The production was, thus, concentrated in the family unit. The tribute would, thus, be stored, consumed by the *kurakas* themselves, sent to the Incan lords and exchanged. Such verticality allowed the *kurakas* to control the

movement of goods, being the intermediate traders among villagers across the region. The *mita* system was a system through which young men coming from villages would be required to work in a form of tribute. Although those working under such a system were not enslaved, the poor working conditions they were subject to led to a very precarious labor, which many times proved to be deadly, as reported by different critics of the system, but the practice kept going. When examining such evidence of exploitation, criticism and continuity, Lane traces a parallel with the enslavement of Black persons, stating that “like the enslavement of millions of Africans and their descendants, once put in motion the *mita* labor subsidy became a conscience-killing addiction” (LANE, 2019, p. 75). The example of the appropriation of the *kuraka* and of the *mita* in the colonial enterprise shows us how the Spanish crown relied on indigenous knowledge in order to provide the world with resources extracted from Potosí.

The emphasis on indigenous knowledge and its use by colonizers, observed in the first three chapters of Lane’s work, is aligned with the scholarship on colonial Latin America. Judith Carney’s seminal book *Black Rice* (2001) provided evidence that the cultivation of rice in the Americas has African roots, not only due to the trade of rice in the Early Modern period, but also due to the techniques which are indigenous to Africans. Caroline Pennock (2020), in “Aztecs Abroad? Uncovering the Early Indigenous Atlantic” examines how pre-Columbian navigation skills allowed indigenous peoples to reach distant locations (PENNOCK, 2020, 798). Pennock also alludes to evidence that, with the colonial process, some that indigenous peoples obtained diplomatic posts, sailing jobs, and other official positions, revealing that a considerable number of first peoples were able to transit and travel. John Tutino (2018), in *The Mexican Heartland*, underscores how forms of “symbiotic exploitation” meant that the Spanish crown had to tolerate certain practices in order to manage population expansion and the possibility of uprisings. Tutino gives several examples in his book, among them the role of *gañanes*, daily workers allowed to work on certain plots of land (TUTINO, 2018, p. 108). If indigenous skills were crucial, colonizers also attempted to create technical assemblages in certain contexts. The discussion on the amalgamation of indigenous skills and European techniques (or the intent to do so), present in Lane’s third chapter, has also been part of discussions in the history field. Molly Warsh (2014), in “A Political Ecology in the Early Spanish Caribbean,” for instance, investigates how pearl harvesting techniques that existed prior to European colonialism, were fundamental for the continuation of such extraction under colonial rule. The case studied by Warsh reveals how indigenous diving skills could applied in the Venezuelan coast could, in fact, be more productive than European attempts to mechanize production. These scholarly examples indicate how Kris Lane’s emphasis on indigenous knowledge and on colonial negotiation can also be seen in other academic debates.

Whereas the initial chapters of Lane’s book emphasize indigeneity, agency, and negotiation, Chapter Five takes a different direction. The section discusses the impacts of the 1626 floods in Potosí as well as the *visita* (an inquisitorial inspection) whose scandalous consequences also negatively impacted the community, which, according to the author, took long to recover. The strong rains that year led to the rupture of a dam, sweeping mills, amalgamation refineries crucial for the mining economy, indigenous communities, as well as Spanish constructions (LANE, 2019, p. 123). Here Lane shows the audience how natural events had major impacts on colonial towns, which in their turn impacted supplies and affected the world economy to a certain degree. While in September that year the city found ways to repair, the city was hit by a draught the following year, and by large cases of smallpox in 1628. Environmental issues deeply impacted the community (LANE, 2019, p. 124). These, in their turn, have been the focus of an expanding subfield within history, that of environmental history. Lane’s discussion in Chapter Five dialogues with John McNeill’s (2010) pivotal piece *Mosquito Empires*, which emphasizes the role of mosquitoes and their

pathogens, in developments that took place in the Caribbean. Just as human action had profound effects in colonial and postcolonial societies, so did non-human actors, whose behaviors in the natural world also posed challenges to human subsistence and imperial desires. By bringing an environmental dimension to his work, Kris Lane's book becomes attractive to historians researching topics related to the environment, regardless of their geographical focus, given the transnational character of environmental discussions.

Kris Lane's book *Potosí* provides a detailed account of Potosí's rich history and how it related to global flows and to the development of globalized capitalism. A rich mining town in the Andes underwent a demographic boom, not only exporting mineral resources to other regions of the world, but also importing products and technologies from elsewhere. In such a complex process, the Spanish crown acted with repression and control, but also had to negotiate with indigenous communities. In doing so, it incorporated pre-existing knowledge and techniques. While set in Latin America, the piece speaks to a broader audience, addressing transnational and environmental histories, both of which place Potosí at the global stage.

REFERENCES

CARNEY, Judith. A. *Black Rice: The African Origins of Rice Cultivation in the Americas*. Cambridge, Mass. London: Harvard University Press, 2002.

LANE, Kris E. *Potosí: The Silver City that Changed the World*. Oakland, California: University of California Press, 2019.

MCNEILL, John R. *Mosquito Empires: Ecology and War in the Greater Caribbean, 1620 - 1914*. New York: Cambridge University Press, 2010.

PENNOCK, Caroline D. Aztecs Abroad? Uncovering the Early Indigenous Atlantic. *The American Historical Review*, v. 125, n. 3, p. 787–814, 1 jun. 2020.

TUTINO, John. *The Mexican Heartland: How Communities Shaped Capitalism, a Nation, and World History, 1500-2000*. Princeton: Princeton University Press, 2018.

WARSH, Molly A. A Political Ecology in the Early Spanish Caribbean. *The William and Mary Quarterly*, v. 71, n. 4, p. 517–548, 2014.

AUTHOR'S NOTES

AUTHOR DETAILS

João Gabriel Rabello Sodr e: MA in Global Studies (University of California, 2019), MA in Public Policy and Human Rights (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017). PhD Candidate in History, Georgetown University, History Department, Washington, D.C., USA.

CORRESPONDING ADDRESS

Attn.: History Department
3700 O St NW, 6th Floor ICC, History Department, Washington, DC 20057, United States.

SOURCE OF THE ARTICLE

Not applicable.



ACKNOWLEDGEMENTS

Not applicable.

AUTORSHIP CONTRIBUTION

Not applicable.

FUNDING

Not applicable.

IMAGE USE AGREEMENT

Not applicable.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

Not applicable.

LICENSE OF USE

This book review is licensed under the [Creative Commons License CC-BY](#). With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

EDITOR

Beatriz Mamigonian.

HISTORY

Received on: April 14, 2022

Approved on: November 29, 2022

Como citar: RABELLO SODRÉ, João G. Global Potosí: Indigenous Knowledge, Mining, Negotiation, and the Environment. *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 808-813, 2022. [Seção] Resenha. Resenha da obra: LANE, K. E. *Potosí: the silver city that changed the world*. Oakland: University of California Press, 2019. 272p.



HISTÓRIA DO FASCISMO AO POPULISMO: UMA ABORDAGEM TRANSNACIONAL DO FENÔMENO

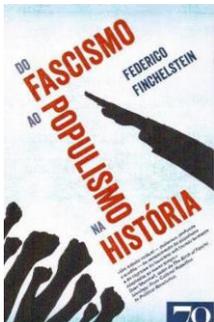
History, From Fascism to Populism: A Transnational Approach to the Phenomenon

Lucas Arantes Lorga

 <https://orcid.org/0000-0002-0260-871X>

E-mail: lucas.lorga@unifesp.br

Universidade Federal de São Paulo,
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Guarulhos, SP, Brasil.



FINCHELSTEIN, Federico. Do fascismo ao populismo na História. São Paulo: Editora Almedina, 2019. 315 p.

PALAVRAS-CHAVES: Fascismo. Populismo. História transnacional.

KEYWORDS: Fascism. Populism. Transnational history.

Federico Finchelstein é historiador argentino, licenciado em história na Universidade de Buenos Aires nos anos 2000. Sua pós-graduação foi feita na Cornell University nos EUA, tendo conseguido seu M.A em 2003 e o Ph.D em 2006. Foi professor de história na Brown University e diretor do Janey Program in Latin American Studies, na New School for Social Research. É autor de livros que tratam da história política argentina e da história transnacional do fascismo e populismo. *Do Fascismo ao Populismo na História* foi lançado em 2017, com nova edição em 2019 pela University of California Press. No Brasil, foi lançado em 2019 pela Editora Almedina e teve traduções para o espanhol, italiano e turco.

Finchelstein dividiu o texto em seis partes: um breve prólogo, uma densa introdução, três capítulos de desenvolvimento e um epílogo. Em seu prólogo, o autor iniciou o texto com um relato pessoal, que nos ajuda a inseri-lo no contexto mais imediato de produção. Finchelstein revelou que se encontrou rodeado por manifestações xenófobas e neonazistas em uma viagem com suas filhas dos EUA para a Alemanha. As crianças que tinham acabado de visitar o Museu Anne Frank, questionaram-no se esses mesmos neonazistas seriam os assassinos da menina judia. Confrontado com a pergunta, Finchelstein se deparou com três temporalidades distintas que concernem a sua história pessoal. Primeiro, sua descendência judaica e seu interesse, ainda jovem, pelo Holocausto e a perseguição nazista. Depois, sua origem argentina - mais especificamente sua vida durante uma ditadura autoritária que não permitia discutir o fascismo. Por último, sua morada nos Estados Unidos de Donald Trump, em sua visão, pináculo do populismo contemporâneo. Essas três temporalidades e espaços divididos, que estão associados com o sujeito histórico que os enuncia, foram o foco maior do trabalho de Finchelstein, mesmo que se tenha pretendido uma abordagem de larga escala e de caráter transnacional.

Na introdução, Finchelstein mostra que o objetivo central do livro é “descrever as genealogias ditatoriais do populismo moderno”, defendendo que o populismo é uma “forma de democracia e o fascismo como uma forma de ditadura” (p. 20), focando-se principalmente no período das duas guerras mundiais e da Guerra Fria.

Finchelstein propõe “uma leitura global dos seus itinerários históricos” (p. 20). Curiosamente, o autor também categorizou, em diversas passagens, sua abordagem como transnacional, não diferenciando com solidez as implicações epistemológicas e metodológicas entre a história global, transnacional e comparada. Mesmo assim, o texto de Finchelstein se insere claramente na segunda perspectiva, pois, ainda que valorize a amplitude global do fascismo e populismo, não negou um nacionalismo metodológico para estudar as supracitadas ideologias, assim como postulado pela história global de Sebastian Conrad (2016).

Ainda na introdução, Finchelstein critica o uso político pejorativo dos termos populista e fascista, afirmando que tais utilizações careceriam de embasamento histórico. Para o autor, essa definição negativa dos conceitos é uma reação de setores neoliberais, que temem a defesa do populismo por setores da sociedade que se sentem esquecidos pelo poder estatal. Mais profundamente, essa vontade populista do povo é marca de uma sociedade extremamente desigual, que começa a desacreditar na eficácia do modelo de democracia liberal. Nesse ponto, o historiador argentino apresentou-nos seu argumento mais defendido e repetido durante o livro: o populismo é um regime iliberal com diversas características fascistas, mas ainda aceita o sistema de representação democrática e não recorre de maneira sistemática à violência como fim em si mesmo. Retomando sua tesel, o populismo ainda é uma democracia e o fascismo uma ditadura. Assim, “o populismo, ao tornar-se completamente antidemocrático, deixa de o ser” (p. 24). Por tal motivo, Finchelstein afirmou que, após a Segunda Guerra Mundial, não houve nenhum regime propriamente fascista.

Para o autor, o populismo do pós-guerra foi um dos grandes motivos dessa derrocada do fascismo global. Começando pelo governo argentino de Perón, o primeiro populista da história mundial para Finchelstein, o populismo continuou com diversas características iliberais e anti-iluministas do fascismo. Ao mesmo tempo, negou sua existência e consolidou uma forma paradoxal de democracia representativa autoritária. Esse ponto, inclusive, diferenciou os populistas dos neofascistas contemporâneos, que buscam destruir a democracia de seus respectivos países. Como exemplo, Finchelstein discorreu sobre os neofascistas americanos, como o Klu Klux Klan e seu desejo por uma ditadura étnico-racial, e o populismo de Donald Trump que se consolidou através dos meios democráticos de representação. Depois de introduzir tais diferenciações entre as categorias de análise, Finchelstein, ao longo do capítulo 1, definiu melhor o que entendia por fascismo, assim como as inovações e lugares comuns da historiografia sobre o tema.

Para o autor, o fascismo foi composto por algumas características principais. Foi uma ideologia transnacional, composta por um contra-revolucionarismo “ultranacionalista, antiliberal e antimarxista” (p. 33). No poder, destruiu a democracia e criou uma ditadura. Além disso, nasceu de uma crise do capitalismo e da representação democrática no pós-Primeira Guerra. Dessa forma, foi um Estado totalitário que tentou destruir a relação público versus privado/Estado versus cidadãos, assim como o Estado de Direito e a imprensa independente. Para tal, apoiou-se em um líder que representou a vontade absoluta da nação de maneira autoritária e messiânica. Por fim, alicerçou-se na perseguição de um inimigo político, culminando em sua eliminação e, a partir da violência e da guerra, pretendeu criar uma nova ordem mundial.

Finchelstein dedicou duas seções para comentar a historiografia clássica sobre o tema, assim como as inovações no campo. O autor dividiu a historiografia em dois grandes blocos: a primeira, anterior à década de 1990, que se preocupou somente com o recorte nacional e com generalizações apriorísticas e taxonômicas para encontrar o “mínimo fascista” (FILCHENSTEIN, 2019, p. 75) - Emilio Gentile, Robert Paxton, Renzo de Felice e, principalmente, Ernst Nolte. E a segunda, que buscou uma abordagem transnacional, entendendo que o fascismo não foi exclusivamente europeu e, mais importante, devia ser estudado a partir das particularidades nacionais ao longo do globo, como os trabalhos de Zeev Sternhell e Benjamin Zachariah. Nesse sentido, o historiador argentino provocou-nos com bastante lucidez, dizendo que:

É bastante curioso que os estudiosos da história europeia se mostrem dispostos a estudar a circulação mundial do liberalismo e do marxismo mas quando são confrontados com a participação europeia em intercâmbios fascistas mundiais preferam recorrer a uma abordagem mais eurocêntrica (FINCHELSTEIN, 2019, p. 78-79).

Após comentar a historiografia, Finchelstein buscou mostrar como o fascismo se relacionou em cada país, argumentando em favor da perspectiva transnacional. O autor tratou de exemplos, como o integralismo de Miguel Reale no Brasil, os Camisas Azuis Irlandeses de Eoin O’Duffy, os fascistas portugueses de João Ameal, os Leopardos colombianos, até casos mais conhecidos, como a Itália de Mussolini e a Alemanha Hitlerista. Desta forma, Finchelstein analisou diversas fontes primárias que indicam a existência de núcleos fascistas transnacionalmente.

Curiosamente, o autor optou por aumentar o número na lista de países com movimentos fascistas. Nações como a Noruega, Hungria, Ucrânia, África do Sul, Grécia e Síria são alguns exemplos citados de modo extremamente raso por Finchelstein,

aparentemente com o único intuito de compor o leque de fascismos transnacionais. Porém, em nenhum momento argumentou-se para a validade de suas colocações como fascistas.

Peguemos o exemplo de como o caso húngaro foi usado. Finchelstein (2019, p. 82) afirmou: “Em países como a Romênia, Noruega, França e Hungria, o fascismo foi ‘bem-sucedido’ Depois da guerra de ocupação fascista alemã” (p. 82). Nesse sentido, o fascismo húngaro foi citado mais uma vez ao longo do livro, na mesma página e de maneira igualmente axiomática. Os outros países também foram citados somente uma ou duas vezes ao longo das mais de 300 páginas. O único indicativo posto ao longo do livro para a inclusão de tal país foi que o fascismo teria um caráter transnacional. Aí encontra-se uma tautologia desnecessária para argumentação geral da obra: a Hungria é fascista, pois o fascismo é transnacional, e o fascismo é transnacional, pois a Hungria é fascista. O mesmo ocorreu, em alguns casos, quando o autor falou sobre o populismo ao longo dos capítulos 2 e 3. A Bulgária, Dinamarca, Finlândia e Eslováquia, por exemplo, apareceram listados juntos como regimes populistas de direita sem embasamento em fontes ou na historiografia. Mesmo assim, ressaltamos que esta é, de fato, uma tática argumentativa desnecessária e errônea, mas não inviabiliza o resto do livro. Quando se detém a escrever sobre países que realmente possui domínio, como a Argentina, EUA, países mais ao oeste europeu e da América Latina, Finchelstein consegue fazer boas análises e, no limite, ainda mantém uma argumentação sólida sobre suas teses centrais. Para finalizar o capítulo 1, o autor trouxe à tona um acontecimento que julgou ter sido esquecido pelo resto dos historiadores do fascismo: o Holocausto. Para Finchelstein, a história do Holocausto foi despida de sua genealogia fascista e tida como um fenômeno puramente nazista. Pelo contrário, o Holocausto foi um sintoma máximo da violência intrínseca à ideologia fascista, independentemente do lugar em que ela se manifestou. Esse argumento é importante, pois o autor pretendeu ressaltar a violência do fascismo como um dos grandes diferenciadores do populismo.

No capítulo 2, Finchelstein procurou dar uma definição geral do populismo na história, salientando sua visão de que o movimento possuiu e possui uma grande fluidez entre os espectros políticos de direita e esquerda. Para o autor, o populismo pode ser categorizado como um movimento de teologia política, com um líder forte e representante de um suposto “verdadeiro povo”, que age contrariamente aos traidores da nação. Também possui um forte executivo e uma desvalorização discursiva e prática do legislativo e judiciário. Ao mesmo tempo, rejeita formas de governos ditatoriais e nunca rompe com a democracia. Além disso, no campo midiático, os populistas intimidam o jornalismo independente e valorizam a suposta cultura popular ou de celebridades. O autor fez uma complexa linha do tempo para situar as diferentes fases do populismo. O autor concordou com Pierre Rosanvallon ao identificar o pré-populismo desde a Grécia Antiga até os russos e americanos do século XIX. Depois, postulou uma divisão entre os pré-populistas que não chegaram ao poder, como “o boulangismo na França, o movimento de Lueger em Viena e as ligas patrióticas sul-americanas” (p. 137), e os proto-populistas que chegaram ao poder, mas não eram iliberais o suficiente, como “o cardenismo no México, o yrigoyenismo na Argentina e o primeiro varguismo no Brasil” (p. 153). Finchelstein também afirmou que nem todos os regimes pré-populistas se tornaram fascismos, mas todos os fascismos tiveram origens pré-populistas, o que implica na necessidade de estudar as duas ideologias políticas conjuntamente.

Após 1945 e a derrocada do fascismo, portanto, é que surgiu o que o autor chamou de populismo moderno, como uma reação ao liberalismo democrático, ao socialismo real e ao fascismo ditatorial. Essa fase moderna, que Finchelstein encontrou até o tempo presente de sua escrita, foi dividida em 4 etapas. Primeiro, um populismo clássico, iniciado com o peronismo e a segunda fase do varguismo. Depois, encontramos um populismo neoliberal,

como o governo Menem na Argentina, o governo Collor no Brasil, Fujimori no Peru e Berlusconi na Itália. Em terceiro lugar, temos um populismo neoclássico de esquerda, como os Kirchner na Argentina, Chávez e Maduro na Venezuela, Evo Morales na Bolívia e o Podemos na Espanha, por exemplo. Por último, um populismo neoclássico de direita e extrema-direita, como Erdoğan na Turquia, Orbán na Hungria, Frente Nacional na França e o trumpismo americano. Tal divisão mostrou a flexibilidade ideológica e política das manifestações populistas, que podem variar da esquerda à direita.

Ao longo do capítulo 2, Finchelstein também fez uma análise crítica da historiografia do populismo. Assim como nos estudos do fascismo, o autor criticou definições inflexíveis e eurocêntricas do fenômeno populista, mas também não viu a viabilidade de posições que descartem a teoria crítica por uma abordagem “mais quantitativa, descritiva e declaradamente pragmática” (p. 164), que chamou, por vezes, de neopositivista. Também criticou a visão do populismo como uma patologia ou uma perversão da democracia, encontradas principalmente nos trabalhos de Rosanvallon, ou aqueles que enxergam o populismo como uma força saudável que reforça a emancipação política. Finchelstein também se opôs aos autores que esqueceram da importância da violência discursiva, do racismo e da xenofobia no populismo, dando uma atenção especial ao trumpismo. No fim do capítulo 2, Finchelstein focou-se em um aspecto retomado ao longo de todo o capítulo 3: a figura central do líder no governo populista. Para o autor, o líder tem um caráter eminentemente messiânico e pretende representar a vontade popular simbolizada pelas eleições. Seu eleitorado, após a vitória, passa a ser discursivamente o verdadeiro povo e, assim, é construída uma relação vertical entre o líder, seus eleitores e apoiadores e, na base, os ditos inimigos da pátria.

Por fim, o capítulo 3 tratou das relações entre a democracia populista e as ditaduras fascistas, e da Guerra Fria. Finchelstein buscou desvendar o paradoxo da frase “A ditadura é uma das bases do populismo moderno, mas o populismo não é a ditadura” (p. 45). Repetindo argumentos, como da rejeição populista ao fascismo, ao socialismo, ao liberalismo e à violência inerente dos governos fascistas, Finchelstein tentou dar mais solidez às diferenças entre a democracia iliberal autoritária e uma ditadura de fato. Podemos sumarizar a argumentação teórica do autor na seguinte passagem:

O populismo moderno não é uma forma de ditadura de massas devido a três razões históricas interligadas: 1) a rejeição populista, contextualmente determinada, da violência ditatorial fascista; 2) o fato de o líder não estar completamente acima da lei e de o seu comando não ser plenamente equiparado à mesma ou ao Estado; e 3) a questão da representação eleitoral e o conceito duplo de soberania popular proposto pelo populismo. Essas três razões são distintamente ideológicas e não apenas uma questão de estilo ou estratégia (FINCHELSTEIN, 2019, p. 231).

A grande inovação do capítulo foi uma análise mais densa dos casos populistas, sem grandes divagações e repetições teóricas. A relação entre o neoliberalismo, a mítica patriarcal do líder aparentemente outsider na política, a imortalização de sua imagem após a morte e a prática discursiva que pretendeu confundir a vontade do povo com a do presidente foi muito bem exemplificada e ilustrada. Além disso, a relação com a mídia alternativa, como o Twitter no caso de Trump, e sua hostilidade com o jornalismo tradicional também foram bem explorados. Ressalto que todos esses pontos, no limite, foram postos ao longo dos primeiros capítulos, mas somente aqui tiveram uma profundidade tamanha. Análises densas e com diversas fontes primárias dos governos de Fujimori, Trump,

Erdoğan, dos Kirchners, Péron, Gaitán e Chávez deram uma dinâmica diferente dos outros capítulos, com uma argumentação bem mais interessante.

Isso não quer dizer, entretanto, que não houve tópicos novos no terceiro capítulo. Finchelstein reservou as últimas duas seções para falar sobre o populismo islâmico e o populismo machista. Para o autor, não há razão para admitir a existência do complemento "islâmico", visto que não é uma categoria analítica significativa para o estudo dos populismos. Mesmo assim, ainda admite diversos governos islâmicos, como o argelino, que realmente foram populistas. Para falar do populismo machista, Finchelstein focou-se principalmente nos governos neoliberais e de extrema-direita, como Berlusconi e Trump, mostrando que tais políticos alicerçaram suas imagens para o povo como homens viris, positivamente promíscuos, representantes de uma pretensa vontade animalésca masculina de ação.

Por último, encerrando o texto, Finchelstein escreveu um epílogo sem muitas inovações, mas instigantes em suas provocações do tempo presente. Para o historiador argentino, Trump marca o fortalecimento e consolidação de um populismo xenófobo e racista, influenciando e dando potência aos ideais de Le Pen, Orbán, Erdoğan e outros líderes de extrema-direita. Porém, ressaltou que o presidente americano não é a força motriz dessa guinada à direita, mas uma consequência de sua genealogia fascista.

O trabalho de Finchelstein conseguiu defender com argumentos potentes a tese de que o fascismo e o populismo estão interligados. Mais especificamente, sustentou com qualidade sua ideia de que o populismo se diferencia do fascismo por ser uma democracia, ainda que autoritária e antiliberal. Quando se volta aos EUA, ao oeste da Europa e à América Latina, é realmente possível ver um trabalho de décadas de pesquisa, com uma grande bagagem documental e bibliográfica. Infelizmente, para tentar consolidar sua posição transnacional, por vezes sai de suas áreas de domínio e adentra em contextos com pouca ou nenhuma profundidade. Além disso, seu texto é desnecessariamente repetitivo em ideias e argumentos. Mesmo assim, pensamos que sua obra se insere, de maneira salutar, em debates pertinentes e instigantes da historiografia do século XX, de modo que seu método exemplifica as forças e fraquezas de uma abordagem transnacional.

REFERÊNCIAS

BATISTELLA, Alessandro. Um conceito em reflexão: o "populismo" e a sua operacionalidade. *Revista Latino-Americana de História*, v. 1, n. 3, p. 468-484, 2012.

CONRAD, Sebastian. *What is Global History?* Princeton: Princeton University Press, 2016.

FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na História*. São Paulo: Almedina, 2019.

VRIES, Jan de. Playing with Scales: The Global and the Micro, the Macro and the Nano. In: GHOBRIAL, John-Paul (org.) *Global History and Microhistory, Past and Present*, suppl. 14, p. 23-36, 2019.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Lucas Arantes Lorga: Bacharel em História. Mestrando, Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Pós-Graduação em História, Guarulhos, SP, Brasil.



ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Itambé, 186, apto 65, 01239000, São Paulo, SP, Brasil.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

A resenha não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Lucas Arantes Lorga. Esta resenha está licenciada sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fabio Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 28 de novembro de 2022

Aprovado em: 2 de fevereiro de 2023

Como citar: LORGA, Lucas A. História do fascismo ao populismo: uma abordagem transnacional do fenômeno. Esboços, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 814-821, set./dez. 2022. [Seção] Resenha. Resenha da obra: FINCHELSTEIN, Federico. Do fascismo ao populismo na História. São Paulo: Editora Almedina, 2019. 315p.



LISTA ALFABÉTICA DE PARECERISTAS QUE COLABORARAM COM ESBOÇOS - HISTÓRIAS EM CONTEXTOS GLOBAIS: VOLUME 29, NÚMEROS 50, 51 E 52

Alphabetical List of Reviewers Who Contributed to Esboços: Histories in Global
Contexts in 2022 – Volume 29, Numbers 50, 51, and 52

Jo Klanovicz^a

 <https://orcid.org/0000-0002-5110-9028>

E-mail: jo@unicentro.br

^a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) do Paraná,
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Guarapuava, PR, Brasil

Adriano Comissoli, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

Alberto Carrillo-Linares, Universidad de Sevilla, Sevilla, Espanha

Alexandre de Almeida, Universidade Federal do ABC, São Paulo, SP, Brasil

Alexandre Maccari Ferreira, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

Amanda Barrenengoa, Universidad Nacional de La Plata, Argentina

Ana María Sosa Gonzalez, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil

André Felipe Candido da Silva, Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Andrés Donoso Romo, Universidade de São Paulo, SP, Brasil

Benito Bisso Schmidt, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Bruno Feitler, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil

Bruno Gawryszewski, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Camillo Robertini, Universidad de Chile, Santiago, Chile

Carla Rodeghero, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

César Guzmán-Concha, Université de Genève, Genebra, Suíça

Cristiana Schettini, Universidad Nacional San Martín, San Martín, Argentina

Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Dennison de Oliveira, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

Diana González Rey, Universidade Industrial de Santander, Bucaramanga, Colômbia

Eduardo Roberto Jordão Knack, Universidade Federal de Campina Grande, PB, Brasil

Eduardo Relly, Friedrich-Schiller Universität, Jena, Alemanha

Elenita Malta Pereira, Universidade Federal de Rondonópolis, MT, Brasil

Esteban Vila, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Fabio Koifman, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Frederik Schulze, Westfälische Wilhelms Universität, Munster, Alemanha

Gabriela de Lima Grecco, Universidad Complutense, Madrid, Espanha

Gabriela Lozano Rubello, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Gizele Zanotto, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Brasil

Glauca Cristina Candian Fraccaro, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Iuri Cavlak, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil

Ivone Meza, Instituto Mora, Mexico

Joana Campos Clímaco, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil

Jordi Sancho, Université Paris 8, Saint Denis, França

José Pedro Paiva, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

Joseph Ben Prestel, Freie Universität Berlin, Berlim, Alemanha

Katia Maria Paim Pozzer, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Katusha Bento, University of Edinburgh, Edinburgo, Escócia



Laura Luciani, Ghent University, Ghent, Bélgica

Leonardo Carnut, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil

Leonardo Marques, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Lindener Pareto Junior, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil

Luciana Carreño, Universidad Nacional de Quilmes, Bernal, Argentina

Luciane Cristina Scarato, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Marcelo de Souza Silva, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, Brasil

Marcos Gerhardt, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, Brasil

Marília de Azambuja Ribeiro Machel, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Monica Moreno Seco, Universidad de Alicante, Alicante, Espanha

Pablo Bonavena, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Pablo Toro Blanco, Universidad Alberto Hurtado, Santiago, Chile

Patrícia da Costa Machado, Universidade La Salle, Canoas, RS, Brasil

Paula Alexandra Marques dos Santos, Instituto Politécnico de Viseu, Viseu, Portugal

Paula Halperin, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Rafael Trapp, Instituto Federal do Tocantins, Dianópolis, TO, Brasil

Rogério Akiti Dezem, Osaka University, Suita, Japão

Santiago Liaudat, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, Argentina

Sebastián Varela, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, Argentina

Sergio Friedemann, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Sheila Schvarzman, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, SP, Brasil

Silvio Cesar Oliveira Benevides, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, BA, Brasil

Thiago Reisdorfer, Universidade Estadual do Piauí, Oeiras, PI, Brasil

Vania Markarian, Universidad de la República, Montevideo, Uruguai

Vinicius Bivar Marra Pereira, Freie Universität Berlin, Berlim, Alemanha

Vitor Hugo Abranche de Oliveira, Universidade Estadual de Goiás, Pires do Rio, GO, Brasil

Waldomiro Lourenço da Silva Jr., Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Wesley Oliveira Kettle, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Jo Klanovicz: Doutor em História. Professor associado, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) do Paraná, Departamento de História, Guarapuava, PR, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Frei Caneca 2035, Guarapuava, PR, 85012-000

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica

AGRADECIMENTOS

Não se aplica

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica

FINANCIAMENTO

Não se aplica

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Jo Klanovicz. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Jo Klanovicz



HISTÓRICO

Recebido em: 11 de fevereiro de 2023

Aprovado em: 20 de fevereiro de 2023

Como citar: KLANOVICZ, Jo. Lista alfabética de pareceristas que colaboraram com *Esboços: Histórias em Contextos Globais*, em 2022 – Volume 29, n. 50, 51 e 52 *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 820-824, set./dez. 2022.

